



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS TRINDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS

Julia Coelho de Souza

O potencial social das cestas de alimentos agroecológicos: dinâmicas organizativas em circuitos curtos de comercialização na Região da Grande Florianópolis

Florianópolis

2023

Julia Coelho de Souza

O potencial social das cestas de alimentos agroecológicos: dinâmicas organizativas em circuitos curtos de comercialização na Região da Grande Florianópolis

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutora em Ciências Humanas

Orientador: Prof. Eunice Sueli Nodari, Dra.

Coorientador: Prof. Oscar José Rover, Dr.

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Coelho de Souza, Julia

O potencial social das cestas de alimentos
agroecológicos : dinâmicas organizativas em circuitos curtos
de comercialização na Região da Grande Florianópolis / Julia
Coelho de Souza ; orientadora, Eunice Sueli Nodari,
coorientador, Oscar Jose Rover, 2023.

190 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas,
Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Ciências Humanas. 2. Agroecologia. 3. Ciências
sociais e humanas. 4. Circuitos curtos de comercialização.
5. Atores sociais coletivos. I. Nodari, Eunice Sueli . II.
Rover, Oscar Jose. III. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em
Ciências Humanas. IV. Título.

Julia Coelho de Souza

O potencial social das cestas de alimentos agroecológicos: dinâmicas organizativas em circuitos curtos de comercialização na Região da Grande Florianópolis

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Daniela Aparecida Pacífico, Dra.
Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas
(PGA/ UFSC)

Prof. Clécio Azevedo da Silva, Dr.
Programa de Pós-Graduação em Geografia
(PPGG/ UFSC)

Prof. Pablo Saravia Ramos, Dr.
Departamento de Sociologia da Universidad de Playa Ancha
(UPLA - Chile)

Profa. Márcia Grisotti, Dra. (Suplente interna)
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
(PPGICH/ UFSC)

Prof. Estevan Felipe Pizarro Muñoz, Dr. (Suplente interno)
Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas
(PGA/ UFSC)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em nome do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Profª. Eunice Sueli Nodari, Dra.
Orientadora

Prof. Oscar José Rover, Dr.
Coorientador

Florianópolis, 2023.

Este trabalho é dedicado

* * * A Norma Martini Moesch. Flora e Mila.

E a todas as pessoas que plantam amor.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos são dedicados às pessoas, às organizações e aos outros agentes que contribuíram para a realização dessa pesquisa e viabilizaram que eu pudesse estudar e concluir essa etapa. Foi um processo longo e permeado de pessoas e coletividades. A sequência dos agradecimentos conta um pouco do processo do doutorado, que iniciou entre janeiro e fevereiro de um ano de uma mudança de vida a qual eu sou grata dia a dia. Significou vir à Florianópolis e lançar raízes, redes e fluxos nesse lugar tão especial.

Agradeço à UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina pela Universidade maravilhosa, humana, ampla que é. Viva a universidade pública e de qualidade. À CAPES – Coordenação da Formação de Pessoal de Nível Superior, que possibilitou o doutorado através do financiamento da pesquisa. Sem a bolsa de estudos não teria sido possível a mim - e a milhares de estudantes - acessar a Universidade Pública e uma formação de excelência. O incentivo à pesquisa em ciências humanas e à aposta no campo da construção do conhecimento, tem um papel fundamental na criação de condições objetivas para a realização da ciência e da pesquisa no Brasil – sobretudo no campo das Ciências Sociais e Humanas.

Sou grata ao Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, a todo o seu corpo docente. Meu desejo para a vida longa do nosso PPGICH, que a área socioambiental volte a crescer no Programa e dialogar com as reflexões fundamentais sobre a condição humana, com os estudos de gênero e com a negritude. Aos colegas da turma de 2017, *todes*, nossa turma querida e intensa. Foi muito bom transitar no CFH, no Campus, aprofundar intersecções e possibilidades de pensar juntas e juntos sobre nossas pesquisas e nossas vidas. Meu agradecimento à Profa. Julia Guivant, que acolheu a mim e à minha pesquisa na fase inicial e possibilitou o acesso ao Doutorado. Meu abraço com carinho às professoras Luzinete Simões, Rosângela Martinelli, Mara Coelho de Souza Lago, aos professores Javier Ignacio Vernal, Luis Fernando Scheibe e Selvino Assman, com quem tive a possibilidade e a honra de estudar. À querida Vera Gasparetto e à professora Miriam Grossi, por ajudarem a fazer reverberar ao mundo os mundos de mulheres que todas somos. Que sigamos, todas e todos, dando passos à frente na reflexão crítica e buscando contribuir na ampliação de visões de mundo.

Agradeço à minha Orientadora, professora Eunice Nodari, pela confiança, aposta, e abertura de portas. Seu apoio foi fundamental em todo o processo, da entrevista aos Seminários de Tese, à parceira de trabalho e apoio às minhas escolhas. Sou muito feliz pelo aporte maravilhoso da História Ambiental como perspectiva para pensar o mundo em suas raízes desde uma visão socioambiental da humanidade. Agradeço muito a todo o grupo do LABIMHA pela parceria. Nossos grupos de leitura e discussão de texto mudaram minha forma de ver a história.

Gracias imensas ao meu Coorientador, professor e amigo Oscar Rover, por abraçar à minha pesquisa e a mim. Não tenho palavras para agradecer por tanto. Oscar teve um papel transversal na pesquisa, no meu processo de formação e no meu trânsito nesse contexto. Sou grata à sua contribuição na densidade e qualidade da pesquisa, por

abrir tantas possibilidades, acessos e redes. Que esse seja um passo importante, mas um dos tantos em parceria! Que sigamos trabalhando e construindo juntos, fraternalmente.

Às agricultoras e agricultores dos grupos AGRODEA, APAOC, Amanacy e Flor do Fruto, especialmente, meu muito obrigado. Às pessoas que me acolheram durante o campo da pesquisa em Imbuia e Vidal Ramos com conversas e trocas, com muita nutrição, aprendizagem, afeto e conhecimento. Gratidão à Dulciani e sua família, Sr. Adenísio pelas batatas coloridas, Sr. Jair e Dna Teti, pela sabedoria e pelas incríveis réstias de cebola... Gratidão à Sonia, pelo acolhimento e confiança, à Dna Solange e Sr. Cezo pela partilha em sua casa. Às pessoas dos grupos e coletivos de agricultores - tema motivador e sujeitos da investigação - que dedicaram tempo, respostas, conversas, que apostaram nessa pesquisa e nessa pesquisadora, agradeço imensamente pela parceria. Todo o meu respeito e carinho a todas e todos vocês, à sua trajetória, construção, resistência, respeito ao alimento e à alimentação, à terra e ao território.

Ao nosso grupo do LACAF, aquele abraço carinhoso e gratidão imensa por tanta conversa, construção, amizade, sinceridade, envolvimento. Sou muito feliz de sermos colegas de trajetória na agroecologia, amigos pra dentro e pra fora das porteiras (e das caixinhas). Grata pelas construções cias queridas Isa Escosteguy, Alana Casagrande, Luan Morgan, Dayana Rosa, Carolina Mergen, Adevan Pugas, Marina Carrieri, Rodrigo Garcia, Andrea Fantini... e Laísa Barcellos, aquele abraço especial, pelo caminho intenso e bonito de extensão, de vínculos a novos territórios sociais, políticos e existenciais.

Agradeço à Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia que me acolheu nesse ano de 2022, e desde onde tenho a honra de trabalhar e colaborar com a tessitura desse tecido coletivo tão especial. Agradeço a todas as pessoas, agricultoras e agricultores, que tanto me ensinam com sua realidade e com seu carinho. Meu abraço especial à Daniele Gelbke, minha parceira e referência, pela abertura e pela confiança. Vamos juntas e vamos firmes, pois essas sementes, raízes, frutos são maravilhosos!

À organização social CEPAGRO, suas gentes e seu trabalho incrível, e ao Marcos José de Abreu – Marquito e à equipe do Gabinete do Mandato Agroecológico: grata pela parceria. Estamos juntos!

À minha família muito amada que sempre me apoiou e segue apoiando, minha primeira e primordial rede: minha mãe Nana, meu pai Dedeco, minha irmã Maria da Paz: amo demais vocês e agradeço por me possibilitarem ser exatamente quem eu sou. Tia Norma, Bá, Maru, Chu... mulheres maravilhosas e fortes da minha vida. Tia Sara, Tio Pituca (com saudades), primas Feta, Marta, Bea, Marília, Zeca, Gabi, Gusto, Mano, Bobi... Sou muito, muito feliz por sermos família.

Florinha meu amor maior, minha filhota, a quem agradeço por me ensinar essa forma transcendente e única de *ser* na vida (espero que um dia você leia esse trabalho, que desenhe nele e com ele, que te inspire - saiba que você é parte fundamental dessa aposta de mundo que estamos fazendo ;). Meu agradecimento imenso e de coração aberto ao Lucas, companheiro de tanto nessa vida. Sou grata e feliz pela inspiração na possibilidade de uma trajetória no doutorado, por termos vivido tanto, feito tanto e nos constituído um ao outro, e pela tranquilidade de saber que seguiremos tecendo o ninho de nossa melhor criação e nos apoiando, com muito carinho.

Meu coração agradece e pulsa pela contribuição fundamental...

De mis hermanas Camila Pasquetti e Amália Cunha, sem as quais eu não teria nem aterrissado em Florianópolis e no doutorado. Nos abraçamos na vida de antes, durante e depois desse processo: gracias, amo vocês. À minha gente querida que samba de lado, com raízes tão lindas e profundas: sigamos tecendo outros mundos possíveis, gente amiga, sou feliz por sermos juntos a tanto tempo, para o alto e além.

Das amigas Liana, Lu Ganzoto, Yarlenis Malfran, a quem admiro muito pelas escolhas, pelas pesquisas: sou feliz demais por termos nos encontrado no PPGICH (e antes também ;), para a vida toda. Das amoras da minha vida Ju Dorneles, Ana de Carli, Poti Preiss, Mônica Hoff, Dani Pires, Dani Jatahy, Lauris, Suela: minha rede de apoio, de agitar e de acalmar a vida, se se escutar e se (des)orientar, parcerias fundamentais em todos os momentos, minhas amigas de fé, irmãs, camaradas.

Da querida Turma do Pé Preto, com todas as nossas crianças que crescem, desobedecem, correm, brincam e nadam juntas, felizes, livres: rede fundamental, nosso bando e coletivo de cuidados, da qual fazer parte é pertencer a esse nosso lugar de morar e viver. Amigas Gabi Tavares, Nara Hailer, Tanira Ganzo, Cassi Kuerten: gracias por tanto apoio. Criançada Benício, Heitor, Cauã, Lia, Ju, João, Vico, Gabiléo, Maya, Gabi, Yan, Be Areas e Florinha (claro), e também aos meus amores Radu e Lalá: com vocês nosso mundo está completo, divertido e com sentido. Esse trabalho por um planeta com mais proteção à natureza e por uma sociedade com mais cuidado compartilhado é pra vocês.

Sou grata a essa Ilha de Santa Catarina por me acolher, por ser minha *casa*, meu lugar de pertencimento, desde onde conto com redes humanas, abraçadas e entrelaçadas com essa natureza imensa. Uma saudação de axé aos meus e aos nossos Orixás que guiam na caminhada dessa existência. Grata pelos caminhos, pelas pessoas, aprendizados, lugares, possibilidades, pela sua riqueza, grandeza e lindeza.

Gracias a la vida que me ha dado tanto.

RESUMO

A presente pesquisa se insere no campo de trabalho emergente das dinâmicas locais de abastecimento agroecológico. Seu tema central são os Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) de alimentos agroecológicos na formação de novas organizações e articulações em redes, em um estudo situado na cidade de Florianópolis (SC). Esta é uma pesquisa interdisciplinar a partir das ciências sociais e humanas aplicada aos estudos da Agroecologia. Adota uma perspectiva teórica e analítica *relacional*, com base nos aportes teóricos da Agroecologia e dos CCC, e nos conceitos de *novos movimentos sociais e redes de cidadania agroalimentar*. A pesquisa se orienta a responder se, e como, os circuitos curtos de comercialização de alimentos agroecológicos são fatores estimuladores da formação de novas organizações e articulações em redes. Para tanto, busca compreender o funcionamento de um conjunto específico de experiências de comercialização agroecológica em CCC, as *vendas diretas por pedido antecipado* (VDPA), a fim de conhecer suas especificidades e dinâmicas organizativas, e analisar os desdobramentos gerados em torno dos próprios circuitos e das redes agroalimentares. Como objetivos específicos, a pesquisa busca (i) entender quem são os atores sociais e como se operam as dinâmicas organizativas no interior desses circuitos, (ii) identificar se, e como, o processo de organização e construção desses mercados incide na formação de novas organizações sociais e (iii) analisar como se articulam e se expandem as redes agroalimentares desde a construção social desses circuitos curtos. Para tanto, empreendeu um estudo de múltiplos casos, através de 9 experiências de comercialização coletiva da agroecologia através de *cestas de alimentos* ativas em Florianópolis entre abril de 2019 e junho de 2022. Através da Observação Participante, em uma ação de pesquisa social com uma significativa base empírica, a pesquisa foi realizada em constante diálogo com os atores sociais envolvidos e de forma integrada à situação investigada. Verificou-se que as VDPA apresentam especificidades em torno do aporte ao planejamento da produção junto aos grupos de agricultores e de dinâmicas organizativas coletivizadas. Evidenciou que se estabelecem relações que irradiam espacialmente para regiões de produção próximas à Florianópolis, e criam interações, proximidade e arranjos organizacionais em torno dos sistemas alimentares agroecológicos. As VDPA envolvem um conjunto de atores sociais atuantes no território em torno do movimento social agroecológico, os quais foram uma base técnica e organizativa para a emergência de novas formas de organização, o envolvimento de novos atores sociais e colaboram para a articulação em redes mais amplas. O conjunto das informações e análises leva a concluir que os CCC analisados são resultado da trajetória histórica de organizações sociais em torno da agroecologia nesse território, ao mesmo tempo que ao construí-los se configuram novas relações, organizações e redes. Esse estudo evidencia que as dinâmicas organizativas para a comercialização implicam na coletivização do consumo em torno da agroecologia, mobilizando o engajamento de atores sociais distintos e instigando o surgimento de novas organizações. Os processos e dinâmicas organizativas de proximidade entre produção e consumo são capazes de gerar conexões em redes mais amplas, fomentando a cidadania agroalimentar.

Palavras-chave: 1. Agroecologia; 2. Circuitos Curtos de Comercialização; 3. Dinâmicas Organizativas; 4. Atores sociais coletivos.

ABSTRACT

This research is part of emerging studies about the dynamics of agroecological food supply. It discusses the role of Short Food Supply Chains (SFSC) of agroecological products in the establishment of new organizations and networks in the city of Florianópolis (SC). This interdisciplinary research departs from social and human sciences applied to Agroecology studies. It adopts a *relational* theoretical and analytical perspective, based on the theoretical contributions of Agroecology and the SFSC, as well as on concepts of *new social movements* and *agrifood citizenship networks*. The research aims to answer whether and how SFSC stimulate the establishment of new organizations and networks. To achieve that, it seeks to understand the functioning of a specific set of agroecological trade experiences in SFSC i.e., the *direct sales by pre-order* (DSPO), to understand their specificities and organizational dynamics. The present research also analyzes the developments caused around chains and agrifood networks. The specific objectives are (i) to understand who the social actors are and how their organizational dynamics operate, (ii) to identify if and how the process of organization and construction of these markets affect the formation of new social organizations, and (iii) to analyze how agrifood networks are articulated and expanded as of the social construction of these experiences. To this end, we have done a study of 9 experiences of collective commercialization of agroecological products through food baskets in Florianópolis between April 2019 and June 2022. Through Participant Observation and a social action research method with a significant empirical basis, the research was carried out in constant dialogue with the social actors involved and in integrated to the investigated situation. One of its findings is that DSPO have specificities in terms of their support for production planning among groups of farmers and collective organizational dynamics. It showed that the relationships established in this process radiate spatially towards production regions around Florianópolis, and create interactions, proximity and organizational arrangements in agroecological food systems. The DSPO involves a set of social actors operating in the territory around the agroecological social movement, which have been a technical and organizational basis for the emergence of new organizational arrangements, the involvement of new social actors, and collaboration in broader networks. The analyses lead to the conclusion that the SFSC analyzed are the result of the historical trajectory of social organizations around agroecology in this territory while, at the same time, new relationships, organizations and networks are formed as they are being built. This study shows that the organizational dynamics for commercialization imply the collective of consumption around agroecology, mobilizing the engagement of distinct social actors, and instigating the emergence of new organizations. The processes and organizational dynamics of proximity between production and consumption are capable of generating connections in wider networks, with a strong component of agrifood citizenship.

Keywords: 1. Agroecology 2. Short Food Supply Chains 3. Organizational Dynamics 4. Collective Social Actors

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Redes de Cidadania Agroalimentar	81
Figura 2. Mapa da localização da área de estudos e da Região Metropolitana da Grande Florianópolis.....	100
Figura 3. Cestas de Alimentos Orgânicos Ecoserra	108
Figura 4. Células de Consumo Consciente Comuna Amarildo de Souza	110
Figura 5. Células de Consumidores Responsáveis.....	112
Figura 6. CSA Saraquá.....	113
Figura 7. Da Horta à Mesa	114
Figura 8. Estação de Permacultura Moinhos de Luz.....	115
Figura 9. Projeto Ação Compassos	116
Figura 10. Cestas da Agricultura Familiar de São Pedro de Alcântara	117
Figura 11. Sítio Florbela.....	118
Figura 12. Mapa das experiências agroecológicas coletivas em Florianópolis e área metropolitana.....	130
Figura 13. Representação territorial da produção, a partir da identificação dos municípios dos grupos de agricultores	134
Figura 14. Síntese das dinâmicas organizativas	140
Figura 15. Espaços de Relação nos CCC estudados	143
Figura 16. Atores sociais no processo de gestão	147
Figura 17. Atribuições nas dinâmicas organizativas	150
Figura 18. Atribuições organizativas realizadas em rede.....	154
Figura 19. Representação da rede que constitui a CCR	173

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Sistematização das principais ideias e referências sobre Agriculturas Alternativas no norte global e no Brasil	43
Quadro 2. Tipologia dos Circuitos Curtos de Comercialização de alimentos	Erro!
Indicador não definido.	
Quadro 3: Estrutura da Pesquisa.....	93
Quadro 4: Quadro analítico.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro 5. Experiências coletivas de comercialização agroecológica em Florianópolis entre 2019 e 2022.	105
Quadro 6. Quantidade de atores sociais diretamente envolvidos.....	106
Quadro 7. Funcionamento das experiências coletivas de comercialização agroecológica	120
Quadro 8. Atores sociais e organizações coletivas	124
Quadro 9. Produção e Consumo territorial de alimentos	137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A/C Agricultores e Consumidores

AAAC Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia

ABA Associação Brasileira de Agroecologia

ABRASCO Associação Brasileira de Saúde Coletiva

AGRODEA Associação de Agroecologia, Desenvolvimento e Educação Ambiental

AMOSERTÃO Associação de Moradores Barreiros do Ribeirão

AMQCB Articulação de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu

ANA Articulação Nacional de Agroecologia

APAOC Associação de Agricultores Familiares produtores de alimentos agroecológicos e coloniais de Chapadão do Lajeado

ATER Assistência Técnica e Extensão Rural

CBA Congresso Brasileiros de Agroecologia

CCA Centro de Ciências Agrárias

CCAA Cadeias Curtas de Abastecimento Agroalimentar

CCC Circuitos Curtos de Comercialização

CCR Células de Consumidores Responsáveis

CD Consumidores Diretos

CEB Comunidades Eclesiais de Base

CEPAGRO Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo

CF Cestas fechadas

CFN Civic Food Network

CISAMA Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense

CNTTR Congressos Nacionais de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura

CPORG Comissão da Produção Orgânica

CPT Comissões Pastorais da Terra

CRAS Centro de Referência de Assistência Social

CSA Comunidades em Suporte à Agricultura

DRS Desenvolvimento Rural Sustentável

EBAA Encontro Brasileiro Agroecologia de Agricultura Alternativa

EBAA Encontros Brasileiro de Agricultura Alternativa

ECB Encefalopatia Espongiforme Bovina
ECOVIDA Rede Ecovida de Agroecologia
ENA Encontros Nacionais de Agroecologia
EPAGRI Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural
FAEAB Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil
FAO Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FASE Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FEAB Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FLV Frutas, Legumes e Verduras
FSM Fórum Social Mundial
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSC Instituto Federal de Santa Catarina
INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LABIMHA Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental
LACAF Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar
MMC Movimento das Mulheres Camponesas
MMTR Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTTR Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
NEPerma Núcleo de Estudos em Permacultura
NRC National Research Council
P/C Produção e Consumo
PAA Programa de Aquisição de Alimentos
PADRSS Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
PANCs Plantas Alimentícias Não Convencionais
PDS Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PLANAPO Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PLANSAN Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PMAPO Política Municipal de Agroecologia, Produção Orgânica e Alimentação Saudável
PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PP Ponto de Partilha

PTA Projeto de Tecnologias Alternativas

RAA Redes de Alimentares Alternativas

BPSSAN Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

RCA Redes de Cidadania Agroalimentar

RGF Região da Grande Florianópolis

RV Revolução Verde

SENAR Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SPG Sistema Participativo de Garantia

SSAN Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

UFR Unidades Familiares Rurais

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

UFMS Universidade Federal de Santa Maria

VAR Variedade de Alto Rendimento

VDPA Vendas Diretas por Pedidos Antecipados

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
2	AGROECOLOGIA & CIRCUITOS CURTOS: PERSPECTIVAS TEÓRICAS - E PRÁTICAS.....	24
2.1	‘NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS’ COMO UMA IDEIA TRANSVERSAL PARA PENSAR A AGROECOLOGIA E SUAS DINÂMICAS DE ORGANIZAÇÃO.....	26
2.2	AGROECOLOGIA	30
2.2.1	<i>Os alimentos, o sistema agroalimentar corporativo e as simples mercadorias....</i>	32
2.2.2	<i>Abordagens socioambientais da agricultura.....</i>	39
2.2.3	<i>... e a Agroecologia.....</i>	48
2.2.4	<i>Breve trajetória: atores sociais (em) coletivos em movimento no Brasil.....</i>	52
2.2.5	<i>Construção social de mercados apropriados para a agroecologia.....</i>	58
2.3	CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO – CCC	63
2.3.1	<i>Aspectos teóricos e metodológicos dos circuitos curtos de comercialização</i>	67
2.3.2	<i>Dinâmicas relativas aos CCC</i>	72
2.3.3	<i>Redes e Cidadania Agroalimentar.....</i>	77
3	PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS NO ESTUDO SOBRE AGROECOLOGIA	85
3.1	<i>ESTUDOS INTERDISCIPLINARES ENQUANTO PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS.....</i>	85
3.2	<i>METODOLOGIA: PESQUISA PARTICIPANTE.....</i>	87
4	O CAMPO E A PESQUISA – CESTAS DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS EM FLORIANÓPOLIS.....	99
4.1	O CONTEXTO DE FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA, BRASIL	99
4.2	ATORES SOCIAIS E AÇÕES COLETIVAS NO ABASTECIMENTO AGROECOLÓGICO.....	105
4.2.1	<i>Experiências de Venda Direta por Pedido Antecipado identificadas na Região Metropolitana de Florianópolis.....</i>	105
4.2.2	<i>Relações, proximidades e participações.....</i>	142
4.2.3	<i>Considerações e análises iniciais.....</i>	155
5	ANÁLISES E DISCUSSÕES: O POTENCIAL SOCIAL DAS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS COLETIVAS DE COMERCIALIZAÇÃO.....	157

5.1	ATORES SOCIAIS COMO PROTAGONISTAS DO ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR	159
5.2	DINÂMICAS TERRITORIAIS DE ABASTECIMENTO	163
5.3	DINÂMICAS DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO	167
5.4	ARTICULAÇÕES EM REDE(S)	171
6	CONCLUSÕES.....	179
	REFERÊNCIAS	183

1 INTRODUÇÃO

Com a ampliação do debate público sobre os problemas socioambientais causados pelo sistema agroalimentar industrial, somada à emergência de possibilidades de acesso a alimentos saudáveis, novas dinâmicas de ação social têm surgido em torno da produção e acesso a alimentos de qualidade. Historicamente, os sistemas agroalimentares mundiais têm sido desenhados a partir de uma lógica colonialista e com base nos mercados mundiais.

A geopolítica mundial da produção e consumo de alimentos designa, então, quem são e o que produzem os países agroexportadores, explorados economicamente, assim como quem são e o que consomem os países importadores, os países *ricos*. A base desse sistema são as commodities agrícolas, a agroindustrialização e a produção de alimentos ultraprocessados - atrelados a um sistema mundial de comercialização - como base massiva da alimentação mundial. Como consequência desse modelo corporativista da produção e do consumo de alimentos, as populações locais dos países explorados pela lógica colonialista vêm perdendo seus territórios para as corporações do agronegócio. Shiva (2003) alerta para os riscos das monoculturas, especialmente das *monoculturas da mente*, como uma forma de apagamento das perspectivas de diversidade de possibilidade em torno da bio e agrobiodiversidade que é inerente e abundante nesses mesmos territórios e povos. O sistema agroalimentar corporativo tem como consequências mais evidentes a degradação ambiental, a concentração de renda, a exclusão social e a produção de alimentos de má qualidade nutricional que circulam pelos circuitos longos em torno das corporações da agricultura industrial. Ao mesmo tempo, é notável o crescimento da insegurança alimentar e da fome no Brasil (REDE PENSSAN, 2022).

Frente a esse cenário nada animador, a questão alimentar tem ganho espaços cada vez mais amplos no debate público global, e os sistemas agroalimentares têm sido vistos como centrais para a busca de modelos sustentáveis de produção, comercialização e consumo de alimentos. Os debates (e ações) em torno dos sistemas agroalimentares são, necessariamente, atrelados aos debates socioambientais, os quais mundialmente têm sido aglutinado em torno de agendas relacionadas à justiça ambiental e climática. A principal conclusão das 'lideranças mundiais' e grandes consensos mundiais em relação ao clima, a agricultura e aos alimentos são: a necessidade da transformação dos sistemas alimentares em larga escala, e uma mudança radical em relação aos paradigmas que orientaram as

mudanças agrícolas do século XX (PREISS; SCHNEIDER, 2020). É necessário haver uma transformação nos sistemas alimentares, na agricultura e nos meios de subsistência rurais, primando os consensos mundiais em torno do meio ambiente firmados na Agenda 2030, um acordo mundial transversal aos países visando ações globais para a sustentação ambiental do planeta Terra.

A emergência dos debates de lideranças mundiais (as que não pactuam com a perspectiva do negacionismo climático) apontam para a necessidade da implementação urgente de sistemas agrícolas de baixo carbono. Também é importante salientar o aspecto problemático em torno da elitização do consumo de alimentos de qualidade orgânica e agroecológica (GOODMAN, 2003, 2017; MIRANDA, 2020), que permeia o campo do consumo de alimentos *saudáveis*.

Dentro do escopo dessa discussão mundial, encontram-se as pautas sociais e políticas a respeito da revisão das relações de produção e consumo e de formas de organização econômica em torno de sistemas agroalimentares (SARAVIA, 2020) que têm como objetivo fomentar sistemas agroalimentares ambientalmente positivos e nutricionalmente saudáveis capazes nutrir grupos sociais cada vez mais amplos. Nesse campo de discussões contemporâneas sobre os sistemas agroalimentares e as relações econômicas, distributivas e socioambientais que o constituem, propomos uma pesquisa sobre os Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) de alimentos agroecológicos na formação de novas organizações e articulações em redes.

Socialmente, esse tema se justifica pela necessidade de reformulação dos sistemas alimentares e agroalimentares frente aos danos ambientais e os imensos problemas distributivos (em verdade, acumulativos) do sistema agroalimentar convencionalizado pela estrutura econômica dominante. Teoricamente, no campo das pesquisas sobre mercados globais, redes econômicas e agroecologia, os mercados apresentaram melhores formas de funcionamento em contextos onde existem maiores articulações em redes (LOCONTO; FOUILLEUX, 2019; NIEDERLE *et al.*, 2020). Na esteira dessa agenda de pesquisas, a presente investigação faz parte de uma sequência de estudos que tem identificado um campo de inovações sociais emergente no contexto de Florianópolis (SC) e seu entorno produtivo. Os estudos de Escosteguy (2019), Miranda (2020) e Souza *et al.* (2021) tem demonstrado a emergência de experiências inovadoras em torno de CCCs e de *vendas diretas* nesse contexto e, sobretudo, em torno da

conformação de uma Rede de Cidadania Agroalimentar (ou de redes) com potencial de governança do abastecimento agroecológico nesse centro urbano.

Em Florianópolis e sua região metropolitana, o consumo de alimentos frescos ‘básicos’, como frutas, legumes e verduras (FLV) e produtos artesanais através de *cestas de alimentos* tem crescido significativamente nos últimos anos. Uma característica deste contexto é a proximidade entre regiões de produção e consumo de produtos agroalimentares frescos, e a presença de organizações sociais e entidades de apoio que promovem mediações sociais em agroecologia através de assessoria técnica, pesquisa e extensão rural, articulação de projetos e recursos, além da incidência na elaboração de políticas públicas. Os atores sociais da agroecologia vêm realizando e pautando “ações coletivas portadoras de estratégias que buscam ativar o potencial endógeno e promover a biodiversidade ecológica e sociocultural da produção”, tal qual exposto por Saravia (2020, p. 02).

Nesse contexto, delimitamos o problema dessa pesquisa através da seguinte questão: Se, e como, os circuitos curtos de comercialização de alimentos agroecológicos são fatores estimuladores da formação de novas organizações e articulações em redes? Dessa forma, pretendemos compreender o funcionamento de um conjunto específico de experiências de comercialização agroecológica em CCC, as *vendas diretas por pedido antecipado* (VDPA), buscando conhecer suas especificidades, suas dinâmicas organizativas e analisar os desdobramentos coletivos gerados em torno dos circuitos e redes agroalimentares. O estudo foi embasado no estudo de múltiplos casos, através de 9 experiências de comercialização coletiva da agroecologia em venda direta através de *cestas de alimentos*, ativas em Florianópolis entre abril de 2019 e junho de 2022: Cestas de Alimentos Agroecológicos Ecoserra, Células de Consumo Consciente Comuna Amarildo de Souza, Células de Consumo Responsável, CSA Saraquá, Programa “Da Horta à Mesa”, da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, Estação de Permacultura Moinhos de Luz, Projeto Ação Compassos, Cestas da Agricultura Familiar de São Pedro de Alcântara e Sítio Florbela.

Como objetivos específicos, nos propomos a 1. entender quem são os atores sociais e como se operam as dinâmicas organizativas no interior dos circuitos curtos que operam por vendas diretas por pedido antecipado; 2. identificar se, e como, o processo de organização e construção desses mercados incide na formação de novas organizações

sociais; e 3. identificar e compreender como se articulam e se expandem as redes agroalimentares desde a construção social desses circuitos curtos.

A análise foi pensada e realizada através de duas principais categorias: a *formação de novas organizações sociais* e as *articulações em rede*, em diálogo com a fundamentação teórica enraizada na Agroecologia e nos Circuitos Curtos de Comercialização. O conjunto das informações e análises nos leva a concluir que os CCC analisados da RGF são resultado da trajetória histórica de organizações sociais em torno da agroecologia, ao mesmo tempo que ao construí-los se configuram novas relações, organizações e redes. Esse estudo evidencia que as dinâmicas organizativas para a comercialização implicam na coletivização do consumo em torno da agroecologia, mobilizando o engajamento de atores sociais distintos, instigando o surgimento de novas organizações. Através dos processos e dinâmicas organizativas entre produção e consumo, se abrem espaços de relação que são capazes de aproximar os vínculos entre as pessoas atuam como agentes do processo de produção e consumo, estimulando o fortalecimento das relações a organização coletiva entre os atores sociais em torno do abastecimento agroalimentar da agroecologia.

A tese foi organizada em três momentos. Apresentamos primeiramente a abordagem teórica da Agroecologia, enfatizando a perspectiva em torno do movimento social agroecológico e dos Circuitos Curtos de Comercialização. Mobilizamos os conceitos de *novos movimentos sociais* e de *redes de cidadania agroalimentar* para ajudarem a pensar sobre a complexidade desse fenômeno social, em uma perspectiva interdisciplinar em ciências humanas. Após lançar as bases teóricas e a metodologia, apresentamos o contexto do território de Florianópolis, sua região metropolitana e entorno produtivo. Os dados da pesquisa apresentam os atores sociais, as distâncias entre produção e consumo, os espaços de relação e a dinâmica organizativa das experiências estudadas. Finalizamos com as análises e conclusões da tese em torno da formação de novas organizações sociais e articulações em rede a partir, e em torno, desses circuitos muito curtos de comercialização da agroecologia.

Esperamos que esse estudo possa contribuir com a reflexão e com as práticas de comercialização e de redes da agroecologia. A riqueza encontrada no estudo, com certeza, não cabe apenas em dados e esquemas. Conforme refletimos no decorrer dessa tese, os valores que circulam nesses circuitos são materiais e imateriais, efetivos e afetivos. Estamos seguros da existência de terrenos férteis para a agroecologia, sendo

necessário o aprofundamento do enraizamento e a difusão de práticas sociais que a promovam e a nutram desde seus atores sociais e territórios.

2 AGROECOLOGIA & CIRCUITOS CURTOS: PERSPECTIVAS TEÓRICAS - E PRÁTICAS

Em 2021, investigamos¹ as formas e contextos nos quais os atores sociais rurais contribuem para o surgimento de trajetórias de inovação, a partir da percepção do surgimento de diversas novas iniciativas de Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) no contexto de Florianópolis e sua região metropolitana. Nesse texto utilizamos a perspectiva teórica das inovações sociais, que são dinâmicas organizativas resultantes da mobilização de diferentes grupos e atores sociais em torno de soluções inovadoras para problemas comuns. A organização culmina em soluções efetivas para os atores envolvidos, e irradiam também a um ambiente social mais amplo. Essa irradiação acontece através das redes entre os atores sociais, individuais e coletivos, e tem uma ampla potência de ação. Analisamos as dinâmicas de seus atores sociais, considerando as especificidades da agroecologia e dos mercados que dela derivam, através das noções de CCC e Redes de Cidadania Agroalimentar (RCA).

Esta tese parte do referido estudo e o aprofunda, questionando centralmente *se, e como, os circuitos curtos de comercialização de alimentos agroecológicos são fatores estimuladores da formação de novas organizações e articulações em redes*. Mobilizamos, centralmente, as dimensões teóricas e conceituais da Agroecologia e dos Circuitos Curtos de Comercialização para embasar os debates que essa tese pretende realizar. Nos apoiamos no conceito de *inovações sociais* para situar a condução do estudo sobre dinâmicas organizativas das redes e, buscando refletir sobre os atores sociais coletivos, suas organizações e irradiações, mobilizamos noções relacionadas a *novos movimentos sociais*. Entendemos inovações sociais como processos que envolvem centralmente a ação de atores sociais coletivos em torno da mudança de atitudes e na reconfiguração de situações problemáticas, de forma perene, e com capacidade de ampliar tais ações a grupos sociais mais amplos do que aqueles que iniciaram a ação (NEUMEIER, 2012, 2017). Por *novos movimentos sociais* entendemos as ações coletivas coordenadas, com objetivos em comum e com base nos valores políticos e culturais dos atores sociais que as compõem. A ação desses movimentos se desenvolve em torno de conflitos e/ou de situações problemáticas, a partir de contestações e de diversos

¹ Pesquisa realizada com Adevan Pugas, Oscar Rover e Eunice Nodari, citada no texto como Souza *et al.* (2021), publicada em <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2021.09.002>.

repertórios de ação. Nos *movimentos sociais*, a contestação vai buscar transformar as bases do sistema social. Nos *novos movimentos sociais*, as transformações sociais e podem ser compatíveis com o sistema social, agregar atores sociais desde diferentes experiências e perspectivas. Ao passo que o presente estudo diz respeito à comercialização e envolve uma diversidade de atores sociais, a partir de diversas perspectivas e engajamentos, essa noção parece adequada para dar suporte às nossas análises.

A Agroecologia é entendida aqui enquanto um *novo* movimento social: uma ação coletiva mobilizada por um conjunto de diversos atores sociais (organizações formais e informais rurais e urbanas, com diferentes formas e níveis de organização, provenientes da produção, da extensão rural, da pesquisa, do campo acadêmico, de organizações da sociedade civil e de educação popular), com objetivos reivindicatórios, agendas e pautas políticas em comum, em torno da organização de sistemas agroalimentares ambientalmente equilibrados, socialmente justos e baseados em saberes tradicionais e científicos. Embora a agroecologia inicialmente lidasse principalmente com aspectos de produção e proteção de cultivos, nas últimas décadas tem se tornado relevantes as dimensões ambientais, sociais, econômicas, éticas e de desenvolvimento envolvidas com os aspectos produtivos. Hoje, o termo *agroecologia* significa uma disciplina científica, uma forma de prática agrícola diversificada e um movimento político ou social (WEZEL *et al.*, 2009).

Enquanto *movimento social*, extrapola a ação e os atores que a articulam, reverberando para repertórios de ação mais amplos e para outros atores sociais. Enquanto um *novo movimento social*, agrega *novos* atores e tem em seu escopo, além de pautas reivindicatórias de espaço político e contestatórias em torno do sistema agroalimentar industrial e corporativo, repertórios de ação em torno da ação social para dentro do sistema vigente dos mercados, procurando a viabilidade econômica para as bases sociais do movimento (ou seja, os agricultores). Sua interface com os mercados a aproxima, também, dos *movimentos sociais econômicos*, ou seja, as ações coletivas organizadas que enfatizam as formas de se pensar a dinâmica e o comportamento econômico na sociedade e defendem, em suas lutas e repertórios de ação, que a economia seja pensada a partir de uma perspectiva social, para além dos mercados e das perspectivas economicistas. De acordo com Portilho (2009), os movimentos sociais econômicos são aqueles onde os atores sociais constroem uma nova cultura de ação política visando a reapropriação da

economia a partir de valores próprios. A autora ressalta que a interface entre movimentos sociais e mercado seja, talvez, “a característica mais marcante, diferenciadora e polêmica das mobilizações políticas atuais” (PORTILHO, 2009, p. 199). Nesse sentido, comércio justo, indicação geográfica, Slow Food, os movimentos de consumidores organizados e economia solidária são uma expressão de *movimentos sociais econômicos* que dialogam diretamente com a Agroecologia (SOUZA, 2008).² Esta, por sua vez, prescinde de um processo de organização de atores rurais e urbanos que propõe estratégias baseadas em sistemas agroalimentares - tramados por arranjos sociais, ambientais, culturais, econômicos, políticos de forma interdependente - *bons, limpos e justos*³, em contraposição à agricultura industrial (VALADÃO; MOREIRA, 2021). A Agroecologia existe em um campo de práticas sociais em que há dicotomias (rural – urbano, produção – consumo, sociedade – natureza), através das quais comumente se interpretam os fenômenos sociais.

Nossa ênfase nessa tese são as relações que se estabelecem em torno dos processos de organização para a comercialização com vendas diretas, em circuitos curtos e com proximidade geográfica. Fazemos uma leitura da trajetória de mobilização da Agroecologia e de sua organização, enfatizando o âmbito brasileiro. Para debater o âmbito da produção e circulação de alimentos, trazemos o conceito dos Circuitos Curtos de Comercialização como a estratégia de construção social de mercados da agroecologia, enfatizando os debates recentes no campo.

2.1 ‘Novos movimentos sociais’ como uma ideia transversal para pensar a agroecologia e suas dinâmicas de organização

A seguinte sessão tem por propósito situar as linhas gerais dos conceitos de *movimentos* e *novos movimentos sociais*. Tem como plano de fundo teórico a

² A aproximação da Economia Solidária com a Agroecologia foi estudada na dissertação de mestrado da autora, no âmbito do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/ UFRGS). Para acesso ao trabalho, consultar as referências bibliográficas.

³ A expressão ‘alimentos *bons, limpos e justos*’ foi cunhada e vem sendo trabalhada pelo Movimento Slow Food, e indica os atributos de *qualidade* relacionados aos alimentos: *bons* no sentido de saudáveis, benéficos para o consumo; *limpos* por não serem produzidos com agrotóxicos, transgenia e outras interferências da indústria agroquímica e genética; *justos* para agricultores e consumidores, por se atrelarem a sistemas sociais que buscam a equidade distributiva nas cadeias e processos relacionados à produção, comercialização e consumo dos alimentos. O Slow Food utiliza esta expressão para referir-se aos alimentos agroecológicos, mas também aos alimentos tradicionais, nativos, ‘da terra’. Neste trabalho, tomamos a expressão de empréstimo para ressaltar os atributos de qualidade relacionados à saúde, ao meio ambiente e à equidade social intrínsecos aos alimentos agroecológicos.

agroecologia e os CCC, abordagens mobilizadas como referência de suporte para compreender e analisar o fenômeno social contemporâneo em torno das experiências agroecológicas coletivas em crescimento no recorte territorial de Florianópolis e adjacências.

São diversas as perspectivas teóricas e analíticas existentes para a problematização dos movimentos sociais e dos *novos movimentos sociais* como campos de estudos. Mocelin (2009) indica que não existe uma definição consensual sobre ambos os conceitos – apesar a ideia de *movimento social* permear a própria discussão sociológica desde suas origens, sendo os movimentos sociais as forças centrais da sociedade por serem a sua trama. Ainda assim, algumas questões teóricas delineiam o quadro de referência, especialmente a partir do desenvolvimento das teorias sociológicas sobre ação social, por volta da década de 1960, que deslocam o centro da análise do Estado-Nação para a Sociedade Civil.

Para Melucci, os atores sociais coletivos tem capacidade para revelar novas leituras sobre a realidade. É nessa ação que novas formas de ação social tomam relevância. O debate sobre a *novidade* dos novos movimentos sociais constitui uma reveladora estrutura de referência por expor as ambiguidades epistemológicas e as consequências da compreensão social de um fenômeno com um importante papel nos sistemas sociais contemporâneos (MELUCCI, 1999). Para o autor, as características distintivas dos *novos* movimentos sociais não são evidentes, e o conceito – ou a noção – deve ser sempre situada em sua natureza transitória e relativa. Sobretudo, historicizada, e não ingenuamente globalizante. Melucci (1999) afirma que os movimentos contemporâneos, assim como outros fenômenos coletivos combinam formas de ação que a) concernem a diferentes níveis ou sistemas da estrutura social; b) implicam em diferentes orientações (políticas), e c) pertencem a diferentes fases de desenvolvimento de um sistema, ou a diferentes sistemas históricos.

Na abordagem teórica culturalista (ou *acionalista*) sobre movimentos sociais, a ação coletiva é vista como uma perspectiva subjetivista dos fenômenos, e explicada a partir da ação dos sujeitos sociais (GUIMARÃES; BARROS, 2013). Nessa abordagem, analisa-se o papel dos indivíduos e dos atores sociais coletivos como agentes de pressão social (TOURAINE, 1989), e a perspectiva da transformação social pela ação coletiva se dá a partir do campo da cultura, envolvendo as identidades e a solidariedade entre os sujeitos.

Na perspectiva marxista, os movimentos sociais se articulam em contraponto aos interesses do capital e em torno da emancipação do trabalho. O campo da economia e a luta de classes são centrais para a geração de transformações nas estruturas sociais (e para a análise dos fenômenos sociais). Embora difícil de situar teoricamente o pós-modernismo ou a pós-modernidade, GUIMARÃES e BARROS, 2013 indicam que nessas análises os novos movimentos sociais são analisados como fenômenos sociais distantes dos conflitos de classe em seu processo de organização e de ação (LACLAU; MOUFFE, 1988). Nessa perspectiva de análise, os conflitos de classe não são os elementos centrais para os atores sociais no processo de mobilização, organização e de ação política dos movimentos (GUIMARÃES; BARROS, 2013).

Nesse trabalho, nossa aproximação teórica dialoga com a abordagem culturalista e considera as relações econômicas e de poder como transversais às questões sociais. Entendemos que os fenômenos sociais são multidimensionais, sendo ao mesmo tempo, socioculturais, socioeconômicos e socioambientais. Dessa forma, a pressão social realizada por atores sociais coletivos dialoga com diferentes dimensões relacionais.

Alain Touraine (1977; 1989), sociólogo francês, entende por movimentos sociais as ações de agentes das classes sociais, em uma situação histórica determinada, em luta para o controle do sistema através da reivindicação por mudanças estratégicas. Para ele, são ações associadas a interesses frutos de ação coletiva, em contestação em relação a algum agente central, disputando a direção de seu campo cultural através de uma organização identitária. Para Rios (1986) a formação de um movimento social exige a participação ativa e a interação constante de atores sociais, levando à sua estruturação e organização através de uma estratégia em comum e um programa de ação. Castells (1997) enfatiza o caráter propositivo dos movimentos na incidência de resultados em transformações de valores e instituições da sociedade, sendo, para o autor, eles mesmos, os principais sujeitos sociais da era da informação. Tarrow (1994) define os movimentos sociais através da expansão da atividade política e defesa de interesses a partir de formas de contestação em torno de protestos, mobilizações e passeatas (MOCELIN, 2009). Maria da Glória Gohn (1995), a partir da trajetória dos movimentos sociais brasileiros, identifica-os como ações coletivas de caráter sociopolítico, construída por atores sociais de diferentes classes e camadas sociais com referenciais de valores culturais e políticos coletivos, que politizam suas demandas e estruturam ações de interesse comum a partir da criação de repertórios sobre temas e problemas em torno de conflitos e disputas. Em todas

as perspectivas, os (e as) participantes dos movimentos sociais acionam projetos relacionados a identidades em comum e são eles (e elas) mesmos mobilizadores de símbolos e significados (MOCELIN, 2009).

De maneira geral, as definições de *movimento social* têm sua ênfase no mundo do trabalho e, especialmente na perspectiva marxista, nos conflitos entre classes sociais. Seus atores tradicionais são os movimentos sindicais, o movimento operário e outros grupos mobilizados em torno das lutas por condições e melhorias a situações decorrentes dos arranjos de poder. Os *novos movimentos sociais* distanciam-se do caráter classista e abarcam outros conflitos, disputas e contestações que, embora mais relacionados a dimensões da identidade, não tenham perdido o sentido de crítica às condições socioeconômicas predominantes. Ainda segundo Mocelin (2009), a contestação em torno das classes sociais agiria em um nível sistêmico na sociedade, enquanto outros tipos de ação coletiva, mesmo que em torno de conflitos, podem ser compatíveis com o sistema social.

Scherer-Warren (1996) indica que os *novos movimentos sociais* estão diretamente relacionados com a geração de novos direitos, criando narrativas que valorizam a participação ampliada das bases sociais através do estabelecimento de mecanismos de democracia direta. Estes podem ser caracterizados por um processo cuja manifestação pode ser episódica ou sistemática e expressam a vontade de grupos sociais que constituem os movimentos (MOCELIN, 2009) – ou seja, ainda que possam ter lideranças individuais, são eminentemente coletivos em sua concepção e representação. Portanto, no decorrer deste trabalho, nos referimos a *sujeitos sociais* enquanto indivíduos, a *atores sociais* como representantes de coletividades e a *atores sociais coletivos* como os grupos, organizações, agrupamentos e redes, com maior ou menor grau de formalização ou institucionalidade, que conformam os *movimentos* e *novos movimentos sociais* atuantes no território.

A complexidade social de hoje dá vazão à formação e criação de *novos movimentos sociais*. Na pluralidade das sociedades contemporâneas, se mobilizam coletividades que buscam a introdução de novos valores relacionados a atores sociais invisibilizados, ou de novas práticas que resgatem esses valores. Wilkinson (2008) aponta a resposta de movimentos sociais mundiais ao setor convencional, como o Movimento Slow Food relacionando a produção local ao objetivo da biodiversidade e o Comércio Justo aumentando a reivindicação por maior justiça nos mercados internacionais e locais,

a adaptação de critérios comerciais às condições e realidades locais, trazendo à tona discussões em torno da transparência nas cadeias produtivas e processos comerciais, a aproximação entre P/C através da informação e do encurtamento de cadeias.

Em acordo com Saravia (2020), percebemos que tanto os movimentos sociais quanto as organizações de base cooperativa e associativa estão recuperando e criando práticas *socioeconômicas* pautadas na justiça social, nos territórios e na natureza. Os atos criativos desses atores sociais coletivos são necessários e urgentes, por construírem cenários “donde el vínculo entre las personas, sus territorios y la naturaleza, es concebido desde principios diferenciados, apelando a la recuperación de la confianza en lo colectivo (...) y el trabajo en red.” (Saravia, 2020, p. 02). A comercialização e os mercados passaram a se tornar estratégias de distribuição de recursos que representem relações justas para os agricultores, voltando a circulação de *valores* para dentro das cadeias produtivas. Importante salientar que a circulação de valores não é infinita, pois é apropriada (e disputada) na forma de renda pelos diferentes agentes envolvidos, onde nem todos irão acumular. Wilkinson (2008) entende que essas estratégias complementam o movimento de reforma agrária a favor da redistribuição dos ativos, mas agora gerando ativos a partir da esfera do comércio.

Observamos, nesta pesquisa, que a esfera do comércio vem efetivamente se desenhando como uma estratégia também a novos movimentos sociais como a agroecologia, bem como os movimentos por acesso à terra e direito ao território. Wilkinson (2008) indica que o produto agrícola original se tornou uma referência chave de qualidade frente aos alimentos da indústria alimentar. A qualidade, então, é posta em pauta tanto como uma busca no âmbito do consumo quanto como uma estratégia competitiva, e se torna um elemento central na pauta, na articulação e no campo de estratégias da agroecologia e dos movimentos em torno dos sistemas agroalimentares – que são, essencialmente, sociais e ambientais (ou, como preferimos, socioambientais, evitando a dualidade sociedade-natureza). A construção destes mercados envolve tanto o esforço diário dos agricultores na criação de novas formas de manejo dos recursos naturais quanto a ação política de organizações e movimentos sociais econômicos atuando em escala global (MUÑOZ; NIEDERLE, 2018).

2.2 AGROECOLOGIA

A questão ecológica se reflete em todas as relações sociais e na própria ideia de social (SILVA; SÁ, 2021). No campo dos sistemas agroalimentares, é na articulação entre o social e o ambiental, que *agroecologia* se aponta como um paradigma de sistema agroalimentar específico. Nesta sessão, problematizamos o sistema agroalimentar industrial, discutimos o contexto histórico onde surge a agroecologia, seus aspectos emancipatórios e as estratégias utilizadas pelos atores sociais através da comercialização, para a realização dos sistemas agroalimentares agroecológicos.

A produção, o abastecimento e a comercialização de alimentos são hoje, e historicamente, um campo central de disputas políticas ao redor do mundo, com múltiplas tensões nos territórios, especialmente nos países latino americanos, sul-asiáticos e sul-africanos. Atualmente, a qualidade e o acesso a alimentos têm ocupado espaços centrais no debate público (CRUZ; SCHNEIDER, 2010; RECINE; FRANCO; GONSALVES, 2021; SARAVIA, 2020).

A alimentação tem sido historicamente tratada e conduzida por governos e corporações sob a perspectiva unilateral dos mercados (sobretudo dos mercados globais), negligenciado sua centralidade nas sociedades humanas e na vida planetária. A agricultura industrial e os sistemas agroalimentares relacionados a ela não são capazes de resolver problemas sociais, distributivos, econômicos e ambientais. Pelo contrário: o modelo agroalimentar baseado no colonialismo, na divisão internacional do trabalho e da agricultura – atualmente operado pelas corporações do agronegócio – tem gerado, historicamente, pobreza, fome, degradação humana e ambiental em grandes escalas.

A crescente ‘crise ambiental global’, desastres socioambientais e colapsos de ecossistemas e ‘recursos’ locais tem gerado preocupações crescentes da sociedade civil, da ciência e dos governos. Goodman (2003) sugere o conceito de ‘quality turn’, apontando para uma *virada nos padrões de qualidade* em torno do padrão e preferências de consumo, e conseqüente direcionamento dos mercados, pesquisas e atores sociais em torno da *qualidade dos alimentos*. Esse fenômeno social emerge a partir de fatores conjunturais, como os riscos e a crise de confiança atrelados à pandemia da Encefalopatia Espongiforme Bovina (ECB), febre aftosa e outros ‘escândalos alimentares’ relacionados à indústria corporativa de alimentos. Os consumidores de classe média, fazendo um movimento de busca de *qualidade*, incentivaram o crescimento de alternativas ao abastecimento via supermercados, “gerando o fortalecimento de mudanças culturais nos hábitos alimentares contemporâneos” (GOODMAN, 2017, p. 61). O autor

identifica uma nova tendência que demonstra interesse no local, em práticas alimentares alternativas e enraizadas socialmente. Nesse nível, enraizamento, confiança e local estariam entre os conceitos chave empregados para entender a virada da qualidade nas práticas alimentares (CRUZ; SCHNEIDER, 2010)

Allain e Guivant (2010) apontavam a quantidade de estudos sobre confiança ligada à alimentação nos países do norte global. As autoras indicam que no Brasil existem menos casos e crises públicas em torno dos riscos alimentares em função do sistema de segurança alimentar não ser eficiente para detectar os riscos, por estes não se tornarem um centro de conflitos políticos e um assunto público. “No Brasil, essas crises, apesar de sentidas, tiveram consequências sem que houvesse questionamento do sistema de segurança alimentar ou se considerasse a opinião pública sobre os riscos alimentares (ALLAIN; GUIVANT, 2010).⁴

Menashe (2019) observa as tendências da alimentação contemporânea que vem apontando para movimentos de valorização de produtos tradicionais, e observam que a confiança é acionada em contextos marcados pela informalidade e por relações de proximidade entre produtores e consumidores de alimentos (MENASCHE, 2019).

Seguindo essas reflexões, entendemos e situamos o alimento como um elemento relacional cotidiano, desde a experiência de vida de agricultores e consumidores, que pode comunicar vínculos e distanciamentos entre a produção e o consumo. A qualidade dos alimentos e das relações sociais envolvidas nos sistemas agroalimentares são questões sensíveis que envolvem disputas de poder, de hegemonia, pluralidade e sentidos. Como veremos a seguir, a trajetória da agricultura hegemônica demonstra um projeto político de distanciamento e de sentido único para o alimento, a agricultura e seus processos sociais e ambientais. A sociedade e a pluralidade que lhe conformam também, historicamente, criam contraponto, alternativas e resistências. Dessa forma, no Quadro 1 (integrante da próxima sessão) iremos observar a agroecologia em seu processo histórico.

2.2.1 Os alimentos, o sistema agroalimentar corporativo e as simples mercadorias

⁴ O sistema de segurança alimentar brasileiro tem sido sistematicamente desarticulado. Em 2016, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto, e as pautas específicas da Agricultura Familiar passaram a ser tratadas pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), sem diálogo com as especificidades da produção de alimentos. Em 2018, foi extinto o Sistema Nacional de Segurança Alimentar, precarizando em níveis extremos as condições sociais de promoção de segurança alimentar, e pavimentando caminhos para situações extremas de abusos socioambientais e agroalimentares.

Davis (2002), a partir de uma leitura histórica dos processos de colonização mundial, mostra a indução dos povos nativos e trabalhadores a uma economia baseada na exportação das riquezas adquiridas nos países colonizados para os países colonizadores. Seu trabalho revela que a exploração comercial e a deslocalização das economias para o mercado externo sempre foi vantajosa unilateralmente para os países dominantes. Para os territórios e seus habitantes, as exportações não representavam retorno: nem para as rendas familiares, nem em forma de investimento estatal e nem como alguma forma de capital social. Nodari e Espíndola indicam que na região oeste do estado de Santa Catarina, no Brasil, “historicamente, pode se observar que os pequenos produtores têm sido os maiores prejudicados no desenvolvimento econômico da região desde que práticas capitalistas foram introduzidas na região” (NODARI; ESPÍNDOLA, 2013, p. 168).

O controle estrangeiro sobre as rendas e recursos básicos de desenvolvimento impôs severos déficits comerciais e diminuiu a garantia alimentar das populações locais, onde

os déficits comerciais impostos à força, as campanhas de exportações que diminuíram a garantia alimentar, a excessiva taxaço e o capital mercantil predatório, o controle estrangeiro sobre as rendas e recursos de desenvolvimento fundamentais, a guerra crônica imperial e civil, um padrão ouro que bateu as carteiras dos camponeses asiáticos: essas foram as modalidades fundamentais pelas quais o fardo do ‘ajuste estrutural’ na economia mundial de fins da era vitoriana da Europa e América do Norte foi transferida para os agricultores (DAVIS, 2002, p. 316).

A estrutura desigual de trocas comerciais entre países se constituiu a partir da consolidação das relações imperialistas nos países ‘periféricos’ (sic.), onde as dinâmicas de extração, produção e exportação foram estruturadas globalmente e voltadas ao abastecimento das coroas imperiais. Nesse sistema, foram implantados modelos e formatos de agricultura de acordo com demandas para aquecimento de mercados, que são constructos sociais, cultivos e criações para satisfação das necessidades humanas, em interdependência com os ciclos naturais.

A organização mundial do modelo agroexportador significou a consolidação de monoculturas e criações comerciais em grandes escalas, representando grandes concentrações de terra e de capital, e a consolidação de oligopólios comerciais mundiais articulados aos setores políticos nacionais. Significou, também, amplos processos de destituição dos povos e grupos locais de seus recursos, suas referências culturais e mesmo

de seus lugares, em nome de interesses e ciclos comerciais pautados em uma perspectiva universalista de desenvolvimento a partir de uma pretensa superioridade étnica. O processo de colonização e a perspectiva colonialista – de quem o liberalismo, o desenvolvimentismo e o neoliberalismo são frutos – levou os países colonizados e os territórios e povos sujeitados pelas estruturas e instituições hegemônicas ao “esgotamento ou perda de direito à base de recursos naturais da agricultura tradicional” (DAVIS, 2002, p. 320) entendido como empobrecimento ecológico. Davis (2002) afirma que a vulnerabilidade das famílias de agricultores tradicionais, atrelada a fatores climáticos, é agravada tanto pela perda da estabilidade ecológica antrópica (derrubada de florestas e vegetações nativas para os latifúndios e monoculturas de mecanização e adubação intensiva, substituição de culturas nativas por sementes e cultivos domesticados europeus, alterações na fauna e na microfauna), quanto pela descapacitação dos estados e governos locais frente aos poderes hegemônicos transnacionais. Davis revela ainda a interdependência existente entre vulnerabilidade, pobreza ecológica e as estruturas de poder e de dominação colonialista.

A década de 30, nos EUA, marca um período de crescimento das populações Urbana e Rural. A lógica da extensão rural começa a ser expandida para diversos países da América Latina, num contexto em que a Revolução Verde surge para servir as necessidades do meio urbano (MCNEILL, 2010). A industrialização da agricultura e a uniformização dos processos de produção agroalimentar demandam, da extensão rural, a criação de técnicas de combate para o que é considerado ‘praga’ nas plantações. Através dos cultivos especializados, se garantiu a produção de alimentos de baixo custo pela indústria, ainda que apresentem baixa qualidade nutricional, com elevados riscos de contaminação, além dos prejuízos conhecidos e consolidados à natureza e à saúde humana. A finalidade corporativa é de que a totalidade da produção agrícola dependa de uma divisão internacional de trabalho agrícola (com as diferenças e tensões colonialistas entre, genericamente, o norte e o sul do mundo – com todas as diferenças contextuais que devem ser consideradas).

Esses mecanismos são coordenados por cadeias corporativas, cujas relações comerciais são regidas por instituições internacionais e mundiais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os protocolos da Organização Mundial do Comércio (OMC). No modelo macroeconômico e agroexportador a agricultura assume a forma de commodities agrícolas direcionadas ao comércio mundial ao passo que o agronegócio

centraliza as proteções à propriedade intelectual; a demanda da indústria química é preterida em detrimento à produção de alimentos, à qualidade nutricional e ao deterioramento de sistemas naturais e sociais. McMichael (2006) menciona como exemplos o dumping praticado pelo hemisfério norte e as regras de liberalização da OMC desapossando agricultores julgados como ineficientes. Michel Chossudovsky (1999) faz uma leitura crítica a respeito da política mundial realizada pelas instituições internacionais em consonância com as corporações e os governos. Ele indica o papel central das reformas macroeconômicas e os ajustes estruturais dessas reformas como os causadores da crise global. O sistema de economia global caracteriza-se tanto pela consolidação da mão de obra barata, quanto pela procura de novos mercados consumidores. São forças que sustentam a política financeira internacional às custas do empobrecimento de grandes setores da população mundial. O autor ressalta ainda que as instituições de Breton Woods exercem papéis diferentes nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento, em especial em relação às dívidas, embora exista o consenso político da adoção de uma agenda política neoliberal mundial.

Os pequenos agricultores, nesse regime, recebem demandas locais e mundiais de requisitos de certificação, para alcançarem competitividade de mercado em relação aos fluxos de grãos a baixo preço e frente a políticas que favorecem o regime corporativo. A agricultura familiar, as pequenas unidades de produção, as formas tradicionais, territoriais, mais ou menos autônomas de trabalhar a terra e os agroecossistemas, se modificou, refreou, resistiu e se transformou durante todo esse processo de modificação dos significados atribuídos à natureza. Em um contexto de profunda vulnerabilidade ambiental, de persistência da fome mundial, onde o modelo político e econômico orquestrado pelo agronegócio global cristaliza o processo de degradação socioecológica e aprofunda padrões históricos de expropriação, está o papel restaurador de formas alternativas e tradicionais de agricultura.

O que acaba por conformar o regime alimentar corporativo são os tensionamentos entre o modelo agroexportador, de alimentos padronizados, e dos sistemas alimentares agrobiodiversos, de orientação para mercados regionalizados e envolvendo referências culturais e identitárias dos grupos sociais sujeitados ao processo corporativista agroalimentar. A industrialização das atividades agrícolas contribuiu para marginalizar sistemas diversificados de produção agrícola e agroindustrial (WILKINSON, 2008).

Fica evidente que a ideia de agricultura convencional está diretamente atrelada às lógicas de dominação da natureza⁵ e dos povos, aos processos de colonização, à uniformização de práticas, cultivos e alimentos – elementos originários da agricultura industrial contemporânea. *Agricultura convencional* é um termo utilizado de forma bastante ampla como sinônimo de *agricultura industrial*. A agricultura industrial foi sendo *convencionalizada* por um modelo agroindustrial mundial, através dos pacotes tecnológicos amplamente implementados pela pesquisa e extensão rural (COMUNELLO; FLEURY, 2010) a partir dos interesses comerciais das corporações agroalimentares e instituições mundiais (CHOSSUDOWSKY, 1999). Tornar ‘convencional’ um modelo agrícola e agroalimentar altamente dependente de insumos externos e de grandes circuitos (aos que Ploeg (2008) define como *Impérios Agroalimentares*) trata-se mais da construção de um imaginário social em torno do *agronegócio* dos mercados mundiais, que de uma agricultura ‘comum’ e ‘ordinária’ praticada nas bases da agricultura familiar e camponesa.

O uso intensivo de agrotóxicos na agricultura e diversas questões e interfaces socioambientais relacionadas ao ‘modelo desenvolvimentista mundial’ – consolidado mundialmente através da chamada revolução Verde – vem sendo estudadas, alertadas e denunciadas por cientistas, pesquisadores/as, povos tradicionais e ambientalistas de diversas partes do mundo em décadas.

A Revolução Verde foi um projeto de expansão tecnológica mundialmente difundido em benefício da indústria agrícola, que desenhou o sistema agrícola e alimentar atualmente predominante. Mesmo com o discurso da erradicação da fome no mundo, não beneficiou a produção e distribuição de consumo da população brasileira, mas consolidou o Brasil e países latinoamericanos em um campo de produção e exportação de *comodities* agrícolas. Tampouco representou melhorias de qualidade de vida, renda, trabalho e inclusão produtiva à grande maioria dos agricultores e população do campo. Efetivamente, as consequências do processo histórico de *empobrecimento ecológico* e o projeto produtivista da revolução verde que constituem os *Impérios Alimentares* (PLOEG, 2008) tem efeitos diretos no empobrecimento da alimentação e na sua distribuição desigual, na geração de mudanças climáticas, nas perdas da diversidade genética, que representa sérios riscos à soberania e segurança alimentar e vulnerabiliza a

⁵ Esse tipo de avanço do capital sobre a natureza é também expressão da civilização humana, enquanto processo. É preciso discutir tal processo e tomar medidas de ajuste.

saúde global. O sudeste asiático, onde começou a Revolução Verde, tem hoje em sua maioria uma economia pouco ou quase nada dependente da agricultura.

No Brasil, a Revolução Verde se instaurou com força nas décadas de 1950 e 1960. Esse arranjo político ambicionou representar uma resposta homogênea à fome – que nos anos 1950 atingia quase a metade da população mundial, da qual grande parte, vivendo em ambientes rurais empobrecidos e degradados. Para tanto, concentrou a pesquisa em direção ao aumento da produtividade de 3 cultivos (arroz, milho e trigo), transformando estruturas produtivas e culturas alimentares (ABRAMOVAY, 2021).

A expansão da agricultura industrial no Brasil afetou e transformou profundamente os modos de ocupação da terra, os cultivos e as técnicas tradicionais em torno da biodiversidade, e permeou também as Universidades e a Extensão Rural. A difusão das técnicas produtivas (produtivistas) orquestrada pela difusão da RV aprofundou a produção em monoculturas, os latifúndios e a inserção das corporações internacionais no sistema agrícola e agroalimentar, gerando um processo de expulsão de agricultores tradicionais e populações tradicionais dos territórios devido à expansão das fronteiras agrícolas. Esse processo acentuou a concentração de terras e exclusão social.

Durante a década de 1970 e 1980 a agricultura convencional foi implementada. A partir de meados da década de 80, com fim da Ditadura Militar e a democratização do Brasil, passaram a entrar nas pautas de organizações sociais, dos movimentos rurais e ambientalistas e de grupos vinculados à pesquisa e extensão rural vinculados à questões sociais e ambientais (CRUZ; SCHNEIDER, 2010).

No caso do Brasil, aposta governamental histórica e recente (considerando que desde 2008 o Brasil se tornou o maior consumidor de agrotóxicos do planeta e somente entre 2018 e 2022 liberou o registro de mais de 1500 novos agrotóxicos para uso⁶, em um período de gestão política anti-ambientalista sem precedentes), tem sido no mercado internacional de *comodities* agrícolas com uso intensivo de agrotóxicos.

Acompanhamos nos últimos anos, durante o período do governo da extrema direita brasileira, a redução de renda das famílias, o desmonte de políticas públicas (GRISA *et al.*, 2022; PEREIRA LEITE; SABOURIN, 2021) e de instâncias de

⁶ Informações geradas a partir de um estudo da Campanha Brasil Livre de Transgênicos e Agrotóxicos, um movimento social, junto com a Abrasco – Associação Brasileira de Saúde Coletiva. As informações podem ser verificadas em <https://contraosagrototoxicos.org/base-de-conhecimento/>.

participação, consultivas e deliberativas em torno da Agricultura Familiar e da garantia ao direito à alimentação. A ausência do Estado e das políticas públicas estruturantes e necessárias à agricultura familiar produtora de diversidade alimentar para o abastecimento nacional, sobretudo o relacionado à agricultura orgânica, à agricultura familiar produtora de alimentos e à agroecologia, tanto é perceptível nas cidades, quanto foi amplamente relatada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (RBPSSAN) em 2022, que mostra o retorno do Brasil ao mapa da fome e analisa suas causas⁷.

Ao mesmo tempo, despontam os debates em torno da necessidade de haver uma transição dos sistemas alimentares globais para modelos baseados na sustentabilidade. Autores contemporâneos como (GLIESSMAN, 2001; CAPORAL; COSTABEBER, 2004; ALTIERI; NICHOLLS, 2012; SARANDÓN; FLORES, 2014) propõem a transição da agricultura industrial para agriculturas de base agroecológica de forma processual, complexa e dinâmica, sob a qual conceituam como *transição agroecológica*⁸. A complexidade desse processo reside na necessidade de um rompimento com o modelo da agricultura industrial e assumir – desde os governos, empresas, agricultores e todos os atores envolvidos – concepções sobre os processos e objetivos da agricultura a partir de uma concepção socioambiental e ecológica. Vandana Shiva (2003) ilumina esse debate através da ideia de ‘monoculturas da mente’, desde onde a uniformidade (perspectiva colonialista e desenvolvimentista) e a diversidade (perspectiva dos povos tradicionais e socioambientalista) não são apenas maneiras de pensar e usar a terra, são maneiras de viver e de se relacionar – e essas maneiras se desdobram em perspectivas políticas, na regulamentação de leis e normativas. Quando a diversidade biológica e cultural desaparece da percepção, as alternativas dos povos deixam de existir. A invisibilidade, para Shiva (2003), é a primeira razão pela qual os sistemas vivos entram em colapso, pois ela causa o esquecimento e o desaparecimento do mundo. O sistema dominante parte da perspectiva de uma única tradição universal, e nele os diversos saberes locais são classificados como primitivos e anticientíficos, pois não são moldados e adequados à produção de acordo com os moldes tecnocientíficos e industriais.

⁷ Dados do Inquérito mostram que no final de 2020, 19,1 milhões de brasileiros conviviam com a fome. Em 2022, esse número subiu para 33,1 milhões de pessoas. Informações disponíveis em <https://olheparaafome.com.br/>.

⁸ Becker e Silva fazem um resgate histórico do conceito operativo de *transição agroecológica* (BECKER; SILVA, 2021). Ver: <https://downloads.editoracientifica.org/articles/210605044.pdf>

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), ainda em 2014, ampliava mundialmente a pauta da importância da agricultura familiar para a produção mundial de alimentos e seu vínculo indissociável à promoção de segurança alimentar para as populações do mundo. Indicava a necessidade de condições agroecológicas para um desenvolvimento exitoso da AF com características territoriais, e alertava para o seu papel socioeconômico, social e cultural (FAO, 2014). Com base em estudos atrelados a essa organização, Wijeratna (2018) indica que cerca de 500 milhões Unidades Familiares Rurais (UFR) produzem cerca de 80% dos alimentos do mundo, desde onde cerca de 50% das pessoas envolvidas na produção são mulheres. O autor argumenta que os sistemas agroecológicos de base familiar são superiores à agricultura industrial de alto insumo externo e são altamente produtivos, altamente sustentáveis, capacitam as mulheres, criam empregos, envolvem a juventude, proporcionam maior autonomia, resiliência climática e múltiplos benefícios sociais, culturais e ambientais para mulheres e homens em comunidades rurais e urbanas.

Perez-Cassarino (2013) discute o tema da transição agroecológica a partir de uma perspectiva multidimensional em torno de motivações técnicas e produtivas, ambientais, socioculturais, econômicas e políticas voltadas aos agricultores familiares.

Burigo e Porto (2021) indicam que nas últimas décadas, diferentes grupos e especialistas em temas como Segurança Alimentar e Nutricional, biodiversidade e mudanças climáticas tem se dedicado a buscar alternativas para o sistema agroalimentar dominante e seus efeitos em torno do esgotamento de recursos naturais, desertificação, degradação e contaminação dos solos, escassez de água doce e perda de biodiversidade. Altieri e Nicholls (2021) propõem uma reorientação drástica a sistemas de produção resilientes com base na Agroecologia. Buscamos aprofundar esse tema, orientando o debate para as *alternativas* em curso no campo da produção e consumo de alimentos saudáveis.

2.2.2 Abordagens socioambientais da agricultura...

As ações e estratégias que conhecemos hoje em torno da agroecologia e de seus circuitos de comercialização se alimentam e tem seus vínculos na articulação coordenada e a ação intencional entre os atores sociais coletivos, envolvidos e proponentes das

discussões e ações em torno da(s) agricultura(s) alternativa(s). No sul do Brasil, esses atores são as organizações sociais, grupos informais, associações, cooperativas. Os sujeitos são agricultores, professores, extensionistas, pesquisadores, estudantes, e mais recentemente, consumidores (trabalhadores e moradores de centros urbanos de maneira genérica), em diferentes formas de integração e organização – o que significa dizer, também, interagentes em diferentes coletividades.

Através de sua atuação histórica, os atores rurais pertencentes e diretamente relacionados ao meio rural vem tecendo a agroecologia – a partir do que se conhece genericamente como *agricultura alternativa* – em suas interações e intercooperações. Sua atuação territorial se dá através de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), pesquisas, educação popular, experimentações produtivas, intercâmbios de saberes e das diversas formas de ação participativa com agricultores e suas organizações. O trabalho desses atores sociais se desdobra na organização de projetos, assistência técnica e extensão rural, debates sobre a função social da terra – e das lutas em torno do acesso à terra -, e em estudos e pesquisas em torno das questões sociais, ambientais, políticas e econômicas envolvidas com a agricultura e a alimentação.

Antes da articulação coletiva e coordenada em torno da Agricultura Alternativa (AA) passa a ser uma importante expressão em contraponto à agricultura industrial *convencionalizada*. No Brasil, a AA toma força especialmente a partir da década de 1980, período histórico que marca a redemocratização do país e a liberdade de expressão e de trânsito dos mais diversos atores sociais com atuações em torno de pautas sociais, democráticas e emancipadoras – especialmente aquelas pessoas relacionadas com educação popular e movimentos sociais de base.

Nesse contexto, diversas questões sociais e ambientais decorrentes das formas e políticas agrícolas pautadas na Revolução Verde (RV) emergem (a poluição da água, a degradação dos solos, a má qualidade dos alimentos, a diminuição da biodiversidade, o êxodo rural, a fome). Abre-se um campo de contestação, que provoca a criação e o resgate de formas alternativas de agricultura frente à agricultura industrial. Sua promoção, ampliação e difusão passam a ser cada vez mais pautadas por atores sociais relacionados à extensão rural, ao campo produtivo, ambientalistas, estudantes e pesquisadores.

O estabelecimento da agricultura convencional no mundo se dá no início do Século XX na América do Norte e Europa (JESUS, 2005; MCNEILL 2010). No mesmo

século, em 1977, o documento intitulado Relatório Holandês trazia a denominação Agricultura Alternativa (JESUS, 2005; MORO, 2012). O nome *agricultura alternativa* teve também como referência a importante obra de Schumacher (1973), que tratava de tecnologias adaptadas às condições econômicas, sociais e culturais chamadas de tecnologias apropriadas ou alternativas. Jesus (2005) analisa que a AA não se tratava de modelos e técnicas de produção, mas de um conjunto de movimentos alternativos, os quais são descritos na literatura por diversos autores (JESUS, 1985, 1996; BONILLA, 1992; EHLERS, 1994; PASCHOAL, 1995), entre muitos outros. Essa perspectiva de análise é interessante para entendermos um pouco mais das relações sociais que construíram, mundialmente, a agroecologia.

Nos EUA, em 1989, o National Research Council (NRC) produziu estudos sobre o papel dos métodos alternativos na moderna produção agrícola. As pesquisas em torno da AA já ganhavam relevância demonstrando os problemas decorrentes da Agricultura Industrial e outras possibilidades de produção agrícola e agroalimentar.

Moro (2012) indica que o movimento alternativo surgiu nos anos de 1920, quando do surgimento de novas práticas de agricultura na Alemanha, Inglaterra, Japão e França. Tais práticas foram marginalizadas e consideradas anticientíficas, sobretudo pelos defensores do modelo agroquímico. Com a publicação do livro *Primavera Silenciosa* (de Rachel Carson, em 1969 nos Estados Unidos) denunciando os perigos dos agrotóxicos para a cadeia alimentar, essas práticas foram sendo resgatadas, bem como diversas movimentações em torno de alternativas ao modelo agroquímico em plena expansão mundial, em torno da *sustentabilidade*⁹ dos modelos e processos agrícolas.

No Quadro 01, realizamos uma sistematização cronológica das diferentes formas de agricultura alternativa difundidas mundialmente. Esse quadro a ajuda a entender e situar a agroecologia em uma perspectiva alternativa, mas também como um campo

⁹ Ainda que não pretendamos discutir em torno da questão específica da *agricultura sustentável* ou mesmo do termo sustentabilidade, é necessário mencionar que esse é um termo polissêmico e um conceito em disputa. Jesus (2005) existem cerca de 60 definições para desenvolvimento sustentável, indicando objetivos e interesses específicos. O consenso está na força que o termo ganha em Brundtland (BRUNDTLAND, 1987), que cunha um conceito amplo desde onde a agricultura sustentável deveria ser capaz de produzir alimentos para a atual população mundial sem, no entanto, comprometer a produção e a alimentação das futuras gerações, a partir dos pilares social, ecológico e econômico". (DO NASCIMENTO, 2012) discute a falha nesse pilar ao não considerar a dimensão política da sustentabilidade, uma vez que se trata de uma perspectiva global de uso de recursos, (des)equilíbrios e relações entre norte e sul, genericamente utilizada, com desdobramentos sobre os recursos naturais não-renováveis do planeta, os territórios e suas gentes (PORTO-GONÇALVES, 2012).

específico enquanto contraponto e paradigma, que assume na relação com os saberes e agriculturas tradicionais uma fonte de aprendizagens como base do conhecimento empírico e territorial.

Quadro 1. Sistematização das principais ideias e referências sobre Agriculturas Alternativas no norte global e no Brasil

Nome	Período e Região	Descrição	Referências
Agricultura Biodinâmica	Década de 1920, Alemanha	É sistematizada por muito antes das ideias ecológicas serem respeitadas e adotadas e bem antes da Teoria Gaia ser estabelecida. Relaciona-se ao campo mais amplo da Antroposofia – uma filosofia espiritualista que postula a existência de um mundo espiritual objetivado na experiência humana, que transpassa campos da biologia, da agricultura e da educação. Do ponto de vista prático, a característica da agricultura biodinâmica é o uso de determinados preparados incorporados nos plantios e na adubação. Os princípios de uso desses preparados são baseados numa perspectiva de ação mais energética e sutil, do que num efeito físico-químico, que possa ser medido pelos métodos analíticos usados na agricultura industrial. Outro aspecto muito importante está ligado às influências cósmicas sobre as plantas, que adota o calendário lunar para organizar e orientar o planejamento da produção e da colheita.	Rudolf Steiner
Agricultura Orgânica	Inglaterra, 1940 Brasil, 2003	<p>Os métodos da agricultura industrial baseados no uso de organoclorados passam a ser criticados por diversas organizações de produção e geram estudos e pesquisas. O pesquisador Albert Howard realizou inúmeros estudos sobre compostagem e adubação, entre anos de 1925 e 1930. Em 1940, publicou <i>An Agriculture Testament</i>, onde formula o conceito de agricultura orgânica. Howard indica que os solos devem ser entendidos como um componente em que ocorre uma série de processos vivos e dinâmicos, essenciais à saúde das plantas.</p> <p>Em 1946, fazendeiros, cientistas e nutricionistas britânicos fundaram a Soil Association, organização que contribuiu na difusão do pensamento de e que permanece em atividade. Essa organização passa a publicar diversos estudos e experiências científicas.</p> <p>O conceito e nomenclatura da Agricultura Orgânica foi adotado e difundido pela Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (Ifoam), sediada na Alemanha desde 1987.</p> <p>Agricultura Orgânica tornou-se um conceito guarda-chuva na legislação brasileira, abrangendo os alimentos ecológicos, biodinâmicos, naturais, regenerativos, biológicos e agroecológicos.</p>	<p>Albert Howard, livro <i>An agriculture testament</i>, 1940</p> <p><i>Soil Association</i></p> <p>Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (Ifoam)</p> <p>Lei 10.931/2003</p>

		A Agricultura Orgânica baseia-se adoção de insumos biológicos no controle de pragas e ervas consideradas daninhas às plantações, buscando a produção de alimentos isentos de agrotóxicos. Volta-se ao processo de regulamentação, certificação e com enfoque específico sobre cada produto. Nesse campo as certificações de alimentos orgânicos irão considerar tanto mais os processos biológicos de segurança do alimento que os processos ecológicos e sociais mais amplos.	
Agricultura biológica	Década de '70, França (1977)	Ligado à uma corrente francesa de agricultura não-convencional, o termo agricultura biológica é comumente usado nos países europeus de língua latina, como França, Itália, Portugal e Espanha Tem referência no livro <i>L'Agriculture Biologique</i> , de Aubert (1977), que mostra ao mostrar irracionalidade dos métodos agrícolas industriais, lança os fundamentos e as bases práticas dessa perspectiva. Algumas delas o Pastoreio Racional (ou Rotativo) Voisin. Enquanto conjunto de práticas e paradigma, assemelha-se muito à <i>agricultura orgânica</i> .	Claude Aubert
Agricultura natural	Japão, 1935	<p>Tem uma construção filosófica e prática própria. Okada e Fukuoka são as principais correntes. A Fukuoka não permite não usar nenhum tipo de adubo ou composto orgânico nem aragem do solo. Adota princípios orientais (<i>yin – yang</i>) em busca da unidade na agricultura. A sua principal diferença frente aos demais autores é sua crítica à aração do solo.</p> <p>Okada: base filosófica que relaciona a purificação do espírito com a purificação do corpo, e daí a necessidade de se evitar o consumo de produtos potencialmente tóxicos. Adota microrganismos eficientes especiais para a preparação do composto orgânico BYM ou Eokomit (fungos, bactérias e actinomicetos especializados na decomposição da matéria orgânica) e o Bayodo (uma mistura fermentada de terra virgem e farelo de arroz). Esses produtos são patenteados e comercializados pelo fabricante, e utilizados segundo os preceitos filosóficos dessa vertente.</p> <p>Se organiza mundialmente através da WSAA, organização relacionada à ONU que possui 56 filiais em 36 países – incluindo o Brasil –, onde</p>	<p>Fukuoka</p> <p>Mokiti Okada</p> <p>World Sustainable Agriculture Association (WSAA)</p>

		existem seguidores e praticantes tanto da religião, quanto de seu sistema agrícola, contando inclusive com estruturas de pesquisa no Estado de São Paulo.	
Agricultura regenerativa	Estados Unidos, entre a década de 1940 e 1990. Brasil, desde meados da década de 1980	<p>A denominação <i>agricultura regenerativa</i> está ligada à possibilidade de se produzir, recuperando os solos.</p> <p>Através de diversas publicações da editora norte-americana Rodhale Press, o termo <i>agricultura regenerativa</i> é difundido inicialmente na América do Norte. No Kansas, na década de 70, é fundado o The Land Institute, um instituto dedicado a pesquisar os métodos que aliam produção à regeneração dos solos e espécies. Pretty faz uma densa discussão teórica, metodológica e prática, com desenvolvimento agrícola baseado em sistemas regenerativos participativos e interativos.</p> <p>No Brasil, a agricultura regenerativa tem ampla difusão a partir de Ernst Götsch, melhorista vegetal suíço que passa a viver na América Central. A partir de seu contato com os povos e biomas, origina a <i>abordagem agroflorestal regenerativa</i>, também referenciada como <i>agricultura sintrópica</i>. A partir do manejo baseado no controle de sucessão vegetal, essa abordagem obtém recuperação de áreas degradadas, melhoramento de solos e 'plantio de água', atrelados à produção de alimentos de origem agroflorestal. Tem uma forte interface com abordagens da Permacultura e da Agroecologia.</p>	<p>Robert Rodale</p> <p>Livro <i>Regenerating Agriculture</i>, de Pretty (1995)</p> <p>Ernst Götsch</p>
Permacultura	Austrália, final dos anos 70	<p>Está ligada a um sistema de manejo permanente. É definido como um sistema de desenho e planejamento de ambientes humanos sustentáveis, produtivos e ambientalmente harmônicos. Considera os fluxos energéticos para planejar e manejar as infraestruturas, criações, cultivos, a água, as diversas formas de energia e comunicações, e também os relacionamentos possíveis entre os elementos. Cria modelos endógenos de sucessão de cultivos na intenção de escalar a produção, conservando os recursos naturais, em escalas de produção e retorno adequadas das Unidades Familiares Rurais.</p> <p>No sul do Brasil, o Núcleo de Estudos em Permacultura da Universidade Federal de Santa Catarina (NEPerma/UFSC, 2013) trabalha na difusão da metodologia para a avaliação de sistemas de manejo incorporando indicadores de sustentabilidade</p>	<p>Bill Mollison</p> <p>Rede NEPerma/ Universidade Federal de Santa Catarina</p>

		(MESMIS), ou MESMIS Permacultural, e em torno da popularização da Permacultura.	
Agricultura Ecológica	Década de 80, Alemanha e Holanda Décadas de 70 e 80, sul do Brasil	<p>A <i>agricultura ecológica</i> é uma vertente bastante ampla da agricultura que procura um maior equilíbrio com o meio ambiente natural. Busca a integração dos desenhos agrícolas e o manejo mais racional dos solos. É dirigida para pequenas, médias e grandes propriedades rurais e é menos restritiva ao uso de insumos, em relação à agricultura biológica e orgânica.</p> <p>No norte global, a <i>agricultura ecológica</i> foi influenciada pela pesquisa e pela universidade, através da publicação de sobre aspectos teórico-filosóficos e práticos da Agricultura Ecológica. Na Universidade de Wageningen, Holanda, cria-se o um Departamento e uma Pós-graduação em agricultura ecológica.</p> <p>No Brasil, O Manifesto Ecológico Brasileiro, de Lutzemberger (1975) foi o trabalho que difundiu a agricultura ecológica a partir do sul do Brasil no decorrer das décadas de 70 e 80. Desde o meio agrônômico, dialogou com campos da biologia, medicina, arquitetura, levantou pautas políticas e fez crítica pública na época da ditadura. Desde a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) o casal Primavesi de forma diferenciada os solos tropicais, pesquisando manejo ecológico e conservação de solos tropicais e difundindo amplamente através do ensino, de pesquisas experimentais e de publicações.</p>	<p>Livro <i>Ekologischer Landbau: Landbau mit Zukunftem</i>, de Wogtmann (1992). Universidade de Wageningen. Livro <i>O Manifesto Ecológico Brasileiro</i>, de Lutzemberger (1975). José Lutzemberger Ana Maria Primavesi e Artur Primavesi</p>
Agroecologia	América Latina, década de 1990.	<p>A compreensão e adoção do termo <i>agroecologia</i> vem a partir da participação de organizações brasileiras no Consórcio Latinoamericano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável. Esses grupos avançam nas discussões sobre as formas através das quais agriculturas de base ecológica buscam resgatar as agriculturas tradicionais, referenciadas e enraizadas nos territórios, e sua capacidade de respostas ao modelo hegemônico.</p> <p>A tradução no Brasil do livro <i>Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável</i> (ALTIERI <i>et al.</i>, 1999-) um marco na consolidação da Agroecologia</p>	<p>Consórcio Latinoamericano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (CLADES)</p> <p>Livro <i>Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável</i> (Altieri</p>

		<p>como uma perspectiva sistêmica que envolve ciência, prática e movimento.</p> <p>No campo da extensão rural, a difusão de metodologias participativas de diagnóstico e de ações, passam a ser amplamente utilizadas para o planejamento, desenvolvimento local. Agroecologia toma um espaço central nos debates e ações em torno do desenvolvimento local.</p>	<p>e Gliessman, 1989).</p> <p>MDA, PNATER, Caporal e Costabeber.</p>
--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora a partir de (JESUS, 2005; MORO, 2012; NANNI, 2020).

Trazendo referências desta multiplicidade de práticas, abordagens, pesquisas, paradigmas, todos convergindo em torno das múltiplas possibilidades de produção, alimentação, agricultura, relações e usos com a terra, os ecossistemas, conseqüentemente, do sistema social que envolve, a Agricultura Alternativa foi articulada no Brasil a partir de múltiplos atores e processos no campo, extensão rural, assistência técnica e educação popular, nas pesquisas, instituições e organizações, projetos em torno da organização, produção e incidência no campo agroalimentar.

Na próxima sessão, apresentamos os atores e as atoras sociais e o processo de construção, práticas, pesquisas, organização e difusão de um *contramovimento de desenvolvimento rural* (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017) em torno da *agricultura alternativa*, inicialmente, e posteriormente da Agroecologia.

2.2.3... e a Agroecologia

A *Agroecologia* é uma perspectiva multidimensional sobre o sistema que envolve conhecimentos e práticas produtivas, socioambientais e científicas, que integra o conjunto das transformações e estratégias que permeiam o sistema agroalimentar (WILKINSON, 2008). Na perspectiva agroecológica, a agricultura não é reduzida a uma atividade econômica tratada a partir do mercado financeiro internacional, mas entendida como o conjunto de sistemas agroalimentares capazes de contribuir para promoção de agrobiodiversidade, de conservação ambiental, e com a sobrevivência humana. Para a agroecologia o alimento não é simples mercadoria. O alimento e a alimentação são resultado de processos sociais, ambientais, políticos, espaciais e temporais. A agroecologia reivindica que a agricultura seja entendida (e praticada) a partir de um enfoque sistêmico, que relaciona desde a unidade produtiva até o conjunto do sistema agroalimentar, extrapolando a noção estrita de *sistema produtivo* dissociado do ambiente natural, dos territórios e de suas gentes (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Atualmente, *agroecologia* é um termo assentado na literatura (ALTIERI *et al.*, 1999-; GALLARDO-LÓPEZ *et al.*, 2018; GLIESSMAN, 2020; VAN DER PLOEG *et al.*, 2019) e em práticas sociais (socioambientais) de diversos grupos, coletivos e redes relacionadas aos mais diversos campos, desde as bases da produção de alimentos à um conjunto significativo de instituições internacionais.

A Agroecologia incorpora elementos-chave relacionados a aspectos *produtivos*, sociais e científicos. Como aspectos produtivos temos o manejo ecológico de solos, plantas e sementes, além da produção de agrobiodiversidade, onde o meio ambiente é tratado como parte integrante da produção a partir do respeito à sazonalidade e a natureza preservada é um elemento central para o manejo dos agroecossistemas. Os aspectos sociais estão relacionados à construção de sistemas agroalimentares baseados na cultura, identidade, tradição, que promovem equidade social e saúde tanto dos agricultores, ao manejarem sistemas diversificados, sazonais, que não utilizam agrotóxicos, quanto dos consumidores finais, nos espaços rurais e urbanos, através do acesso a alimentos frescos e saudáveis, e também culturalmente situados. Já os aspectos *científicos* abarcam a inovação científica feita através do compartilhamento horizontal de experiências para a geração de conhecimento, considerando os conhecimentos tradicionais como essenciais para o planejamento e resolução de problemas na produção, em diálogo com a ciência *formal* praticada das Universidades e centros de pesquisa.

Trata-se da interdependência de olhares e ações em torno de sistemas agrícolas de produção de alimentos. Na agroecologia, os agroecossistemas protegem os solos e águas da contaminação química por agrotóxicos, além da restauração da biodiversidade, que protege a vida animal e vegetal. Sobretudo, a agroecologia não expõe os agricultores às intoxicações causadas pelo uso e aplicação de venenos, proporcionando qualidade de vida e saúde no meio rural através da diversificação produtiva, alimentar e também dos mercados que sustentam economicamente a produção. A agroecologia, assim como a produção orgânica e diversas outras agriculturas de base ecológica, proporcionam alimentos mais saudáveis para consumidores e agricultores. Tais alimentos circulam em mercados e formas de acesso as mais diversas.

Ainda que as diferentes agriculturas de base ecológica e alternativa produzam alimentos de qualidade biológica e nutricional superior, a agroecologia se mobiliza sistemicamente através de um *paradigma*. Nesse campo, consideram-se os processos ecológicos e sociais mais amplos, e elementos como diversidade agroalimentar, culturas alimentares e relações sociais especialmente no campo do trabalho são centrais para o desenho dos sistemas agroalimentares.

Essa é, precisamente, a base que pode prover uma *alimentação adequada* e de *qualidade* – uma ideia multidimensional que se refere à capacidade nutricional dos alimentos, e também às questões culturais, ambientais e socioeconômicas que envolvem

as cadeias produtivas. Alimentos ultraprocessados e contaminados por agrotóxicos não estão no escopo de uma alimentação adequada e de qualidade, pelo contrário: são responsáveis por uma série de doenças e epidemias alimentares na atualidade (câncer, obesidade, má nutrição, dentre outros problemas), degradação ambiental e cultural, distanciamento e concentração econômica nas cadeias produtivas, consequente do modelo de produção do agronegócio. A promoção de alimentação adequada e de qualidade requer a produção e o consumo de alimentos não contaminados por agrotóxicos, frescos, diversificados, situados cultural e socialmente nos territórios onde se articulam os sistemas agroecológicos.

As ideias-força de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) dialogam diretamente com as bases produtivas e socioambientais da agroecologia. A Segurança Alimentar refere-se ao direito de todas as pessoas ao acesso regular e permanente a alimentos, com práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem e promovam a diversidade cultural (identitária, étnica, de gênero), e ao acesso à diversidade alimentar. A diversidade alimentar, por sua vez, requer o cultivo diversificado de alimentos e de elementos da biodiversidade, o cuidado ambiental, a distribuição econômica justa, a inclusão produtiva e o incentivo às culturas produtivas de acordo com as especificidades dos territórios (RAMOS *et al.*, 2018). Envolve relações diretas entre o rural e o urbano, relações nos e com os territórios que envolvem o acesso à produção e consumo de alimentos adequados e de qualidade.

A ideia de Soberania Alimentar refere-se ao direito dos povos ao território, e da sua autonomia em relação às corporações do sistema agroalimentar industrial. A busca da Soberania Alimentar é um princípio que trata da produção, distribuição e consumo de alimentos saudáveis como indispensáveis à soberania dos povos (VALADÃO; MOREIRA, 2021).

É também discutida sob a perspectiva da democratização alimentar, buscando uma conceituação que emerge através das discussões e das lutas dos movimentos sociais do campo. Foi a Via Campesina, movimento social latino-americano camponês que agrega cerca de 180 organizações sociais de 82 países, quem lançou o conceito de soberania alimentar buscando construir, desde os territórios e a partir dos povos, alternativas concretas à globalização agroalimentar. Refere-se a uma perspectiva conceitual e prática de ações “*alternativa(s) a los problemas del hambre, la pobreza y la degradación medioambiental y social relacionados a la producción de alimentos a través*

de la distribución de poder em la cadena alimentaria” (CALLE COLLADO; SOLER MONTIEL; RIVERA FERRÉ, 2010).

A Soberania Alimentar vem sendo pautada nas práticas das lutas latino-americanas pelo direito à produção e à alimentação. Trata do direito dos povos à construção de seus próprios sistemas agroalimentares, e tendo no controle e apropriação desses sistemas, o princípio fundamental de bem-estar, bem-viver e de desenvolvimento territorial endógeno (*desde los pueblos*) e baseado na agrobiodiversidade. São os povos do campo e da mata – comunidades tradicionais, indígenas e a agricultura familiar camponesa – quem têm preservado sementes, cultivos, espécies de alimentos biodiversos, territorialmente situados através dos tempos, através de diversos processos de luta e resistência à agricultura industrial corporativista e à dominação de seus territórios e culturas.

A valorização dos alimentos regionais, e da alimentação relacionada a tradições culturais, contribui para o resgate de cultivos, para a conservação e incremento da biodiversidade e para a diversificação de cultivares agroecológicos. Nessa perspectiva, as mulheres do campo desempenham um papel estratégico na garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional, mesmo que seu trabalho seja muitas vezes invisibilizado ou pouco reconhecido (VALADÃO; MOREIRA, 2021). Estudos recentes (PAULA; OLIVEIRA; SILVA, 2017) indicam que as mulheres representam cerca de 80% da mão de obra rural no Brasil na produção nacional de alimentos – embora somente 5% das terras agricultáveis do país sejam de propriedade das mulheres. Embora ainda invisibilizadas, é evidente que o fortalecimento da capacidade produtiva das organizações compostas por mulheres garante a autonomia econômica e a consolidação da segurança alimentar de suas famílias (PAULA; OLIVEIRA; SILVA, 2017). A organização coletiva das mulheres rurais gerou mudanças fundamentais no campo das lutas por direitos e também no campo mais macro da produção orgânica e agroecológica. A Marcha das Margaridas teve uma participação decisiva no desenho da Política Nacional de Agroecologia, de 2011, através de seu trabalho de mobilização, discussão e incidência política (CARDOSO, 2020).

E é justamente no campo da *agroecologia* que encontramos a convergência entre as lutas políticas pelo direito à alimentação adequada e de qualidade, em uma estratégia de sistema agroalimentar pautada nas pessoas, nos territórios, na natureza e na biodiversidade. Frente ao cenário global e local da convencionalização do corporativismo

como ordenador dos sistemas agroalimentares, e à emergência (e mesmo, urgência) de sistemas alimentares que levem a partir daqui buscamos entender as bases sociais e relacionais a partir de onde os atores da agroecologia conformaram suas dinâmicas de organização

O tecido social que conforma os circuitos curtos de comercialização e as experiências agroecológicas coletivas ativas, hoje, em Florianópolis e em diversos centros urbanos no Brasil, resulta de um processo histórico de construção coletiva em torno do *movimento agroecológico*. De acordo com Wilkinson (2008), uma das contestações desse movimento é em relação à entrada dos produtos orgânicos nos circuitos convencionais, bem como o ressurgimento de mercados orgânicos informais diretos, locais, pela internet, baseados na confiança (p. 173). Os constructos que envolvem a agroecologia hoje prescindem de uma contextualização sobre a organização desse conceito, e de suas práticas.

Partimos da hipótese que a ação de organizações diversas e de movimentos sociais, através de seus atores coletivos, conformaram uma trajetória que possibilita com que, hoje, experiências ecológicas coletivas emergjam nesse contexto e conformem relações intensas e sólidas (MAGNANTI, 2021). Entendemos, como Cruz e Schneider (2010), que a coordenação entre os distintos atores pode contribuir não só para a revalorização de alimentos tradicionais como também para a construção ou consolidação de cadeias e circuitos curtos de produção e consumo.

A trajetória recente da agroecologia resulta das interações entre atores sociais, e sobretudo de ações articuladas entre atores sociais coletivos. Essa articulação se realiza a partir de um *movimento social*, uma ação política coordenada entre e a partir dos próprios atores sociais envolvidos no conjunto dos aspectos de um fenômeno social específico. É como uma força motriz *entre e a partir* dos sujeitos das bases sociais.

2.2.4 Breve trajetória: atores sociais (em) coletivos em movimento no Brasil

A construção social da *agricultura alternativa* no Brasil girou em torno da busca de modelo(s) de produção associado às questões sociais do campo. É em torno da década de 80, no Brasil que um movimento emancipatório em torno da agricultura, da

alimentação e dos sistemas agroalimentares passa a se articular. No campo da pesquisa e difusão de conhecimentos e informações em torno das questões ambientais, produtivas e políticas da agricultura alternativa, as principais referências desta época foram Ana Maria Primavesi, com o livro *A Ecologia do Solo* (1979) e Adilson Paschoal, com o livro *Pragas, Praguicidas e Crise Ambiental* (1979), além do já mencionado José Lutzenberger (CARDOSO, 2020).

Na década de 80, as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e Comissões Pastorais da Terra (CPT) tiveram uma função fundamental na difusão desses conhecimentos e na busca de alternativas de processos de educação popular junto à agricultura camponesa. Essas entidades atuaram em conjunto com organizações em torno das lutas de classes no campo (em uma trajetória sócio-histórica, desde as Ligas Camponesas)¹⁰ e da reforma agrária, na amplitude dessa pauta¹¹. No final da década de 1970 se organiza, em Santa Catarina, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que se projeta nacionalmente na década de 1980. O Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) também se organizam nesse período. Esses movimentos defendem a função social da terra, a reforma agrária, o direito ao território, e as pautas dos movimentos de mulheres, uma condição de cidadania completa através dos direitos sociais (MOCELIN, 2009), o seu reconhecimento como agricultoras, herdeiras, trabalhadoras, parte ativa da vida política e portadoras conhecimentos relacionados à agricultura e à natureza.

A partir do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA) da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), de 1983, se conectam atores sociais coletivos e ações envolvendo Assistência Técnica, movimentos sociais e organizações sociais diversas, todas em contraposição ao modelo hegemônico. Deste projeto, forma-se a Rede PTA, envolvendo 27 organizações em 10 estados do Brasil.¹² Esta é uma rede importante para o movimento agroecológico hoje (CARDOSO, 2020). A Rede PTA identificou e sistematizou tecnologias alternativas existentes no campo, trabalhou com a sua adoção, adaptação e desenvolvimento e com projetos de Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS). Elisabeth Cardoso (2020) também informa que nessa época começam

¹⁰ Gehlen e Mocelin (2009) informam que as Ligas foram consideradas organizações rurais comunistas, o que indica serem organizações autônomas, de contestação e ação direcionada.

¹¹ Na emergência do avanço dessas lutas sociais em torno da terra, da alimentação e da agricultura, da liberdade de expressão e organização, foi dado o Golpe Militar brasileiro (SCHWENDLER, 2014; CARDOSO, 2020).

¹² Entre o Nordeste, o Sudeste e o Sul do Brasil, principalmente nas regiões litorâneas.

a entrar na pauta dos movimentos sociais questões ambientais relacionadas às florestas, às águas, e os Movimentos Sociais passam a incorporar o debate do DRS. O papel da extensão rural foi central nesse momento de difusão e centralidade da agroecologia. As ações da Rede PTA, assim como diversas ações pautadas nesse debate, adotaram *repertórios de ação* baseados em metodologias de intercâmbio ‘campesino a campesino’, cuja característica principal é a geração de confiança através de processos e aprendizagens entre agricultores.

Essas viriam a se tornar base de expansão do movimento agroecológico, em um momento de transição entre as ideias-força de *agricultura alternativa* e *agroecologia* entre as organizações e atores sociais relacionados ao campo. Outros marcos nesse período entre as décadas de 1980/ 1990, foram a dinamização de redes locais de inovação agroecológica, o fortalecimento das organizações da agricultura familiar, de comunidades tradicionais e o crescimento das lutas reivindicatórias dos movimentos sociais do campo (CARDOSO, 2020). Algumas das organizações sociais que alavancaram esse processo no Brasil foram as redes regionais Articulação do Semiárido (ASA) e Rede Ecovida de Agroecologia (Ecovida), esta última no ano de 1999 (ROVER, 2011), juntamente com a Articulação de Mulheres Quebradeiras de Coco (1995), a Via Campesina e a Marcha das Margaridas.

No campo dos movimentos sindicais, a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura (CONTAG),¹³ uma articulação nacional do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), teve uma atuação importante através de campanhas, mobilizações e da incidência em políticas públicas de grande envergadura para a garantia de condições de trabalho e de vida para as populações do campo. Seu documento de referência, amplamente difundido, foi o Estatuto da Terra (referência Gadotti). Através da CONTAG, foi realizada a Campanha Nacional de Documentação das Trabalhadoras, uma vez que as mulheres não eram reconhecidas como agricultoras, nem pelas políticas públicas, nem pelos movimentos sindicais e de classe. Essa ação fortalece uma articulação para a formação da Marcha das Margaridas, em 2000 (CARDOSO, 2020), movimento social que teve grande influência na articulação da Política Nacional de Agroecologia.

Ainda no rol dessas ações, a Comissão Nacional Provisória das Trabalhadoras Rurais aprovou uma política afirmativa no percurso dos Congressos Nacionais de

¹³ Data de 1950 a sua criação, mesmo momento das Ligas Camponesas, PE

Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (CNTTR), especialmente no 6º Congresso, em 1995, e no 7º Congresso, em 1998, espaços de convergência onde foram aprovados os pontos centrais que deveriam nortear o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS) (CARDOSO, 2020). Nesse mesmo ano, se organiza o GT Gênero do Fórum Sudeste da Rede PTA.

Profissionais e estudantes do campo da Agricultura Alternativa (AA) promoveram, entre 1981 e 1984 os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA, nos anos de 81, 84, 87 e 89). Esses encontros foram espaços importantes para a discussão e o aprofundamento de pesquisas e técnicas, ainda que com a participação de poucos camponeses, atores que já estavam envolvidos com agricultura orgânica. A Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) foram as entidades coletivas que estiveram envolvidas e se articularam com esse processo.

A realização da Conferência das Nações Unidas Rio-1992, bem como uma série de outros eventos internacionais relacionados ao tema, impulsionou o avanço do debate público sobre desenvolvimento sustentável. No caso brasileiro, a década de 1990 foi um período decisivo de demarcação em relação ao papel da agricultura na economia e sobre os significados do Brasil Rural para o desenvolvimento do país (SCHMITT, 2017). Com a ampliação do debate e a emergência das pautas, diversos atores sociais rurais cujas identidades foram construídas durante as lutas dos anos 1980 e 1990 (agricultores familiares, sem-terra, assentados de reforma agrária, entre outros) passaram a defender, para dentro de suas organizações e no espaço público, a produção familiar como a base para as estratégias alternativas de desenvolvimento (SCHMITT, 2017). Dessa forma, a contraposição ao agronegócio – apoiado pelo Estado brasileiro e fundamentado na agricultura de exportação - ganha força com a proposição de um “projeto alternativo de desenvolvimento”. É também na década de 1990 que acontece a aproximação entre a perspectiva agroecológica e programas e ações governamentais – como o Sub-programa Projetos Demonstrativos (PDA), implementado pelo Ministério do Meio Ambiente (um componente do Programa Piloto para a Proteção de Florestas Tropicais do Brasil (PPG7) nos biomas Amazônia e Mata Atlântica), em parceria com agências de cooperação internacional, “bem como as políticas de apoio à produção agroecológica formuladas e executadas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul durante a gestão de Olívio Dutra (1999-2003), do Partido dos Trabalhadores (PT), que esteve à frente de uma

coalizão formada por um conjunto mais amplo de agremiações partidárias” (SCHMITT, 2017).

Com a emergente centralidade dos debates da Agroecologia que da Agricultura Alternativa os EBAAs passam por uma reorganização e as entidades representativas de profissionais e estudantes da área promovem os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA) nos anos de 2002, 2006, 2014 e 2018. Em 2002, o ENA reúne mais de 1800 pessoas entre extensionistas, profissionais, e também tem uma participação expressiva de agricultores (CARDOSO, 2020). Nesse mesmo ano, em uma aliança entre movimentos sociais e organizações da sociedade civil em torno da agroecologia, é criada a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Também nesse mesmo contexto nacional, forma-se a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), uma articulação do campo acadêmico em torno da agroecologia, que organiza os Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBA), para diálogos em torno da pesquisa.

Ainda que o debate sobre gênero em torno da agroecologia não esteja sendo realizado no escopo desta tese, é importante informar algumas questões concernentes à essa esfera absolutamente relevante do campo.¹⁴ Na trajetória acima exposta, a diversidade de gênero é marcada através do GT Mulheres da ANA em 2004, da Plenária de Mulheres no 2º, 3º e 4º ENA (2006 a 2018), da ação das mulheres da Via Campesina contra as monoculturas de eucaliptos no em 2006, no contexto do Fórum Social Mundial (FSM),¹⁵ do GT das mulheres da ABA 2010, do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências entre Agroecologia, Saúde, Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo, em 2021 (CARDOSO, 2020).

A diversidade de sujeitos, nesse campo, passa a ser visibilizada e fortalecida a partir de 2014, na Plenária dos povos quilombolas do 3º e 4º ENA (2014 a 2018), o GT Juventudes ANA 2017, a Articulação de Mulheres Negras no 4º ENA 2018 e o GT

¹⁴ Para referências sobre o tema, consultar Sônia Fátima Shwendler, Dia internacional da mulher no campo brasileiro: novas formas de protesto político e resistência (R. Fac. Dir. UFG, v. 38, n. 1, p. 50 - 80, jan. / jun. 2014 ISSN 0101-7187), Carmen Diana Deere and Magdalena León, Empowering Women: Land and Property Rights in Latin America (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2001), 9; Sonia E. Alvarez, Engendering Democracy in Brazil: Women's Movements in Transition Politics (Princeton: Princeton University Press, 1990); Nikki Craske, Woman and Politics in Latin America (New Brunswick: Rutgers, 1999), entre tantas outras obras sobre o tema.

¹⁵ Memória afetiva e inserção da pesquisadora no movimento social agroecológico: De 2001 a 2005, participei da organização dos Fóruns Sociais Mundiais através dos Acampamentos Intercontinentais da Juventude inserindo a agroecologia e a economia solidária nas estruturas e práticas de alimentação e logística do Evento. Essa ação afirmativa realizada coletivamente através dos Comitês e instâncias de organização desse evento-processo de formação política, influenciou a grande estrutura do FSM, através da experimentação um campo de práticas e ações afirmativas desse e de diversos outros movimentos sociais.

Comunidades Tradicionais, Etnicidade e Ancestralidade na ABA em 2019 (Cardoso, 2020).

As políticas públicas em torno da agroecologia foram semeadas através das lutas políticas, em sua diversidade e desdobramentos, e tiveram incidência desses atores sociais em espaços consultivos da sociedade civil, a exemplo da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica PLANAPO (2013 a 2016), através de seminários nacionais para a sua elaboração. Esse campo de análise é amplo, denso, necessário, e tem sido intensamente pesquisado.¹⁶ Aqui, optamos por especificar as políticas públicas diretamente relacionadas ao apoio da Agroecologia no Brasil, muitas delas mencionadas pelos dos atores sociais e experiências pesquisadas neste trabalho: a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, com foco na promoção e animação de processos em torno de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais (VERDEJO, 2010); o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que foi a primeira política pública de acesso da agricultura familiar a mercados institucionais; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), integrado à agricultura familiar e acompanhado por conselhos municipais; a chamada Lei dos Orgânicos (BRASIL, 2003 - Lei nº. 10.831), que normatiza e define os sistemas de produção orgânica e a certificação, e cujas definições legais são coerentes com a abordagem agroecológica (ROVER; PUGAS; SOUZA, 2021).

Os selos e certificações ocupam um espaço importante nos mercados, como elemento de transmissão de confiança e procedência quanto aos produtos e processos. No Brasil, a certificação do Ministério da Agricultura engloba alimentos orgânicos e agroecológicos, atestando a qualidade biológica dos alimentos e demais produtos derivados.¹⁷ A essa certificação, governamental, se somam as certificações de origem e

¹⁶ Para referências sobre o tema, consultar Niederle, P. A., Sabourin, E. P., Schmitt, C. J., de Ávila, M. L., Petersen, P. F., & de Assis, W. S. (2019). A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. *Redes*, 24(1), 270-291. <https://doi.org/10.17058/redes.v24i1.13035>; Agroecologia e políticas públicas. Canavesi, Moura e Souza; *Segur. Aliment. e Nutr.*, Campinas, v.23, n.esp., p.1019-1030, dez. 2016 DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/san.v23i2.8635617>; AGROECOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMÉRICA LATINA: O CASO DO BRASIL Francisco Roberto Caporal, Paulo Petersen; *Agroecología* 6: 63-74, 2012.

¹⁷ Segundo a normativa federal “Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em

procedência. No Brasil existem duas formas diferentes dessa certificação: as certificações por Auditoria (realizadas por empresas certificadas) e o Sistema Participativo de Garantia (SPG, realizado de forma participativa por agricultores e técnicos). Wilkinson (2008) observa que as certificações não são específicas para pequenos produtores e não são esses os seus principais beneficiários (p. 172). As Auditorias e SPGs, ou Certificações Participativas,¹⁸ utilizam formas e critérios próprios de avaliação, certificação, custos e acompanhamento, e atestam, também, distintas cadeias produtivas e sistemas agroalimentares (os quais, por sua vez, engendram diferentes formas e possibilidades de apropriação social da agricultura e da alimentação).

A interface entre todos esses atores sociais vem conformando, no curso da história e da construção cotidiana, as bases sociais que teceram ideias, construíram projetos, atuaram nos territórios e desde os territórios para a *construção* da agroecologia enquanto movimento, para a *transição e consolidação dos múltiplos sistemas de produção*, e para a pesquisa, a *construção científica, dos conceitos (e paradigmas)* que constroem narrativas sobre a Agroecologia. Assim, a partir da discussão dos mecanismos de controle, sistemas de acreditação e certificações abrimos espaço para pensarmos sobre a interface da produção agroecológica com o consumo e com os mercados.

2.2.5 Construção social de mercados apropriados para a agroecologia

A certificação abre importantes frentes de comercialização, e esse é um aspecto fundamental para a consolidação da agroecologia e para a geração de condições de vida e dignidade para as populações do campo. Enquanto as certificações por auditoria garantem a qualidade biológica de produtos, os SPGs envolvem uma perspectiva territorial e socioambiental de qualidade muito mais coerentes com a autonomia da agricultura familiar, com a preservação ambiental, e com a promoção da agrobiodiversidade. Os

contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.”. (BRASIL, 2003)

¹⁸ A partir da ênfase na participação social, tema desta pesquisa, entendemos que as SPG tendem a ter uma maior adequação às especificidades dos sistemas agroecológicos. Os SPGs são uma certificação territorial baseada na participação ativa dos atores sociais (agricultores e agricultoras, apoio técnico e político de organizações sociais) no acompanhamento da transição dos cultivos e do espaço de produção, fiscalização e validação periódica do certificado. Baseiam-se no intercâmbio e na organização em rede, e tem uma perspectiva de desenvolvimento territorial - alinhado à promoção de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

parâmetros sociais das SPGs promovem relações de proximidade – tanto geográfica quanto relacional e informacional. A agroecologia, por suas especificidades sociais e produtivas, demanda justamente formas de intercâmbios baseados nos territórios para a sua promoção e escalonamento dos sistemas agroalimentares territoriais os quais promove.

No sul do Brasil, a Certificação Participativa é realizada pela Rede Ecovida de Agroecologia (relacionada à Rede PTA, conforme anteriormente mencionado), organização da sociedade civil articulada a movimentos e atores sociais coletivos em torno da Agroecologia – especialmente grupos organizados de agricultores. Através da atuação em rede entre agricultores e equipe técnica, a certificação de qualidade agroecológica se realiza através de sua participação ativa no processo de transição agroecológica, de manutenção e ampliação das áreas produtivas.

As certificações são uma importante entrada de produtos agroecológicos em mercados e de acreditação de confiança. A ação estratégica da agroecologia - dos atores sociais envolvidos com sua promoção e consolidação enquanto um sistema agroalimentar viável nas sociedades contemporâneas – tem na diversidade comercial um elemento chave de avaliação da sustentabilidade ecossistêmica (DAROLT; ROVER, 2021; ROVER; RIEPE, 2016).

Respondendo a desafios produtivos, de abastecimento e de organização socioeconômica de cada local, agricultores e consumidores vêm promovendo novas relações entre os elos da produção e de consumo de alimentos agroecológicos. Magnanti aponta que “a Agroecologia transcende os aspectos da produção agrícola e envereda pelos arranjos de construção social de uma comunidade, estado, país e suas complexidades de relações, entre elas a construção social dos mercados” (MAGNANTI, 2021, p. 124).

A participação de múltiplos atores na criação e gestão da organização da comercialização é uma das bases da *construção social de mercados* adequados à agricultura familiar, e especialmente à agroecologia, por suas especificidades produtivas em termos de escalas, diversidade e sazonalidade. É uma construção entre a produção e mercados com interesses sociais, emancipatórios e sistêmicos mais amplos que o ato mercantil e o corporativismo que marca as relações sociais e distributivas dos mercados convencionais.

Uma vez que o termo construção social de mercados já foi amplamente debatido (DAROLD; LAMINE; BRANDENBURG, 2016; MAGNANTI, 2021; ROVER; GENNARO; ROSELLI, 2017; SCHNEIDER, 2016), vamos nos concentrar em refletir sobre seu papel estratégico para a agroecologia. A construção social de mercados, especialmente em centros urbanos, tem sido uma estratégia de produção, abastecimento e consumo de alimentos – especialmente, no abastecimento de alimentos frescos e minimamente processados.¹⁹ O crescimento destes mercados, que acompanhamos no cotidiano dos centros urbanos (assim como na literatura, conforme veremos mais adiante nesse texto), é reflexo do crescente interesse dos consumidores na qualidade orgânica e agroecológica dos alimentos. Sua organização e permanência enquanto espaço de comercialização desafia os agricultores, as organizações sociais e instituições que trabalham com questões agroalimentares a nível local na criação de novas possibilidades de comercialização e de incentivo à produção e reprodução da agricultura familiar, especialmente de base ecológica.

Diversas organizações sociais e atores coletivos motivam suas ações em torno da construção social de mercados conforme a ideia de que a agroecologia e a produção orgânica produzem alimentos mais saudáveis para os consumidores e agricultores. Respondendo a desafios socioeconômicos em torno da organização produtiva e de abastecimento em cada localidade, a diversidade dos atores sociais tem promovido novas relações entre os elos da produção e o consumo de alimentos (ESCOSTEGUY, 2019; MAGNANTI, 2021; MIRANDA, 2020; PREISS, 2017).

Estudos têm interpretado estas experiências como inovações sociais, considerando que elas trazem soluções novas e melhores para problemas relacionados à qualidade e segurança alimentar (ROVER, 2011; CHIFFOLEAU; PREVOST, 2012; ROVER; CHIFFOLEAU; PATUREL, 2016; GENNARO; ROSELLI, 2017; ESCOSTEGUY, 2019). Em estudo realizado em 2021, analisamos o surgimento de Redes de Cidadania Agroalimentar como uma inovação social nesse contexto, e identificamos os atores sociais com trajetória nesse território que atuam na organização e na articulação da produção, fornecimento e compra de alimentos de qualidade biológica superior.

Desde o sul do Brasil, referência desde onde a pesquisa se realiza, observa-se o crescente interesse dos consumidores na qualidade dos alimentos através do aumento pela

¹⁹ Aqueles que devem estar presentes em grande parte na alimentação cotidiana, e os mesmo que são considerados saudáveis pela unanimidade dos órgãos reguladores de saúde pública, a nível mundial e local (OMS a Fiocruz, Anvisa, Guia Alimentar Brasileiro).

demanda por produtos orgânicos e agroecológicos e a mobilização de movimentos e ações coletivas na construção social de mercados alternativos nos centros urbanos. Pugas e Rover (2021) demonstram que Florianópolis e o sul do Brasil tem um ambiente favorável ao crescimento de mercados da agroecologia, em função da expressão de sua produção. Em Souza *et al.* (2021) percebemos que organizações e redes têm agido de forma interdependente, gerando inovações sociais.

Expressões contemporâneas de abastecimento através de circuitos curtos de comercialização possibilitam o escoamento da produção agroecológica da agricultura familiar a mercados organizados diretamente com consumidores e organizações sociais, fortemente baseados na *proximidade* entre a produção e o consumo. Essas expressões são experiências de articulação de sistemas agroalimentares locais. Tais articulações, tecidas em sua grande parte por mediadores sociais atrelados às organizações sociais e entidades de apoio, tem como objetivo a aproximação entre agricultores e consumidores finais, em torno da construção de mercados justos através de sua participação ativa. Através desses mercados, criam-se as condições necessárias para que consumidores possam manter relações mais articuladas com a produção, seus sujeitos e atores sociais, promovendo a saúde de todos (MAGNANTI, 2021, p. 80).

Esses espaços relacionais econômicos tem a capacidade de gerar relações de intercâmbio fluidas, permanentes (SARAVIA; CARROZA; CID, 2018), intensas e sólidas²⁰ (MAGNANTI, 2021), especialmente entre agricultores e consumidores. E não somente no âmbito das relações *interpessoais* (e não *impessoais*) – o que é significativo, frente ao afastamento que caracteriza o sistema agroalimentar convencional. Alinhando a produção da agrobiodiversidade e novas relações econômicas através de mercados socialmente construídos, os desdobramentos dessas relações tomam uma dimensão de *rede* com capacidade de irradiação para outras relações (políticas, de governança, de organização social). Mesmo que essas redes não se constituam em espaços formais (MAGNANTI, 2021), seus níveis de relação se articulam e se inter-relacionam, muitas vezes complementando uns aos outros em diferentes experiências (SARAVIA; CARROZA; CID, 2018).

As relações se estabelecem entre as organizações, os sujeitos sociais, atores coletivos envolvidos nas ações de mercados e, também, com outras redes no território e

²⁰ Além da referência bibliográfica, recomenda-se também o trabalho em vídeo realizado pelo Centro Vianei de Educação Popular “Construção Social de Mercados no Sul do Brasil, Projeto Agricultores e Consumidores em Rede”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=eieHMB1BZDk>.

em seu entorno – uma vez que as relações são fluídas e seus fluxos são relacionais. Essa irradiação promove a “organização dos sistemas produtivos, mecanismos de logística, abertura e solidificação de canais de comercialização, gestão financeira transparente, relações de confiança com consumidores e construção e/ou afirmação de políticas Públicas” (MAGNANTI, 2021, p. 108).

A expressão amplamente difundida *o pessoal é político*, neste campo de ação, toma sentido quando entendemos, como Rover e Darolt (2021), que nos mercados socialmente construídos “o elemento central são as relações construídas, seja entre os agricultores/as no trabalho familiar, seja com os grupos e organizações de agricultores, assim como nas relações com os/as consumidores(as). Não são apenas relações mercantis que se formam, mas de afeto, reciprocidade, com valores éticos de interconexão, solidariedade, parcerias e transparência” (ROVER; DAROLT, 2021, p. 118).

A agroecologia, por suas características sociais, de escala, de diversidade, e mesmo culturais, precisa de mercados que dialoguem com seus modos de produção e de reprodução social da agricultura familiar. Tratamos assim como *construção social de mercados* as iniciativas, formas e sistemas de organização da produção para o abastecimento e a comercialização (normalmente locais e territoriais, mas não somente) que correspondam às características da produção agroecológica, os potencializam e ampliam sua abrangência múltipla: socioambiental, econômica, de alimentação saudável e de fortalecimento de economias territoriais. Um front importante da literatura é amarrar a construção social dos mercados com o Estado. A economia liberal adotou o institucionalismo como forma de expurgar o Estado como variável determinante no processo.

Movimentos sociais rurais e urbanos, ativistas, pesquisadores de diversas áreas – muitos deles vinculados a instituições públicas de ensino e pesquisa – extensionistas rurais e, mais recentemente, organizações da sociedade civil mobilizadas a partir do consumo e da alimentação, têm representado uma importante força em torno da soberania alimentar, a partir de uma perspectiva territorial de produção e abastecimento agroalimentar. Iniciativas em curso a partir de diferentes arranjos organizativos promovem a agroecologia e o acesso à produção e o consumo de alimentos frescos, saudáveis e de qualidade.

Anteriormente, afirmamos que essa articulação é estratégica para a agroecologia. Algumas questões surgem a partir deste debate: Que relações essas experiências de

articulação de sistemas agroalimentares locais geram, criam, produzem? Que espaços relacionais, de apropriação social se formam a partir dessas relações, e ainda, como se organizam esses espaços? Motivados por estas questões, lançamos luzes de entendimento sobre o campo de trabalho emergente dos circuitos curtos de comercialização, os quais tem se desenhado como a forma de relação através da qual a agroecologia se sustenta nos mercados territoriais. Inferimos que essa construção social tem se constituído através de circuitos curtos de comercialização, tema sobre o qual nos concentramos a seguir.

2.3 CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO – CCC

Os conceitos de Circuitos Curtos de Comercialização (CCC) e de Cadeias Curtas de Abastecimento Agroalimentar (CCAA) se inserem no tema mais amplo das cadeias de valor do abastecimento agroalimentar. A literatura internacional refere-se a *Short Food Supply Chains*, desde onde uma tradução literal do termo indica *cadeias curtas de abastecimento alimentar*. Na literatura brasileira, sob a ideia de *cadeias curtas da agricultura familiar*, Schneider e Gazolla (2017) reúnem textos que pautam a discussão atualizada presente na literatura internacional, em traduções para o português, na publicação “Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas”. Esta publicação se tornou um marco nos estudos agroalimentares e nos debates brasileiros sobre o tema. Rover e Darolt (2021) avançam nos estudos sobre a comercialização e abastecimento da agricultura familiar e, com a publicação de “Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social”, trazem estudos atualizados sobre o tema e evidenciam a centralidade da ideia de *circuito* em detrimento de *cadeia*, entre outras contribuições no campo.

Diferentemente das noções de *cadeia*, a noção de *circuito* se diferencia por ser complementar e indissociável da divisão territorial do trabalho (AZEVEDO DA SILVA, 2009). Essa noção traz, portanto, a perspectiva territorial na função do abastecimento agroalimentar e, sobretudo, na comercialização da agroecologia.

Ao passo que a agroecologia tem na segurança alimentar um de seus princípios básicos, os circuitos curtos podem fazer parte de um campo de estratégias que buscam a transformação social. Saravia (2020) reforça a necessidade de se modificar as bases de grande parte do sistema agroalimentar convencional para que o horizonte político definido pela soberania e segurança alimentar se concretize.

Os estudos que culminam na presente tese acompanham esses debates. Entende-se que as dinâmicas sociais nos circuitos curtos da agricultura familiar, especialmente de base ecológica, geram desdobramentos relacionais e socioambientais, estendendo-se para além dos processos materiais que envolvem diretamente a produção, a comercialização e o consumo.

A literatura brasileira, latino-americana, norte americana e europeia sobre cadeias e circuitos curtos de comercialização de alimentos discute o movimento global de mudanças e transições em sistemas agroalimentares. Envolvem debates sobre sistemas produtivos e agroecossistemas, o consumo como um ato ou uma ferramenta política, a formação e organização da comercialização, bem como a reintegração socioambiental da agricultura e os sistemas de valores, individuais e coletivos, envolvidos nas cadeias produtivas. A revisão de literatura que foi mobilizada como base deste estudo busca compreender tal conceito em estudos e realidades rurais da América Latina, referindo-se a *circuito* no decorrer do texto.

Em linhas gerais, a abordagem norte-americana sobre as *Short Food Supply Chains* trata de questões sobre o sistema agroalimentar, e a abordagem europeia ocupa-se especialmente de discutir o lugar dos alimentos e da produção no espaço rural pós-industrial, buscando incidir na reformulação de suas políticas agrícolas. No debate brasileiro, se aglutinam sob o conceito de Circuitos Curtos de Comercialização estudos sobre transições de sistemas produtivos, inovações sociais, promoção da agroecologia e redes agroalimentares alternativas e de cidadania (DAROLT; ROVER, 2021).

FONTE (2008); PREISS, (2017) indicam que a emergência de trabalhos acadêmicos sobre o tema, especialmente nos últimos 20 anos, se entrelaça com conceitos como o de *quality-turn* (GOODMAN, 2003), que indica uma ‘virada de qualidade’ nas exigências e desejos do consumo agroalimentar. A mudança para critérios de qualidade também correspondeu a alterações profundas de demanda provocada por fatores demográficos e ocupacionais, e também por novas reflexões sobre alimentos e saúde pública (WILKINSON, 2008). Identifica-se que um novo padrão de qualidade baseado em saúde humana e ambiental estaria superando a noção de qualidade moderna baseada na produção industrializada. Nesta virada para a qualidade, questões sobre a procedência e o local da produção passam a ganhar maior importância (GOODMAN, 2003; 2017) segundo a preferência de uma ampla gama de consumidores. Desde o campo da pesquisa, da extensão rural e das organizações sociais, o comportamento social e as discussões em

torno da qualidade alimentar levam a refletir sobre a relação entre modos de produção, cadeias produtivas e circuitos curtos de comercialização (CRUZ; SCHNEIDER, 2010; GOODMAN, 2017; LANG, 2005; MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000; ROVER; RIEPE, 2016; SCHNEIDER; FERRARI, 2015).

Os CCC referem-se a um encurtamento do percurso dos alimentos através da redução ou mesmo da eliminação de distanciamentos entre produção e consumo, entre produtores e consumidores, de intermediários entre a produção até o consumo final, e de distâncias geográficas (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017). Passando pelas discussões sobre o encurtamento das cadeias de valor, e Preiss e Marques (2015) elaboram a ideia através do afinilamento das relações entre produção e consumo nas redes de abastecimento do sistema agroalimentar convencional. Nesse sentido, Darolt e Rover (2021) discutem os padrões que distinguem as cadeias longas (que constroem os mercados convencionais e corporativos), dos circuitos curtos e redes que viabilizam e potencializam o abastecimento de alimentos pela agricultura familiar e ecológica.

Silva (2009) aponta que a divisão social do consumo como elemento definidor dos circuitos é uma premissa amplamente utilizada nos estudos da sociologia da alimentação, ao passo que Goodman (2017), no contexto europeu, percebe a existência de um recorte étnico, racial e de gênero nas possibilidades de escolha alimentar por parte de consumidores e da população em geral.

Saravia (2020) ressalta o papel dos CCC no debate e na construção política sobre as dimensões da produção, comercialização e consumo dos alimentos, as quais possuem fragilidades, tensões e ênfases distintas. “Algunas de ellas son, por ejemplo, el sistema agroalimentario mundial versus la agroecología; el supermercado versus los CCC, o bien, el consumo despolitizado y masivo versus el consumo alternativo” (Saravia, 2020, p. 03)²¹. Também Darolt *et al.* (2016) ressaltam que nos CCC, as relações de poder tornam-se favoráveis ao conjunto de produtores e consumidores, e não a intermediários e corporações. Neste trabalho, referimo-nos a essas relações de poder voltadas a agricultores e consumidores através da ideia de apropriação social da agricultura e dos sistemas agroalimentares.

²¹ Conforme observado pela banca avaliadora da pesquisa, *o abastecimento não pode dar-se ao luxo de contar com essa oposição. É preciso considerar que Steil (2013), em sua excelente pesquisa, por exemplo, discorre sobre o desafio de abastecer Londres com 30 milhões de refeições diárias e suas consequências sobre o ordenamento do cotidiano das pessoas, sobre a geografia urbana e, em última instância, sobre o urbanismo a médio prazo.*

Os CCC se caracterizam pelos contatos próximos entre produtores e consumidores. Essa proximidade proporciona associações e vínculos entre produtores, e ressalta padrões de qualidade dos alimentos ecológicos, tradicionais e artesanais. Nesses circuitos se abre a possibilidade de participação efetiva de agricultores que contam com pequenas escalas de produção, sejam aqueles circunscritos na agricultura familiar em pequenas propriedades, sejam produções baseadas em assentamentos rurais ou mesmo em terras comunais. Esta é uma potente configuração de cadeia de valor no sentido da inclusão produtiva e social.

Desde a perspectiva dos circuitos de proximidade, Silva (2009) indica que os circuitos curtos seriam a manifestação de relações restritas aos mercados regionais. Ainda que a maioria dos mercados regionais sejam convencionais, Wilkinson (1999) indica que a matéria prima viva e o apelo social para a preservação da integridade nutricional são características peculiares dos circuitos de proximidade, além da heterogeneidade da matriz tecnoeconômica do sistema e o papel decisivo da demanda na (re)estruturação das cadeias de produção e as redes de abastecimento (AZEVEDO DA SILVA, 2009). Este último autor indica que tais mercados se caracterizam pela circulação de produtos frescos e artesanais cuja produção e distribuição geralmente está nas mãos dos produtores e se sustenta através de normas implícitas e relações de confiança. Comercialização e produção, por sua vez, são momentos distintos de um mesmo processo, os quais devem gerar entre si sinergias e relações baseadas no apoio mútuo recíproco e na confiança (SARAVIA, 2020).

Os circuitos curtos e suas redes se estabelecem através da proximidade com diversas formas de conexão entre agricultores e consumidores (AZEVEDO DA SILVA, 2009; GELBCKE, 2018) A proximidade nos circuitos de abastecimento de alimentos orgânicos da Grande Florianópolis – SC – Brasil (GELBCKE *et al.*, 2018a; LOVATTO *et al.*, 2021). Uma das expressões dessa proximidade são os aspectos de identidade territorial presentes nos alimentos e em seus aspectos humanos, produtivos e ambientais. Entendemos que as vendas diretas por pedido antecipado ‘radicalizam’ as relações de proximidade entre produção e consumo, estando em relação e apropriação direta os sujeitos sociais das pontas do processo agroalimentar. Essa forma de organização prescinde de e se envolve com diversas formas de *intermediários* e *mediações sociais*, que são e devem ser lidas como aspectos distintos das relações sociais envolvidas nos circuitos analisados. Entender como se estabelecem diferentes aspectos da proximidade

pode ajudar a entender como se organizam e se expandem os coletivos de comercialização agroecológicos.

Os ‘intermediários’ são os agentes que atuam entre a produção e o consumo de diversas formas: fazendo as logísticas de transporte e entrega dos produtos, conectando, facilitando e possibilitando o abastecimento e a circulação de produtos frescos (GELBCKE, 2018).

Os mediadores sociais são agentes de organizações que atuam na criação de condições objetivas para que essas relações ‘possam’ se estabelecer e ‘se fixar’. São os atores coletivos das organizações sociais, de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, de educação popular, expressos na pesquisa como *entidades de apoio*.

2.3.1 Aspectos teóricos e metodológicos dos circuitos curtos de comercialização

Mundialmente, emergem iniciativas em torno da diversificação de sistemas produtivos agroalimentares, e no sentido da aproximação entre produtores rurais e consumidores (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000; RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003; RENTING; SCHERMER; ROSSI, 2012). Nesse contexto, diversos autores se dedicaram a identificar as especificidades dos circuitos curtos de comercialização. Esses autores propõem uma tipologia de análise para categorizar a organização dos circuitos curtos através das relações cara a cara, de proximidade espacial e de proximidade estendida. Nas relações *cara a cara*, que nesta pesquisa nos referimos como *relações diretas*, as interações são realizadas presencialmente entre os atores. A base dessa relação são os contatos e as trocas diretas entre os sujeitos do processo de abastecimento alimentar. Como *proximidade espacial*, a proximidade geográfica entre produção, produto final e consumo determina e desenha a distância e o território dos alimentos e seus sujeitos sociais. A ideia de *espacialidade estendida* tem como elemento de proximidade a informação e a rastreabilidade sobre a origem dos alimentos. Ainda que o alimento percorra caminhos mais longos e as pontas da produção e consumo não interajam diretamente, seus processos e sistemas produtivos são informados através de selos, sistemas sociais de garantia e diversas formas de comunicação.

A extensão da espacialidade dos circuitos curtos torna-se necessária quando a demanda local não dá conta de absorver os produtos do território. Através dessa extensão espacial, despontam circuitos de comercialização em rede com a intercooperação entre

diferentes territórios. Muitas vezes essa forma de circuito curto conta com um a dois intermediários entre produção e consumo, sendo um deles uma organização social vinculada a um dos elos dos circuitos (DAROLT; ROVER, 2021).

De acordo com a literatura, os Circuitos Curtos de Comercialização de alimentos podem ser entendidos através de diferentes dimensões de proximidade: geográfica ou espacial, informacional e relacional (DAROLT; LAMINE; BRANDEMBURG, 2013; KNEAFSEY *et al.*, 2013; MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000; RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003). Os diferentes tipos de proximidade contribuem com diferentes formas e intensidades de articulação, para enfrentar uma série de problemas do modelo dominante de abastecimento (DAROLT; LAMINE; BRANDEMBURG, 2013; DAROLT *et al.*, 2016). Os autores e a autora indicam que dentro dos CCC, especialmente naqueles que articulam formas de venda direta, podem emergir inovações que estimulam a participação e o envolvimento de diferentes atores sociais.

Na literatura, podemos entender que há consenso na definição dos CCC como canais comerciais com até um intermediário entre agricultores e consumidores (MAYE e KIRWAN, 2010; DAROLT, 2013; DAROLDT *et al.*, 2016; DAROLT e ROVER, 2021). As *relações diretas*, porém, não podem ser confundidas como *individuais*, pois como discutiremos a seguir, são permeadas por atores e sujeitos coletivos, e pelas suas ações em torno da extensão rural, de pesquisas, de projetos, de articulações sociais e da organização de pautas e repertórios de ação coletiva em torno construção social de mercados da agroecologia.

Darolt *et al.* (2016) e Darolt e Rover (2021) avançam nos estudos e categorizam os tipos de circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos e ecológicos a partir das Vendas Diretas, que mantém a relação direta entre produtores e consumidores, e das Vendas Indiretas, em que há a intervenção de um intermediário entre produtor e consumidor.

Quadro 2. Tipologia dos Circuitos Curtos de Comercialização de alimentos

Venda Direta	Venda Indireta
--------------	----------------

Na propriedade *Cestas para grupos ou indivíduos *Venda direta na propriedade *Colheita na propriedade *Acolhida na propriedade: gastronomia, pousadas, esporte, lazer *Atividades pedagógicas, lazer e esportes	Fora da propriedade *Feiras ecológicas *Venda para grupos de consumidores organizados *Cestas em domicílio/empresas *Lojas – centros de comercialização *Venda em beira de estrada *Feiras, salões, eventos *Venda para programas de governo (PAA, PNAE) via Organizações de Controle Social	*Lojas especializadas Independentes *Lojas de cooperativas de produtores e consumidores Ecológicos *Circuitos de circulação em redes *Restaurantes coletivos e individuais *Pequenos mercados *Venda para programas de governo (PAA, PNAE) via Cooperativas *Encomendas por internet
--	--	--

Fonte: Adaptado pela autora de Darolt, Lamine e Brandeburg, 2013; Darolt et al, 2016; Darolt e Rover, 2021.

A partir desta tipologia, nos dedicamos a pesquisar uma modalidade específica Venda Direta, identificadas no destaque em vermelho: as *Vendas Diretas fora da propriedade para grupos de consumidores organizados*, a qual nominamos Vendas Diretas por Pedidos Antecipados (VDPA). Desde o estudo sobre inovações sociais na promoção da agroecologia e redes, Escosteguy (2019) identifica que essa forma de construção de circuitos curtos é uma inovação social em curso em seu contexto. A autora indica que essa forma de venda direta é “um arranjo organizacional, que funciona a partir da articulação direta entre agricultores e consumidores que opera por meio do uso da tecnologia (internet), onde são realizados os pedidos antecipados de modelos de cestas de alimentos orgânicos/agroecológicos, que são entregues, conforme a iniciativa, em pontos de partilha comuns aos consumidores ou em domicílio” (ESCOSTEGUY, 2019, p.16).

Os estudos empíricos demonstram que nessa forma de venda direta normalmente se organizam as cestas de produtos frescos, uma modalidade de organização que percebemos estar em ampla difusão. Darolt e Rover (2021) indicam que a viabilidade dos circuitos curtos se assenta, também, na possibilidade de interação e complementaridade entre os tipos e formas de CCC. Nesse sentido, o destaque em verde indica as *Vendas Indiretas através de circuitos de circulação em redes*, modalidade que os estudos empíricos demonstram ser frequentemente complementares aos VDPA. Os principais itens comercializados nas vendas diretas, sobretudo na composição de cestas de alimentos agroecológicos, são produtos frescos, *in natura*, perecíveis. Os circuitos de circulação em redes são comumente ativados para agregar às cestas produtos beneficiados, minimamente processados e empacotados (Quadro 8), não raro vindo de territórios mais

amplos (Quadro 9). Interessante observar que, normalmente, são produtos de origem vegetal que circulam nos esquemas de VDPA (mesmo considerando as vendas indiretas a eles atrelada), sobretudo em função das normas de inspeção sanitárias relacionadas à segurança dos alimentos, especialmente aqueles de origem animal.²²

Das diferentes formas de aproximação entre produção e consumo, derivam os aspectos e dimensões de proximidade que marcam e conformam as dinâmicas sociais, ou socioecológicas, destes circuitos. As especificidades das VDPA, frente às demais formas de Venda Direta, residem no pedido antecipado aos agricultores pelos consumidores, e em um ponto de entrega coletivo. Os pedidos antecipados possibilitam aos agricultores o planejamento da produção de acordo com uma demanda relativamente garantida e, ao mesmo tempo, viabiliza práticas de preços acessíveis aos consumidores. Esse planejamento encoraja as boas práticas na redução de perdas e desperdícios de alimentos, permitindo aos agricultores colher apenas a produção que já está à venda. Muitas vezes, a antecipação ocorre também no pagamento, que é adiantado aos agricultores por ciclos ou períodos específicos. Os pontos de entrega, ou Pontos de Partilha, são um diferencial logístico e organizativo que caracteriza também essa modalidade de comercialização.

Essa estrutura e dinâmica provocam mudanças de atitudes dos consumidores enquanto sujeitos mais ativos no processo de consumo, buscando mobilizá-los e envolvê-los enquanto participantes ativos desses circuitos. Essa forma de *experiência agroecológica colaborativa* (termo tomado de empréstimo de Saravia, 2020) requer muitas vezes a organização cotidiana para cozinhar e consumir alimentos agrobiodiversos, especialmente nas experiências com ‘cestas fechadas’ (nas quais os alimentos são escolhidos pelos agricultores), inserindo com ainda mais profundidade produtos sazonais no consumo cotidiano de um número crescente de consumidores urbanos. Uma vez que a uniformidade e a diversidade não são apenas maneiras de pensar e usar a terra, mas sim maneiras de pensar e viver (Shiva, 2003) o mundo, a oferta de

²² Embora não caiba no escopo deste estudo uma análise sobre essa questão, é importante registrar que as regras para a inspeção sanitária (municipal, estadual e federal) são bastante rígidas e, não raro, direcionada a produções em escalas que não correspondem à realidade socioeconômica e mesmo cultural da agricultura familiar baseada em unidades familiares rurais. O trabalho em campo, junto a agricultores familiares, tem demonstrado que tais normas muitas vezes são impeditivas para a produção mesmo quando esta é coletivizada em função do alto custo envolvido, e que tendem a incidir na mecanização de diversos processos, não raro levando à descaracterização de processos artesanais no feitiço de queijos, embutidos e outros produtos derivados de origem animal. Para mais referências sobre o tema, indicamos consultar o trabalho recente de CRUZ (2020) "*Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais*" (<https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.190965>), bem como outros trabalhos da autora.

produtos sazonais e diversificados daqueles dos mercados convencionais é um elemento educativo bastante relevante, que cria processos individuais e coletivos de reeducação do gosto, e de quebra de padrões alimentares uniformizados alinhados com as Variedades de Alto Rendimento (VAR) e com as ‘novidades’ comerciais de interesse da indústria de alimentos e das produções em grandes escalas da agricultura industrial.

A proximidade espacial marca um aspecto fundamental das vendas diretas nos circuitos curtos, pela pouca distância física entre os locais de produção e de consumo final dos alimentos, e pelos diversos elementos territoriais que comporta. Em termos de distância, o parâmetro amplamente utilizado pelos estudos relacionados ao Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF) é a distância de 200km entre produção e consumo, conforme a proposta de Rover e Riepe (2017). Os elementos territoriais que circunscrevem os circuitos curtos são diversos. Há maior proximidade com a origem natural dos alimentos, com fluxos de produtos orientados aos mercados regionais e locais com uma grande participação de agentes da economia familiar, artesanal, etc. A concentração espacial das funções envolvidas com o abastecimento agroalimentar e a qualidade superior dos produtos da terra podem incrementar a apropriação territorial da renda pelos seus agentes (AZEVEDO DA SILVA, 2009). Este autor situa a importância dos lugares e dos agentes no sistema agroalimentar:

(...) los lugares, al igual que los agentes, también adquieren una importancia relativa dada por su «encaje» estratégico en el sistema. En las sociedades donde prevalece el autoconsumo, la producción y el consumo de alimentos suelen ser realizados a distancias muy cortas o sobrepuestos en los mismos espacios (de control familiar o comunitario). Ya en las economías de mercado, las funciones son más numerosas y están repartidas de forma dispersa. Se trataría de afirmar, por lo tanto, que el sistema alimentario está dotado de una organización espacial o socioespacial. (AZEVEDO DA SILVA, 2009, p. 13).

A localização e a circulação, aspectos essenciais para os estudos geográficos do sistema alimentar, tratam de abordar os fluxos de produtos e de valores entre pontos concretos no espaço, e assim produzem o espaço (AZEVEDO DA SILVA, 2009). A perspectiva territorial de desenvolvimento proporciona o envolvimento de múltiplas dimensões em torno de soluções amplas para os problemas, a partir de relações multidimensionais envolvendo sociedade, natureza, economia e cultura (RECINE *et al.*, 2021). As autoras apontam que a agência dos atores sociais na organização dos sistemas agroalimentares é um aspecto fundamental na dimensão territorial do desenvolvimento.

Dessa forma, os circuitos curtos oportunizam que se enfatizem os aspectos multidimensionais dos sistemas alimentares. As conexões entre as áreas rurais e urbanas se dão através dos mercados, mas vão mais além, ampliando possibilidades de agregação de valores culturais e políticos aos alimentos.

A região pode ser entendida como um nível estratégico de análise da construção de uma nova teoria do desenvolvimento rural centrada na multifuncionalidade. Uma definição positiva do espaço rural baseada em elementos distintivos tem o rural como: lugar de coprodução entre sociedade e natureza; ambiente de pequenas e médias empresas; local de formas de intercâmbio não mercantilizadas, ou monetizadas, que promovem criatividade e resiliência econômica. Dessa forma, os mercados locais e regionais operam com escalas ajustadas aos contextos territoriais. O espaço rural tem seu foco em produtos mais saudáveis, artesanais, coloniais, in natura ou minimamente processados de grande qualidade nutricional. Aponta para o consumo consciente, para a redução e reaproveitamento de embalagens. Em circuitos curtos prevalece a diferenciação dos produtos em detrimento dos produtos padronizados do mercado global. Os produtos são qualificados mais por sua qualidade biológica, de sabor e de frescor do que por padronização e escala industrial de alimentos. Esses aspectos demonstram a valorização da imagem dos agricultores e do meio rural que acontece nesses circuitos.

2.3.2 Dinâmicas relativas aos CCC

As *dinâmicas organizativas* dos mercados em circuitos curtos são diversas, e operam com diferenças de coordenação e gestão, verticais e horizontais (GELBKE, 2018), desde onde as formas de organização entre produtores e consumidores reflete fatores culturais transmitidos pela confiança, pela valorização do mercado local e pelo produto agroecológico (DAROLT *et al*, 2016).

Nos circuitos curtos em geral, e nas VDPA em particular, em contraste com os contratos do cooperativismo industrial e da integração vertical dos canais longos (DAROLT; ROVER, 2021), a gestão se caracteriza pela participação ativa dos agricultores, consumidores e mediadores sociais no processo de comercialização e organização de mercados. As principais formas organizativas dos circuitos curtos são coletivas, com maior ou menor formalização (de grupos autônomos a cooperativas, de associações de agricultores a organizações sociais diversas), que estabelecem acordos e fluxos através de intercooperação, horizontalidade nas dinâmicas de integração produtiva,

com princípios e formas de autogestão. Essas dinâmicas organizativas impulsionam a dinamização de mercados locais, com a inclusão de agricultores menos favorecidos.

A operação em escalas modestas e relativamente pequenas possibilita o envolvimento dos setores sociais caracterizados pela economia familiar, por pequenas empresas (AZEVEDO DA SILVA, 2009) e por grupos de agricultores e associações, formais e informais, voltadas à produção e abastecimento alimentar. Na escala regional ou local, as cadeias produtivas incorporam uma quantidade importante de pequenas unidades de produção e beneficiamento artesanal de alimentos. Além de incluir produções em escalas pequenas e produtores artesanais, os circuitos de proximidade também favorecem a constituição de redes entre pequenos agentes (AZEVEDO DA SILVA, 2009). Ao mesmo tempo, é necessário considerar que a logística de entrega de pequenos volumes tende a ser mais pulverizada e encarecer os custos. Rover e Darolt (2021) identificam esse como um aspecto importante de ser estudado visando identificar boas práticas que colaborem com a otimização das logísticas, com a qualificação de infraestruturas, com o desenvolvimento de práticas de conservação, armazenamento, etc., e que busquem otimizar as relações sociais que se realizam nos circuitos.

O principal aspecto socioeconômico dos CCC está na sua capacidade de dinamizar a agricultura local, remunerar os produtores de forma mais justa, fazendo com que fiquem com maior parte do valor do produto comercializado, além de estimular o protagonismo dos atores do sistema agroalimentar local. Azevedo da Silva (2009) ressalta que nesses circuitos a maior parte da renda gerada na cadeia produtiva permanece dentro da mesma região.

Recine *et al.* (2021) demonstram que os circuitos curtos de abastecimento alimentar apresentam interações mais vantajosas entre produtores e consumidores, ao estabelecerem mutuamente relações comerciais mais diretas, justas e autônoma entre as partes, ao mesmo tempo em que ampliam a circulação com diversidade dos alimentos frescos, in natura e sazonais. As autoras argumentam que o acesso físico e financeiro a esses alimentos está diretamente relacionado à promoção de segurança alimentar e nutricional (RECINE *et al.*, 2021), abrindo a discussão para a importância do alimento e da alimentação enquanto uma matéria essencial para a reprodução biológica da vida humana.

(...) el incentivo a los circuitos de proximidad es muy importante para mejorar la dieta de poblaciones en regiones periféricas y con bajo nivel de ingresos (Maluf y Costa, 2001). Un adecuado funcionamiento de estos circuitos favorecería, por un lado, el

aumento de las cantidades ingeridas, considerando los aumentos en la producción para el autoconsumo y en la capacidad de adquisición por parte de las familias, es decir, precios más accesibles debido a la combinación entre el aumento de la oferta regional y la retirada del valor añadido extrarregionalmente. (AZEVEDO DA SILVA, 2009, p. 16).

Ao mesmo tempo em que os alimentos se incorporam ao sistema econômico, existem questões materiais e simbólicas que não dizem respeito estritamente nesse econômico, sendo tratados inclusive como um fenômeno biocultural (AZEVEDO DA SILVA, 2009). Novas formas de interação entre produção e consumo se expressam nos circuitos curtos através dos valores sociais, princípios e significados simbólicos, culturais, éticos e ambientais (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017) atribuídos aos alimentos e à produção agroalimentar. Assim, os CCC proporcionam a valorização do alimento para além do valor econômico de mercado, enquanto portador de atributos diversos: nutricionais, ecossistêmicos, culturais (GOODMAN, 2003, 2017), de forma a tornarem-se o elemento relacional fundamental nas interações e na construção de mercados social, cultural e ambientalmente situados.

Os CCC, além de diminuir as distâncias e distanciamentos entre agricultores e consumidores e colaborar com o estabelecimento de relações econômicas mais equilibradas entre esses atores, incidem em diversos *aspectos socioambientais* concernentes aos sistemas agroalimentares. O favorecimento de ligações mais estreitas entre produção e consumo locais, e a maior proximidade física frequentemente preservam uma ligação mais direta entre a sociedade e a natureza (AZEVEDO DA SILVA, 2009), diminui a pegada de carbono da comercialização e valoriza o que historicamente o território produziu como patrimônio biogenético (SARAVIA, 2020). Em uma relação direta com a proteção ambiental, quase sempre a menor sofisticação técnica tende a garantir um vínculo mais forte da origem dos produtos com a natureza (AZEVEDO DA SILVA, 2009).

Além disso, são frequentemente associados a sistemas produtivos desde onde circulam os alimentos da agroecologia e da agricultura orgânica familiar, alimentos agroflorestais, tradicionais, locais e outras dimensões da agrobiodiversidade. Essa ideia diz respeito “(...) às dinâmicas e complexas relações entre as sociedades humanas, as plantas cultivadas e os ambientes em que convivem, repercutindo sobre as políticas de conservação dos ecossistemas cultivados, de promoção da segurança alimentar e

nutricional das populações humanas, de inclusão social e de desenvolvimento local sustentável” (Santilli, 2009: 91).

Assis e Romeiro (2007), estudando a comercialização de hortaliças orgânicas, afirmam haver propensão de agricultores que acessam mercados diretos de aumentarem a diversidade de produtos ofertados. Os autores defendem que isto ocorre porque “[...] o que determina a confiança do consumidor [nesses mercados] é o contato direto com o agricultor, trazendo uma consequente fidelidade de consumo que, para ser mantida, exige um certo nível constante de diversificação dos produtos” (ASSIS; ROMEIRO, 2007, p. 72). Pugas e Rover (2021) demonstram que os CCC influenciam no aumento da agrobiodiversidade das cadeias através do incremento da biodiversidade nas unidades produtivas²³. Em estudo nas regiões metropolitanas da região sul do Brasil, os autores verificaram que os mercados em circuitos curtos têm beneficiado a diversificação produtiva e, como consequência, a agrobiodiversidade presente no campo e nas unidades de produção (e de vida) da agricultura familiar. Esses cenários demonstram a capacidade que os CCC têm em melhorar os sistemas agroalimentares, sobretudo os sistemas territoriais.

As *dimensões socioculturais* que permeiam e constituem os CCC (DAROLDT *et al.*, 2016; MARSDEN *et al.*, 2000) focalizam o processo de *interação* dos produtores com os consumidores, explorando formas de gestão e *inovação* dos produtos. Os encadeamentos são voltados ao escoamento da produção, à viabilidade econômica da agroecologia e ao abastecimento de alimentos de forma direta e através de relações coletivas e sólidas. Nesse sentido, esses circuitos se baseiam em fundamentam em princípios de reciprocidade e solidariedade (RECINE *et al.*, 2021; SARAVIA, 2020), com práticas que favorecem relações de convivência social baseadas na horizontalidade e na transparência. Essas relações tendem a fortalecer os esforços coletivos das pessoas nos territórios (SARAVIA, 2020), em uma busca constante para governar territórios e controlar os canais de produção e distribuição, re-territorializando assim os sistemas alimentares (RECINE *et al.*, 2021).

Uma das principais características dos CCC é sua capacidade de ressocializar e reespecializar os alimentos, permitindo aos consumidores maiores possibilidades de compreensão de valores sobre sua origem e qualidade, com base em seus próprios

²³ De acordo com os autores, “a biodiversidade geral refere-se a todas as espécies produzidas nas unidades de produção, a agrobiodiversidade comercial apenas às espécies destinadas à comercialização.” (Pugas e Rover, 2021: 58).

conhecimentos, experiências e imagens (MARSDEN *et al.*, 2000) através das quais se percebe e compreende os alimentos e os processos socioambientais envolvidos. O conhecimento e a experiência são elementos que geram vínculos com o local, com os agricultores e com os processos relacionados aos produtos alimentares.

Os circuitos curtos e suas redes redefinem relações e interações com os espaços sociais e com o ambiente institucional, através da criação de novas conexões entre agricultores e consumidores. Através de múltiplas interações, possibilitam que todos os atores sociais envolvidos nos circuitos ressignifiquem seus valores em relação à alimentação e à agricultura a partir de suas experiências. As interações interferem na ampliação de informações sobre os atributos de qualidade dos alimentos que circulam (como nutrição, sabor, contaminação). A organização social em torno do abastecimento alimentar, incide em questões mais amplas como justiça social, ética, saúde pública, meio ambiente.

Além de induzir mudanças locais, os CCC colaboram com a melhoria de processos mais amplos de interdependência entre os atores do sistema agroalimentar, muitas vezes formando redes alimentares alternativas e cidadãs (LAMINE; DAROLT; BRANDENBURG, 2012; RENTING; SCHERMER; ROSSI, 2012). Nesse sentido, é importante compreender com maior profundidade o papel e a importância das redes no contexto da intercooperação – observando como atuam, e quais formas de cooperação são adotadas por quais redes.

Miranda (2020) mapeou uma Rede de Cidadania Agroalimentar em Florianópolis e Grande Florianópolis, composta por iniciativas de Circuitos Curtos de Comercialização em torno do território, da agroecologia e da democracia agroalimentar. A partir deste estudo, analisamos que esta rede, embora trate-se mais de uma perspectiva analítica que uma ação organizada entre seus componentes, conforma uma inovação social no território, indicando reconfigurações sociopolíticas locais, onde a diversidade de atores sociais tem impacto sobre diferentes níveis: políticas públicas, organização para o abastecimento, articulação de projetos interinstitucionais, e construção social de mercado (Souza *et al* 2021, p. 8).

Assim como a ideia de *movimentos sociais coletivos* ajudam a ‘costurar’ o argumento deste trabalho, entendemos a importância de situar as noções de *Redes* e *Redes de Cidadania Agroalimentar*, como um marco teórico no qual se alicerçam os estudos que fazem parte da trajetória desta pesquisa (ESCOSTEGUY, 2019; MIRANDA,

2020; SOUZA *et al.* 2021). Essa trajetória de estudos demonstra a presença de inovações sociais no território de Florianópolis através da construção social de mercados em CCC e de Redes em torno da comercialização da produção agroecológica.

2.3.3 *Redes e Cidadania Agroalimentar*

A compreensão de *redes*²⁴ enquanto *laços realimentados*, tem sua origem na Biologia, em que a rede seria o padrão de organização comum a todos os sistemas vivos.²⁵ A sociedade e os grupos são entendidos também como sistemas vivos, e analisados de diversas formas no campo das ciências sociais e humanas. Segundo Molina (2001), a análise de redes busca descobrir estruturas, normas de interação. Diz respeito a uma forma organizativa descentralizada, encadeada, interdependente: conjuntos de pessoas ou grupos que se relacionam e se retroalimentam partilhando de objetivos e afinidades comuns. Uma *Rede* é uma estrutura de relações através da qual fluem recursos e valores. Se configura em determinados arranjos sociais, formados por estruturas coletivas desde onde capitais são mobilizados, identidades delimitadas, e relações de poder são (re)estabelecidas (MIOR, 2005).

As relações podem ser as mais variadas: de parentesco, afetivas, profissionais, interesses comuns, afiliações, relações entre entidades, acordos, alianças, regulações, e ainda as relações que os membros dos grupos estabelecem independentemente entre si e com outros atores. Uma rede se conforma quando as relações se tornam laços. Esta troca (“retroalimentação”, nas palavras de Mance, 2003, “interdependência”, nas palavras de Molina, 2001) gera relações de confiança e, processualmente, dá coesão à rede. No caso das redes sociais e redes de cooperação, existem objetivos ou afinidades comuns, onde os atores da rede se incluem uns aos outros, adotando atitudes em comum, compartilhando de paradigmas, para disporem de construções de mundo, condutas e resultados similares.

Redes [...] “correspondem a instituições não hierárquicas e horizontais que gozam de certa estabilidade. Embora essas noções recubram realidades variadas, a rede designa,

²⁴ A etimologia da palavra vem do latim *raetis*: teia (de aranha), rede, laço, sedução (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa).

²⁵ Autores como Fritjof Capra, Humberto Maturana e Francisco Varela escrevem amplamente sobre a compreensão de redes no sentido ecológico, através da área do conhecimento chamada *biologia da cognição*; Félix Guattari e Gilles Deleuze, na área da psicologia social, para além da *rede* utilizam a metáfora do *rizoma* para definir o padrão das estruturas sociais, interdependentes e retroalimentadas.

geralmente, instituições (relativamente) estáveis” (BONNAL; MALUF, 2007, p.03). É nas redes que os grupos encontram condições de saírem da atomização, fator que pode levar grupos produtivos ao isolamento e à falência (SINGER, 1999). Gorz (2003) argumenta que as relações em redes pressupõem acordos e pactos que promovem intercâmbios produtivos, de bens e serviços, e estruturas coletivas de apoio e condições à produção.

A *rede como uma metáfora* remete à imagem de *nós e fluxos de relações* que buscam representar a complexidade do mundo social (SCHMITT, 2011). A ideia de *tecido social* ajuda a entender que a *rede* como união e entrelaçamento que transforma ‘fios soltos’ em tecido, malha, em estrutura reticulada, que confere força e unidade a partir do contato e da conexão entre elementos (grupos ou pessoas), que forma um conjunto de laços.

Os *fios*, ou *laços*, seriam as conexões (materiais e imateriais), episódios, vínculos de uma relação social. Os *nós* seriam as pessoas, sujeitos, atores sociais, de acordo com a estrutura de análise adotada. Uma *trama* seria um determinado fluxo de relações, um conjunto mais ou menos organizado de atores sociais conectados através de vínculos e relações, que atuam em torno de afinidades e objetivos.

São um recurso heurístico, que permite “fotografar” as configurações assumidas em dimensões analíticas. As redes podem ser analisadas com base na intersecção entre diferentes dimensões: endogeneidade, produção de novidades, sustentabilidade, capital social, arranjos institucionais e a governança dos mercados (SCHMITT, 2011). Sua utilização como uma ferramenta analítica compreende uma perspectiva de análise relacional dos fenômenos sociais. De acordo com Granovetter (2005), todos os fenômenos sociais são imersos em redes sociais e, portanto, devem ser analisados considerando esses conjuntos de relações.

Esse recurso tem se tornado cada vez mais importante para analisar, compreender e atuar em processos regionalmente situados de desenvolvimento rural. Dentre as múltiplas estruturas que compõem o rural, a rede rural é um dos modos de organização que operam nas regiões rurais e urbanas (SCHMITT, 2011). As *dinâmicas inovadoras da rede rural* são campos de relações capazes de ativar e fortalecer sinergias entre atores, recursos e práticas, numa perspectiva de sustentabilidade e de valorização do rural, coexistente com outros modos de organização, que mobilizam cadeias de conexões que se estendem muito além do “local” ou do “espaço rural” (SCHMITT, 2011). Esta autora

destaca a rede rural como uma contraestrutura, que busca estabelecer uma ruptura com ordenamentos já existentes, criando novos padrões de coerência entre atividades, redes, recursos e atores, que se configuram como uma dimensão importante a ser explorada na construção de uma abordagem relacional das transformações e transições do rural na contemporaneidade.

No campo do desenvolvimento rural, as Redes de Alimentares Alternativas (RAA) têm incentivado a construção de CCCs, explorando o potencial alternativo aos sistemas alimentares (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017). e posicionando o consumo como um ato político. Estas redes são marcadas por uma diferença de projeto e de paradigma em relação ao sistema agroalimentar industrial, com diferentes princípios e formas de articulação em relação às regulamentações mercados convencionais na sociedade contemporânea. Elas envolvem diferentes escalas e temas em torno das práticas alimentares, destinadas a alimentos de qualidade relacionados a atributos ambientais, sociais (envolvendo questões econômicas e culturais) e questões produtivas. São articulações socioprodutivas e de consumo que criticam e procuram se afastar das lógicas convencionais que envolvem produção, comercialização e consumo de alimentos (RENTING *et al.*, 2012; SONNINO; MARSDEN, 2006). As RAA abriram espaço para o surgimento de outras abordagens analíticas, que aprofundam algumas questões tratadas nesta abordagem. Renting *et al.* (2012) argumentam que as principais deficiências dessa abordagem analítica consistem na variabilidade da distinção entre *convencional* e *alternativo* ao longo do tempo (e, acrescentamos, em diferentes territórios); na dinâmica híbrida dessas redes, que combinam tanto elementos *convencionais* quanto *alternativos* nas possibilidades de abastecimento; e na falta de atenção à questão da inclusão social e popularização do consumo dos produtos dessas redes. Considerando estas lacunas, tais autores propõem o conceito de *Civic Food Networks* (CFN)²⁶ como uma abordagem capaz de analisar a dinâmica alimentar contemporânea.

Esta noção tem sido apresentada como um avanço nas discussões sobre redes através da incorporação de temas tais como justiça, soberania e democratização da alimentação (RENTING *et al.*, 2012; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017). A diversidade dentro dos CCC e das redes, assim como os debates que deles decorrem, favorecem a legitimação e o desenvolvimento de novas visões sobre agricultura e alimentos (LAMINE

²⁶ Neste texto, utilizaremos a sigla em inglês (CFN) e também a tradução Redes de Cidadania Alimentar, sem abreviação.

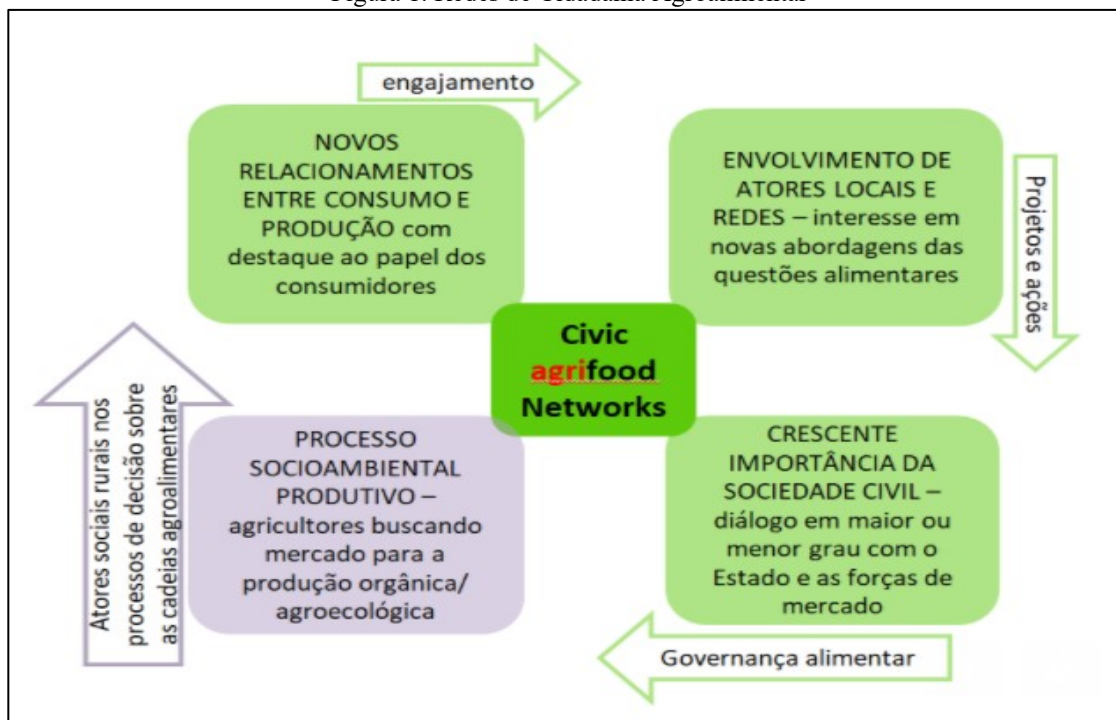
et al., 2019). Assim, as Redes de Cidadania Alimentar seriam diferentes das Redes Alimentares Alternativas devido aos valores sobre os quais se assentam.

Renting *et al.* (2012) propõem essa abordagem analítica utilizando um conjunto de considerações que definem as Redes de Cidadania Alimentar: o surgimento de novas relações baseadas no engajamento dos consumidores e agricultores, com ênfase no papel dos consumidores; o envolvimento de atores e redes locais em projetos e ações que compartilham um interesse em novas abordagens para a alimentação e a importância crescente da sociedade civil na governança alimentar (em maior ou menor diálogo com o Estado e as forças de mercado). As CFN são redes que “muitas vezes incorporam discursos diferentes, novos conhecimentos e novas estruturas simbólicas, que são desenvolvidas e compartilhadas através interação entre os atores envolvidos, e que sustentam as novas preferências e práticas” (RENTING *et al.*, 2012, p. 292).

A literatura sobre as Redes de Cidadania Alimentar (e Agroalimentar) demonstra uma forte relação entre a ações da sociedade civil, mercados e agentes públicos locais (DAROLT *et al.*, 2016; ESCOSTEGUY *et al.*, 2019; MIRANDA, 2020; PREISS, 2017), e pode ser entendida como uma expressão contemporânea das dinâmicas inovadoras da rede rural (SCHMITT, 2011). Isso implica novas concepções de cidadania e democracia alimentar, além da reorganização dos mecanismos de governança agroalimentar (RENTING *et al.*, 2012; LAMINE *et al.*, 2012; CUCCO; FONTE, 2016). Ao expandir ligações com novas organizações sociais, as Redes de Cidadania Agroalimentar dialogam com diferentes agendas e debates nas esferas social e econômica, provocando o desenvolvimento de novas ideias e práticas em torno dos alimentos. Mobilizam, por sua vez, dinâmicas organizativas resultantes da mobilização de diferentes grupos e atores sociais na busca de soluções inovadoras para problemas comuns, as quais compreendemos como inovações sociais no território (SOUZA *et al.*, 2021). Ainda assim, segue o desafio na literatura e estudos empíricos de enxergar e validar o Estado, cuja ação é estruturante frente aos mercados e à organização social.

Na Figura 1, sugerimos uma representação dos conjuntos de ideias que expressam a noção de Redes de Cidadania Agroalimentar (RCA). A áreas em verde representam a abordagem analítica das Redes de Cidadania Alimentar, de acordo com Renting *et al.* (2012). A área em lilás representa o componente diretamente relacionado aos atores sociais rurais nas redes de cidadania, elemento que consideramos fundamental para entender as redes de cidadania em torno dos sistemas agroalimentares.

Figura 1. Redes de Cidadania Agroalimentar



Fonte: Souza *et al.*, 2021.

Este esquema propõe que a compreensão das dinâmicas organizativas de redes de cidadania mobilizadas em torno dos alimentos deve considerar os processos sociais, ambientais e produtivos na análise de redes de cidadania em sua análise, entendendo a sua interdependência com os atores locais que agem no consumo e na articulação, a crescente importância da sociedade civil nessas redes e as novas relações entre produção e consumo que vemos despontarem em nossa sociedade. Agricultores, suas organizações e entidades de apoio participam efetivamente da realização dos laços sociais que compõem o contexto local.

O recente mapeamento da Rede de Cidadania Agroalimentar da Grande Florianópolis (MIRANDA, 2020), seguido por outros mapeamentos (CEPAGRO, 2020; ELIZABETTA RECINE, 2021), expressam um contexto de profusão de experiências de CCC em Florianópolis e no Brasil. Indicam também o crescente interesse em aprofundar as pesquisas sobre o envolvimento da sociedade civil na gestão de sistemas agroalimentares. As diversas ações para identificar experiências de abastecimento de alimentos agroecológicos em Florianópolis indicam uma ação articulada em rede, com a capacidade de mobilizar agricultores, consumidores, organizações sociais e instituições para promover a agroecologia.

A Rede de Cidadania Agroalimentar da região da Grande Florianópolis é um arranjo organizacional observado, analiticamente, no território. Dentro dele há diversas outras redes e arranjos organizacionais interrelacionados. Em 2019, em Florianópolis, um arranjo de organizações e instituições organizou o Seminário Internacional sobre Agroecologia Redes de Alimentos e Produção e Consumo,²⁷ mobilizando vários atores relacionados com o tema do abastecimento agroalimentar, com o propósito de compreender e fortalecer as redes de produção-consumo de alimentos agroecológicos. Este foi um momento em que um número significativo de atores sociais – muitos deles mencionados neste texto (Quadro 8) – estavam presentes. Naquela época, novos atores sociais, incluindo pesquisadores, nutricionistas, cozinheiros, agricultores e consumidores, somaram-se à rede, de discussões e propostas sobre agroecologia e o papel da demanda por alimentos bons, limpos e justos. Além disso, em 2019, como resultado de uma articulação da sociedade civil organizada em torno de questões socioambientais e questões agroalimentares, foi aprovada no Município de a Florianópolis Lei N° 10.628.²⁸ Esta lei municipal estabelece e define a agricultura, pecuária, produção extrativista e gestão de recursos naturais praticadas no Município de Florianópolis como uma Zona Livre de Agrotóxicos.

Souza *at al.* (2021) mostram o fortalecimento da articulação de novas redes de cidadania em torno dos circuitos curtos de comercialização, circunscrita em um território que envolve as regiões urbana e periurbana de Florianópolis, e irradia para zonas próximas litorâneas e rurais de Santa Catarina.²⁹ Nesse estudo, apontam para a existência de uma inovação social a partir da identificação de redes de cidadania agroalimentar no território.

A literatura sobre o conceito de inovação social mostra diferentes entendimentos, às vezes contraditórias e mesmo imprecisos (BOCK, 2012; LINS, 2019). Neumeier

²⁷ O II Seminário Internacional Alimentos Agroecológicos e Redes de Produção-Consumo está em organização para ser realizado em 2023, a partir do LACAF, Cepagro e outras entidades parceiras elencadas no presente estudo.

²⁸ Lei n° 10.628, de 08 de outubro de 2019, que institui e define como zona livre de agrotóxicos a produção agrícola, pecuária, extrativista e as práticas de manejo dos recursos naturais no município de Florianópolis. Disponível em http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/diario/pdf/08_10_2019_19.11.46.8cf40f7e6dfa7fb46e0b8e8312113bba.pdf.

²⁹ Na tese contextualizo o processo de formação do contexto sócio-organizacional (de organização social) da agroecologia, buscando mostrar, por um lado, a dependência da trajetória e, por outro, lanço luzes sobre um campo amplo de relações sociais que se deram nesse processo, e abrem uma miríade de conexões em redes que geram a própria construção social do movsoc, e da apropriação social da agroecologia no território.

(2012) argumenta que os diversos entendimentos de inovações sociais assumem três definições distintas, de acordo com o contexto em que são pensados. O primeiro refere-se à “novas formas de organizar a prática empresarial, local de trabalho ou externo relações de uma empresa para melhorar as atividades econômicas” (NEUMEIER, 2012, p. 64). A segunda, mais ampla, refere-se à geração de novas ideias capazes de impulsionar mudanças gerais na sociedade. A terceira, por sua vez, aponta para a “geração e implementação de novas ideias sobre como as pessoas devem organizar atividades interpessoais para atender a um ou mais objetivos” (NEUMEIER, 2012, p. 65). A partir destas concepções, o autor propõe uma nova definição, que, segundo ele, seria menos contextual e mais generalizável:

(...) social innovations can be generally understood as a change in the attitudes, behaviour or perceptions of a group of people joined in a network of aligned interests that, in relation to the group's horizon of experiences, leads to new and improved ways of collaborative action in the group and beyond (NEUMEIER, 2012, p. 65).

A construção social de soluções inovadoras é um processo que envolve a mobilização de grupos sociais diretamente relacionados com as ações de mudança. A mobilização desses atores tende a utilizar ações de colaboração mobilizados pelos atores tendem a gerar vantagens concretas.

Entretanto, nem todas as novidades no desenvolvimento rural são necessariamente inovações sociais (SCHNEIDER; MENEZES, 2014). Para serem entendidas como tais, elas devem obedecer a um conjunto de critérios: 1. ser algo novo em relação a público, o contexto ou a forma de execução; 2. satisfazer as necessidades do público principal mais efetivamente do que as alternativas adotadas anteriormente; 3. fornecer soluções de longo prazo; e 4. serem adotadas além dos grupos ou redes que desenvolveram ou propuseram inicialmente a inovação (NEUMEIER, 2012, 2017).

Neumeier (2012, p. 57), ao discutir a importância das inovações em dinâmicas de desenvolvimento rural, constrói um caminho lógico para seu desenvolvimento, indicando que elas seriam criadas e desenvolvidas por etapas. A primeira etapa consiste na “problematização”, que corresponderia a um ímpeto inicial de um pequeno grupo social articulado por objetivos e interesses comuns, a partir de uma necessidade de mudança. Ela seria impulsionada por forças internas e externas, promovendo mudanças na forma como o grupo social percebe sua realidade e adota novidades em relação às práticas anteriores. A segunda etapa consiste na “manifestação de interesse” de outros atores,

identificando vantagens nas novas formas de ação praticadas pelos pequenos grupos. A terceira etapa corresponde ao “delineamento e coordenação” da inovação social, que ocorreria à medida que novos atores adotassem essas novas formas de ação. A quarta etapa corresponde ao “ponto de decisão”, onde as inovações passam a ser organizadas a partir da negociação entre os atores proponentes e novos atores sociais. O autor enfatiza que este ponto de decisão pode tomar direções diferentes daquelas tomadas pelos atores do ímpeto inicial, o que geraria um “ponto crítico” quando as novas práticas não pudessem apresentar melhorias em comparação com as formas de ação anteriores para os atores que as adotam. No entanto, as novas formas “bem-sucedidas” de ação passariam a ser adotadas pelos atores envolvidos, pois eles geram melhorias tangíveis no atendimento necessidades sociais previamente discutidas. Portanto, a aceitação das necessidades sociais dos grupos envolvidos corresponderia à consolidação da nova forma de ação, ou seja, de uma inovação social.

Por sua vez, a consolidação de inovações sociais pode criar condições ou instigar o surgimento de novas formas de inovação (ROVER *et al.*, 2016), o que corresponderia a novas mudanças de comportamento, percepções e atitudes. Aqui, novamente se faz importante lembrar do entendimento mais amplo de que a sociedade civil só é capaz de se articular e se definir como tal reconhecendo o papel da gestão pública. A mudança de comportamento por parte da sociedade civil organizada em torno do abastecimento alimentar, no contexto e com as condições nele situadas, geraria uma trajetória inovadora, que é o que observamos no decorrer de múltiplas experiências de CCC – e mais especificamente, de VDPA – na Área Metropolitana de Florianópolis e suas adjacências. As interdependências e relações que são estabelecidas em este território em torno de Circuitos Curtos de Comercialização sinalizaram o estabelecimento de laços prósperos que envolvem produção, abastecimento e consumo.

3 PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS NO ESTUDO SOBRE AGROECOLOGIA

3.1 *Estudos interdisciplinares enquanto proposta de construção de conhecimentos*

A pesquisa interdisciplinar em ciências humanas é o campo epistêmico desta pesquisa. As pesquisas nesse campo são estudos científicos contemporâneos com estruturas adequadas para a compreensão e resolução de problemas complexos que demanda a humanidade (REPKO, 2008). A interdisciplinaridade extrapola os campos disciplinares ao integrar, em si, métodos das disciplinas e produzindo novos conhecimentos através do processo de integração entre formas e abordagens para o conhecimento, conhecimentos não-disciplinares. Repko (2008) conceitua conhecimentos não científicos – como o conhecimento dos trabalhadores, das populações indígenas, tradicionais, o conhecimento religioso, entre outros – como necessários para pensar sobre questões específicas que envolvem os diversos atores sociais.

Sayer (1992) entende que o conhecimento é alcançado através da interação entre pessoas utilizando recursos compartilhados. Johnson (1997) situa que, nas interações sociais, elaboramos novas ideias com base nas percepções que temos de situações e pessoas. A exclusão das relações sociais, das interações e da consequente intersubjetividade tende a reduzir a sociedade à atomização (SAYER, 1992). Esta atomização é o que fundamenta a crítica ao modelo dominante dos dualismos (humanidade \times natureza, sujeito \times objeto, estrutura \times ator social, por exemplo) que, segundo este autor, restringem compreensões mais amplas dos fenômenos sociais (e, evidentemente, dos fenômenos socioambientais). Para ele, a relação entre conhecimento e prática (*know-how*) é explicativo, descritivo, avaliativo, crítico e emancipatório, e constitui um conhecimento propositivo. Dessa forma, diferentes formas de conhecimento são postas em relação de interdependência. Conhecimento e prática estão sempre amarrados (SAYER, 1992; REPKO, 2008; SANTOS, 2009; ANJOS, 2014). O conhecimento e a prática dos sujeitos são fontes de conhecimentos mais amplos, ancorados nas experiências dos sujeitos que constroem e podem vir a construir suas lutas e ações para enfrentar as desigualdades tão amplas em nossa sociedade (SANTOS, 2009).

Nesta pesquisa, os conhecimentos não-científicos são contemplados com a ênfase nas experiências dos atores sociais que conformam o campo da pesquisa. É com

base na perspectiva epistemológica onde o conhecimento experienciado pelos sujeitos não é menor que o conhecimento científico que esta pesquisa se assenta. Ao contrário de deslegitimar o conhecimento dos sujeitos frente ao conhecimento científico, se estabelece uma postura de geração de interconhecimento, de escuta dos sujeitos de observação das experiências como formas e fontes de conhecimento. O conhecimento não deve ser entendido de forma restrita às versões dominantes – o que diz respeito tanto à ciência ocidental, branca e patriarcal, quanto às formas de conhecimento que se ancoram em saberes que extrapolam os projetos de desenvolvimento ocidentais e politicamente situados no norte global (SANTOS, 2009). A compreensão do mundo é muito mais ampla que a compreensão ocidental do mundo, e os conhecimentos situados são parte importante, se não fundamentais, para o rompimento das narrativas hegemônicas - um alinhamento tanto epistemológico quanto político na produção de conhecimentos, no fomento ao debate e na construção de estilos de vida.

Por fim, entendemos que a presente pesquisa está em sintonia com três aproximações epistemológicas apropriadas para dos estudos em desenvolvimento rural. A perspectiva construtivista, que procura borrar a dicotomia entre cultura e natureza, e coloca a agência humana no centro da análise e dos processos de existência (ANJOS, 2014). Essa perspectiva tenta romper as fronteiras simbólicas ao buscar a emergência de novas redes e novos seres, ou em outras palavras, busca a visibilidade de saberes locais, invisibilizados pelos regimes de saber dominantes. A noção de Epistemologias do Sul, proposta por Boaventura de Souza Santos, propõe que sejam resgatados, para o campo da pesquisa, conhecimentos dos sujeitos que tem sofrido, sistematicamente, as injustiças do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado (SANTOS, 2009).

A indissociabilidade entre *o social* e *o ambiental* são discutidas por Henrique Leff, que ancora na perspectiva *socioambiental* o principal pilar da construção de conhecimentos. Leff (2006) reúne a complexidade ambiental com dimensões subjetivas dos atores sociais, buscando romper a dicotomia entre sujeito e objeto, onde se coloca em questão o ambiente e o sujeito com seus conhecimentos. Essas perspectivas epistêmicas acolhem alteridade, valorização das diferenças, respeito à diversidade (de sujeitos, de mundos de vida) e a emergência da natureza para o centro do debate - a necessidade de uma leitura e compreensão *socioambiental* dos fenômenos sociais como um horizonte ético e político.

O social e o ambiental são indissociáveis e, considerando que o campo da agricultura e dos sistemas agroalimentares prescinde de interações diretas da humanidade com o meio natural (seja para domesticá-lo, seja para interagir em harmonia, seja para colaborar em sua regeneração), partimos da compreensão de que Agroecologia é um tema multidimensional e essencialmente, socioambiental.

3.2 Metodologia: Pesquisa Participante

O presente estudo resulta de uma pesquisa *implicada*, onde a observação para a pesquisa e a vivência de processos em torno de dinâmicas de circuitos curtos da agroecologia se deram processualmente e mutuamente. O conhecer para agir, fundamento da Pesquisa Participante (BRANDÃO, 2006), realizou-se nessa pesquisa a partir da participação da pesquisadora em sua ação acadêmica, profissional e pessoal. Em Florianópolis, contexto e campo dessa pesquisa, muitas das vivências pessoais e familiares foram e são também ações coletivas com grupos, redes, trabalhos de extensão, de intercâmbios e de ensino.

A definição da temática e a observação sistemática de uma realidade social específica em torno dos VDPA se deu a partir da prática profissional e, também, a partir de vivências no campo. Nessa pesquisa, não se indica um objeto estático a ser estudado, mas se observa e analisa um campo de relações dinâmicas que se estabelecem entre a objetividade e subjetividade de sujeitos do conhecimento (FREIRE, 1996): os *atores sociais coletivos*, que através de coletividades diversas, agenciam suas práticas. Essa pesquisa se insere no escopo dos trabalhos científicos elaborados e afinados com perspectivas que buscam “uma modalidade nova de conhecimento coletivo do Mundo e das condições de vida de pessoas, grupos e classes populares” (BRANDÃO, 2006, p. 9).

Buscando compreender aspectos da complexidade da questão lançada como norteadora da pesquisa, sobre *se e como os VDPA são fatores estimuladores da formação de novas organizações, e articulações em redes*, alicerçamos a análise em abordagens relacionais, no campo das ciências sociais e humanas (no escopo teórico da Agroecologia e dos Circuitos Curtos de Comercialização, valendo-nos também de noções acerca de novos movimentos sociais e redes, como conceitos importantes ao suporte analítico).

A pesquisa foi realizada através da metodologia de Observação Participante (FREIRE, 1996; OLIVEIRA, 2000; BRANDÃO, 2006) na qual existe uma interação

entre pesquisadores e membros das situações investigadas (THIOLLENT, 1986). Trata-se de “uma proposta político-pedagógica que busca realizar uma síntese entre o estudo dos processos de mudança social e o envolvimento da pesquisadora na dinâmica desses processos” (OLIVEIRA, 2000, p. 26), a par com a perspectiva de Brandão sobre pesquisa-participante onde “...pesquisadores e pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho em comum, ainda que com situações e tarefas diferentes” (BRANDÃO, 2006, p. 11). A partir dessa perspectiva, foram organizadas as ferramentas, técnicas, fontes, desde onde a pesquisadora adotou “... uma dupla postura de observadora crítica e de participante ativa, [desde onde] o objetivo da pesquisadora será colocar as ferramentas científicas de que dispõe a serviço do movimento social com que está comprometida” (OLIVEIRA, 2000, p. 26).³⁰

Tratamos aqui do *movimento social agroecológico*, (conforme Capítulo 2) um desdobramento (ou uma construção social derivada) da Agricultura Alternativa. Na relação com a metodologia, se parte da “premissa de que a forma hierárquica e desigual da organização social atual não esgota toda a realidade nem constitui o único real possível” (OLIVEIRA, 2000, p. 25). Nesse sentido, o propósito da pesquisa é justamente o de investigar aspectos da apropriação social da agricultura, de forma ampla, e dos sistemas agroalimentares alternativos ao convencionalizado pela agricultura corporativa, de forma mais específica.

Na prática, a pesquisadora está inserida e implicada com os sujeitos agentes da realidade social pesquisada, buscando questionar e sistematizar “um conhecimento do conhecimento anterior (...que se dá ao nível da experiência cotidiana) [e] se torna um novo conhecimento” (FREIRE, 1996), para que tal conhecimento seja voltado para o movimento social estudado (em síntese, a Agroecologia).

Esta pesquisa resulta e se desdobra a partir de trabalhos prévios (ESCOSTEGUY, 2019; MIRANDA, 2020; SOUZA *et al.*, 2021) sobre inovações sociais, circuitos curtos de comercialização e redes da agroecologia, realizados no mesmo território. Sendo uma pesquisa participante, se desenvolveu a partir da experiência da pesquisadora em torno do consumo e extensão no âmbito das Células de Consumidores Responsáveis (CCR) e das

³⁰ Uma vez que Oliveira trata, no decorrer de seu texto, dos homens e *mulheres* no campo do trabalho e da pesquisa, tomo a liberdade de fazer a conversão da citação literal para o gênero da pesquisadora, no feminino, aproveitando uma linha no próprio discurso dos autores para buscar tecer, ao longo da tese, um texto com linguagem inclusiva, abrangente e que melhor representa o universo da pesquisadora e da própria pesquisa. Não faço a mesma adequação discursiva com autores e autoras que não imprimem, em seu texto, a inclusão das mulheres ou de gênero, respeitando e ressaltando essa abordagem na construção do conhecimento científico.

discussões decorrentes da extensão no Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar da Universidade Federal de Santa Catarina (LACAF/ UFSC). O recorte territorial foi delimitado, a partir de Florianópolis, estado de Santa Catarina, no sul do Brasil (Figura 02), um centro urbano com uma demanda crescente por produtos de qualidade, nos termos a que se refere Goodman (2003). A delimitação espacial – e também conceitual – dessa pesquisa se circunscreve aos circuitos curtos entre produção e consumo (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000; RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003; DAROLT; LAMINE; BRANDEMBURG, 2013; KNEAFSEY *et al.*, 2013), principalmente com proximidade geográfica e relacional.

O itinerário da pesquisa participante (BRANDÃO, 2006; OLIVEIRA, 2000) corresponde a quatro etapas principais: (1) o processo de inserção do/a pesquisador/a dentro do grupo; (2) a coleta da temática geradora do grupo com quem se trabalha; (3) a organização do material recolhido – etapa a qual contemplamos através dos procedimentos metodológicos e (4) a devolução para a discussão e ação, que é a ponte para elemento metodologia que direciona a o conhecimento elaborado, analisado, para a apropriação social e utilização na realidade social. Esse itinerário foi adotado dentro das possibilidades e limitações do contexto e da pesquisadora, conforme detalhamos a seguir. Diversas discussões sobre temas correlatos e sobre o desenvolvimento da tese foram feitas no âmbito do Grupo de Pesquisa em Mercados e Agricultura Familiar e do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA). A discussão sobre os dados, análises e sínteses *com os* grupos pesquisados foi realizada através das seguintes etapas:

(1) Processo de inserção: o processo de inserção da pesquisadora no conjunto de experiências pesquisadas se iniciou através da participação como consumidora de experiências de cestas de alimentos no sul da Ilha de Florianópolis, em fevereiro de 2018.³¹ O ingresso nessa experiência permitiu vivenciar a transformação alimentar em casa, além de lidar com o abastecimento cotidiano de uma forma ‘diferente’ daquela dos mercados convencionais e mesmo das feiras. Essa vivência incidiu em hábitos de compra e de consumo da família, que irradiaram para pessoas próximas (especialmente os vizinhos, com quem se compartilhava os produtos excedentes das cestas). Acompanhou-

³¹ Importante informar que esse vínculo aconteceu pouco menos de um ano após a pesquisadora fixar residência em Florianópolis, em função do processo de doutorado. Antes desse período, a residência da pesquisadora estava vinculada às cidades de Córdoba, na Argentina, e de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul.

se a mudança do Ponto de Partilha dessa CCR do Campus Trindade/ UFSC para o Sul da Ilha, local de moradia da pesquisadora e de grande parte dos consumidores, o que representou o primeiro movimento de expansão dessa iniciativa em meados de 2019. Nesse momento, as CCR se afirmavam como uma metodologia reaplicável, uma *inovação social* no campo do abastecimento agroalimentar (ESCOSTEGUY, 2019). A participação enquanto consumidora de uma CCR – mais precisamente, do início das CCR - permitiu a vivência das dinâmicas de abastecimento e espaços de interação entre consumidores com o grupo de agricultores responsável pelo abastecimento da Célula (Grupo Agrodea) e com membros do LACAF/ UFSC que participavam das mediações necessárias ao início da experiência (sendo as CCR um projeto de extensão). Iniciou-se, ainda que de forma não sistemática, a observação dos coletivos a respeito de suas demandas, dificuldades, êxitos, limitantes, potencialidades, temas de interesse. Sobretudo, permitiu identificar e conhecer alguns dos atores sociais coletivos, especialmente aqueles envolvidos na produção e nos projetos em torno das CCR.

A experiência foi levada também para a sala de aula, no âmbito da experiência profissional da pesquisadora enquanto professora substituta no Centro de Ciências Agrárias (CCA/ UFSC) em disciplinas da área de Administração Rural, durante o ano de 2018. A inserção e a vivência nas CCR, e em outras experiências de circuitos curtos em venda direta nesse contexto, agregaram informações do campo prático, vivencial, aos estudantes, as quais se somaram às vivências e pesquisas anteriormente realizadas no campo da economia solidária (SOUZA, 2008).

O ingresso no LACAF, no início de 2019, marcou uma nova possibilidade de interação em campos mais relacionados à gestão e organização de CCCs diferenciados. Tanto no âmbito das CCR, de forma mais aprofundada, mas também abrindo diálogos mais intensos e constantes com pares desse mesmo campo de atuação em torno da extensão rural, além da abertura para um aprofundamento no contexto organizacional e de interação com entidades de apoio historicamente atuantes no movimento agroecológico em Santa Catarina. A partir desse vínculo, a inserção da pesquisadora ampliou-se para o apoio à organização e gestão de experiências de Células de Consumidores Responsáveis, animando e organizando atividades de intercâmbio e visitas de consumidores a agricultores (no período anterior à pandemia), ministrando oficinas sobre a metodologia de organização de Células de Consumo, organizando e mediando debates sobre o tema, discutindo a aproximação entre produção e consumo a partir da

metodologia das CCR em espaços nacionais e internacionais. Foi possível ter contato e observar os papéis de interação, características e funcionamentos das entidades de apoio à agroecologia atuantes em Santa Catarina em diversos aspectos: extensão rural, assistência técnica, pesquisa, organizações sociais, movimentos sociais e ações coletivas em torno da segurança alimentar.

Esse percurso foi fundamental para firmar os *circuitos curtos de comercialização* como campo da pesquisa de doutorado, percebendo a existência de aspectos inovadores das CCR no contexto de Florianópolis. Algumas visitas a campo foram realizadas junto a dois grupos de agricultores que abastecem essa iniciativa, na região do Alto Vale do Itajaí: junto aos grupos Associação de Agroecologia, Desenvolvimento e Educação Ambiental (AGRODEA) nos municípios de Imbuia, Vidal Ramos, Ituporanga e Leoberto Leal e o grupo Associação de Agricultores familiares produtores de alimentos agroecológicos e coloniais de Chapadão do Lajeado (APAOC), em Chapadão do Lajeado).

O aprofundamento do campo no primeiro semestre de 2020 foi impedido em função do início da pandemia da Covid-19. A pandemia marcou um novo contexto global de isolamento social, adoecimentos, óbitos, e diversas outras consequências sociais sobre as quais não cabe aqui discorrer. O avanço e agravamento da pandemia, e sobretudo, o novo contexto social global e pessoal em curso, modificaram o cotidiano pessoal e familiar da pesquisadora que precisou lidar, por quase dois anos, com a suspensão das atividades escolares de Flora, sua filha que, nesse contexto, tinha 6 anos e ingressava na primeira série do ensino fundamental. A pesquisa não pôde ser realizada na forma através da qual estava alinhada – com imersões a campo junto a grupos de agricultores e organizações sociais – e precisou ser repensada e redesenhada. Ainda que em uma situação de isolamento social, novas investidas de participação em coletivos e ações foram feitas, gerando experiências, interações e contatos importantes para a reflexão que aqui se apresenta em torno das cestas de alimentos agroecológicos.

(2) Definição da temática: em decorrência da deflagração e permanência da pandemia da Covid 19, a partir de março de 2020, o enfoque do trabalho sofreu alterações significativas entre qualificação da tese, defendida e avaliada em junho de 2019. Grande parte do trabalho de campo teve de ser realizado de forma remota, com os recursos e dispositivos disponíveis. Ainda assim, parte das entrevistas realizadas em campo no ano

de 2019 com o grupo Agrodea (grupo de agricultores que abastece a CCR ‘disparadora’ do campo da pesquisa), puderam ser aproveitadas.

Estabeleceu-se como ponto de partida para o recorte territorial da pesquisa os locais de entrega das cestas, espaços físicos em comum entre agricultores e consumidores. A espacialidade da pesquisa se expande desde o consumo, que se dá principalmente na parte insular de Florianópolis, até os espaços de produção dos alimentos – dentro um parâmetro de proximidade espacial dos CCC, com base em Rover e Riepe (2016).

A etapa de identificação da temática geradora do grupo com quem se trabalha (OLIVEIRA, 2000), aconteceu a partir da expansão da participação da pesquisadora em experiências de consumo coletivo, e de extensão e intercâmbios em torno da comercialização da agricultura familiar e da agroecologia. A participação em projetos de extensão e pesquisa vinculados ao LACAF/ UFSC, e no Grupo de Pesquisas Agricultura Familiar e Mercados foi fundamental para a identificação de uma temática de pesquisa que fosse relevante para o movimento agroecológico mais amplo, envolvendo os grupos de agricultores, organizações e entidades vinculadas com a construção social da agroecologia e aos consumidores, especialmente os coletivos.

No processo de experiência e pesquisa sistemática apresentado observou-se o surgimento de múltiplas alianças alimentares colaborativas (PREISS, 2017) em torno da alimentação boa, limpa e justa no contexto já estudado, que lançou mão da leitura de uma Rede de Cidadania Agroalimentar na região de Florianópolis (MIRANDA, 2020) através do mapeamento de iniciativas de CCC. Esse mapeamento identificou experiências que envolvem produção, abastecimento e consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos em Circuitos Curtos de Comercialização (CCC). Pesquisas mostram (MIRANDA, 2020; SOUZA *et al.* 2021; SOUZA; ROVER; NODARI, 2021) em que os CCC tem sido incentivados por diversos atores sociais relacionados a movimentos sociais, entidades de apoio à agricultura familiar, organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa, ensino e extensão.

O recorte empírico foi resultante de um processo mais amplo de pesquisa, atravessado pela pandemia da Covid-19 e, inevitavelmente, modificado e constituído através das circunstâncias e possibilidades impostas pelo isolamento social. Evidentemente, o próprio campo (e os resultados) da pesquisa sofreram influência desse período pandêmico.

No primeiro semestre de 2020, em contato com representantes dos grupos de agricultores e, também, em pesquisas realizadas, percebeu-se o aumento da demanda por alimentos de qualidade nutricional superior. Na esfera da produção, o fechamento de feiras e a queda brusca de vendas em mercados institucionais, através do PAA e PNAE, demandou novas estratégias de escoamento da produção (TITTONELL *et al.*, 2021). Assim, de uma ênfase nos aspectos de democratização alimentar na experiência das CCR,³² a pesquisa passou a olhar para os aspectos em torno da organização e das redes a partir das cestas de alimentos agroecológicos, correspondentes a uma modalidade específica de CCC identificada por Escosteguy (2019) como VDPA.

Ainda em 2020, foi elaborado o artigo “*Social innovation networks and agrifood citizenship. The case of Florianópolis Area, Santa Catarina / Brazil*” em parceria com o colega Adevan Pugas e os orientadores Oscar Rover e Eunice Nodari, o qual foi publicado em 2021 no *Journal of Rural Studies*. A elaboração desse artigo incentivou e acabou por constituir um passo importante na pesquisa que hoje se apresenta. Além de constituir uma base de dados inicial, atualizada e aprofundada para esta pesquisa, provocou também uma discussão em torno do contexto local de VDPA.

No Quadro 3, apresentamos uma síntese da estrutura da pesquisa, resultante dos processos de inserção e delimitação do tema acima descritos:

Quadro 3: Estrutura da Pesquisa

Tema:	Circuitos Curtos de Comercialização de alimentos agroecológicos na formação de novas organizações e articulações em redes.
Pergunta	Se, e como, os circuitos curtos de comercialização de alimentos agroecológicos são fatores estimuladores da formação de novas organizações e de articulações em redes
Objetivo geral	Compreender o funcionamento de um conjunto específico de experiências de comercialização agroecológica, as <i>vendas diretas por pedido antecipado</i> , buscando conhecer em profundidade as dinâmicas organizativas dos atores sociais, e analisar as relações geradas nesses circuitos em torno de novas organizações e redes agroalimentares.
Objetivos específicos	Entender quem são os atores sociais e como se operam as dinâmicas organizativas no interior desses circuitos (VDPA).
	Identificar se, e como, o processo de organização e construção desses mercados incide na formação de novas organizações sociais.
	Analisar como se articulam e se expandem as redes agroalimentares desde a construção social desses circuitos curtos.

Fonte: Elaboração da autora, 2022.

A partir da delimitação da pesquisa, com sua questão orientadora e seus objetivos, tendo como base o escopo teórico e conceitual anteriormente apresentado e,

³² Tema central da Qualificação desta pesquisa.

ainda, o pano de fundo alicerçado nos referenciais epistemológicos e epistemológicos, lançamos mão de um conjunto de Categorias de Análise, Descritores e Indicadores, conforme apresentamos a seguir:

Quadro 4: Quadro analítico

Categorias de análise	Ênfase teórica	Foco empírico	Descritores
Organizações sociais	Movimento Social Agroecológico	Atores sociais	Agroecologia: diversidade Atores sociais: dados qualitativos e quantitativos Dados quantitativos sobre grupos de atores Trajetória dos atores e das experiências
	Território	Proximidade geográfica	Mapas e distância geográfica Abastecimento: qualidade e circulação dos produtos
Rede	Proximidade relacional	Espaços de relação	Funcionamento das VDPA Espaços de encontros, acordos e logística Possibilidades de acesso: preço, consumidores indiretos
	Participação	Dinâmicas organizativas	Funcionamento: pedido, pagamento, proximidade, preço Organizações e coletivos Atores sociais na gestão e atribuições nas dinâmicas organizativas Organização e articulações em rede

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

A partir do enquadramento teórico, elencamos descritores de análise (e indicadores, quando pertinente) como um recurso metodológico para a condução da pesquisa. As categorias de análise e os aspectos teóricos, por vezes, extrapolam os campos específicos da Agroecologia e dos Circuitos Curtos de Comercialização. Ainda assim, buscamos fazer um esforço de alinhamento, a fim de desenhar e ilustrar o(s) encadeamento(s) entre a base teórica da pesquisa, as categorias de análise, a ênfase (com

base nas teorias utilizadas, o foco empírico e dos descritores ou indicadores de análise utilizados para cada categoria.

Alinhamos a categoria de análise *organizações sociais* com a Agroecologia, buscando as ênfases teóricas em torno dos *movimentos sociais* e do *território*. Na empiria, para compreender o aspecto do (novo) movimento social através do qual ‘lemos’ a Agroecologia, observamos os *atores sociais coletivos* a partir dos descritores: Agroecologia, demonstrada através da agrobiodiversidade; atores sociais, através de dados qualitativos e quantitativos; trajetória dos atores e das experiências. Para compreender o aspecto do território, observamos a proximidade geográfica a partir dos descritores *distância entre produção e consumo e abastecimento*.

A categoria de análise *rede* foi alinhada com a perspectiva dos Circuitos Curtos de Comercialização. Nesse aspecto, sob a ênfase teórica da *proximidade relacional*, observamos os *espaços de relação* entre sujeitos e atores sociais coletivos, tendo como descritores a proximidade relacional, o funcionamento das VDPA, os espaços de encontros, acordos e logística e as possibilidades de acesso através do preço e dos consumidores indiretos. Nesta mesma categoria, o aspecto teórico da *participação*, observamos as *dinâmicas organizativas* a partir do *funcionamento* (pedido, pagamento, proximidade, preço), a *identificação das organizações e coletivos*, os *atores sociais na gestão* e suas *atribuições nas dinâmicas organizativas*, e a *organização e articulações em rede*.

O conjunto de elementos sistematizados nos Quadros 3 e 4 delimita o campo da pesquisa, bem como seu recorte, e busca dar conta de demonstrar as categorias de análise e seus desdobramentos. Para tanto, lançamos mão de uma série de procedimentos metodológicos, os quais demonstramos a seguir.

Empreendeu-se um estudo relacionado à ocorrência Venda Direta por Pedido Antecipado (VDPA) com múltiplas experiências em curso em Florianópolis entre junho de 2019 e março de 2022 (Quadro 05). A pesquisa compreendeu um estudo de múltiplos casos e utilizou uma abordagem predominantemente qualitativa, um método que possibilita perceber tanto semelhanças quanto diferenças entre os casos estudados (YIN, 2001).

Os dados foram coletados através de quatro principais procedimentos. O primeiro correspondeu à pesquisa bibliográfica sobre o percurso do movimento agroecológico e o abastecimento de alimentos orgânicos/agroecológicos no recorte territorial da pesquisa.

Foi realizada revisão de literatura sobre Circuitos Curtos de Comercialização e o apoio conceitual em torno dos temas da Agroecologia, novos movimentos sociais e redes agroalimentares.

O segundo procedimento compreendeu um levantamento de experiências de VDPA na Região da Grande Florianópolis (RGF). Tais experiências foram identificadas através da consulta estudos e plataformas que disponibilizam mapeamentos de iniciativas (ESCOSTEGUY, 2019; MIRANDA, 2020; CEPAGRO, 2020) do contato com instituições e organizações que atuam na produção, abastecimento e consumo de alimentos orgânicos/agroecológicos.

Também foram consultados o banco de dados do LACAF e dados de pesquisas recentes realizadas através deste Laboratório, especialmente o estudo de Souza *et al.*, 2021, atualizado para esta pesquisa. No âmbito desta publicação, o levantamento inicial identificou 35 e iniciativas de comercialização da agroecologia a partir de agricultores, consumidores e de entidades de apoio, qualificadas a priori como Circuitos Curtos de Comercialização (CCC), com os quais fizemos contato. Dessas, identificamos que 9 organizam através de *venda direta por pedido antecipado* constituindo assim a amostra analisada para o artigo publicado em 2021.

O terceiro procedimento, também utilizado para no artigo de Souza *et al* (2021), consistiu na busca de informações sobre as entidades de apoio que atuam junto às experiências estudadas. O quarto procedimento foi o aprofundamento do diálogo com os/as interlocutores/as das experiências em entrevistas semiestruturadas, participação em espaços de discussão e debates, buscando interagir o máximo possível com os grupos em um contexto marcado pelo isolamento social. Foi realizada uma nova sequência de entrevistas abertas e consultas com representantes dos grupos de agricultores, organizações sociais, consumidores e interlocutores envolvidos com a doação de alimentos. O registro foi feito através de troca de mensagens de textos, gravações de áudios e vídeos com consentimento prévio livre e esclarecido. Foram consultados dados secundários em textos informativos, boletins, relatórios e divulgações das experiências na mídia e redes sociais, vídeos e reportagens com depoimentos de agricultores, consumidores e representantes de entidades de apoio. Também foram realizados telefonemas, contatos por mensagens de áudio, texto e correios eletrônicos.

Em relação aos dados de Souza *et al.* (2021), a atualização dos dados demonstrou algumas diferenças. Identificou-se 3 (três) novas iniciativas em curso, as quais foram incorporadas à pesquisa da tese. Das experiências anteriormente analisadas, 2 (duas) não estão mais em atividade, e 1 (uma) não corresponde aos parâmetros da pesquisa da tese. Como resultado dessa atualização, até fevereiro de 2022, identificamos 12 (doze) experiências de VDPA em atividade em Florianópolis. Como interlocutores/ as de 3 (três) experiências não deram retorno aos contatos, constituem a amostra da pesquisa 9 (nove) experiências de VDPA ativas em Florianópolis em fevereiro de 2022. Importante ressaltar que não foi realizado um novo levantamento de CCC ativos em Florianópolis depois da realização do artigo.

O registro em cadernos de campo em observações participantes e a sistematização das informações coletadas em banco de dados e arquivos de pesquisa foram as principais ferramentas de organização dos dados da pesquisa. Mais que isso, foram um exercício de reflexão epistemológica alicerçado no constante exercício do *olhar, ouvir e escrever*, o qual constitui a elaboração do conhecimento próprio das ciências sociais (OLIVEIRA, 2000).

O material dessa pesquisa fica à disposição para pares (atores coletivos) de pesquisa, de extensão, de assistência técnica, de elaboração de políticas públicas, para o

seu desdobramento em formatos e materiais que possibilitem a discussão e a contribuição no campo a que se destina.

Essa pesquisa foi pensada e realizada com a intenção de contribuir para as reflexões em torno da produção agroalimentar nas bases da agroecologia, sobre seus processos socioambientais e dinâmicas de organização alicerçadas nos atores sociais. Ainda que esteja longe de sugerir soluções à problemática agroalimentar global, observa-se um fenômeno social em circuitos locais, centrado em coletivos, que irradia para redes locais onde a proximidade tem uma força central e a promoção de aspectos de apropriação social de sistemas agroalimentares de proximidade se revela no processo de reverberação das experiências.

4 O CAMPO E A PESQUISA – CESTAS DE ALIMENTOS AGROECOLÓGICOS EM FLORIANÓPOLIS

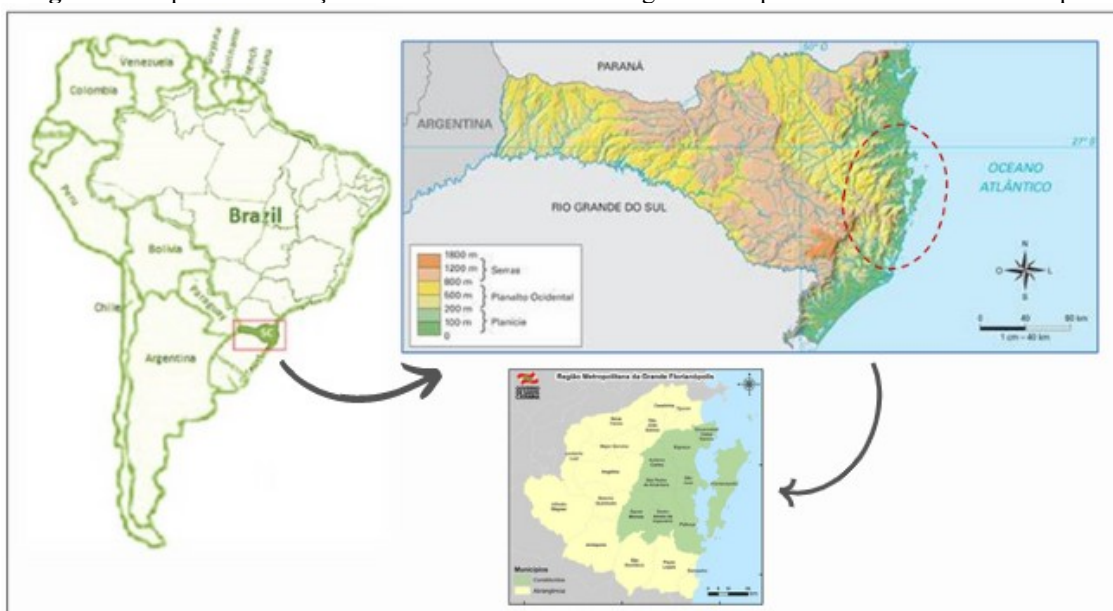
Nessa sessão, buscamos situar as características gerais de Santa Catarina e Florianópolis, situando o contexto mais amplo da pesquisa. Embora a pesquisa não tenha uma regionalização política ou um território geográfico específico, enfatizamos sempre que possível os locais desde onde se situam as experiências estudadas, por onde circulam os produtos comercializados e os contextos das organizações sociais que fazem parte das experiências.

4.1 O CONTEXTO DE FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA, BRASIL

O Estado de Santa Catarina está localizado na região sul do Brasil (junto com o Paraná ao norte, e Rio Grande do Sul, ao sul). Sua população total é de 6,2 milhões de habitantes, dos quais 16% vivem em áreas rurais (IBGE, 2010). Da população total, 80% residem na área de conurbação formada pelos municípios de Florianópolis (capital do estado de Santa Catarina), Biguaçu, Palhoça e São José – e em municípios localizados na faixa litorânea especialmente ao norte de Florianópolis, com destaque para Joiville e Blumenau. Todo o estado, e com maior densidade desde a faixa litorânea até parte da região central, é coberto pela Mata Atlântica, um dos principais *hotspots* mundiais de biodiversidade, ou seja, uma das florestas mais ricas em biodiversidade do planeta. Esse é o terceiro maior bioma brasileiro e a segunda maior floresta tropical do continente americano, cujas áreas de vegetação nativa e biodiversidade vem sendo reduzidas em função da exploração humana. Atualmente restam apenas 12,4% desse bioma preservado no Brasil, e Santa Catarina, Estado que mais desmatou este bioma entre 2019 e 2020, tem apenas 46% sua área original (MARTINS *et al.*, 2021).

Florianópolis é a capital do Estado, e caracteriza-se por ser uma capital insular e continental. É formada através do encadeamento entre cidades, praias, montanhas e rios. Sua população, de acordo com as pesquisas oficiais, é composta por 492.977 habitantes, 92% dos quais que vivem em áreas urbanas e os 8% restantes vivem em estabelecimentos rurais, num total de 10.341 estabelecimentos (IBGE, 2017).

Figura 2. Mapa da localização da área de estudos e da Região Metropolitana da Grande Florianópolis



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de mapa oficial da Secretaria da Casa Civil

A geografia predominante é moldada por montanhas e declives, e o terreno costeiro é fortemente acidentado. As características geográficas do Estado, especialmente nas regiões costeiras, dos vales e serras, restringem a agricultura amplamente baseada no uso de maquinário para a agricultura extensiva, e favorece a ocupação por agricultores familiares, com produção baseada na força de trabalho (VIEGAS, 2016).

A ocupação humana do estado ocorreu originalmente por indígenas. Em meados do século XVII, iniciou-se a colonização de imigrantes das ilhas açorianas e de Portugal. Entretanto, somente no século XIX, houve uma migração em massa principalmente por alemães e italianos, seguidos em menor número por imigrantes de outros países. A colonização foi marcadamente rural, embora o processo de urbanização tenha desempenhado um papel fundamental na constituição das sedes política, administrativa e comercial. Os imigrantes europeus ocuparam, povoaram e produziram alimentos, pastagens arquitetura, deixando legados materiais e imateriais que são patrimônios importantes do Estado (IPHAN, 2011), que marcam suas características socioculturais e suas relações sociais. Búrigo (2010) destaca o protagonismo dos agricultores familiares imigrantes em iniciativas cooperativistas e associativas, especialmente aquelas ligadas à produção rural e à reprodução social da agricultura familiar.

A agricultura familiar é a categoria social mais presente na produção agroalimentar em Santa Catarina. É responsável por grande parte da produção de gêneros alimentares frescos, produzidos em sistemas agroecológicos, orgânicos e convencionais.

Essa produção é consumida pela população local, pela população urbana regional, e também é direcionada para mercados nacionais e internacionais.

No campo agroalimentar, a principal orientação do Estado é para produção agrícola e pecuária familiar integrada com a produção corporativa agronegócio, com o uso intensivo de agrotóxicos e concentração de capital, orientada para cadeias longas de abastecimento de alimentos. O contexto local do direcionamento político e produtivo da agricultura foi historicamente moldado por atores e redes sociais ligados ao agronegócio, à agricultura industrial e a forte presença de incorporadoras de cadeias produtivas do tabaco, cebola e mais recentemente, acompanhamos a inserção da soja nas áreas já degradadas pelas monoculturas intensivas. A presença de entidades que apoiam a agroecologia e a produção voltada à segurança alimentar e nutricional, nesse contexto, torna possível a existência de espaços de aproximação entre os setores da produção e do consumo de alimentos. Esses espaços auxiliam na forte expansão do envolvimento dos consumidores na construção de novas experiências de CCC e vendas diretas, assim como na gestão colaborativa.

Além disso, a agricultura agroecológica e a produção orgânica opera no estado com diferentes espacialidades entre a produção e o consumo. Alguns autores argumentam que as características socioculturais e ambientais do Estado favorece a agricultura agroecológica e a produção orgânica, por serem desenvolvidas em sistemas de produção em baixa escala, especialmente quando perto de grandes centros de consumo (VIEGAS, 2016; ZOLDAN; MIOR, 2012).

A região metropolitana da Grande Florianópolis e sua área de influência é composta por 22 municípios (IBGE, 2010). A região possui uma produção agrícola que participa ativamente do abastecimento de sua população urbana, sobretudo com alimentos frescos como os FLV (frutas, legumes e verduras), entre eles os orgânicos (GELBKE *et al.*, 2018). Embora fortemente urbanizadas, essas ainda são áreas de agricultura familiar com campos tradicionais, pecuária em pequena escala criação, pesca artesanal, sistemas agroflorestais, produção orgânica certificada, agricultura urbana, e com outras formas de relações socioambientais relacionadas em maior ou menor forma com a agricultura.

Uma característica da região metropolitana de Florianópolis é a proximidade entre os territórios de produção agroecológica e os centros de consumo. Via de regra, os centros de consumo são formados por uma população majoritariamente urbana, que corresponde a um centro consumidor de alimentos que é abastecido por cadeias longas e

curtas, frequentemente abastecidas por agricultores familiares agroecologistas (ZOLDAN; MIOR, 2012; GELBKE *et al.*, 2018; PUGAS, 2018).

O entorno da Grande Florianópolis concentra uma porção importante da produção orgânica do estado. O Registro Nacional de Produtores Orgânicos aponta que existem na região 17% dos estabelecimentos orgânicos em Santa Catarina. Destes, 174 são certificados através do Sistema de Garantia Participativa (SPG) e 113 por auditoria. Ou seja, aproximadamente 60% dos estabelecimentos orgânicos na região são certificados de forma participativa (MAPA, 2020). A certificação participativa atuante nesse território é a Rede Ecovida de Agroecologia,³³ que desde 1998 constitui uma articulação que reúne vários atores sociais interessados no desenvolvimento da agroecologia, produção orgânica e agricultura familiar nos estados do sul do Brasil (ROVER, 2011; ROVER; RIEPE, 2016).

Florianópolis e os municípios da região metropolitana constituem um espaço de crescente demanda por produtos livres de agrotóxicos, tanto em função da percepção dos consumidores sobre os riscos representados pelo uso e consumo de agrotóxicos na produção de alimentos, quanto do trabalho de organizações sociais acerca de projetos de agroecologia e suas irradiações. Fruto da articulação de diversos movimentos e organizações sociais em torno da agroecologia, em 2018 foi aprovada a política pública que institui Florianópolis como Zona Livre de Agrotóxicos (Lei 10.628).³⁴ Em 2019, esta lei proíbe a aplicação e o armazenamento de agrotóxicos na Ilha. Assim como a Política Municipal de Agroecologia Produção Orgânica³⁵ (PLANAPO, Lei 10.392) e a criação Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional³⁶ (PLANSAN, Lei 9.355) na Lei de Diretrizes Orçamentárias, configuram-se como ações indutoras da agroecologia em Florianópolis.³⁷

³³ A Ecovida foi formada por uma variedade de organizações – grupos de agricultores ecológicos, ONGs, instituições consultivas e universidades - que trabalham no desenvolvimento de ações de colaboração em torno da certificação, produção e comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos. Considerada como uma inovação social (Rover, 2011; Rover et al., 2016), a Rede Ecovida gerou aprendizagem coletiva para as entidades de apoio, que proporcionaram uma trajetória de inovação socialmente construída.

³⁴ Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2019/1063/10628/lei-ordinaria-n-10628-2019-institui-e-define-como-zona-livre-de-agrotoxicos-a-producao-agricola-pecuaria-extrativista-e-as-praticas-de-manejo-dos-recursos-naturais-no-municipio-de-florianopolis>.

³⁵ Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2018/1040/10392/lei-ordinaria-n-10392-2018-dispoe-sobre-a-politica-municipal-de-agroecologia-e-producao-org-nica-de-florianopolis-pmapo?q=Lei+n%C2%BA+10.392>.

³⁶ Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-ordinaria/2013/935/9355/lei-ordinaria-n-9355-2013-dispoe-sobre-a-politica-municipal-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-sustentavel-e-da-outras-providencias>.

³⁷ Aprovadas em Florianópolis pelo Mandato Agroecológico (Vereador Marquito – PSOL)

Dialogando com esse contexto, diversas instituições e organizações sociais, a exemplo da Rede Ecovida e as demais organizações relacionadas nesta pesquisa (apresentadas no Quadro 8), tem trabalhado para a sensibilização de agricultores familiares sobre o problema dos agrotóxicos, na busca por alternativas no campo agroalimentar. As organizações sociais se voltaram primeiramente para desenvolvimento técnico-produtivo, articulando-se com organizações e formando redes de ação em torno da agroecologia. Depois, houve um esforço dentro da Rede Ecovida para a certificação de produtos agroecológicos e orgânicos além da distribuição da produção em vários tipos de varejo. Agora, as organizações estão buscando respostas para uma maior agregação de valor aos produtos dos agricultores através de circuitos curtos, e do acesso cada vez mais ampliado à alimentos de qualidade agroecológica nos centros urbanos.

Rover *et al.* (2015) identificaram 91 estabelecimentos de varejo que oferecem alimentos orgânicos em Florianópolis. Gelbcke *et al.* (2018) perceberam o crescimento dos mercados orgânicos em Florianópolis e região metropolitana, identificando a sua diversidade e segmentação. Os autores indicam que os diferentes canais comerciais varejistas de alimentos orgânicos impõem aos agricultores exigências que muitas vezes não garantem ou mesmo promovem alguma proximidade entre agricultores e consumidores. Os preços dos produtos de qualidade biológica superior operados nos canais comerciais varejistas de alimentos são uma condição essencial para agricultores e consumidores acessarem ou não esses mercados, comercializando e comprando. Normalmente, as condições de compra do varejo aos agricultores são um condicionante tanto para que muitos não obtenham rendas satisfatórias, quanto para que muitos consumidores não possam acessar alimentos orgânicos. Pugas (2018), analisando os valores recebidos e os mercados acessados pelos agricultores orgânicos em as regiões metropolitanas das capitais do sul do Brasil (entre elas Florianópolis), observou que as vendas diretas são os canais que melhor remuneram os agricultores.

As organizações sociais ligadas aos agricultores familiares, na busca de soluções para a comercialização de seus produtos em melhores condições e para garantir maior acesso aos consumidores de alimentos orgânicos, têm atuado efetivamente na construção de experiências de Circuitos Curtos de Comercialização na Região da Grande Florianópolis. A concentração de agricultores no entorno de Florianópolis reflete alguns dos resultados da trajetória das organizações e entidades de apoio aos agricultores familiares e suas organizações para expandir a agroecologia no território. A convergência

dos interesses de diversos atores em torno da agroecologia indica uma trajetória de inovação social neste território, que identificadas analiticamente como uma Rede de Cidadania Agroalimentar (Souza *et al.*, 2021). Neste contexto, encontramos uma diversidade significativa de experiências coletivas, atores sociais e ações institucionais ações que emergem do campo. Mostraremos isto na próxima seção, onde apresentamos os dados de campo da pesquisa em tela.

4.2 ATORES SOCIAIS E AÇÕES COLETIVAS NO ABASTECIMENTO AGROECOLÓGICO

Recentemente, diversos atores sociais têm atuado para aumentar a conscientização, mobilizar e envolver os consumidores em sua dinâmica organizacional. Parte desses atores sociais tem sido muito ativa no estabelecimento de circuitos de *venda direta por pedido antecipado* em Florianópolis.

4.2.1 Experiências de Venda Direta por Pedido Antecipado identificadas na Região Metropolitana de Florianópolis

Os dados apresentados a seguir se referem às experiências de CCC através de VDPA ativas em Florianópolis e região metropolitana. Inicialmente, apresentaremos as experiências estudadas. Depois, faremos uma breve descrição sobre as experiências em curso para situar os/as leitores/as quanto às características mais gerais de cada uma delas. A partir daí, sistematizamos as informações em quadros, sintetizando as informações para uma melhor compreensão dos múltiplos casos através dos quais estamos pensando e analisando essa forma específica de circuito curto de comercialização em torno da agroecologia.

No primeiro quadro, apresentamos as iniciativas de cestas de alimentos agroecológicos comercializadas em circuitos curtos através de venda diretas entre grupos de agricultores e consumidores.

Quadro 5. Experiências coletivas de comercialização agroecológica em Florianópolis entre 2019 e 2022.

Iniciativa	Descrição	Informações e contato	Início
Cestas de Alimentos Orgânicos Ecoserra	Cooperativa de Agricultores e Agricultoras Familiares Agroecológicos cujo objetivo é promover a organização da produção, agroindustrialização, da compra e venda de produtos e insumos agroecológicos/orgânicos, artesanais e coloniais.	cooperativaecoserra.com.br	2018
Células de Consumo Comuna Amarildo	Assentamento de Reforma Agrária com produção agroecológica voltada para o autoconsumo e a comercialização.	instagram.com/assentamentocomuna	2018
CCR	Projeto de Extensão realizado através da Universidade Federal de Santa Catarina.	lacaf.paginas.ufsc.br/celulas-de-consumidores-responsaveis	2017
CSA Saraquá	Comunidade que Sustenta Agricultura, que	saraqua.com.br/csa	2016

	envolve um grupo de agricultores e um conjunto de co-agricultores que dão suporte à produção.		
Da Horta à Mesa	Iniciativa de cestas da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia para comercialização em função da pandemia.	acolhida.com.br/blog/da-horta-a-mesa	2020
Estação de Permacultura Moinhos de Luz	Comercialização da produção realizada no Sítio Moinhos de Luz e de agricultores parceiros.	instagram.com/moinhosdeluz	2018
Projeto Ação Compassos	Projeto social do Instituto Compassos que trabalha com pessoas com necessidades especiais e desde onde a horta é um dispositivo de trabalho para a promoção da saúde	instagram.com/instituto_compassos	2019
Rede de Agroecologia SPA	Rede formada a partir de grupos de agricultores vinculados ao Núcleo São Pedro de Alcântara, da Rede Ecovida.	instagram.com/deliciasdaroc	2017
Sítio Florbela	Comercialização da produção realizada no Sítio Florbela	instagram.com/sitioflorbela	2013

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Enquanto iniciativas de *venda direta*, é evidente que os atores sociais diretamente envolvidos com as experiências são agricultores e consumidores. Nos casos de VDPA, agricultores e consumidores organizam-se através de grupos de produção e grupos de consumo para o abastecimento de cestas de produtos. O Quadro 6, a seguir, mostra a quantidade de atores sociais diretamente envolvidos no funcionamento dessas experiências.

Quadro 6. Quantidade de atores sociais diretamente envolvidos

Experiências	Produção		Consumo	
	Grupos de Agricultores	Famílias	Grupos	Consumidores Diretos
Cestas de Alimentos Orgânicos Ecoserra	25	s/d	4	35
Células de Consumo Comuna Amarildo	1	8	7	120
CCR	6	64	12	540
CSA Saraquá	1	1	3	60
Da Horta à Mesa	2	12	4	30
Estação de Permacultura Moinhos de Luz	1	1	4	30
Projeto Ação Compassos	1	n/a	2	30

Rede de Agroecologia SPA	15	10	4	80
Sítio Florbela	1	1	1	25

Fonte: Elaboração da autora, 2022

s/d: sem dados

n/a: não se aplica

No campo da produção, levantamos os dados referentes aos Grupos de Agricultores e à quantidade de famílias, ou Unidades Familiares Rurais, diretamente envolvidos com o abastecimento e gestão das experiências. Os agricultores se organizam para o abastecimento através de grupos e de suas unidades familiares rurais, o que demonstra diferentes formas de organização para a comercialização. A quantidade de grupos e famílias de agricultores, frente à quantidade de grupos de consumo, demonstra a capacidade de abastecimento territorial efetuado através das experiências coletivas agroecológicas.

No campo do consumo, identificamos os Grupos de Consumo, mensurados pela quantidade de Pontos de Partilha existentes em cada experiência, e os Consumidores Diretos, mensurados pela quantidade de pessoas que acessam *diretamente* as experiências – ou seja, aquelas que participam das experiências e estabelecem a relação de compra, comunicação e demais responsabilidades junto aos agricultores. Efetivamente, mais pessoas acessam os alimentos provenientes das experiências. Entendemos como *consumidores indiretos* as pessoas com as quais os/as consumidores diretos compartilham as cestas (família, grupos de convívio, vizinhos), e as pessoas que são beneficiadas pelas doações de alimento (uma prática existente nessas experiências, conforme veremos no Quadro 9). Embora no decorrer da pesquisa iremos nos referir normalmente a *consumidores*, de forma mais genérica, é importante ter em mente essa abrangência das experiências em relação ao consumo, que se refere não somente a quem consome alimentos através da compra, mas ao consumo enquanto quem come os alimentos que circulam nesses circuitos.

A seguir, apresentamos uma breve descrição de cada uma das experiências estudadas, de forma a situar o contexto específico e as características de cada uma delas.

Cestas de Alimentos Orgânicos Ecoserra

A Ecoserra, Cooperativa de Agricultores e Agricultoras Familiares Agroecológicos, agrega cerca de 300 famílias associadas. O sistema de produção é agroecológico, a partir da agricultura familiar. Sua sede é em Lages, e as famílias de

agricultores são da região serrana de Santa Catarina. As Cestas de Alimentos Orgânicos Ecoserra são uma iniciativa iniciada em 2020 que envolve cerca de 25 grupos de agricultores cooperados.

A organização da iniciativa é gerida por uma pessoa da Cooperativa, responsável pela organização da disponibilidade dos produtos junto aos agricultores, sistematização da oferta aos consumidores, organização dos pedidos, logística, entregas. Nessa iniciativa os produtos são organizados em formato de lista aberta para pedidos dos consumidores e não existe um modelo de cesta fechada. Os pedidos são feitos através de uma plataforma na internet, aberta em fluxo contínuo para pedidos e as entregas são realizadas semanalmente. Além da oferta da produção das famílias cooperadas, a Ecoserra mobiliza cooperativas, associações e agroindústrias parceiras que fornecem produtos embalados. O pagamento é realizado por pedido, e as entregas são feitas em pontos de partilha e por delivery, mediante uma taxa. Oferecem uma lista de produtos, entre hortaliças, folhosas, panificados, grãos, doces, congelados. A produção vinculada à Ecoserra é certificada em parte pela Rede Ecovida, e cada família agricultora tem autonomia para buscar a certificação que entender como mais adequada.

Figura 3. Cestas de Alimentos Orgânicos Ecoserra



Fonte: Elaborado pela autora com imagens da divulgação Ecoserra

A Comuna Amarildo de Souza é um assentamento de reforma agrária, constituído por 8 famílias e localizado em Águas Mornas, na região da Grande Florianópolis. A mobilização em torno do acesso à terra iniciou pelo grupo com a ocupação de um terreno às margens da SC-401, em 2013. Em 2017 foi publicada no Diário Oficial da União a criação do Projeto Assentamento Comuna Amarildo de Souza, na modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e em 2021 ocorreu a homologação das famílias que foram assentadas em Águas Mornas.

As Células de Consumo Consciente, iniciativa que começou em 2018, são a forma de comercialização da produção do assentamento, formadas por famílias agricultoras que tem na agroecologia a forma de produção, consumo e de ‘destinação’ social da terra. As células são formadas a partir de 5 consumidores conscientes, para facilitar a logística de entrega dos alimentos e estimular a organização dos consumidores. Os acordos básicos entre agricultores e consumidores é feito através de um Termo de Compromisso, que expõe as responsabilidades compartilhadas entre agricultores e consumidores. A produção é realizada no Assentamento de forma agroecológica. O coletivo do assentamento é responsável pela produção, organização e gestão das cestas, a qual organizam através do contato com os consumidores, envio de lista semanal com os produtos da semana no dia da entrega. São cestas ‘fechadas’, cujo mix de produtos é escolhido pelos agricultores. A entrega é realizada em pontos de partilha, em caixas e sacolas retornáveis. Atualmente, o Assentamento abastece 10 pontos de partilha entre Florianópolis e São José, na região metropolitana. Os consumidores se comprometem com a gestão adequada das caixas e sacolas, buscam suas cestas todas as semanas, e pagam antecipadamente o ciclo mensal de produção ao Assentamento. A cada semana, são entregues uma variedade de cerca de 8 itens entre frutas, folhosas, leguminosas, grãos, Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC). O Assentamento disponibiliza, uma vez por mês, uma lista de itens adicionais, com produtos do Assentamento e do Circuito Sul da Rede Ecovida. Oferecem ovos, geleias, hidrolatos, grãos, entre outros itens conforme a sazonalidade e produção, que podem ser pedidos à parte da cesta fechada. O assentamento é certificado pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG) da Rede Ecovida de Agroecologia.

Figura 4. Células de Consumo Consciente Comuna Amarildo de Souza



Fonte: Elaborado pela autora com imagens da divulgação Comuna Amarildo

CCR – Células de Consumidores Responsáveis

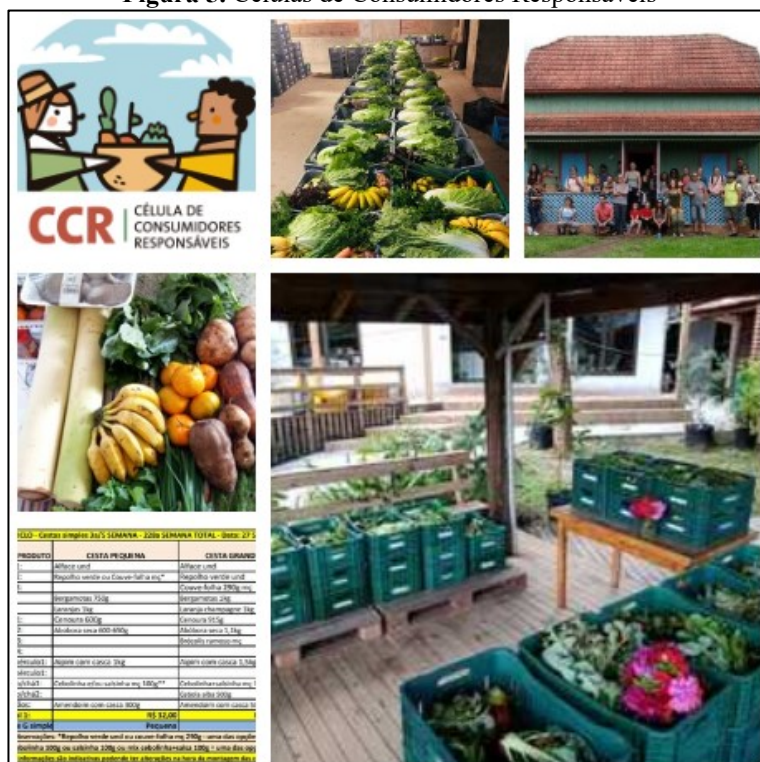
As CCR são uma iniciativa de venda direta que proporciona o abastecimento semanal de alimentos agroecológicos a grupos de consumidores organizados. Esta forma foi criada através de um projeto de Extensão do LACAF/ UFSC, em parceria com a Cepagro, em 2017. O projeto foi elaborado a partir da identificação da demanda de agricultores familiares por mercados mais estáveis e justos, em consonância com a crescente demanda por alimentos frescos e saudáveis nos centros urbanos a preços acessíveis. Atualmente, as CCR são compostas por 6 grupos de agricultores, de diferentes regiões do estado, que abastecem 13 Células em Florianópolis (Ilha e Continente).

Cada *Célula* é formada por um grupo de agricultores (certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia), um grupo de consumidores (organizados em função do consumo nas Células) e um ponto de partilha. O sistema de produção é agroecológico, a partir da agricultura familiar. Os acordos básicos entre agricultores e consumidores é feito através de um Termo de Responsabilidades Compartilhadas, quando as pessoas ingressam em uma Célula. Os grupos de agricultores, para além das questões do planejamento da produção, organizam a logística de entrega das cestas (montagem, acondicionamento, transporte), e elaboram a oferta semanal cestas fechadas, compostas por três elementos fixos: diversidade de alimentos, peso e preço. A composição das cestas, feita de acordo com a disponibilidade e sazonalidade da produção, é informada

semanalmente ao grupo de consumidores. O pagamento é antecipado aos agricultores por ciclo (correspondente a um mês de produção). Os consumidores assumem também a responsabilidade de buscar suas cestas no ponto de partilha, com a organização dos espaços, e com a gestão adequada das caixas/ cestas (limpeza, devolução e acondicionamento). Os Pontos de Partilha são indicados e estabelecidos pelos consumidores em conjunto com a equipe do LACAF, responsável por mediar e facilitar a conexão entre os grupos de agricultores e consumidores.

As CCR dispõem de dois tamanhos de cesta. Na cesta pequena, são entregues cerca de 4,5 kg de alimentos, com uma variedade de pelo menos 7 itens diferentes entre folhosas, frutas, legumes, raízes/ tubérculos, temperos/ chás. A cesta grande tem acima de 7,5 kg de alimentos, com cerca de 12 itens e inclui uma variedade de grãos em sua composição. Cada grupo de agricultores organiza e disponibiliza, semanalmente, uma (ou mais) lista(s) de produtos adicionais. Nesse aspecto, a oferta entre os grupos de agricultores é variada. Algumas listas de adicionais contam com produtos excedentes da produção dos grupos, e com produtos do Circuito Sul da Rede Ecovida. Outras, agregam produtos de grupos locais parceiros, como agroindústrias. Ainda, é possível encontrar produtos de circuitos longos, disponibilizados a partir de distribuidoras de produtos orgânicos e naturais.

As CCR se consolidaram como uma *metodologia* replicável, sendo considerada uma tecnologia social (MORGAN *et al.*, 2021) e também inovação social (ESCOSTEGUY, 2019) no campo do abastecimento alimentar. Atualmente, com o amadurecimento dessa experiência, a discussão do LACAF está em torno de *células de abastecimento* – mais que de *consumidores* -, expandindo essa perspectiva de venda direta para equipamentos de alimentação como restaurantes e outras coletividades.

Figura 5. Células de Consumidores Responsáveis

Fonte: Elaborado pela autora com imagens da divulgação LACAF/ UFSC

CSA Saraquá

As Comunidades em Suporte à Agricultura (CSA) são um movimento disseminado mundialmente que mobiliza consumidores como co-agricultores em suporte e apoio à agricultores em torno da produção e consumo de alimentos saudáveis. A CSA Saraquá está ativa desde 2016, em articulação com a CSA Brasil. É formada por uma família de agricultores familiares ecologistas de Angelina, o Sítio Saraquá, que produz de forma agroecológica e abastece 3 grupos de co-agricultores na Ilha. A gestão e a logística são organizadas com uma intensa participação dos co-agricultores, que recebem os alimentos semanalmente e se organizam coletivamente para a montagem das cestas distribuição dos alimentos entre os/as participantes. O local de organização e distribuição são os pontos de partilha. Nessa experiência, o pagamento é adiantado aos agricultores por cotas mensais de alimentos: a cota de vegetais, que é o abastecimento principal do sítio, com possibilidade de adquirir uma cota de ovos e de pão, de um produtor parceiro. É disponibilizada uma lista de adicionais (por mês ou semana) com produtos de mercearia, congelados e outros produtos (quais) de agricultores parceiros. A cota mensal de vegetais é o componente que constitui a base do abastecimento através da CSA, e verduras, legumes, tubérculos, raízes, chás e frutas, de acordo com a sazonalidade.

Figura 6. CSA Saraquá



Fonte: Elaborado pela autora com imagens da divulgação CSA Saraquá

Da Horta à Mesa

Da Horta à Mesa é um programa da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (AAAC) que articula e incentiva a venda direta de um conjunto de propriedades rurais associadas para consumidores em Florianópolis. Surgiu em 2020 como uma iniciativa estimulada pela gestão da AAAC frente à pandemia da Covid 19, como uma alternativa ao escoamento da produção então destinada ao Agroturismo – atividade realizada pelas famílias de agricultores que foi diretamente prejudicada com o isolamento social imposto pela pandemia. A AAAC abrange os estados de Santa Catarina (SC), principalmente, e também tem associados/as em São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ). Em SC, agrega cerca de 100 Unidades Familiares Rurais (UFR). Dessas, em torno de 12 famílias agricultoras, relacionadas a 2 Associações Regionais da Acolhida, participam do abastecimento da iniciativa Da Horta à Mesa. Envolve UFRs de Santa Rosa de Lima, Anitápolis, Bom Retiro, Alfredo Wagner, São Joaquim e Urubici. A produção é proveniente da agricultura familiar, dentre as quais algumas produzem em sistema agroecológico. Algumas propriedades têm certificação pelo SPG Rede Ecovida de Agroecologia, outras pelas certificações por auditoria, e outras, ainda, não possuem certificação orgânica embora produzam sem agrotóxicos.

A oferta de produtos é realizada em formato de lista aberta para pedidos dos consumidores, e não existe um modelo de cesta fechada. Os pedidos são feitos através da plataforma Faz a Feira, quinzenalmente. O pagamento é feito por pedido, e a gestão é realizada por um coletivo que envolve agricultores e a equipe técnica da Associação. A entrega é realizada em Florianópolis, São José e Palhoça, em 04 pontos de partilha previamente organizados por consumidores.

A oferta de produtos envolve principalmente os produtos coloniais disponibilizados na atividade de Agroturismo, como pães, queijos, biscoitos, doces de frutas, temperos, chás, especiarias e cosméticos naturais. Também são oferecidos frutas e produtos da horta e da roça (verduras, grãos, tubérculos, PANCs), de acordo com a sazonalidade.

Figura 7. Da Horta à Mesa



Fonte: Elaborado pela autora com imagens da divulgação Acolhida na Colônia

Estação de Permacultura Moinhos de Luz

As cestas da Estação de Permacultura Moinhos de Luz são uma iniciativa de venda direta ativa desde 2018. O sítio é uma UFR localizada em Rio Fortuna, cuja produção é realizada em sistema agroecológico e agroflorestal a partir da permacultura. A gestão e organização logística é realizada pelo casal responsável pelo Sítio. Além de produtos do próprio sítio, contam com produtos de agricultores/as locais parceiros/as para

o abastecimento e composição das cestas – grande parte deles, incluindo o Moinhos de Luz, certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia, em SPG. A oferta de produtos é realizada através da plataforma Faz a Feira em formato de lista aberta para pedidos dos consumidores, e também oferecem 6 tipos de cestas ‘fechadas’: uma “só de verdinhos”,³⁸ as cestas contendo uma variedade de verdes, frutas e legumes nos tamanhos Pequeno (4 a 5 kg), Médio (7 a 8,5 kg), Grande (10 a 11 kg), e ainda as cestas de frutas, no tamanho Pequeno (2,5 kg) e Grande (4 a 5 kg). O pagamento é realizado no fechamento do pedido pela plataforma. As cestas são entregues semanalmente em 4 pontos de partilha em Florianópolis e também por *delivery*. Dispõe de uma lista de produtos adicionais às cestas, para a qual também acessa Circuito Sul da rede Ecovida, onde disponibilizam também grãos, farinhas e outros itens que não entram nas cestas. Essa iniciativa derivou da experiência das *Células de Consumo Consciente Kairós*,³⁹ da qual o Moinhos de Luz participou durante algum tempo.

Figura 8. Estação de Permacultura Moinhos de Luz



Fonte: Elaborado pela autora com imagens da divulgação Moinhos de Luz

Projeto Ação Compassos – Cestas com Produtos Agroecológicos

Ação Compassos é um projeto social que trabalha com pessoas com necessidades especiais. A horta é um dispositivo de trabalho conjunto através do qual é

³⁸ Conforme depoimento da agricultora

³⁹ Iniciativa mapeada em Souza *et al.*, 2021. Essa experiência segue em atuação no território, com um formato de gestão de vendas diretas que não mais se enquadra como VDPA e, portanto, ao escopo desta pesquisa.

feito o atendimento no trabalho social focado na promoção da saúde. O público beneficiário e a equipe do Instituto Compasso se envolve em todo o processo dos alimentos: plantio, rega, colheita e embalo.

As Cestas, desde 2019, são um desdobramento do trabalho do Instituto Compassos com a horta. Através delas se comercializa o alimento produzido, gerando retorno financeiro para a manutenção e funcionamento dos cultivos, qualidade alimentar para beneficiários, equipe do Instituto e consumidores que acessam os alimentos.

Cada “cesta” vem com uma porção de frutas, legumes, tubérculos e folhosas. Os itens cultivados na horta representam uma grande parte da composição da cesta. Os demais produtos são provenientes da Cooperativa Econativa, Grupo Agrodea, Grupo Flor do Fruto, Horta Flor do Rio e do Circuito Sul da Rede Ecovida. Essa iniciativa conta com a equipe do Instituto e, além do envolvimento dos e das beneficiárias do Instituto Compassos, mobiliza um grupo de voluntariado nas interações com o grupo do Instituto e para a produção na horta, organização das cestas de dos espaços. Acolhe, também, propostas de iniciativas e atividades desde o voluntariado, como oficinas e outras propostas de intercâmbio.

Figura 9. Projeto Ação Compassos



Fonte: Elaborado pela autora com imagens da divulgação Instituto Compassos

Cestas da Agricultura Familiar de São Pedro de Alcântara

A experiência das Cestas de Alimentos da Agricultura Familiar de São Pedro de Alcântara se alicerça na iniciativa do grupo Delícias da Roça, participante da Rede Ecovida de Agroecologia. Iniciada em 2017 por este grupo, a partir de 2019 organizam a convergência de grupos em torno da composição de cestas de alimentos sem agrotóxicos da agricultura familiar, e agregando à oferta produtos beneficiados, doces, panificados, cosméticos naturais. Organizam um trabalho colaborativo entre os grupos para a organização de trabalhos como a elaboração e divulgação das listas, recebimento dos pedidos e repasse aos grupos para a colheita, organização dos pagamentos, logística e entregas.

A oferta é realizada duas vezes por semana, através de dois grupos de WhatsApp, e a lista de produtos é organizada através de uma lista no *Google Forms*, para a escolha dos produtos pelos consumidores. Trabalham com um valor mínimo para os pedidos, e com entregas em domicílio organizadas por bairros em Florianópolis, São José e Palhoça.

Com a pandemia da Covid-19, passaram a oferecer uma cesta fechada com um preço promocional, além da oferta dos produtos em listas. As cestas fechadas⁴⁰ foram uma iniciativa do grupo para dispor de uma oferta mais acessível, buscando assim ampliar o acesso à um conjunto de alimentos saudáveis. O diferencial dessa experiência coletiva de venda direta é a frequência da oferta (duas vezes por semana) e a diversidade de produtos ofertados.

Figura 10. Cestas da Agricultura Familiar de São Pedro de Alcântara



Fonte: Elaborado pela autora com imagens da divulgação Delícias da Roça

⁴⁰ Ao final do levantamento dos dados para esta pesquisa, esse grupo estava começando uma iniciativa de CSA, modificando a oferta em relação às cestas e, sobretudo, a forma de relação entre consumidores e agricultores em torno de uma outra forma de experiência coletiva de abastecimento.

Sítio Florbela

O Sítio Florbela é um sítio agroecológico localizado na Unidade de Conservação Monumento Natural da Lagoa do Peri,⁴¹ no Sul da Ilha em Florianópolis. É uma Unidade Familiar Rural que se diferencia das demais em função de se tratar de um espaço de preservação ambiental e produção de alimentos em um contexto *urbano* – dando pistas sobre as raízes rurais da Ilha, um espaço *sui generis* que mescla belas praias, uma intensa urbanização e especulação imobiliária, com unidades de conservação, manguezais, dunas, e áreas com extensões de terra e cultivos que preservam as características de ruralidade (Gelbke *et al.*, 2017).

Os produtos agroecológicos e agroflorestais produzidos no sítio são comercializados em formato de cestas fechadas. As entregas são realizadas em um bairro próximo – Armação – e no próprio sítio. A produção e a logística são realizadas pela família, que conta com alguns apoios de parcerias na produção e organização logística. As cestas são uma forma de complementação da renda e uma consequência das atividades realizadas nesse espaço em torno da agroecologia, da preservação e recuperação de saberes tradicionais familiares.

Figura 11. Sítio Florbela



Fonte: Elaborado pela autora com imagens da divulgação Sítio Florbela

⁴¹ Para informações sobre Monumento Natural Municipal da Lagoa do Peri, ver <https://www.atlasudesc.com/mona-peri/> e <https://observa.ufsc.br/2018/05/08/parque-municipal-da-lagoa-do-peri/>.

No Quadro 07, sistematizados as informações referentes ao funcionamento das experiências de cestas agroecológicas que estudamos em Florianópolis:

Quadro 7. Funcionamento das experiências coletivas de comercialização agroecológica

Experiência	Pedido⁽¹⁾	Pagamento	Preço⁽²⁾	Entrega⁽³⁾	Periodicidade	Alimentos	Sistemas de Produção
Cestas de Alimentos Orgânicos Ecoserra	LP	Por pedido	R\$ 70,00	PP, I	Semanal	Verdes, frutas e legumes, Chás e temperos, Raízes e Tubérculos, Grãos, Farinhas, Geleias, Ovos, Mel	Agroecológico, Orgânico
Células de Consumo Comuna Amarildo	CF + Ad	Ciclo antecipado	R\$ 40,00	PP	Semanal	Verdes, frutas e legumes, Chás e temperos, PANCs, Raízes e Tubérculos, Grãos (+) Grãos, Ovos, Hidrolatos, Cosméticos naturais	Agroecológico, SAF
CCR	CF + Ad	Ciclo antecipado	R\$ 35,00	PP	Semanal	Verdes, frutas e legumes, Chás e temperos, PANCs, Raízes e Tubérculos, Grãos, Farinhas (+) Biscoitos, Geleias, Ovos	Agroecológico
CSA Saraquá	CF + Ad	Ciclo antecipado	R\$ 22,00 ⁽⁴⁾	PP	Semanal	Verdes, frutas e legumes, Chás e temperos, PANCs, Raízes e Tubérculos (+) Biscoitos, geleias, Ovos, Frango caipira	Agroecológico, Permacultura
Da Horta à Mesa	LP	Por pedido	-	PP, I	Quinzenal	Verdes, frutas e legumes, Chás e temperos, PANCs (?) Raízes e Tubérculos, Grãos, Farinhas, geleias, Ovos, Mel, Sucos, Queijos, Cosméticos naturais	Agroecológico, Orgânico
Estação de Permacultura Moinhos de Luz	CF + Ad	Por pedido	R\$ 34,00	PP, I	Semanal	Verdes, frutas e legumes, chás, temperos e PANCs variadas	Agroecológico, Permacultura, SAF
Projeto Ação Compassos	CF + Ad	Por pedido	R\$ 45,00	PP, I	Semanal	Verdes, frutas e legumes, chás, temperos e PANCs variadas	Biodinâmica
Cestas da Agricultura Familiar SPA	CF, LP	Por pedido	R\$ 50,00	PP, I	2x semana	Verdes, frutas e legumes, chás, temperos e PANCs variadas	Agroecológico
Sítio Florbela	CF + Ad	Ciclo antecipado	R\$ 45,00	PP	Semanal	Verdes, frutas e legumes, chás, temperos e PANCs variadas, Raízes e Tubérculos, Tinturas, Hidrolatos, Cosméticos naturais	Agroecológico, Permacultura, SAF

- (1) **Tipos de Cesta:** LP - Lista de Produtos; CF - Cesta Fechada; Ad – Adicionais.
- (2) Preços Médios das *cestas fechadas pequenas* (quando oferecem diversos tamanhos de cestas), que correspondem à uma composição de variada e complementar de produtos - folhosas, raízes, legumes, frutas, temperos -, com peso aproximado entre 3,5 e 5 kg. Não mensuramos o preço médio correspondente na iniciativa que oferece somente pedidos em listas.
- (3) **Forma de Entrega:** PP - Ponto de Partilha; I - Individual.
- (4) Preço correspondente à média do preço por semana, uma vez que a *cota mensal de vegetais* “P” custa R\$ 89,00.

A principal modalidade de pedidos encontrada são as Cestas Fechadas (CF), onde os agricultores montam a composição de produtos a serem entregues semanalmente (na maioria dos casos). Os pedidos de Adicionais (Ad), ou seja, lista aberta para que consumidores escolham os produtos, está sempre atrelada às Cestas Fechadas – ou seja, é uma possibilidade de complementação de produtos às cestas. Somente em uma das iniciativas é eletivo aos consumidores pedirem uma Cesta Fechada ou fazer os pedidos por uma Lista de Produtos (LP). Nessa iniciativa, a Cesta Fechada foi criada como uma modalidade mais acessível, em termos de preço, aos produtos ofertados. Duas das nove experiências trabalham somente com Listas de Produtos, onde consumidores escolhem os produtos que irão compor a cesta.

O pagamento é realizado de duas formas: antecipadamente, onde consumidores adiantam o valor correspondente a um ciclo (que normalmente corresponde a um mês de produção, ou 4 semanas), ou por pedido. Todos os casos de pagamento por ciclo antecipado são relativos às Cestas Fechadas (ainda que nem todas as cestas fechadas sejam pagas antecipadamente). O pagamento por pedido ocorre tanto nos casos de cestas fechadas quanto de listas de produtos. A única experiência que opera somente com entregas individuais recebe também por pedido.

Os preços indicados correspondem ao das Cestas Fechadas, sendo que, normalmente, as listas de Adicionais apresentam um preço um pouco mais elevado do que o praticado nas Cestas, normalmente se equiparando aos preços praticados nas feiras de agricultores. A pesquisa de Grade e Mergen (2020) sobre a oferta de produtos orgânicos em Florianópolis indica que a diferença de preços entre as feiras dos agricultores e os supermercados pode chegar a cerca de 468% entre um canal e outro (sendo o preço da feira o mais baixo e do supermercado o mais alto). Considerando que as feiras de agricultores são uma modalidade de Venda Direta (Quadro 02), as VDPA - especialmente aquelas que operam com Cestas Fechadas - parecem ser a modalidade com o preço mais acessível dentro da oferta de produtos orgânicos. Dentre as experiências

estudadas, o preço mais baixo encontrado é também a proposta que trabalha com um maior envolvimento dos consumidores – nesse caso, co-agricultores - no processo logístico e estrutural, de relação direta e *co-laborativa* entre consumidores diretos e agricultores, e que também prescinde de uma organização coletiva bastante afinada entre os consumidores para o funcionamento da experiência.

A entrega em Pontos de Partilha aparece como um elemento central na dinâmica organizativa dessa forma de circuito curto, mesmo nas experiências que operam com entregas individuais, e caracteriza as VDPA estudadas. Essa forma de entrega dos produtos é um diferencial e importante tanto na logística dos grupos de agricultores e consumidores quanto no estímulo à formação de relações e de grupos, pois é um espaço físico em comum entre todos os consumidores e com o qual pelo menos um representante dos grupos de agricultores transita com uma frequência semanal (na maioria dos casos), que passa a integrar a rotina dos consumidores. As experiências de VDPA organizam pontos coletivos para a entrega de alimento aos consumidores, o que incentiva a organização dos agricultores, a otimização da logística e o maior envolvimento do consumidor na organização da experiência. Essa dinâmica conduz a acordos e ações de organização e cuidados compartilhados. Tais experiências revelam sinergias entre si e entre as organizações e instituições que as apoiam (Quadro 7). Foram formadas por atores sociais rurais e urbanos, gerando espaços férteis e condições para inovações sociais baseadas na dinâmica do trabalho em rede e em novos processos de problematização e organização.

Podem ser entendidos como ponto ou um ‘nó’ de rede, um espaço que concentra dinâmicas de organização de e entre os atores sociais centrais nos processos de *venda direta*, agricultores e consumidores, e no caso das VDPA, agricultores e consumidores organizados coletivamente. Todas as experiências são compostas por grupos de agricultores, consumidores organizados (em diferentes formas de organização, conforme Quadro 7), e apoiados por organizações sociais. Os Pontos de Partilha são espaços em comum entre os atores sociais coletivos que integram as experiências, com potencial de gerar vínculo entre esses atores e que, portanto, desponta como um importante espaço de convergência. Entendemos, assim, que os Pontos de Partilha são parte de uma estratégia de comercialização ou, nos termos dos movimentos sociais, compõem um repertório de ação no escopo da agroecologia.

A variedade de alimentos e de sistemas de produção pretende demonstrar a amplitude de alimentos e de *agriculturas* que compõem essas experiências. Embora não tenhamos esses elementos no centro de nossa análise – e que a diversidade agroalimentar seja um pressuposto ou característica própria da Agroecologia - entendemos que explicitar os produtos e formas de produção é relevante no sentido de evidenciar essa diversidade, explicitar os produtos que circulam nessas experiências e de indicar quais sistemas produtivos as VDPA tem alimentado e fomentado.

No próximo quadro, podemos observar os atores sociais vinculados a cada uma das experiências: as entidades de apoio – onde os atores são os mediadores sociais a elas vinculadas, os grupos de agricultores e consumidores. Todas essas experiências envolvem sujeitos, atores sociais coletivos e organizações sociais, da mesma forma que são articuladas pelo conjunto desses atores.

As entidades de apoio são instituições/organizações que trabalham com ações relativas à agroecologia. A maioria das experiências está relacionada com a Rede Ecovida de Agroecologia através da certificação participativa, e por consequência, com toda a trama organizativa que essa forma certificação envolve – dessa forma, essa Entidade tem um papel mais amplo na organização dos grupos que somente a certificação, incidindo de forma mais ampla – ainda que não direta – nas dinâmicas organizativas que envolvem os agricultores e seus grupos a partir de sua experiência em uma rede horizontal em torno da produção, da comercialização e da formação em processos coletivos.

Nos Grupos de Agricultores, identificamos quais são os Grupos envolvidos com as experiências, ou em outros termos, apontamos quem são os atores sociais coletivos no campo da produção que abastecem as iniciativas. Na Ampliação da Oferta, identificamos quais são os grupos - atores sociais coletivos - que os agricultores acessam para ampliar a diversidade de produtos oferecidos, expandindo a rede para o abastecimento das iniciativas.

Os consumidores diretos são identificados a partir de sua coletividade e formas de organização. Buscando compreender os desdobramentos das experiências, identificamos também os atores sociais envolvidos com as Doações, em cada experiência, uma vez que essa prática foi encontrada em todas as iniciativas de VDPA estudadas.

Quadro 8. Atores sociais e organizações coletivas

Experiências	Entidades de apoio	Agricultores			Organizações de Consumidores	Doações
		Organizações	Características	Ampliação da Oferta*		
Cestas de Alimentos Orgânicos Ecoserra	Rede Ecovida, Centro Vianeí, Cisama, IFSC, Rede Cemear	Agricultores/as familiares e grupos de produção	Agricultura Familiar	Circuito Sul da Rede Ecovida	Consumidores individuais, Organização por ponto de partilha	Instituições em Lages
Células de Consumo Comuna Amarildo	Rede Ecovida, Grupo Harmonia da Terra/ Copave, Recanto da Natureza, Ecoterra	Coletivo do Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento rural	Grupos Agrodeia, Flor do Fruto e Ecoterra (RS)	Organização por ponto de partilha	Diretamente para famílias e pessoas próximas através dos pontos de partilha
CCR	LACAF UFSC, Cepagro, Rede Ecovida	Associação AGRODEA, Grupo Associada, Grupo APAOC, Grupo Flor do Fruto, Grupo Amanacy, Grupo do Núcleo Serramar da Rede Ecovida	Agricultura Familiar	Circuito Sul da Rede Ecovida ⁽¹⁾	Organização por ponto de partilha	Doações repassadas em alimentos para a Moradia Estudantil Indígena da UFSC, Movimento Atuação, Ocupação Marielle
CSA Saraquá	CSA Brasil, Rede Ecovida	Sítio Saraquá	Novos rurais	Circuito Sul da Rede Ecovida	Coletivos, Organização por ponto de partilha	Diretamente para famílias e pessoas próximas
Da Horta à Mesa	Associação Acolhida na Colônia, Epagri, Rede Ecovida, Rede Acueil Peysan	Agroindústria das Águas, Cabanha Bruch, Casa do Mel, Pousada Doce Encanto, Pousada Chalé Assing, Pousada Encanto Verde, Pousada Vitória, Recanto do Bosque, Recanto dos Orgânicos, Sítio Aiki, Sítio Aimotoúá, Sítio Sant'ana	Agricultura Familiar	Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia	Consumidores individuais, Organização por ponto de partilha	Projeto Orgânico Solidário
Estação de Permacultura Moinhos de Luz	Rede Ecovida, Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia	Estação de Permacultura Moinhos de Luz	Jovens e novos rurais	Circuito Sul da Rede Ecovida	Consumidores individuais	Projeto Orgânico Solidário; Diretamente para famílias e pessoas próximas

Projeto Ação Compassos	Grupos de agricultores Flor do Fruto, Agrodea, Cooperativa Ecoterra.	Equipe do Instituto, pessoas assistidas pelo projeto, grupo de voluntariado	Agricultura Urbana	Grupos Agrodea, Flor do Fruto e Ecoterra	Consumidores individuais, Organização por ponto de partilha	Uma cesta por semana para uma pessoa com câncer que não tem condição de comprar alimentos orgânicos
Cestas da Agricultura Familiar SPA	Rede Ecovida, SENAR, Epagri	Delícias da Roça, Habitart Rural, Sítio Cantinho dos Sonhos, Sítio da Cida, Sítio Igatu, Sítio Mãe Gaia, Sítio Nama Kripa, Sítio Nossa Senhora de Fatima, Sítio Zanella, Sítio Terra Nova	Agricultura Familiar e novos rurais	Rede Povos da Mata, Chocolate UBA, Café Ibipora, Vinho de Cezaro, Farinhas e Grãos Paulínia, Marfil	Consumidores individuais, Organização por ponto de partilha	Campanha “Cesta Nada Básica”. Doações repassadas em alimentos para famílias cadastradas no Projeto no Bairro Brejaru (Palhoça)
Sítio Florbela	Rede Ecovida, Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, Associação de Moradores Barreiros do Ribeirão (AMOSERTÃO), Grupo Ilha Meimbipe	Sítio Florbela	Agricultura Urbana, Comunidade tradicional	Ecoterra e Coopafren	Consumidores individuais, Organização por ponto de partilha/ entrega	Direta para as famílias, Orgânico Solidário, PT Solidário

* Indica os grupos, redes e organizações que os agricultores acessam para ampliar a oferta de produtos. Em grande parte, essa ampliação é direcionada para as listas de produtos adicionais, ainda que em algumas situações esses produtos também complementem a composição das cestas fechadas.

⁽¹⁾ Indicamos a rede que grande parte dos Grupos de Agricultores acessa. Um dos grupos recorre a uma distribuidora e disponibiliza uma lista de produtos nacionais e importados de mercearia em sua oferta de produtos adicionais.

O quadro acima demonstra a miríade de organizações e coletividades envolvidas nas experiências de VDPA estudadas. É interessante observar que, mesmo em uma modalidade de *venda direta*, em todas as experiências há todo um conjunto de organizações envolvidas. Esse elemento evidencia que tais experiências são interdependentes de todo um tecido organizacional e da trajetória dos atores sociais envolvidos historicamente na articulação do movimento social agroecológico.

Conforme exposto, as Entidades de Apoio são organizações sociais e instituições que trabalham com atores que promovem a agroecologia. Todas as experiências estudadas têm o envolvimento de entidades de apoio, organizações geram um contexto sócio-organizacional que estimula o surgimento de experiências de CCC e VDPA. A maioria das experiências estudadas surgiu da articulação entre grupos de agricultores e entidades de apoio, muitas delas relacionadas com a Rede Ecovida de Agroecologia, que aparece em sete das oito experiências estudadas através da certificação participativa. A Rede Ecovida gerou aprendizagem coletiva para as entidades de apoio, que proporcionaram uma trajetória de inovação socialmente construída (SOUZA *et al.*, 2021). Diversas dessas organizações ajudaram no avanço da certificação participativa, até sua normatização e organização de legislações próprias para a agricultora familiar e de base ecológica. Mais recentemente, essas entidades participam da construção de CCC para que os agricultores possam ter acesso a mercados sob condições satisfatórias, com remuneração justa em mercados que valorizam seus produtos e suas formas de produção (que são, também, formas de vida e de preservação ambiental). Isto demonstra que os CCC foram forjados a partir de articulações anteriores entre organizações/instituições de apoio, agricultores e, mais recentemente, têm se agregado os consumidores interessados em acessar alimentos de qualidade com preços justos. Com os avanços organizacionais e a certificação para os agricultores, as entidades de apoio, com grande protagonismo da Rede Ecovida, foram desafiadas a *melhorar* os mercados para os agricultores. Este desafio revela uma demanda importante da agricultura familiar e se estende a qualquer campo agroalimentar que trabalhe com a produção e abastecimento de produtos orgânicos/agroecológicos. Para tanto, as entidades de apoio têm como uma de suas principais estratégias a organização e a aproximação entre agricultores e consumidores através dos Circuitos Curtos de Comercialização e das vendas diretas (SOUZA *et al.*, 2021).

Identificamos os agricultores através dos atores sociais envolvidos com a produção, nominando seus grupos e/ou o nome de suas UFR (observar o detalhamento no Quadro 08). É interessante perceber as diferentes características dos agricultores e agricultoras que protagonizam essas experiências. Embora a agricultura familiar seja a categoria de agricultores presente em grande parte das experiências, é notável a presença de novos/as rurais, jovens, agricultura urbana e de um assentamento rural. Mais além dos tipos sociais que conformam as experiências, essa informação evidencia a diversidade de atores sociais envolvidos no campo da produção da agroecologia nesse contexto específico, com capacidade de produção em quantidade e diversidade para o abastecimento periódico e permanente de grupos de consumidores.

A ampliação da oferta de produtos, presente em todas as experiências, evidencia que a articulação em redes é parte da dinâmica organizativa desses circuitos organizados em VDPA. Os grupos de agricultores, com apoio das Entidades, mobilizam outros coletivos, grupos e redes para ampliar a oferta de produtos, de forma a que as suas cestas tenham maior atratividade aos consumidores e, também, apoiando o escoamento da produção desses grupos e redes parceiros/as. Esse dado demonstra, também, a capacidade de abastecimento existente dentro de CCC. Somente um dos grupos mencionados pelos interlocutores e constante nesse quadro seja uma empresa distribuidora de alimentos (a Marfil, acessada por duas das experiências, dentre outros grupos e redes que compõem a ampliação da oferta dessas mesmas experiências). Entendemos, com esses dados, que a dimensão do abastecimento deve ser percebida de forma mais ampla do que produção a partir dos agricultores protagonistas das experiências, considerando, evidentemente, que o grande volume da produção que sustenta tais experiências (e a composição da diversidade presente na oferta de produtos) é, efetivamente, produzida pelos agricultores que sustentam a base produtiva e organizativa das experiências.

No campo do consumo, observamos a presença de diferentes coletividades. Apenas uma pequena parte dos consumidores não se organiza coletivamente – e isso se dá, pontualmente, nas experiências que operam com entregas individuais (Quadro 7). Ainda assim, entendemos que no âmbito das VDPA essa forma de consumo envolve um certo sentido de *coletividade*, ao considerarmos que mesmo essa forma de consumo envolve toda uma série de conexões e interdependências (que temos demonstrado no decorrer da pesquisa). Ora, o que desponta nesse conjunto de dados é justamente a existência de organizações para o consumo, fortemente relacionados aos Pontos de

Partilha, e também em coletivos organizados para o apoio aos grupos de agricultores. Em grande parte das experiências, fica evidente que existe um estímulo à formação grupos por parte dos consumidores que, com diferentes formas de contato e organização interna, conformam novas organizações em torno do abastecimento alimentar agroecológico.

As organizações entre consumidores mostraram ser outra chave central para o funcionamento das experiências de VDPA. Fica evidente que existe uma novidade em curso nesse contexto: a formação de novas organizações sociais, a composição de arranjos organizativos em torno da comercialização da agroecologia, e o engajamento de novos atores sociais no âmbito do *novo* movimento social agroecológico.

Outro conjunto de atores sociais beneficiados pelas experiências são indicados no campo das doações. Percebemos a existência de sujeitos (como no caso das doações feitas de forma direta para famílias) e atores coletivos (como no caso de doações a coletivos e organizações). Esse aspecto demonstra a capacidade de irradiação desses circuitos curtos para um campo social mais amplo, assim como a possibilidade de os alimentos circulantes nesses circuitos beneficiarem grupos e pessoas em situação de vulnerabilidade social através de ações coletivas e projetos sociais. Ao estudar as experiências de VDPA, percebemos que elas provocam diversas formas de cooperação, que se estendem além das práticas de produção, abastecimento e comercialização de alimentos. Percebemos, por exemplo, a existência de cooperação entre os consumidores que, com base em sua interação em algumas das experiências mencionadas se organizaram para fazer doações⁴² dos alimentos das cestas, roupas e artigos de higiene pessoal para grupos em situações de vulnerabilidade. Embora não esteja no escopo deste trabalho aprofundar a discussão em torno do acesso, reiteramos, assim como Hassanein (2003, 2008), Lang (2005) e Renting *et al.* (2012), que essas iniciativas tem como potência a promoção de democratização alimentar. Ao mesmo tempo, reiteramos que os mercados, ainda que organizados a partir de parâmetros e propósitos mais amplos que a acumulação irrestrita, não tem como dar conta dessa questão,⁴³ e que a *segurança*

⁴² Outras iniciativas de doação de alimentos da agricultura familiar e agroecológica em Florianópolis identificadas, no andamento desta pesquisa, foram: <https://www.apoia.se/tembiu>, <https://www.instagram.com/territoriocoletivomaloka/>, <https://www.instagram.com/redecomarua/>, <https://www.instagram.com/cissantadulce/>, <https://linktr.ee/cozinhadetodes>, <https://www.instagram.com/cozinhasolidariaribeiraodilha/>, <https://www.instagram.com/cozinhamae.revolucao/>.

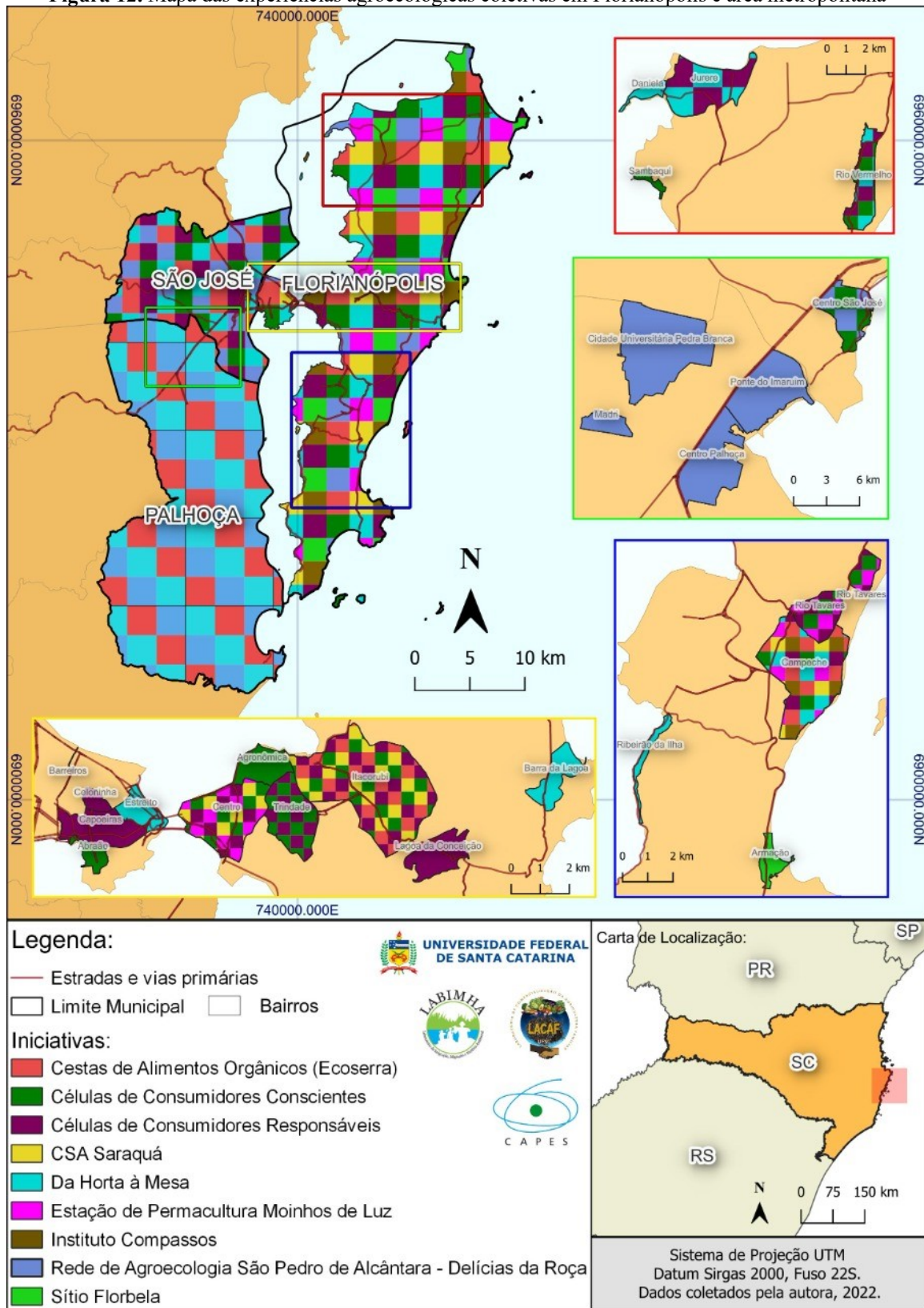
⁴³ Problema esse que, conforme nos aponta Mike Davis, é um projeto político de base colonialista alavancado desde a colonização, e tem sido mantido enquanto projeto pela orientação política do estado nacional brasileiro através do dismantelamento de importantes estruturas públicas em torno da agricultura familiar e da Segurança Alimentar e Nutricional.

alimentar (no que se refere à garantia ao acesso de alimentos em quantidade, diversidade e disponibilidade suficiente e permanente) é uma ação que deve ser priorizada no campo das políticas públicas.

Dessa forma, entendemos que os alimentos são produzidos e consumidos no mesmo território na sua totalidade – ou seja, considerando consumidores diretos (aqueles/as vinculados *diretamente* às cestas), e consumidores *indiretos* (grupos familiares de quem se vincula diretamente às iniciativas e pessoas que acessam os alimentos através de doações). Essa informação nos fala sobre a abrangência do acesso a alimentos de qualidade nutricional através de experiências coletivas de consumo na agroecologia.

O aspecto da territorialidade entre Produção e Consumo (P/C), também pode ser observado nas Figuras 12 e 13, onde demonstramos os locais de produção e de consumo. Faremos o percurso desde o consumo à produção, o mesmo percurso do estudo, conforme descrito na Metodologia. A Figura 12, que apresentamos a seguir, é um recorte dos lugares de consumo, e as apresenta experiências agroecológicas coletivas em Florianópolis e área metropolitana.

Figura 12. Mapa das experiências agroecológicas coletivas em Florianópolis e área metropolitana



Fonte: Mateus Homem de Mello, a partir de dados da autora, 2022.

Este mapa busca representar a distribuição das experiências através dos locais de consumo, ou seja, os Pontos de Partilha e bairros onde são feitas as entregas individuais em Florianópolis e nos municípios vizinhos de São José e Palhoça. Uma primeira leitura do mapa pode induzir à compreensão de que as experiências atingem todo o território dos municípios. Ressaltamos, porém, que ao contrário, as experiências (células, pontos de partilha, grupos de consumo), atingem áreas mais específicas do território, em torno de um local de distribuição em proporções que talvez possam ser equivalentes às feiras (ou seja, uma abrangência mais pontual, nos municípios, frente à outras formas de abastecimento). Esse recorte pode ser observado nos destaques do mapa, onde buscamos identificar os bairros onde operam os grupos de consumo em VDPA que fazem parte deste estudo.

Cada experiência está representada por uma cor diferente, e as quadrículas com diversas cores demonstram que, nessas áreas (as quais identificamos através dos bairros de consumo direto), estão ativas mais de uma das iniciativas. Através desse mapa, conseguimos identificar que:

1. o consumo mais expressivo, em termos de pontos de distribuição, está na parte insular de Florianópolis (ilha), onde todas as experiências estão representadas;

2. o destaque em verde faz uma aproximação da distribuição na área metropolitana, nos municípios de São José e Palhoça. No destaque, percebemos que a CCC Comuna Amarildo e a Rede de Agroecologia SPA estão presentes em 4 bairros de Palhoça (Madri, Cidade Universitária Pedra Branca, Centro e Ponte do Imaruim) e no Centro de São José (neste, as duas experiências). Fora do destaque, observamos no mapa e nos dados coletados que as Cestas de Alimentos Agroecológicos Ecoserra, as CCR e Da Horta à Mesa também tem parte de seu consumo nesses dois municípios;

3. o destaque em amarelo, retangular, faz uma aproximação da área continental e central (insular) de Florianópolis, e evidencia uma grande incidência de circuitos curtos em bairros dessas áreas. As experiências CCC Comuna Amarildo, CCR e Da Horta à Mesa estão presentes nos bairros continentais Barreiros, Coloninha, Abraão e Estreito. Aqui observamos uma complementariedade entre as iniciativas, sendo que esses bairros não apresentam quadrículas (ou seja, não existe mais de uma experiência em atividade). Nos bairros centrais da Ilha percebemos a incidência de diversas experiências (Ecoserra, CCR, CCC Comuna Amarildo, CSA Saraquá, Da Horta à Mesa e Moinhos de Luz), com destaque para os bairros Centro, Trindade e Itacorubi enquanto espaços que concentram

várias iniciativas. Vale mencionar que o Centro é único lugar de acesso do Continente à Ilha, sendo assim um lugar estratégico para a logística de entregas, e que nos bairros Trindade e Itacorubi ficam localizados nos *campi* da Universidade Federal de Santa Catarina, desde onde uma das maiores experiências estudadas surgiu e que aglutina uma quantidade expressiva de consumidores. Já os bairros Agrônômica, Lagoa da Conceição e Barra da Lagoa contam com uma experiência distinta em cada um;

4. o destaque em vermelho mostra a incidência das experiências no Norte da Ilha, onde encontramos 3 experiências (CCR, CCC Comuna Amarildo e Da Horta à Mesa) em 4 bairros (Sambaqui, Jurerê, Daniela e Rio Vermelho);

5. o destaque em azul mostra a distribuição das experiências no Sul da Ilha, onde o Bairro Campeche demonstra ser um espaço de consumo relevante, com representação de 7 das 9 experiências (Ecoserra, CCC Comuna Amarildo, CCR, CSA Saraquá, Da Horta à Mesa, Moinhos de Luz e Ação Compassos), enquanto no Rio Tavares coadunam 3 dessas experiências (CCC Comuna Amarildo, CCR e Moinhos de Luz). No Ribeirão da Ilha se destaca um ponto de partilha do Da Horta à Mesa e na Armação, o Sítio Florbela. Sobre este último, cabe destacar que esse talvez seja o circuito mais curto⁴⁴ encontrado na pesquisa, uma vez que esse sítio produz e distribui no mesmo bairro, sendo uma experiência singular dentre as elencadas neste estudo.

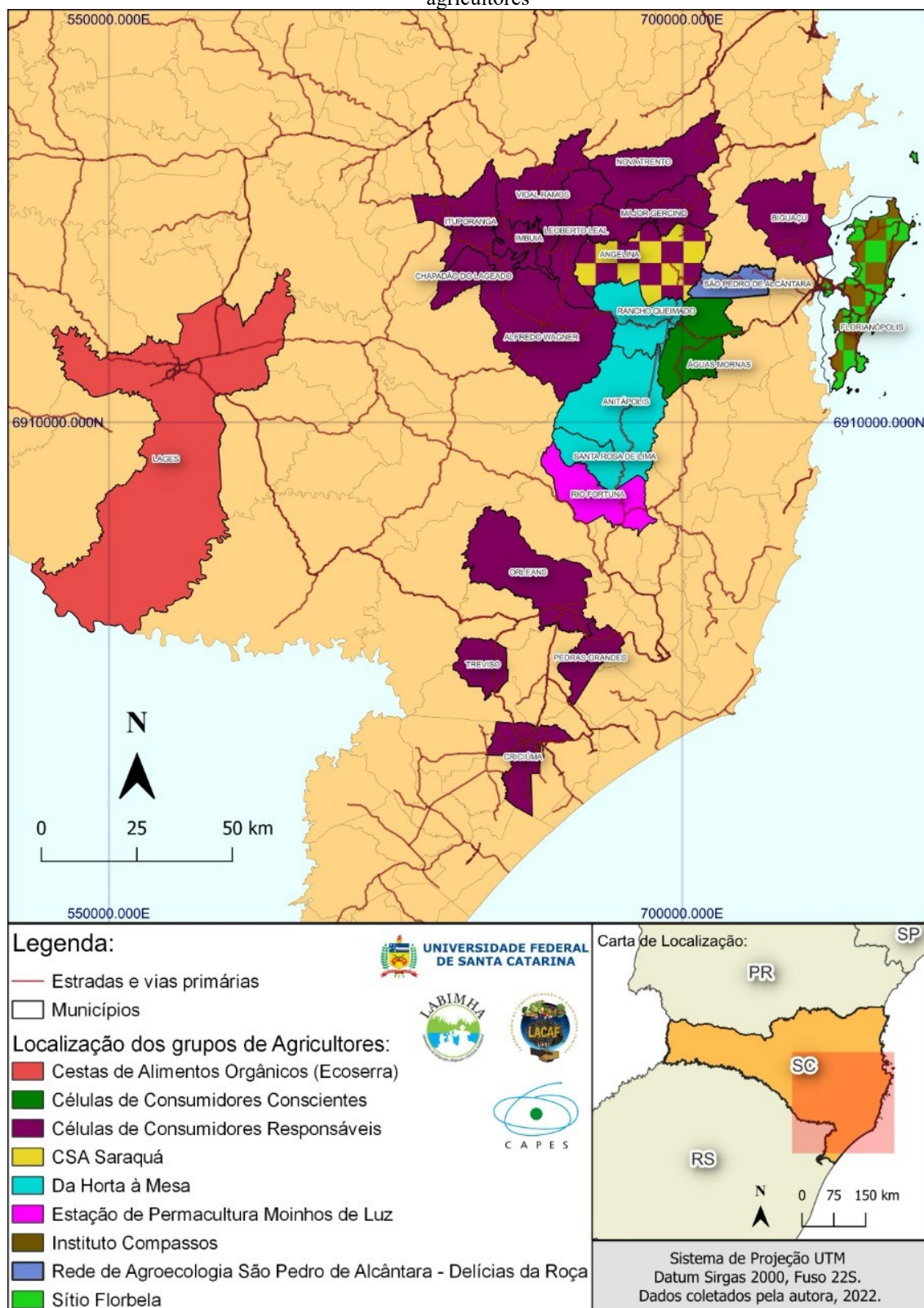
Por fim, reiteramos que esse mapa trata de uma representação da presença das VDPA no território urbano de Florianópolis e cidades metropolitanas, e ressaltamos que não indica que tais experiências abranjam a totalidade dos municípios. A Figura 13 descreve os municípios onde se localiza a produção e os grupos de agricultores protagonistas das experiências estudadas. Complementa o mapa anterior (que indica consumo) e representa a abrangência territorial das cestas agroecológicas comercializadas em Florianópolis. Importante ressaltar que a marcação por municípios foi um recurso gráfico para indicar o local de referência dos grupos de agricultores que abastecem as iniciativas/experiências estudadas, e não indica que os municípios como um todo tenham produção agroecológica ou orgânica.

Esse mapa também ajuda a visualizar a distância espacial das experiências estudadas, sendo uma representação da entrega de cestas. Este mapa *não* indica a

⁴⁴ Sabemos que no Bairro Rio Vermelho acontece uma experiência semelhante, com a Horta Flor do Rio, que produz, faz feira e cestas no mesmo bairro. Conforme mencionado, essa experiência não pôde ser estudada em detalhes para esta tese, mas figura como uma experiência de circuito curto agroecológico ativa no recorte territorial da pesquisa.

distância espacial entre o consumo e a produção dos “adicionais”. Os municípios foram apontados como referência dos contextos de produção dos grupos de agricultores, e demonstra a proximidade geográfica entre a produção e o consumo em Florianópolis (Figura 3). Municípios com mais de um grupo de produção foram quadriculados com as cores correspondentes das experiências, conforme a legenda.

Figura 13. Representação territorial da produção, a partir da identificação dos municípios dos grupos de agricultores



Fonte: Mateus Homem de Mello, a partir de dados da autora, 2022.

O mapa dá conta de representar a proximidade entre a produção e o consumo dos alimentos, e busca identificar o território por onde circulam os alimentos, os recursos, as pessoas, as relações e os múltiplos valores contidos nessas experiências.

Essa representação gráfica ajuda a corroborar a análise de Rover; Pugas; Souza, 2021 sobre a conformação de um cinturão verde agroecológico em torno de Florianópolis – ou que, se não eminentemente *agroecológico* em sua acepção técnica, um entorno ou borda produtiva com base na agricultura familiar produtora de alimentos em agro e biodiversidade. Compreendemos que esse cinturão ou borda seja constituído, em parte, pelo campo da produção agroalimentar envolvido nas experiências de VDPA (ressaltando, conforme Gelbke 2018, que os agricultores familiares acessam uma diversidade de mercados, indicando que o abastecimento das cestas representa uma das formas de escoamento de uma produção que, a partir dessa análise, indica ser mais ampla que a destinada para a VDPA).

É notável a área do município de Lages, um dos principais municípios da Serra, que sedia a Cooperativa Ecoserra, e é importante deixar claro que a área no mapa representa *o município*, e não a produção agroecológica, orgânica ou mesmo da agricultura familiar nele presente.

As CCR, representadas em roxo no mapa, se destacam no mapa pela grande abrangência de municípios nos quais incidem. Vale lembrar que essa iniciativa representa 6 grupos de agricultores, envolvendo cerca de 64 famílias, e abastece 13 diferentes Células. É, efetivamente, a experiência que representa a maior abrangência territorial, de grupos e de atores coletivos envolvidos na produção e no consumo. O município de Angelina ‘compartilha’ da produção de duas experiências, as CCR e a CSA Saraquá.

A região das Encostas da Serra Geral corresponde à uma das áreas de atuação da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, envolvendo os municípios em torno de Santa Rosa de Lima (cidade considerada a Capital da Agroecologia de Santa Catarina). Logo na borda das encostas, o grupo localizado em Rio Fortuna, Moinhos de Luz, é parte também dessa Associação e encampa uma experiência de comercialização junto de outros atores sociais.

Águas Mornas, São Pedro de Alcântara e Biguaçu são municípios que já fazem parte da Região da Grande Florianópolis, na borda metropolitana.⁴⁵ Nesses municípios, identificamos que dois grupos de produtores comercializam produtos de lugares

⁴⁵ A produção nas bordas metropolitanas remete à ideia de agricultura *periurbana*, discussão crescente bastante atrelada à de agricultura urbana.

próximos, como a sua própria produção e de agricultores do município, e que também conectam com circuitos mais amplos (estadual, nacional e mesmo internacional). Dessa forma, e com o subsídio das informações do Quadro 7, podemos inferir que tais grupos, ao acessarem essa diversidade de circuitos, tem funcionado também como *pontos de distribuição*, enquanto grupos que acessam uma ampla gama de outros grupos e redes para a composição de produtos na oferta das experiências (e, eventualmente, para a comercialização em outros canais – informação esta que fica em aberta para verificação).

As experiências Ação Compassos e o Sítio Florbela envolvem a *agricultura urbana* (AU).⁴⁶ Essas experiências fazem o circuito de produção e consumo dentro de Florianópolis e produzem em escalas suficientes para a comercialização - além do autoconsumo, realizado pelas pessoas envolvidas com a produção (família e parcerias, no caso do Florbela, e dos beneficiários e equipe do Instituto Compassos).

Importante informar que algumas organizações de agricultores/as comercializam, nesse mesmo formato de VDPA e em outras formas de venda direta, como em feiras, em *seus* espaços urbanos (como nos casos da Ecoserra, que comercializa em Lages, e da Agrodea, que comercializa em Ituporanga). Isso indica que existem diversas proximidades geográficas entre P/C a partir dos grupos de agricultores, e reforça o fato de que a diversificação de mercados é uma característica da agricultura familiar de Santa Catarina (GELBKE, 2018).

O Quadro 8, a seguir, detalha as informações sobre as distâncias geográficas existentes entre o consumo e a produção envolvidas nas experiências estudadas, e tem a finalidade de complementar os mapas apresentados nas Figuras 3 e 4.

⁴⁶ O tema da Agricultura Urbana tem sido recentemente inserido no debate brasileiro, embora quanto prática social não seja algo novo. Estudos em torno do tema revelam seu potencial social, econômico e ambiental, e o debate tem sido pautado por acadêmicos/as, gestores públicos, organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Em Florianópolis, a Rede Semear tem articulado discussões e ações em torno do tema, envolvendo atores da sociedade civil, incidência política em torno de políticas públicas e o envolvimento com a organização dos Encontros Municipais de Agricultura Urbana. No campo das políticas públicas, o *Mandato Agroecológico* aprovou em 2018 o Programa Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica de Florianópolis (PMAPO) e em 2020 o Programa Municipal de Agricultura Urbana de Florianópolis. [Ferreira \(2019\)](#) debate sobre as políticas públicas e hortas urbanas e Gelbke *et al.* (2017) propõem uma discussão sobre agricultura urbana e mercados, ambos os estudos também em Florianópolis.

Quadro 9. Produção e Consumo territorial de alimentos

Experiências	Distância média entre P/C ⁽¹⁾	Consumo	Produção	Ampliação da oferta
		Cidades e Bairros	Municípios dos Grupos de Agricultores	Locais de referência
Cestas de Alimentos Orgânicos Ecoserra	234 km	Palhoça, São José e Florianópolis: Itacorubi e Campeche	Lages , Celso Ramos, Anita Garibaldi, Cerro Negro, Capão Alto, Campo Belo do Sul, Bocaína do Sul, São José do Cerrito, Angelina, Ermo, Correia Pinto, Pouso Redondo, Otacilio Costa, Urupema, Paniel, São Joaquim, Jaraguá do Sul.	Mesmos municípios da produção + Circuito de comercialização entre grupos da Rede Ecovida de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná
Células de Consumo Comuna Amarelido	43 km	São José e Florianópolis: Trindade, Beira-Mar Norte, Itacorubi, Sambaqui, Rio Vermelho, Centro, Campeche, Rio Tavares, Abraão	Águas Mornas	Biguaçu, Imbuia, Vidal Ramos, Ituporanga, Leoberto Leal e Três Arroios (RS)
CCR	155 km ⁽²⁾	Florianópolis - ilha: Trindade, Campeche, Rio Tavares, Lagoa da Conceição, Centro, Rio Vermelho, Itacorubi, Jurerê. Continente: Coloninha, Barreiros, Capoeiras	Imbuia , Vidal Ramos, Ituporanga, Leoberto Leal; Alfredo Wagner; Biguaçu; Chapadão do Lageado; Major Gercino, Angelina e Nova Trento; Orleans, Pedras Grandes, Treviso e Criciúma	Circuito de comercialização entre grupos da Rede Ecovida de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná
CSA Saraquá	80 km	Florianópolis: Campeche, Itacorubi, Centro	Angelina	Preferência para produtores próximos de Angelina + Circuito de comercialização entre grupos da Rede Ecovida de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná
Da Horta à Mesa	125 km	Palhoça, São José e Florianópolis: Daniela, Estreito, Ribeirão da Ilha, Campeche, Rio Vermelho, Barra da Lagoa, Jurerê	Santa Rosa de Lima , Anitápolis, Bom Retiro, Alfredo Wagner, São Joaquim e Urubici	Santa Rosa de Lima, Anitápolis, Bom Retiro, Alfredo Wagner, São Joaquim e Urubici
Estação de Permacultura Moinhos de Luz	190 km ⁽³⁾	Rio Tavares, Campeche, Centro	Rio Fortuna	Preferência para produtores próximos, dos municípios de Tubarão, Criciúma, Garopaba, Santa Rosa de Lima + Circuito de comercialização entre grupos da Rede Ecovida de Santa Catarina,

				Rio Grande do Sul e Paraná
Projeto Ação Compassos	10 km	Florianópolis: Campeche Campeche	Florianópolis/ Rio Tavares	Biguaçu, Imbuia, Vidal Ramos, Ituporanga, Leoberto Leal e Três Arroios (RS)
Cestas da Agricultura Familiar SPA	40 km ⁽⁴⁾	São José: Colônia Santana, São Pedro de Alcântara: Boa Parada, Florianópolis: Campeche, Santa Mônica.	São Pedro de Alcântara	Bahia, Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul
Sítio Florbela	8 km	Florianópolis: Armação, Ribeirão da Ilha	Florianópolis / Unidade de Conservação Monumento Natural da Lagoa do Peri	Florianópolis/ Sertão do Ribeirão

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

⁽¹⁾ Tomamos a distância aproximada desde a cidade de referência da produção (indicada em negrito) a até o Centro de Florianópolis, buscando um parâmetro de distância média entre produção e consumo. Distâncias tomadas através do Google Maps.

⁽²⁾ Distância desde Imbuia, o *município mais distante* de Florianópolis. Esse é o município-sede da Agrodea, associação de agricultores que iniciou o projeto CCR tal qual funciona até hoje. Como são 6 grupos de agricultores envolvidos, vale registrar que *a menor distância* percorrida nessa experiência é a do Grupo Flor do Fruto, sediado em Biguaçu, distante cerca de 30 km de Florianópolis.

⁽³⁾ Tomamos a distância a partir da rota pela BR 101 Sul. Existe outra rota possível, que perfaz cerca de 130Km em estradas internas. Esse trecho, apesar de ser menor em distância, amplia o tempo de viagem em cerca de uma hora.

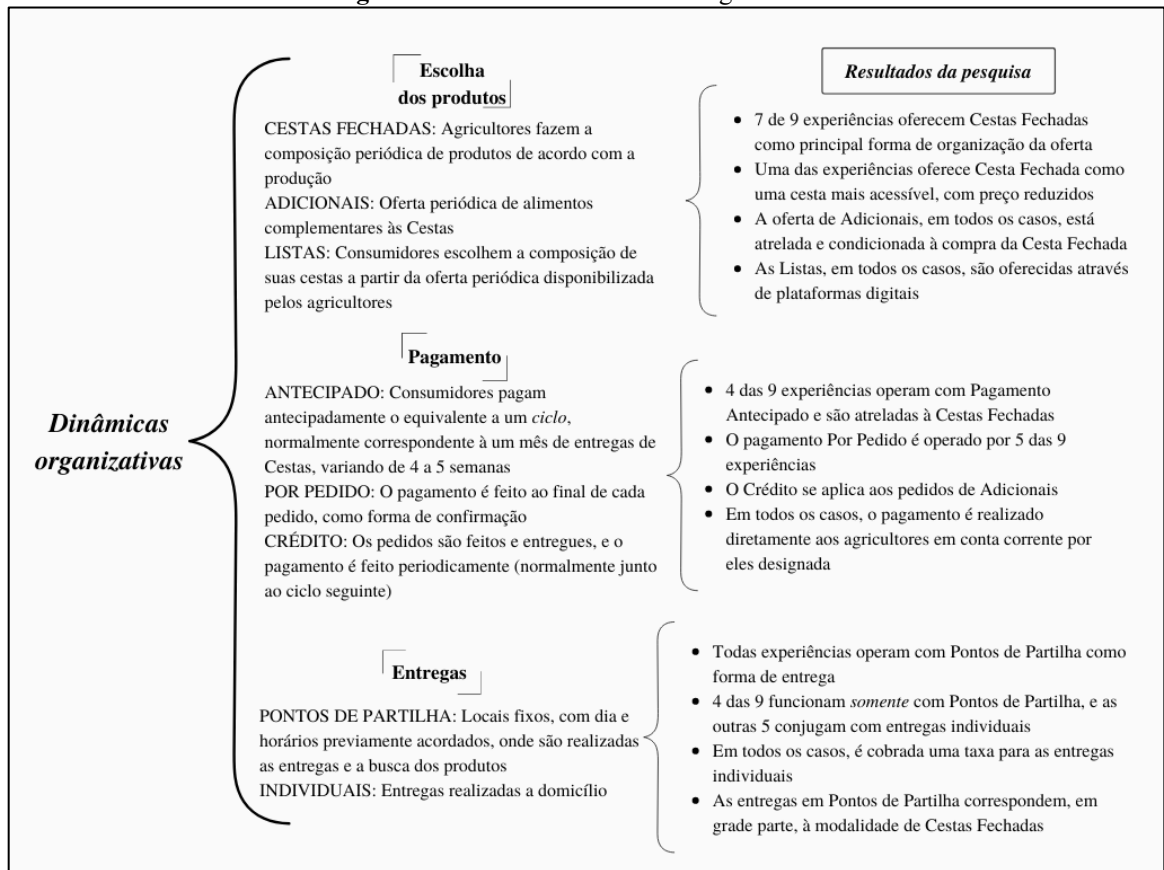
⁽⁴⁾ Consideramos a distância desde São Pedro de Alcântara é a sede e a referência da produção. Porém, sendo uma rede, essa experiência envolve distâncias geográficas mais amplas, pois envolve produtores vinculados ao Núcleo São Pedro de Alcântara da Rede Ecovida.

No Quadro 9, evidenciamos que a maior distância entre P/C que acontece nesses circuitos é do município de Lages, na região serrana, à Florianópolis (em torno de 250km de distância, considerando as distâncias internas em ambas as cidades). Já as menores distâncias entre P/C são, evidentemente, aquelas relacionadas à agricultura urbana, conforme mencionado anteriormente.

A distância geográfica é um aspecto chave nos circuitos curtos, e pode ser analisada através de diferentes dimensões⁴⁷ que são envolvidas, enredadas entre si (SIMANDAN, 2016), o que corrobora com nossa percepção a respeito da multidimensionalidade da proximidade espacial e territorial. Nos concentramos nas dimensões analisadas na tese, a espacial e a social, e na percepção em torno da subjetividade na qual *a dimensão social*, especialmente no campo relacional, está interligada. Esse será o tema da próxima sessão. Porém, antes, sistematizamos as informações da pesquisa em torno das dinâmicas organizativas transversais às experiências encontradas em campo, resultantes das práticas socioespaciais entre atores em torno do abastecimento agroecológico.

⁴⁷ O texto intitulado “Proximity, subjectivity, and space: Rethinking distance in human geography”, no campo teórico das discussões sobre distância na geografia humana, Simondon propõe considerar a distância como aspecto-chave da geografia humana, através centralmente de quatro “entangled dimensions of distance revealed by construal-level theory: spatial distance; temporal distance; social distance; and hypothetical distance” (SIMANDAN, 2016).

Figura 14. Síntese das dinâmicas organizativas



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Essa sistematização expressa similaridades e diferenças no funcionamento das Cestas, e ajuda a compreender as distintas dinâmicas de organização relativas a três aspectos fundamentais das VDPA: a escolha dos produtos, o pagamento e as entregas.

A **escolha dos produtos**, portanto, é realizada pelos agricultores nos casos de Cestas Fechadas, e pelos consumidores nos casos de listas de Adicionais e nas experiências que oferecem Listas de pedidos. Grande parte das experiências coletivas estudadas tem nas *Cestas Fechadas* a sua principal estratégia de comercialização, a qual se configura como um diferencial das VDPA frente às demais formas de CCC e, sobretudo, dos mercados convencionais. As listas de *Adicionais* são operacionalizadas como um complemento das Cestas fechadas, posicionando-as como uma estratégia de complementação e agregação de valor à oferta de produtos. As *Listas* à escolha dos consumidores, com ou sem valor mínimo e compra, são operadas em algumas das iniciativas, mas não se configuram como uma característica das VDPA – pelo contrário: duas das três experiências que trabalham com Listas informaram que estão abrindo ou estudando a viabilidade de oferta de Cestas Fechadas, como forma de potencializar a comercialização da diversidade e de colaborar em uma

distribuição mais equânime entre os agricultores. A aceitação por parte dos consumidores da definição de seus alimentos pelos agricultores modifica a postura convencional de consumo, em relação à escolha e à oferta de produtos com base em limitadas variedades comerciais, e proporciona aos agricultores uma maior capacidade de planejamento de produção, de oferta de produtos de acordo com sazonalidade, diversidade e condições de plantio, bem como a colheita e logística podem ser planejadas e executadas a partir de uma perspectiva de vendas garantidas.

O **pagamento**, ou melhor, as formas de pagamento operadas nas VDPA estudadas são outro fator relevante e diferencial nas dinâmicas organizativas. Identificamos três formas de pagamento, quais sejam: pagamento antecipado, por pedido e também, a possibilidade de crédito dos consumidores com agricultores. O pagamento é realizado, em todos os casos, através de PIX ou transferência bancária diretamente a uma conta designada pelos grupos de agricultores. O *pagamento antecipado* é operado em casos de *cestas fechadas*, ainda que não em sua totalidade. Nessa modalidade, os consumidores adiantam o pagamento de um ciclo que equivale, normalmente, a um mês (de 4 a 5 semanas), de forma a subsidiarem os grupos de agricultores para o planejamento da produção de um período específico. Em poucos casos, é necessário fazer o pagamento antecipado de mais de um ciclo de produção. O *pagamento por pedido* é a forma mais comum encontrada, ainda que não represente a dinâmica de mais que 60% das experiências. Nesses casos, o pagamento é a confirmação dos pedidos e da entrega em data, local e período previamente acordado, o que não deixa de ser uma dinâmica que opera com uma perspectiva de confiança desde os consumidores aos agricultores. O *crédito* é, em todos os casos, vinculado aos adicionais (que por sua vez, estão vinculados às cestas fechadas). Nessa dinâmica, os consumidores realizam e recebem seus pedidos de produtos adicionais, e realizam o pagamento posteriormente, junto ao próximo ciclo (onde é adiantando o pagamento das cestas fechadas). Ou seja, essa forma de crédito é concedida aos consumidores e atrelada, de certa forma, ao pagamento antecipado – revelando outra interface de confiança nessas relações. O crédito nos pedidos adicionais é, de certa forma, uma atualização dos ‘caderninhos’ dos mercados de bairros e do interior, agora praticados através de mercados socialmente construídos e fortemente mediados por dispositivos interéticos, conforme demonstrado acima, na Figura 1.

As **entregas** dos produtos em *pontos de partilha* são outra característica dessas experiências. Identificamos que todas as VDPA operam com pontos de partilha, e que estes também têm uma forte relação com a modalidade de cestas fechadas. As entregas *individuais*

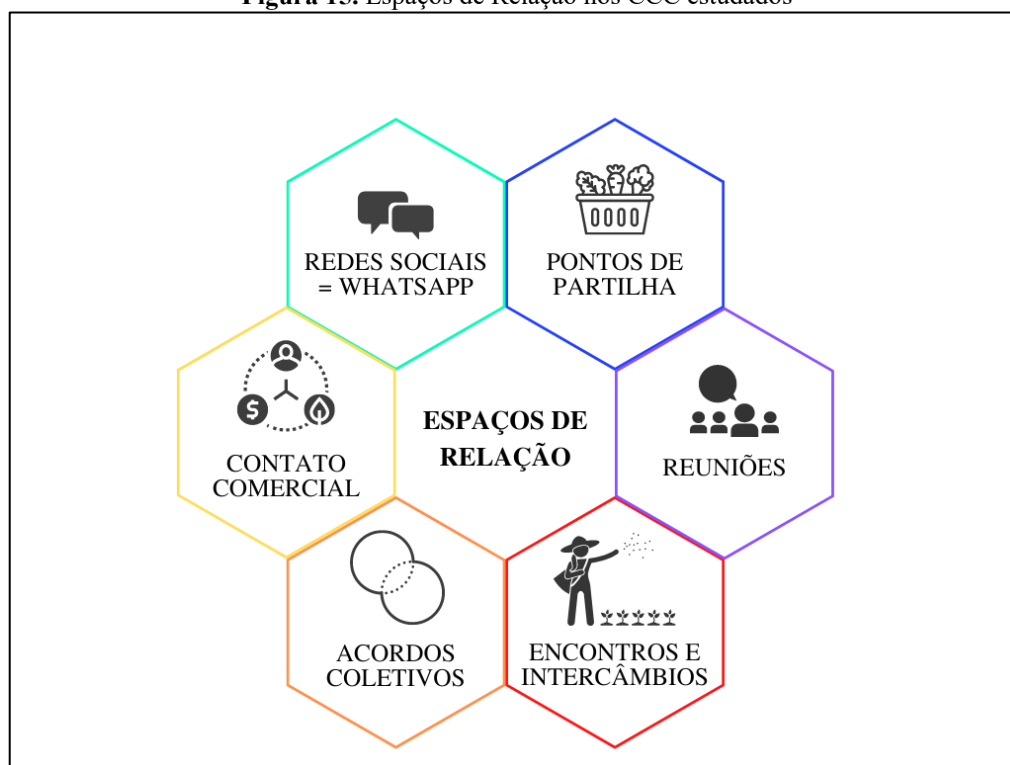
também fazem parte das dinâmicas adotadas por agricultores e consumidores, ainda que incorram em um custo mais elevado aos consumidores (que em todos os casos, pagam uma taxa extra pela entrega) e uma logística mais ampla aos agricultores. São uma forma importante de entrega encontrada nas experiências estudadas. Porém, nesse estudo ressaltamos a relevância das entregas em pontos de partilha enquanto uma estratégia em torno da otimização da logística com articulação coletiva utilizada nas dinâmicas organizativas das VDPA.

A articulação coletiva, então, aparece como uma estratégia fundamental nas experiências de comercialização. O campo das relações que se constituem através das VDPA pode nos dizer muito sobre a construção social desses circuitos. Para tanto, a seguir, apresentamos resultados da pesquisa encontrados em torno dos aspectos de proximidade relacional e de participação dos atores sociais que conformam essas práticas.

4.2.2 Relações, proximidades e participações

Partimos para identificação dos *espaços de relação* existentes no conjunto das experiências estudadas. Tais espaços de relação, resgatando Wilkinson (2008), podem ser entendidos também como *espaços econômicos* entre produção e consumo (P/C). São espaços que envolvem a realização de processos comerciais e de gestão, interrelacionados com vínculos de reciprocidade, a partir de onde os nexos de afeto, apreço e respeito se desenvolvem processualmente entre agricultores e consumidores (A/C). Trata-se de espaços físicos, presenciais; também de espaços virtuais e mesmo, espaços subjetivos, onde a criação relações perpassa a presença ou virtualidade dos ‘canais’ de contato.

Figura 15. Espaços de Relação nos CCC estudados



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Identificamos a existência de diferentes *espaços de relação* entre agricultores, consumidores e organizações sociais, que se constituem no interior das interações e que conformam as VDPA estudadas. Essas relações se dão no campo dos atores sociais (interações entre agricultores e consumidores que constroem socialmente os fluxos de produção e consumo).

O **contato comercial** entre os atores sociais envolvidos com a produção e o consumo é entendido aqui como um espaço de relação em função das dinâmicas diferenciadas daquelas dos mercados convencionais. Por consequência da forma de gestão dessas experiências, que talvez expressem as dinâmicas mesmo das VDPA como um todo, os contatos estabelecidos para a comercialização da produção são, em sua grande maioria, contatos interpessoais diretamente entre agricultores e consumidores. Nesses contatos, a *confiança* é um elemento relacional que perpassa os acordos comerciais – seja a confiança dos consumidores quanto à entrega e qualidade dos produtos pelos agricultores, seja a confiança dos agricultores no comportamento dos consumidores em relação a pagamentos, prazos e créditos. Esse espaço econômico é também relacional, e aproxima os atores sociais envolvidos entre a produção e o consumo.

Redes sociais. Nos casos estudados, o Whatsapp é um espaço virtual chave de comunicação e nas relações cotidianas entre agricultores e consumidores, através da representação dos grupos de agricultores e consumidores diretos. É através dessa rede social virtual que é feita a comunicação periódica dos agricultores com os consumidores sobre a composição das cestas, as ofertas de produtos disponíveis pelos agricultores, bem como questões climáticas (como secas, chuvas, geadas e outros fatores) que interferem na produção e aparência dos produtos, e mesmo sobre o status das entregas, eventuais atrasos, etc. As redes também são um dispositivo de interação entre os consumidores, que conversam sobre usos e propriedades de diferentes produtos (PANCS, variedades não comerciais, dentre outros). Também se organizam doações, trocas de mudas, substratos e outras possibilidades, e também se disponibilizam orientações sobre a arrumação dos Pontos de Partilha. É um espaço dinâmico, relativamente novo no cotidiano de todos os atores. Ocupa uma centralidade na comunicação e interação das experiências, tal qual o atual contexto de uma crescente mediatização das relações. Por não ser uma forma de comunicação e interação isolada, parece não correr o risco de incorrer no afastamento e no distanciamento, que muitas das relações (fortemente) mediatizadas de hoje geram. Pelo contrário, é utilizado como dispositivo de comunicação cotidiana com capacidade de gerar dinamicidade da gestão, abrir possibilidades de inserção de novos hábitos alimentares, de difusão e consumo da agrobiodiversidade produzida.

Pontos de Partilha. Os pontos de partilha são espaços físicos, presenciais – portanto, geográficos – e também, espaços de relação *de* e *entre* os grupos de agricultores e de consumidores – portanto, sociológicos. Neles, acontece a entrega e busca periódica (semanal, quinzenal) das cestas e encomendas, que se inserem também na proximidade espacial cotidiana dos consumidores. Esses espaços são facilitadores (e talvez, viabilizadores) da logística de comercialização dos agricultores, que tem as entregas em pontos comuns uma forma de não onerar os custos de transporte, reduzir o tempo no trânsito e liberar tempo para outras funções – considerando que em grande parte são os próprios agricultores quem fazem o transporte dos produtos. Os Pontos de Partilha das experiências estudadas são, em geral, escolas, espaços na Universidade, empórios, sindicatos, associações de bairro, casas de consumidores, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS),⁴⁸ espaços de trabalho

⁴⁸ Os CRAS são um equipamento público de saúde, através do qual a população acessa os serviços públicos de Assistência Social. São locais públicos, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e

coletivo, empreendimentos, sedes de projetos e, também, os próprios locais de produção – como nos casos de agricultura urbana. Esses espaços são pontos importantes dessa rede, que possibilitam a logística (e instigam novas relações com a própria logística), que envolve lugares-chave em comum a agricultores e consumidores. Parece surgir aqui um novo espaço de análise nesses circuitos, que merece atenção de futuros estudos: os pontos de partilha. Menos no sentido organizacional, por esse aspecto estar no escopo desse estudo por ser, também, bastante evidente o papel de facilitador logístico na entrega e busca das cestas de alimentos; mas sim, no sentido da potencial mobilização de públicos cada vez mais amplos tendo acesso ao consumo de alimentos agroecológicos, sem agrotóxicos, na difusão e popularização da agroecologia.

Reuniões. Algumas experiências têm em seu ‘repertório’ a realização de reuniões entre agricultores e consumidores (em especial, as CCR, CCC Comuna Amarildo e CSA Saraquá), tanto de forma presencial quanto reuniões virtuais, as quais passaram a ser mais frequentes em decorrência da pandemia da Covid 19. Dentre as pautas das reuniões, estão: a apresentação do grupo envolvido na produção, e também da produção, através da apresentação de mapas e zoneamento das áreas; a organização de ações coletivas para viabilizar estruturas para os agricultores; a organização de novos grupos de comercialização, com ajustes e acordos coletivos entre agricultores, consumidores e pontos de partilha; e a discussão sobre reajuste anual de preços das cestas, entre agricultores e consumidores. Esse talvez seja o espaço de relação entre agricultores e consumidores encontrado com menor frequência dentre as experiências estudadas – embora seja um espaço bastante relevante desde a perspectiva da participação social. De forma mais frequente, acontecem as reuniões ‘internas’ aos grupos de agricultores, e deles com suas redes. Aqui focamos nos espaços de relação entre P/C e A/C, como um aspecto relacional dos circuitos curtos que também se circunscreve na análise sobre as dinâmicas organizativas na gestão das experiências – e mais adiante trataremos das dinâmicas de organização no âmbito das associações entre agricultores.

Encontros e Intercâmbios. Algumas experiências têm em seu escopo a realização de espaços de encontros e intercâmbios, realizados principalmente nos locais de produção – as Unidades Familiares Rurais. São realizados tanto de forma organizada, em grupos e com

com a comunidade, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS (<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras#>). Uma publicação recente de Bossy, Rocha e Garcia (2021) analisam o acesso à alimentação boa, limpa e justa através do CRAS – Continente, em Florianópolis (disponível em https://www.cetap.org.br/site/wp-content/uploads/material/Construcao-social-mercados_livro_2021.pdf).

programações e roteiros previamente definidos, e também de forma espontânea – quando consumidores e agricultores combinam uma visita à produção, como acontece em diversas experiências. Esses encontros foram suspensos em função da pandemia da Covid 19, em função do isolamento social e como forma de proteção a todas as pessoas, principalmente dos agricultores que, via de regra, encontram-se mais distantes serviços de atendimento à saúde e em muitos casos são de uma faixa etária considerada como grupo de risco.

Os encontros e intercâmbios foram observados até o início de 2020, e vem sendo retomados, aos poucos, a primeiro semestre de 2022. São dias de campo, visitas à produção e às propriedades, mutirões, oficinas (entre outras atividades coletivas) praticado em algumas das UFR vinculadas às experiências de comercialização coletiva. Nesses encontros, as famílias de agricultores recebem os consumidores para compartilhar de seu modo de vida, suas práticas de produção e conhecimentos tradicionais, fazer visitas à produção. Se conhece e se vivencia o local desde onde e como é produzido seu alimento, em espaços de interconhecimento e de reconhecimento - sempre acompanhados de refeições e lanches que os e as agricultoras preparam para receber seus visitantes. São espaços de experiência em que trocas consistentes são realizadas, que possibilitam uma aproximação efetiva e afetiva entre as pessoas que participam e constroem conjuntamente seus próprios circuitos de abastecimento. O trabalho das entidades de apoio na realização desses encontros, desde a motivação à organização das atividades, é presente e significativo dentre as experiências (com diferentes formas e intensidades de interação).

Acordos coletivos. Os acordos coletivos são um elemento encontrado em algumas das experiências estudadas, desde onde agricultores e consumidores estabelecem suas responsabilidades mútuas para o bom funcionamento das dinâmicas de venda direta. Esses acordos podem ser firmados através de um *termo de responsabilidades* escrito e acordado pelas partes envolvidas quando da inserção de consumidores nas experiências, através de mensagens com as regras de funcionamento enviadas pelos agricultores aos consumidores e mesmo serem estabelecidos de forma ‘mais solta’ durante o processo de inserção de consumidores nas iniciativas. Tratam, em alguns casos, dos compromissos que os agricultores assumem com relação ao abastecimento, entrega, diversidade e diversificação de oferta no decorrer dos ciclos, e via de regra, dos compromissos dos consumidores em relação ao pagamento, à possibilidade ou não de modificação de itens oferecidos nas cestas (no caso das cestas fechadas), à permanência na iniciativa, avisos prévios de saída ou desistência. Nem todas as iniciativas estabelecem de forma sistemática um conjunto de acordos coletivos entre

A/C. Ainda assim, entendemos esse como um espaço relacional importante, que diferencia essas experiências de VDPA de outras experiências de comercialização – mesmo em CCC e que tem um potencial de inserção desses atores sociais em aspectos fundamentais da gestão desses circuitos.

Todas essas dinâmicas pressupõem a ação a agência de atores sociais. A seguir, apresentamos uma categorização dos/das *atores sociais* envolvidos e agentes que criam e consolidam os processos e as experiências de comercialização estudadas.

Figura 16. Atores sociais no processo de gestão



Fonte: Elaboração da autora, 2022

A figura representa os atores sociais que atuam na gestão e no funcionamento dos mercados dos quais participam. Com as cores, representamos as distintas *inserções* desses atores na trajetória de construção social das formas de venda direta que vemos emergir. Em verde, representamos os atores sociais com trajetória na *construção* da agroecologia, especialmente no campo da produção e das relações. Em lilás, os agrupamentos e coletividades de consumidores, novos atores sociais desde os centros urbanos envolvidos (de

forma mais ou menos ativa) no funcionamento dos mercados para a agroecologia. A linha sólida representa a consolidação dos grupos enquanto agentes no território em torno da articulação da Agroecologia. O tracejado na linha referente aos grupos de agricultores representa presença de uma diversidade de agricultores no campo da produção, para além da agricultura familiar *tradicional* que caracteriza o contexto do estudo. O tracejado mais espaçado, em torno dos grupos de consumidores, representa a conformação recente de grupos, em processo de organização e de fortalecimento.

Os Grupos de Consumidores são *consumidores diretos* mais ou menos organizados em coletivos, referindo-se às pessoas que se envolvem diretamente com as iniciativas no campo da compra das cestas e participação nas iniciativas (de diversas formas, as quais apresentamos mais adiante). Entendemos que a coletivização no campo do consumo é uma questão importante a ser observada, juntamente com a discussão sobre *o consumo*, considerando a literatura e análises críticas sobre as formas de consumo consciente, responsável, político e emergentes em diversos contextos urbanos contemporâneos, mundialmente. A novidade está na atuação, especialmente coletiva, desses atores sociais desde os centros urbanos e no funcionamento dos mercados para a agroecologia. Percebemos diversas formas (e intensidades) de envolvimento de sujeitos, atores e coletividades no campo do consumo, assim como a participação mais ou menos ativa na gestão e organização dos circuitos curtos.

Os Grupos de Agricultores representam as diversas coletividades dos agricultores e agricultoras. Os agricultores familiares normalmente se organizam coletivamente em formas associativas como em grupos de produção e associações diversas, formais e informais. Percebemos que novos *perfis* de agricultores têm se somado ao campo da produção e abastecimento agroecológico, com diferentes trajetórias e formas de consolidação no meio rural. No presente estudo, os grupos de agricultores são formados atores sociais coletivos consolidados no campo da agricultura familiar, e por agricultores com trajetória mais recente no campo da produção e comercialização agroecológica e que dialogam em diversos aspectos com os atores e com a agricultura familiar local.

A Organizações Sociais, identificadas através das Entidades de Apoio, foram apresentadas em um círculo maior buscando representar a base, o tecido social que dá sustentação a esse agrupamento de atores através de projetos, extensão rural e assistência técnica. O trabalho dessas organizações no meio rural, conforme argumentamos em Souza *et al.* (2021), se amplia também para interfaces com o meio urbano, como no incentivo à formação de grupos para consumo, difusão de metodologias, agricultura urbana, pesquisas, e

uma miríade de ações e projetos que se desenvolvem nesse amplo campo. Como Mediações Sociais, entendemos a ação dos e das agentes em torno da articulação dessas redes, em seu trabalho *relacional* de fazer conexões para a realização do trabalho das organizações.

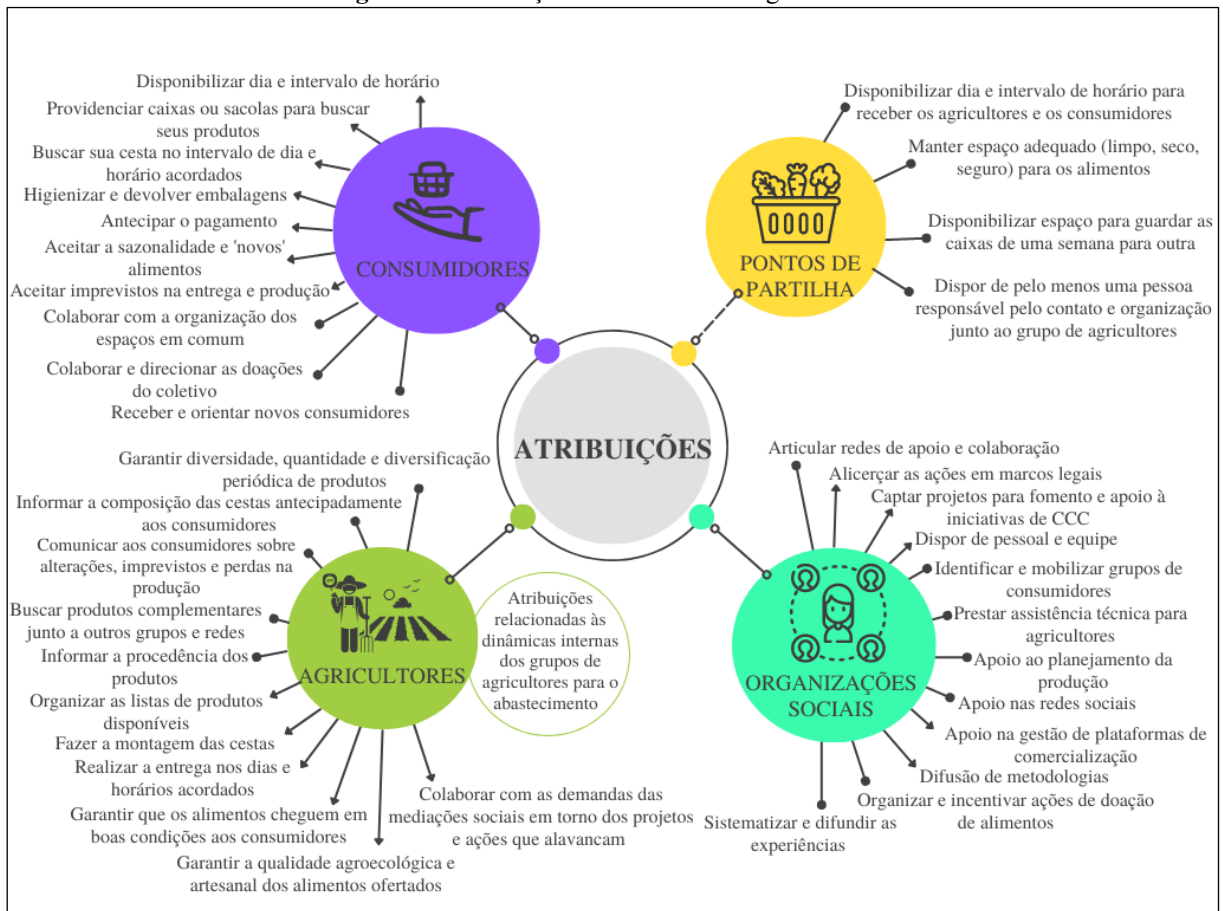
Percebemos diversas redes se formando e interseccionando nas dinâmicas organizativas das diversas cestas. Faremos essa discussão na próxima sessão, ao analisarmos as articulações em rede que se impulsionam em torno (e a partir) desse conjunto de experiências. Antes, ponderamos que cada grupo de atores sociais ‘assume’ diversas atribuições, papéis, campos de atuação, ou campos de agência. Essa compreensão nos ajuda a entender as dinâmicas organizativas em detalhe, e compreender quais as diversas interfaces e agências, principalmente dos atores sociais, na realização das experiências.

A construção social de mercados requer o envolvimento direto dos atores sociais em sua operação objetiva. Nosso estudo anterior demonstrou que a maioria dos processos de gestão comercial é realizada por grupos de agricultores, embora com diferentes níveis de participação de entidades de apoio, evidenciado que estas são ações coletivas que valorizam a autonomia dos agricultores para a gestão e coordenação das ações, com variadas relações de coordenação com os consumidores (SOUZA *et al.*, 2021).

Buscando compreender como se dá o envolvimento e a participação dos diferentes atores nas VDPA, sistematizamos as informações referentes às atribuições, individuais e coletivas, dos diferentes agentes nas dinâmicas de organização das experiências coletivas de comercialização estudadas. Além das atribuições dos atores, conforme representação da Figura 7, indicamos também as atribuições relacionadas ao Ponto de Partilha, que embora não seja um ator social, é um espaço de relação importante na dinâmica cotidiana da circulação das cestas de alimentos⁴⁹.

⁴⁹ Talvez os Pontos de Partilha possam ser considerados, pela perspectiva do ator-rede, um *agente não humano* na construção social desses mercados de proximidade. A agência não humana nas redes e relações foi estudada por Bruno Latour, principalmente em: LATOUR, B. Jamais fomos modernos. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994; LATOUR, B. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

Figura 17. Atribuições nas dinâmicas organizativas



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Essa figura busca demonstrar as atribuições dos diferentes atores sociais envolvidos na gestão das experiências de VDPA estudadas e as referentes ao Ponto de Partilha (sinalizado com a linha pontilhada). Buscamos elencar principalmente a gama de atribuições dos diferentes atores sociais, referentes à sua participação nas experiências de cestas de produtos agroecológicos. Queremos compreender como cada conjunto de atores assume e leva a cabo um rol de responsabilidades sobre os processos em torno das experiências coletivas de comercialização. As atribuições referem-se aos diversos níveis organizacionais individual (sinalizados com o conector em flechas) e coletivo (sinalizados com o conector redondo). Conforme veremos mais adiante, o nível organizacional em rede também aparece, nas atribuições que envolvem um conjunto de relações.

Assim, os **consumidores** diretos tem como atribuições individuais: disponibilizar um dia e intervalo de horário para receber ou buscar os alimentos; providenciar caixas ou sacolas para buscar seus produtos, de forma a possibilitar uma melhor gestão da organização dos produtos junto aos agricultores; higienizar e devolver as embalagens aos agricultores,

buscando assim o maior reuso possível e reduzindo a geração de resíduos, antecipar o pagamento e enviar os comprovantes aos agricultores, nos casos onde o pagamento antecipado se opera; aceitar e acolher a sazonalidade na oferta dos produtos a diversidade da produção, bem como suas escalas – que podem incidir na disponibilidade limitada de alguns itens – e, também, imprevistos que podem acontecer em relação à produção e às entregas. Como atribuições coletivas, cabe aos consumidores colaborar com a organização dos espaços em comum, bem como responsabilizar-se por encontrar novos pontos de partilha para a ampliação da comercialização dos agricultores, quando esta for uma demanda; direcionar, em alguns casos, o conjunto de doações aos locais previamente acordados, dentro do recorte de tempo adequando a garantir a qualidade e frescor dos alimentos ao conjunto de beneficiários das doações; receber e orientar novos consumidores quanto às dinâmicas e funcionamento das experiências das quais participam.

Aos **agricultores**, através de seus grupos, cabe um conjunto ainda mais amplo de atribuições nas dinâmicas organizativas das experiências. Identificamos como atribuições dos agricultores, no campo individual (que, nesse caso, refere-se às atribuições internas aos grupos de agricultores diretamente relacionadas às dinâmicas organizativas das experiências): organizar as listas de produtos disponíveis; fazer a montagem das cestas de acordo com os itens ofertados e os pedidos; realizar as entregas nos locais, dias e horários previamente acordados; garantir que os alimentos cheguem em boas condições aos consumidores através do armazenamento e transporte adequados; garantir a qualidade dos produtos ofertados pelos próprios grupos e por suas parcerias; informar a procedência dos produtos e seus atributos de qualidade (agroecológica, artesanal, orgânica, etc.). No campo coletivo, ou organizacional, cabe aos grupos de agricultores: garantir a diversidade, quantidade e diversificação periódica de produtos ofertados aos consumidores; informar antecipadamente a composição das cestas fechadas aos consumidores; comunicar aos consumidores sempre que houver alguma alteração, imprevisto ou perda na produção; buscar produtos de outros grupos e em redes parceiras para a complementação de sua oferta; garantir a qualidade agroecológica e artesanal dos alimentos ofertados; colaborar com as demandas das mediações sociais em torno dos projetos e ações que alavancam.

Ainda dentro das atribuições arroladas aos agricultores, é importante considerar a gama de funções existentes específicas internas aos seus grupos. Pugas *et al.* 2019, descrevem estas atribuições, a partir do que identificamos: realizar o planejamento da produção; disponibilizar um local comum para a montagem das cestas; organizar e receber a oferta

periódica de produção; realizar o levantamento semanal da produção junto ao conjunto dos agricultores; montar a composição das cestas e informar ao conjunto dos agricultores do grupo; elaborar listas de controle financeiro e demais ferramentas que possibilitem a gestão e a transparência dos processos; realizar o cálculo dos custos e a distribuição dos pagamentos internamente ao grupo; providenciar o transporte dos produtos em condições adequadas; equilibrar a produção e o consumo, num esforço de não gerar desperdícios na produção e não comprometer-se com entregas maiores que a capacidade de produção; realizar os cálculos de viabilidade financeira (atribuição essa não raro compartilhada com as/os mediadores sociais das organizações que trabalham no apoio aos grupos de agricultores).

Às **organizações sociais** e seus mediadores, também cabe um rol bastante amplo de atribuições. Nesse conjunto de atores, a diferenciação entre os níveis organizacionais individuais, coletivos e em rede fica um tanto difusa, pois o próprio campo de ação de tais organizações é voltado, via de regra, para os coletivos (além do próprio ambiente organizacional). Ainda assim, fizemos um esforço analítico para realizar essa identificação, de forma que no campo das atribuições próprias ou internas às organizações, identificamos: buscar, sempre que possível, alicerçar as ações em marcos legais, de forma a respaldar tais experiências em amplo aspecto; elaborar projetos e captar recursos para fomento e apoio às iniciativas de CCC, de forma a viabilizar ações junto a agricultores e consumidores; dispor de equipe técnica que atue com a mediação social e assistência técnica; sistematização e difusão das experiências, com vistas à sua replicação, ao conhecimento público e reconhecimento em campos mais amplos da sociedade civil organizada e, também, na elaboração e desenho de políticas públicas. No campo coletivo, as organizações sociais tem como atribuições a articulação de redes de apoio e colaboração para que as experiências de comercialização coletiva sejam levadas a cabo; identificar e mobilizar grupos de consumidores para experiências de CCC e VDPA junto a grupos de agricultores; prestar assistência técnica aos agricultores no âmbito da atuação das organizações; apoiar, especialmente os grupos de agricultores, no planejamento da produção, na aprendizagem e gestão de redes sociais, de plataformas e ferramentas de gestão facilitadoras e organizadoras dos processos de comercialização; difundir metodologias relacionadas à gestão, organização de grupos, planejamento, e demais metodologias concernentes ao campo da comercialização.

Nos **pontos de partilha**, espaços de relação que caracterizam as VDPA, as atribuições são todas em nível coletivo e passam por: garantir a abertura do espaço nos dias e intervalos de horários previamente acordados para receber agricultores e consumidores;

manter a adequação do espaço para receber os alimentos, especialmente no que concerne à limpeza e segurança; disponibilizar um espaço adequando para guardar as caixas e embalagens retornáveis, de forma a serem recolhidas pelos agricultores na semana ou período seguinte; dispor de uma pessoa central de contato, que em interlocução com agricultores e consumidores, colabore com a organização e o fluxo de produtos e pessoas nos pontos de partilha.

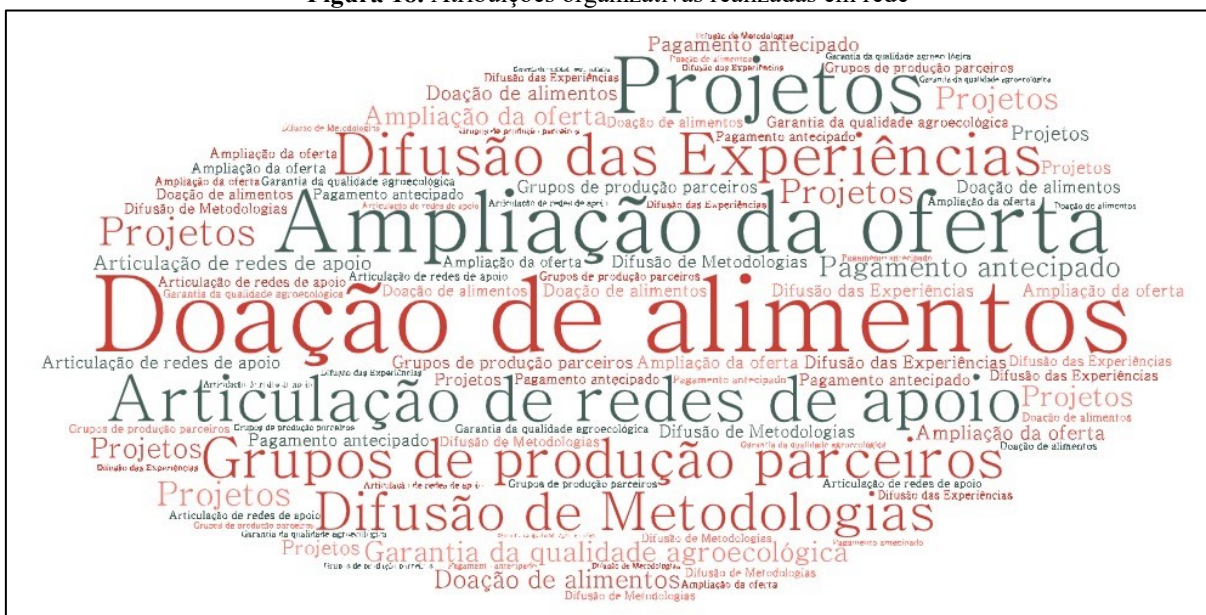
Partindo para uma leitura do nível organizacional em rede, ou seja, atribuições que perpassam o nível individual ou coletivo e diz respeito a um conjunto de relações, percebemos que os espaços dos Pontos de Partilha aproximam a agroecologia dos sujeitos sociais relacionados a esses espaços - pessoas envolvidas como gestores, trabalhadores, público e comunidade dos locais. Esses Pontos (escolas, universidades, sindicatos, empórios, centros comunitários, casas de consumidores, entre outros), são uma importante *interface* entre P/C e A/C que representa, entre outras questões, um importante aspecto de coletividade e de proximidade nos circuitos (muito) curtos de comercialização emergentes em espaços urbanos. Além do aspecto logístico, que é chave para a gestão e para as dinâmicas organizativas dos circuitos curtos, envolvem também uma miríade de atores sociais, relacionados (ou não) de diversas formas com as organizações sociais e/ou com os grupos de produção ou consumo, com potencial de envolvimento com as experiências e proposta de consumo alimentar.

Quanto ao nível organizacional em rede atribuído aos atores sociais, questão que está no centro desta pesquisa, identificamos a existência de um conjunto de ações que se inter-relacionam com a articulação em redes, por prescindirem de *pontes e relações* entre diferentes atores e ações.

Buscamos representar as atribuições dos atores que repercutem em ações em rede. A partir das atribuições dos atores, considerando a frequência com a qual aparecem na Fig. 8, criamos uma nuvem de palavras⁵⁰.

⁵⁰ As *nuvens de palavras* são um recurso gráfico que possibilita reconhecer as palavras-chave mais usadas em um conjunto de dados. As palavras do conjunto que aparecem maiores, na nuvem, são aquelas que aparecem com maior frequência.

Figura 18. Atribuições organizativas realizadas em rede



Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Atribuímos frequência a partir do campo de ação e das atribuições que competem aos diferentes atores sociais: grupos de agricultores, de consumidores e as organizações sociais, ou entidades de apoio. Essa figura, ao mesmo tempo que demonstra quais as atribuições conjuntas entre os atores sociais na organização e no funcionamento das VDPA, também ajuda a responder parte de nossa questão de pesquisa, sobre *como* os circuitos curtos em VDPA mobilizam e articulam redes.

Em Souza *et al.* (2021) percebemos que uma dinâmica de inovações a partir das práticas de comercialização agroalimentar no território, fortemente impulsionada pelos atores sociais rurais, funcionaram como pano de fundo para a criação de mais novidades e projetos nesse campo. A partir de Miranda (2020), analisamos que a Rede de Cidadania Agroalimentar na região da Grande Florianópolis, entendida como uma inovação social nesse território, é formada por diversas outras redes e circuitos em torno da comercialização e da circulação de alimentos agroecológicos. Argumentamos que essas ações se mobilizam a partir da modificação de comportamentos coletivos dos atores sociais em relação aos padrões e relações *convencionais* envolvendo alimentos e mercados.

4.2.3 Considerações e análises iniciais

Agora, através do estudo em profundidade de uma forma específica de venda direta, demonstramos como a organização social em torno das cestas de alimentos agroecológicos incidem na formação de expressões de cidadania e democracia alimentar.

Evidenciamos que as dinâmicas envolvidas com a organização das VDPA, realizadas em interdependência entre os atores geram uma considerável reverberação a partir e através da ação coletiva em torno da organização de experiências de comercialização onde circulam valores e produtos. Entendemos que existem, no território estudado, *redes organizacionais*, cada qual articulando diferentes pessoas, grupos e organizações, sendo que em diversos momentos essas redes se interseccionam, tendo algumas organizações que aparecem em mais que uma rede e revelam potencial de ampliar essa articulação.

As organizações sociais que operam como entidades de apoio à agroecologia e como atores do movimento social agroecológico, juntamente com as organizações de agricultores familiares e suas redes, formaram uma base de recursos para a construção de novas e diversificadas iniciativas de Circuitos Curtos de Comercialização no território.

A inserção de atores sociais relacionados ao consumo no campo da organização das experiências, sobretudo através de novas formas de organizações e coletividades, amplia a capacidade organizativa desses circuitos. Os circuitos curtos de comercialização organizados através de venda direta e pedido antecipado, envolvem a formação de novas organizações sociais e repercutem, por sua vez, nas articulações em rede.

Parece haver um movimento conjunto, interdependente, no qual as organizações existentes formam os circuitos curtos de comercialização, ao mesmo tempo em que os CCC formam novas organizações.

Identificamos que os atores sociais protagonistas das experiências coletivas de comercialização estudadas são, eminentemente, atores sociais coletivos, tanto *novos atores* (especialmente os grupos de consumidores, mas também a diversidade de atores no campo da produção e os arranjos organizativos que se mobilizam para o abastecimento) quanto *atores da trajetória da agroecologia* (entidades de apoio, e grupos de agricultores já consolidados no território e no movimento agroecológico).

Uma borda agroecológica produtiva resulta do trabalho dos agricultores e das organizações que, conforme observado, incorporaram a agenda socioambiental rural em suas pautas e repertórios de ação. Esses trabalhos ajudaram a gerar consistentes avanços ao movimento social da agroecologia no território, e criaram condições (sociais, relacionais e

produtivas) para a convergência entre os atores sociais em torno da formação redes de atores e de fluxos de alimentos agroecológicos no território.

Pudemos verificar que a organização desses circuitos acontece de forma coletiva, exigindo coletividades e organizações *de* e *entre* atores sociais. O estudo dos casos evidencia que as dinâmicas organizativas próprias das experiências coletivas de comercialização da agroecologia têm um forte componente na confiança, elemento relacional que indica a construção de relações sólidas e duradouras. Evidencia também a importância da trajetória dos atores sociais envolvidos com o *movimento social agroecológico* na trama que costura esses circuitos (e que sustenta a regeneração de sistemas agroalimentares saudáveis), e revela a participação ativa de *novos atores sociais*, através da organização de CCCs.

Os circuitos territoriais se evidenciam tanto pela proximidade espacial, geográfica, quanto pela proximidade relacional que se tece a partir dos espaços de relação identificados no estudo. Percebemos que as distâncias geográficas e proximidades relacionais entre as duas pontas do processo agroalimentar possibilitam a circulação e a entrega de alimentos frescos e territoriais no abastecimento de uma significativa área de Florianópolis e conurbações. Compõe-se assim um território onde se assentam múltiplas trocas, que envolvem fluxos materiais em torno da produção e do consumo (P/C) e fluxos de confiança e reciprocidade a partir da aproximação das relações entre agricultores e consumidores (A/C).

A partir desse estudo, sugerimos que as VDPA são uma forma específica de circuito *muito* curto, que, de acordo com os dados apresentados sobre proximidades e relações, parece de certa forma radicalizar a ideia de proximidade dentro do escopo dos CCC. A seguir, lançamos mão de algumas discussões, com vistas a discutir sobre *como os CCC, em especial os VDPA, são fatores estimuladores da formação de novas organizações, e articulações em redes*, uma vez que evidenciamos que os VDPA são, efetivamente, espaços econômicos desde onde novas organizações são formadas, em interrelação com as organizações e grupos que constituem a trajetória da agroecologia no contexto, e que articulações em rede são um elemento constituinte de suas próprias dinâmicas organizativas.

5 ANÁLISES E DISCUSSÕES: O POTENCIAL SOCIAL DAS EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS COLETIVAS DE COMERCIALIZAÇÃO

Partimos do questionamento sobre *se e como os CCC, em especial os VDPA, são fatores estimuladores da formação de novas organizações e de articulações em rede*. Para tanto, realizamos um estudo de múltiplos casos com experiências agroecológicas de venda direta por pedidos antecipados (VDPA) em Florianópolis, em circuitos (muito) curtos de comercialização. No capítulo anterior, buscamos detalhar um conjunto de elementos a respeito dos atores sociais e das dinâmicas de organização e relação concernentes às experiências agroecológicas coletivas de comercialização, que nos permitisse compreender em profundidade o universo de relações, implicações e desdobramentos relativos à essas práticas.

A pesquisa foi ancorada na pergunta orientadora e no conjunto do referencial teórico em torno da Agroecologia e dos Circuitos Curtos de Comercialização, e também, em conceitos em torno de *novos movimentos sociais e redes* – especialmente as Redes de Cidadania Agroalimentar. Mobilizamos categorias de análise e descritores a fim de delinear o escopo da pesquisa e das análises. Dessa forma, investigamos *a formação de novas organizações sociais*, a partir da identificação dos atores sociais e da proximidade geográfica como chaves de pesquisa em torno da Agroecologia em seus aspectos relacionados ao Movimento Social e Território. Através de uma segunda categoria de análise, as *redes*, foram observados aspectos ligados à proximidade relacional, observando os espaços de relação e as dinâmicas organizativas que constituem as VDPA.

Através desse corpo investigativo, passamos agora a discutir a participação dos atores sociais nas novas dinâmicas organizativas que se geraram nas VDPA. Dessa forma, refletimos sobre como o processo de organização das experiências coletivas de comercialização agroecológica incide na formação de novas organizações sociais e na articulação de redes agroalimentares.

Identificamos que as experiências são realizadas por um conjunto de atores sociais – todos coletivos – em um processo de construção social de mercados. Essa construção social, que se materializa em mercados locais e territoriais para a produção da agricultura de base ecológica realizada nas proximidades de um centro urbano de consumo, tem raízes mais

profundas em um amplo movimento mundial de contestação à agricultura convencionalizada pela Revolução Verde, conforme vimos no primeiro capítulo da tese.

A Agroecologia, tal qual como se constitui hoje, é uma construção conceitual, científica e prática que deriva das diversas vertentes das agriculturas de base ecológica – e no Brasil, especialmente da Agricultura Alternativa. Ao demonstrarmos os diversos sistemas produtivos que são manejados no campo da produção dos alimentos, evidenciamos a capacidade de convergência da Agroecologia quanto à base dos sistemas produtivos. Assim, fica claro que o abastecimento das VDPA estudadas se dá a partir da produção agroecológica (certificada enquanto tal), somada à produção orgânica, à produção biodinâmica, à sistemas agroflorestais em intersecção, em alguns casos, com a permacultura (enquanto uma lógica de organização sistêmica que perpassa e a produção). A Agroecologia mostrou aglutinar, sob seu escopo, diversas agriculturas (no plural) e práticas de baixo carbono em torno da produção.

O abastecimento agroalimentar da Agroecologia encontra um terreno fértil no campo dos CCC, através de circuitos possibilitam e impulsionam o escoamento da diversidade produzida nesses sistemas. A circulação da produção agroecológica prescinde da ação dos atores sociais, e das construções coletivas em torno do abastecimento. Evidenciamos que as experiências de VDPA são formadas por grupos de agricultores, de consumidores e por entidades de apoio ou organizações sociais, atores sociais coletivos que se relacionam diretamente na construção desses mercados. Identificamos também que os grupos e organizações envolvidos com as doações de alimentos conformam como um quarto conjunto de atores sociais, ainda que estes não participem da organização das experiências de VDPA.

Ao investigarmos as atribuições, demonstramos que os atores sociais relacionados às entidades de apoio – os quais nos referimos no texto como mediadores sociais – desempenham um papel fundamental nesses arranjos organizativos. A trajetória dos atores sociais no campo da agroecologia dá uma sustentação política, técnica e organizacional para difusão de experiências de CCC/ VDPA, que tem se conformado como um novo campo de práticas em torno da comercialização e do abastecimento da agroecologia (e dos produtos que se agregam na composição das cestas).

Os CCC são uma modalidade de comercialização que dialoga diretamente com a produção da agroecologia e com seus atores sociais. São circuitos que prescindem da *proximidade* entre produção e consumo (P/C) e incentivam a *aproximação* entre agricultores e consumidores (A/C). A pesquisa revelou alguns aspectos da multidimensionalidade da proximidade, evidenciando as características e a qualidade dos produtos que circulam nesses

circuitos, e demonstrando os diversos espaços de relação entre A/C que são criados no escopo das experiências.

Ao verificar as dinâmicas organizativas dos circuitos estudados, compreendemos a existência de repertórios próprios das VDPA que envolvem, em sua gestão, a participação ativa dos diversos atores sociais – tais como as cestas fechadas, os pontos de partilha, o pagamento antecipado, a confiança em acordos coletivos e entre grupos, a rede de mobilizada para o abastecimento, as doações de alimentos, entre outros. Em 2021, identificamos (SOUZA *et al.*, 2021) que os atores sociais vinculados ao rural exercem um papel central no estímulo aos CCC e VDPA. Avançamos nessa análise, identificando que as formas através das quais se organizam tais circuitos e experiências abrem espaços para a participação de outros novos atores sociais – desde que organizados coletivamente. Os consumidores articulados em coletivos, com maior ou menor grau de organização, têm um papel ativo e central na construção social desses arranjos organizativos *junto* aos atores sociais do rural, portadores de uma trajetória junto à agroecologia.

Respondendo a nossa pergunta, indicamos que os dados levantados pela pesquisa demonstram que *sim*, os processos e dinâmicas organizativas em torno dos Circuitos Curtos de Comercialização, em especial aqueles que operam com *vendas diretas por pedido antecipado*, criam condições para a formação de novas organizações sociais e para articulações em rede. A partir de agora, com base nas evidências empíricas, discutiremos *como* esses processos de organização e de irradiação acontecem.

5.1 Atores sociais como protagonistas do abastecimento agroalimentar

A abordagem agroecológica proporciona um lugar fértil para o desenvolvimento de interações entre os grupos rurais e urbanos, gerando uma mudança nas perspectivas sobre os papéis da agricultura, da alimentação, do ato de comprar e consumir. Agricultores e consumidores, nesses sistemas, não são mais apenas produtores e clientes, mas sujeitos-agentes dos sistemas agroalimentares que os envolvem. Assumem um papel ativo no sistema agroalimentar, tanto nas interações entre si, quanto na intersecção com as organizações e instituições que compõem a trajetória do movimento social agroecológico.

Existem importantes inter-relações entre as experiências de VDPA e as entidades de apoio, que geram um contexto sócio-organizacional que estimula o surgimento dos CCC. As entidades de apoio ajudaram no avanço da certificação participativa enquanto uma estratégia

junto aos agricultores, e em sua consolidação legal através da normatização e organização de legislações próprias para a agricultura familiar e de base ecológica (ROVER, 2011; SOUZA *et al.*, 2021). Mais recentemente, essas entidades participam da construção de CCC para que os agricultores possam ter acesso a mercados sob condições satisfatórias, com remuneração justa em mercados que valorizam seus produtos e suas formas de produção que são, também, formas de vida e de preservação ambiental. Isto demonstra que os CCC foram forjados a partir de articulações anteriores entre organizações/instituições de apoio, agricultores e, mais recentemente, têm agregado os consumidores interessados em acessar alimentos de qualidade com preços justos.

Com os avanços organizacionais e a certificação para os agricultores, as entidades de apoio, com grande protagonismo da Rede Ecovida, foram desafiadas a *melhorar* os mercados para os agricultores. Este desafio revela uma demanda importante da agricultura familiar e se estende à produção e abastecimento de produtos agroecológicos, artesanais, territoriais e/ ou orgânicos. As entidades de apoio têm como uma de suas principais estratégias a organização e a aproximação entre agricultores e consumidores através dos Circuitos Curtos de Comercialização e das vendas diretas. A certificação de produtos agroecológicos da agricultura familiar a baixo custo abriu caminhos para problematizar e identificar a necessidade de novas mudanças em comportamentos, atitudes e percepções para outros elos da cadeia produtiva. A regulamentação da certificação participativa criou um espaço importante para os atores sociais do território socioprodutivo e da agricultura familiar em torno de Florianópolis, que impulsionou uma ampliação de perspectivas em torno da viabilidade dos sistemas produtivos de base ecológica. Isto mostra um amadurecimento da trajetória das diversas organizações e instituições que impulsionam e apoiam experiências e mudanças territoriais em sintonia com a crise de confiança das sociedades urbanas, com a busca e necessidade de circulação de alimentos de maior qualidade nutricional e com a necessidade dos agricultores familiares por mercados novos e mais estáveis. Entidades de apoio e organizações de agricultores passaram a contribuir para aumentar a conscientização, mobilização e coordenação de ações para o abastecimento de alimentos orgânicos e agroecológicos.

A articulação de redes territoriais que ativam atributos de cidadania para a produção, comercialização e consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos, é decorrente da trajetória de atores sociais no território. A noção schumpeteriana de *path dependency* sugere que a trajetória dos atores exerce influência nas mudanças organizacionais e institucionais

correntes (AREND; CÁRIO; 2004; ALÉSSIO; ROVER, 2014). A atuação da Rede Ecovida no território, a interrelação das entidades de apoio com o movimento agroecológico e a articulação destas com as experiências de VDPA em curso evidenciam a relevância da trajetória dos atores sociais *do rural* na constituição de novos arranjos organizativos no território.

A trajetória estudada em Souza *et al.* (2021) mostra o processo de formação de novas redes de cidadania agroalimentares, uma inovação social a partir do território da qual se fortalece a articulação da região urbana, periurbana de Florianópolis, litorânea e rural de Santa Catarina, em torno dos Circuitos Curtos de Comercialização. A data de criação das experiências estudadas (conforme os dados do Quadro 5), evidencia que o fluxo de articulação e estabelecimento de associações entre atores sociais e suas organizações gerou um rápido e significativo crescimento de experiências coletivas de vendas diretas antecipadas para a alimentação cotidiana, com base na produção de alimentos da época.

O trabalho das entidades de apoio e organizações sociais em torno da construção social de mercados, relacionado à necessidade dos agricultores de mercados novos, mais seguros e estáveis, encontrou convergência na organização de grupos de consumidores interessados em ativar circuitos e em desenvolver um papel mais ativo no em seu processo cotidiano de abastecimento. Claro que o mercado, que também é uma instância de produção, não irá por si só garantir a melhoria das condições técnico-produtivas, mesmo se socialmente construído. Nesse contexto, a participação social na gestão de abastecimento agroalimentar do território é uma problematização necessária para se pensar sobre a formação de redes de cidadania agroalimentar que fortaleçam sistemas agroalimentares saudáveis através do enraizamento de práticas produtivas, e que impulsionem a comercialização em torno dos CCC o consumo de alimentos *bons, limpos e justos*. Encontramos múltiplos atores engajados na criação de experiências de produção, abastecimento e consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos.

Evidenciamos que as experiências de VDPA estudadas são compostas por uma diversidade de atores sociais, de agriculturas e de agricultores. Os dados apresentados na pesquisa a respeito dos atores sociais no processo de gestão, e também de suas atribuições, evidenciam as formas de *coordenação* realizadas pelos atores sociais em coletivos em torno do abastecimento. Isso demonstra que, no escopo dessas experiências, está acontecendo um processo de apropriação social dos processos organizativos em torno do abastecimento agroalimentar. Essa apropriação social dialoga diretamente com a importante pauta política do

movimento social agroecológico que é a soberania alimentar, dando indícios do potencial existente nesses circuitos em torno do direito e da possibilidade dos povos de construir seus próprios sistemas agroalimentares baseados na agrobiodiversidade e de forma autônoma às corporações (ou, nos termos de Ploeg, aos Impérios Alimentares). Evidenciamos que a comercialização de alimentos agroecológicos em cestas tem um forte componente coletivo nas funções organizacionais, e compreendemos que a coletividade empreendida em torno das VDPA é um elemento que constitui essa forma de circuito curto e que colabora para a aproximação entre os sujeitos sociais e os mecanismos de gestão dos circuitos.

O engajamento e a ação conjunta entre grupos de agricultores e consumidores, apoiados por organizações/instituições, constrói novos relacionamentos através de formas de vendas diretas que organizam mercados com uma forte base social. A incorporação de novos discursos, conhecimentos e estruturas simbólicas, apontados por Renting *et al.* (2012) como elementos constitutivos das RCA, também é percebida no cenário estudado. Discursos e narrativas sobre alimentos, destacando seus aspectos nutricionais, estéticos, sociais e sua qualidade ambiental, são observadas nas interações entre os consumidores, agricultores, entre consumidores e agricultores, nas organizações, nas redes e redes sociais, em reuniões, visitas a propriedades, em práticas agroecológicas e nos circuitos curtos. Estas narrativas apoiam práticas e criam referências para preferências, escolhas e ‘apostas’ dos consumidores e agricultores.⁵¹

Ampliando a ideia de coletivo de atores sociais para além dos agricultores e consumidores, é importante considerar a existência de mediadores sociais e de diversas formas de intermediários que podem agir nos Circuitos Curtos – e em muitas vezes, viabilizá-los e dinamizá-los. Ainda que os CCC se caracterizem pela proximidade na relação entre agricultores e consumidores, em diversos casos existem relações de interdependência com intermediários – não necessariamente agentes que agregam valores financeiros para si pela intermediação, mas sujeitos e atores ‘engajados’ em fazer com que o processo de comercialização aconteça e funcione. É importante lançar luzes sobre a participação de intermediários engajados nas discussões sobre circuitos curtos, uma questão ainda pouco explorada nos estudos sobre o tema.

⁵¹ Esse engajamento e apostas não dispensam as políticas públicas e antes pelo contrário: precisam desse suporte para que a própria agricultura familiar e biodiversa tenha condições de existência. Esse movimento é extremamente relevante e está gerando resiliência. Mas a destruição está grande e é preciso movimentar todas as esferas da sociedade e da política para a mitigação dos efeitos climáticos, colapso ambiental, fome e inequidade social.

O estudo evidencia que os atores sociais rurais e urbanos têm realizado, através de dinâmicas organizativas horizontalizadas e *cooperativas*, formas de comercializar e consumir alimentos saudáveis proporcionando o fortalecimento dos processos produtivos e das relações sociais e humanas em torno do abastecimento agroalimentar. Centralmente, percebemos que o que está predominantemente em jogo, junto aos atores sociais da agricultura, são aspectos da continuidade e enraizamento da produção e sua viabilidade através das vendas e da geração de renda justa junto aos atores sociais relacionados ao consumo. O acesso familiar a produtos de qualidade superior e preço adequado é um fator-chave para o engajamento em novas formas de organização e envolvimento com as experiências de VDPA. Entendemos que, a partir desse elo fundamental, uma miríade de dinâmicas organizativas e de relações se desdobra. É sobre elas que trataremos nos próximos tópicos.

5.2 Dinâmicas territoriais de abastecimento

Em um contexto territorial cuja economia e trabalho agrícola são baseados na produção convencional de cebola e fumo, práticas e modos de vida de agricultores são transformadas em iniciativas que buscam viabilizar formas diversas de organização da produção, da comercialização e do consumo. Percebemos a promoção da produção através da circulação territorial e do consumo de alimentos agroecológicos, orgânicos e tradicionais, atuando em perspectivas distintas de apropriação social dos alimentos, através da formação de mercados de proximidade em cadeias curtas e de circuitos de valorização dos alimentos tradicionais e territoriais (MENASCHE; MARQUES; ZANETTI, 2008; MENASCHE, 2019).

Diversos dados da pesquisa demonstram os elementos em torno da *proximidade* presentes nas experiências de VDPA estudadas – noção esta que está no centro do conceito de Circuitos Curtos de Comercialização. No decorrer da pesquisa, tratamos de evidenciar os componentes relativos à proximidade espacial e à proximidade relacional encontrados. Discutiremos essas proximidades sob o aspecto das dinâmicas territoriais de abastecimento, considerando a interdependência dessas dimensões.

Os mapas e os dados apresentados sobre a distância geográfica que identificam os locais de produção e de consumo demonstram a proximidade espacial existente entre estes. Rover e Riepe (2016), ao analisarem uma rede de cooperativas do Paraná, identificam que a distância geográfica média para as vendas diretas é de cerca de 200 km. De acordo com a análise dos autores, podemos perceber que as vendas diretas provenientes dos grupos de

agricultores protagonistas das experiências, em geral, não ultrapassam a média de 200 km entre produção e consumo.

Porém, ao considerarmos os locais de referência da ampliação da oferta – que conforme anteriormente exposto compõe principalmente as listas de adicionais, mas também as cestas fechadas - percebemos que em grande parte dos casos essa distância geográfica se amplia para outros estados brasileiros. A presença de estados como Bahia e Minas Gerais na rede de abastecimento uma das experiências amplia ainda mais a abrangência das experiências. A conexão em rede com o Circuito Sul da Rede Ecovida de Agroecologia⁵² (circuito de comercialização organizando entre os Núcleos da Rede) é um elemento importante na ampliação das distâncias geográficas, por englobar os três estados do sul do Brasil.

Ainda com maior frequência que o Circuito, percebemos a ampliação da oferta para o mesmo território da produção. Em grande parte das experiências os agricultores acessam ambas as possibilidades. Entendemos que esse aspecto evidencia os fluxos territoriais de circulação de alimentos, de recursos e de valores. Também, pode demonstrar a fluidez dos contatos e das relações entre os mesmos atores sociais, constituinte de uma base comum de relações e de contatos que se estabelecem para ao abastecimento das experiências.

Esses elementos demonstram que a ampliação da oferta, ou em outros termos, as redes de apoio no abastecimento agroecológico, podem ter diferentes espacialidades e distâncias geográficas – sem descaracterizar as experiências enquanto *circuitos curtos*, considerando que as escalas tem, ontologicamente, seus limites. As conexões para o abastecimento desde maiores distâncias geográficas (porém não necessariamente ‘distantes’, considerando a perspectiva relacional e informacional), indica a existência de pontes desde os circuitos curtos (mesmo os ‘muito’ curtos, como as VDPA) para uma rede mais ampla de produção e de fluxos de produtos com os mesmos atributos de qualidade agroecológica.

É possível afirmar que existe, na prática, uma articulação territorial em torno da comercialização da produção agroecológica, formada pelas experiências de VDPA estudadas. Também é possível perceber a articulação *de e entre* atores em rede - ou ainda, em múltiplas redes territoriais de agroecologia que abastece(m) circuitos curtos de produção e consumo de alimentos agroecológicos.

⁵² O funcionamento Circuito Sul da Rede Ecovida de Agroecologia foi documentado pela ANA, em uma série de vídeos em curta-metragem, e está disponível em <https://agroecologia.org.br/2015/11/04/o-circuito/>.

A proximidade espacial é um elemento que possibilita uma série de dinâmicas logísticas importantes para o funcionamento das VDPA, como o abastecimento frequente de produtos frescos, a organização coletiva das cestas e a distribuição dos produtos através de Pontos de Partilha.

Identificamos que a frequência semanal do abastecimento de produtos caracteriza as experiências estudadas. Através dessa dinâmica, são fornecidos alimentos frescos, muitos deles *in natura*, em uma frequência adequada para o consumo frequente dos consumidores urbanos. A organização coletiva das cestas imprime uma dinâmica de compartilhamento de uma responsabilidade fundamental nas VDPA, que é a entrega dos produtos em um mix diverso e complementar. Em grande parte dos casos, quem assume a logística de organização das cestas são os grupos de agricultores. É uma dinâmica compartilhada, realizada normalmente em forma de rodízio entre as famílias (e, no caso da CSA, entre os co-agricultores), que viabiliza a montagem semanal das cestas sem onerar a uma única família participante do processo. Essa dinâmica somente é possível pela proximidade territorial da produção, onde uma logística de organização compartilhada viabiliza a comercialização de todo um conjunto de agricultores. Essa proximidade na organização das cestas é um fator importante que viabiliza que cada agricultor/a, membro de um grupo, contribua com a produção que tiver disponível – mesmo que em pequenas quantidades, sem que a quantidade seja um impeditivo para a sua participação no mix de produtos ofertados.

Outro elemento fundamental na dinâmica territorial de abastecimento em torno das VDPA é distribuição das cestas a partir de Pontos de Partilha, espaços que envolvem tanto aspectos logísticos quanto relacionais. Na questão logística, os Pontos de Partilha são uma chave para baratear o custo e otimizar o transporte dos produtos desde os locais de produção até um ponto comum entre consumidores. Fazem parte também de uma dinâmica territorial que envolve os consumidores, que tem um ponto e um espaço físico em comum onde, periodicamente, são buscadas as caixas de produtos. Essa dinâmica só é possível pela proximidade territorial entre produção e consumo, pois implica no deslocamento semanal de agricultores e consumidores em um ponto em comum – que fazem também a ponte entre os consumidores e os produtos mais distantes, em circuitos de proximidade que se articulam através da dimensão geográfica dos circuitos, mas perpassam o elemento geográfico da distância. A pesquisa aponta para a centralidade desses espaços econômicos, que perpassam o aspecto da logística territorial de abastecimento para se tornarem, também, *espaços de*

relação. É através dos Pontos de Partilha que os consumidores dispõem de um espaço em comum.

Ainda que sejam espaços de passagem – para os quais as pessoas se dirigem para buscar seus produtos, sem uma permanência ou necessariamente um convívio coletivo, alguns elementos evidenciam que se estabelecem relações a partir desses Pontos: o cuidado e organização dos espaços, compartilhados entre agricultores e o conjunto dos consumidores; as trocas entre consumidores que acontecem através dos pontos de partilha (como doações de mudas, sementes, eventualmente trocas de produtos); as ‘caronas’ para as cestas, uma dinâmica de contato e conexão entre consumidores, desde onde proximidade geográfica dos Pontos de Partilha com os consumidores possibilita a aproximação entre consumidores; o envio de embalagens retornáveis aos agricultores (como caixas plásticas para o armazenamento e transporte de ovos, potes de vidro, e outros itens que percebemos circular nas caixas a serem coletadas pelos agricultores); e, fundamentalmente, a logística das doações de alimentos (sobre as quais discutiremos mais diante, ainda nesse capítulo).

Entendemos, enfim, que os Pontos de Partilha são um *espaço-agente* central na dinâmica territorial, organizacional e relacional das VDPA. Ainda que tenhamos identificado sua centralidade, e esboçado algumas ideias emergentes sobre esse espaço, fica uma abertura para futuros estudos que deem conta de compreender em profundidade os elementos aqui levantados, e de captar toda a gama de interfaces dos PP nas VDPA. Por exemplo, não alcançamos investigar sobre os atores relacionados a esses espaços. Percebemos que existem interfaces dos atores sociais relacionados aos PP com a gestão das experiências de VDPA e, também, uma relação com a irradiação das CCC para públicos mais amplos – considerando trabalhadores/as, beneficiários/as e públicos atendidos nas funções primeiras desses Pontos de Partilha⁵³ que são, invariavelmente, espaços de acesso e circulação relativamente livre e ampla.

Entendemos que diversos espaços econômicos em torno de alimentos *bons, limpos e justos*, tem potencial para tornarem-se espaços relacionais, desde onde elementos como reciprocidade e confiança podem perpassar as relações e aproximar os atores. Ainda que a intensidade e a solidez dessas relações não tenham sido investigadas e evidenciadas no escopo desse estudo, diversos elementos encontrados durante a trajetória dessa pesquisa parecem apontar nessa direção. Fica em aberta a possibilidade de se estudar a *qualidade* das relações

⁵³ O texto de Rocha e Garcia (2021), anteriormente mencionado, discute sobre o CRAS como Ponto de Partilha, e dá pistas para a reflexão sobre os PP como pontos de irradiação mais amplos.

que se estabelecem através dos elementos de proximidade inerentes às experiências de VDPA estudadas e, mais ainda, aos CCC de maneira geral.

5.3 Dinâmicas de organização e gestão

As dinâmicas de organização e gestão foram um elemento central da pesquisa, através do qual pudemos conhecer em profundidade o funcionamento das VDPA e as diversas formas através das quais se estabelecem relações a partir e entre os diversos atores sociais que compõem esses circuitos curtos.

Tal qual entendido em Souza *et al.* (2021) a maioria dos processos de gestão comercial é realizada por grupos de agricultores, embora com diferentes níveis de participação de entidades de apoio. São ações que valorizam a autonomia dos agricultores para a gestão e coordenação das ações, com variadas relações de coordenação com os consumidores. Demonstramos o envolvimento de uma quantidade significativa de grupos de agricultores e consumidores diretos nas experiências. Fica, no entanto, uma lacuna no que se refere a compreender o que essa quantidade de grupos de agricultores e consumidores significa em relação aos demais CCC existentes nesse território e em outros mercados.

Os espaços de relação entre atores sociais, seja de um mesmo ‘grupo’ ou categoria (como entre consumidores), seja entre grupos e categorias (como entre consumidores e agricultores) são um elemento fundamental a partir de onde os atores sociais encontram possibilidade de apropriarem-se da sua gestão cotidiana de abastecimento alimentar (ainda que não totalmente) e de conhecerem, processualmente, aspectos dos sistemas agroalimentares mais amplos. Através dos espaços de relação, os atores sociais se aproximam e participam diretamente de encadeamentos, interdependências, retroalimentações, difusões e desdobramentos existentes no âmbito dessas experiências.

Esses encadeamentos são um conjunto de atividades interligadas, e contém múltiplos fatores que funcionam para determinar processos ou eventos que devem ser entendidos como parte de um sistema mais amplo (MALUF, 2021). Portanto, situamos que nossa análise corresponde ao conjunto de elementos que conformam experiências de circuitos curtos que estão, esses sim, inseridos no sistema agroalimentar mais amplo, que o compõem. Entendemos que, a partir do momento em que tais circuitos criam espaços de relação envolvendo diretamente os atores sociais, estes passam a compor os sistemas de forma mais

consistente. Também, em acordo com Saravia (2020), entendemos que existem diferentes tipos de consumo, que podem ser críticos, politizados, e que diferentes formas de consumir alimentam diferentes sistemas agroalimentares.

Na Figura 15, apresentamos os diversos espaços de relação *dos e entre os* atores sociais: Pontos de Partilha, reuniões, encontros e intercâmbios, acordos coletivos, o próprio contato comercial e os espaços de contato e trocas de informações através das redes sociais – nos casos estudados, o aplicativo Whatsapp sendo o principal canal de contato virtual. Verificamos que as dinâmicas ‘comuns’ do processo de comercialização, relacionadas à escolha dos produtos, pagamentos e entregas, envolvem diretamente os atores sociais da produção e do consumo, e também os mediadores sociais, no âmbito da gestão das experiências.

Evidenciamos que os VDPA têm dinâmicas próprias de funcionamento, que prescindem tanto da organização coletiva, quanto da organização *em coletivos* e da participação dos atores sociais em todos os processos. Assim, a ação coletiva é uma marca registrada de todo este processo.

Ainda que algumas ações sociais tenham uma importante trajetória histórica em torno da agroecologia, a crescente presença de consumidores que se envolvem em seu abastecimento alimentar é notável, assim como os agricultores e suas organizações têm cada vez mais trabalhado para construir mercados que os aproximem. A organização coletiva em busca de mercados novos e mais justos marca a configuração de uma inovação social em torno da organização de redes de cidadania agroalimentar no território estudado. A diversidade de experiências e suas conexões em rede promovem e são apoio à agência de agricultores e consumidores na organização de dinâmicas locais de abastecimento e segurança alimentar.

Entendemos que essas dinâmicas próprias, fortemente participativas e inclusivas, conformam e formam essa modalidade específica de *venda direta*, as VDPA, e levam à formação de Circuitos Curtos de Comercialização. Isso se evidencia com os desdobramentos que esses arranjos organizativos irão trazer no campo do abastecimento: através das dinâmicas organizativas entre os atores, a composição das cestas - um mix de produtos agroalimentares que é ele mesmo o principal produto transacionado nas VDPA – é resultado de um encadeamento de relações e produtos em torno de circuitos. Dito e outra forma, a organização de um produto tangível, em forma de cestas de produtos agroecológicos,

desdobra uma série de relações em torno da formação de circuitos curtos de comercialização que possibilitam a formação e a organização desse produto tangível.

Percebemos, também, que essas dinâmicas específicas de organização e gestão em torno de VDPA – além de levarem à formação de CCC – acarretam a novas dinâmicas organizativas, nas quais se incluem grupos informais, organizações, associações, redes e outras coletividades. Percebemos o entrelaçamento de atores sociais *históricos* e *novos* a partir do processo de organização das VDPA.

As seguintes evidências empíricas demonstram como o processo de organização das experiências incide na formação de novas organizações sociais:

- A territorialidade inerente à essas experiências é um elemento de *proximidade* e de *aproximação*. Essas proximidades entre a produção e o consumo possibilitam o contato e a aproximação entre os atores sociais, inserindo *em um mesmo lugar* (um território em comum) as pontas do processo de abastecimento agroalimentar (a produção e o consumo). A proximidade espacial é capaz de promover elos relacionais, e estes, são um fator de inclusão de atores na participação ativa das dinâmicas inerentes às experiências de VDPA;

- O fluxo de abastecimento é um elemento que impulsiona o envolvimento cotidiano dos sujeitos atomizados em dinâmicas coletivas. Por exemplo, um ato simples como ‘buscar a cesta semanal de alimentos’, nessas experiências, demonstra ser um elo de conexão dos sujeitos com um campo de ação coletiva: os Pontos de Partilha enquanto espaço físico coletivizado, a organização coletiva desses espaços, os acordos em comum entre agricultores e consumidores, são alguns elementos que proporcionam que os sujeitos ‘saíam’ de uma postura individualizada para uma dinâmica coletivizada de consumo. Entendemos que continuidade e periodicidade dessa dinâmica é um elemento importante, que incide no comportamento cotidiano em torno do consumo de uma forma coletivizada, levando à organização do consumo cotidiano como ato coletivizado;

- Os Pontos de Partilha também se revelam como elementos indicativos de novos arranjos organizativos. As entregas são organizadas tanto em espaços ‘clássicos’ de aglutinação social, como em escolas, universidades, centros comunitários, sindicatos, como em startups, pequenas empresas, empórios – espaços que não tem em sua origem, ou mesmo em seu escopo, a convergência social ou comunitária. Essa *mescla* de espaços, com características diversas, atuando enquanto Pontos de Partilha em torno da distribuição de alimentos (tanto para consumidores diretos quanto para doações) indica um outro ponto de

convergência em torno de novas coletividades e organizações a partir do processo de organização de circuitos curtos de comercialização;

- O funcionamento das experiências (demonstrado de diversas formas: na existência de espaços de relação, na participação e atribuições dos atores no processo de gestão) é, eminentemente, coletivizado. Trata-se de uma estrutura organizativa na qual os sujeitos *precisam* estar inseridos em coletivos para fazerem parte das experiências. A dinâmica organizativa das VDPA, de certa forma, *impõe* os sujeitos à inserção em grupos e coletividades como uma forma ou condição para a sua participação.

- Os preços praticados nas experiências podem ser outro elemento de inclusão de novos atores sociais no campo do consumo. As experiências em VDPA demonstram ser, em relação ao estudo de Grade e Mergen (2019), as mais acessíveis em relação aos preços praticados no campo da comercialização de alimentos orgânicos e agroecológicos em Florianópolis. Isso demonstra que tais experiências conectam diversos públicos e estratos sociais em torno do consumo desses alimentos, desde onde, conforme argumentamos, a organização em coletivos viabiliza o acesso. Dessa forma, entendemos que o acesso através dos preços pode ser um elemento importante de conexão de novos consumidores, relacionados a grupos sociais não elitizados e, ainda, que esse campo de conexão propicia novos agrupamentos em torno do acesso a alimentos de qualidade agroecológica.

- A mobilização de solidariedades em torno das Doações de Alimentos, apontadas como sendo uma atribuição dos atores sociais no nível organizacional das redes, parece ser outro elemento relevante no estímulo à conformação de novas organizações. Embora não tenhamos aprofundado a investigação de dados empíricos em torno das doações, fica evidente que esse é um elemento aglutinador entre os diversos sujeitos sociais envolvidos com as experiências de VDPA: grupos de consumidores, de agricultores e entidades de apoio. Passando pelos Pontos de Partilha enquanto espaços físicos de convergência do montante de doações semanais, essa ação prescinde de contatos, articulação e organização logística para que os alimentos sejam destinados aos grupos e organizações que irão, então, destiná-los aos beneficiários. Percebemos, no decorrer da pesquisa, que *após* a pandemia da Covid 19, o volume de doações diminuiu em relação ao período do ápice da pandemia. É uma questão que fica em aberto, como indicativo para estudos em profundidade a respeito das ações de solidariedade em torno da ampliação do acesso a alimentos agroecológicos.

- Entendemos que as dinâmicas de gestão coletivizadas são promotoras de uma *maior* apropriação social dos processos em torno do abastecimento agroalimentar. Também, e

talvez como um nível mais profundo de estímulo à novas organizações, seja no campo das *atribuições* que essas coletividades passem a tomar formas mais consistentes, uma vez que grande parte dessas atribuições sejam desempenhadas em um nível organizacional coletivo, conforme demonstramos no Cap. 4.

Dessa forma buscamos demonstrar que desde essa forma específica de CCC se mobilizam a organização de novos agrupamentos e coletivos. Revela-se que as *novas organizações* estão centradas principalmente no campo da organização para o consumo, o que revela uma novidade no território frente aos estudos anteriormente realizados. Ainda que eventualmente possa ser baixa a adesão dos grupos de consumidores nas ‘linhas de frente’, é evidente que essa forma de abastecimento da agroecologia abre espaços de participação, de coalizões, com abertura e potência democrática.

5.4 Articulações em rede(s)

Até o momento, demonstramos evidências e argumentamos que as CCC, em especial as VDPA, geram novas organizações a partir de suas dinâmicas. Percebemos também, no decorrer da pesquisa, que esses circuitos também estabelecem conexões com outros conjuntos de organizações e que, desde suas dinâmicas organizativas, diversos elementos de *cidadania agroalimentar* são ativados. Analisamos esses desdobramentos à luz do conceito de *redes de cidadania agroalimentar*, a fim de discutir sobre as articulações em rede que se geram desde as VDPA estudadas.

Renting *et al.* (2012) destacam que criação dos movimentos de Redes de Cidadania Alimentar, no contexto europeu, se originou desde o consumo/cidade à produção/campo. Goodman (2003), ao discutir as mudanças contemporâneas no sistema alimentar, identifica o *quality turn* como um fenômeno central para a compreensão dos fenômenos contemporâneos acerca dos temas agroalimentares, mas não analisa um protagonismo no papel exercido por consumidores ou agricultores. Uma possibilidade de complexificação dessa discussão é a de analisar as relações que se formam a partir da produção para o consumo, expandindo a discussão desde o alimento para todo o sistema (socioambiental) envolvido. Percebemos (SOUZA *et al.*, 2021) que a problematização sobre o acesso a mercados estáveis por agricultores familiares, assim como a garantia ou mesmo as possibilidades de acesso de agricultores e de consumidores urbanos a alimentos orgânicos e agroecológicos, ativou o

surgimento de novas dinâmicas organizacionais no território pesquisado. O compromisso das organizações sociais e as necessidades de agricultores familiares encontram eco na demanda de consumidores, todos eles sendo entendidos como atores sociais mobilizados em reflexões e práticas em torno da gestão de circuitos curtos de abastecimento agroecológico.

No sul do Brasil, desde Florianópolis e seu entorno produtivo, percebemos que os agricultores, suas organizações e redes são de grande importância na organização destas experiências. No nosso contexto, existe uma relevante importância do papel exercido pelos atores associados ao rural e que, ao mesmo tempo, são atores fortemente vinculados à trajetória da construção da agroecologia como um movimento social. Frente à discussão internacional, de acordo com nossos estudos anteriores (SOUZA *et al.*, 2021), percebemos que faz mais sentido nomear a rede (ou mesmo, as redes) em formação da Grande Florianópolis em torno da cidadania *agroalimentar*, e não apenas como de cidadania alimentar. Essa reafirmação sobre 1. a existência de redes, no plural e 2. a importância de nominar a ideia de *agroalimentar* (em detrimento de alimentar) tem como objetivo destacar a diversidade de arranjos organizativos coordenados em torno da produção e consumo de alimentos agroecológicos e assentar a fundamental importância de se olhar tanto para o protagonismo dos atores sociais rurais nesses arranjos, quanto destacar a indissociabilidade entre produção e consumo no campo da alimentação.

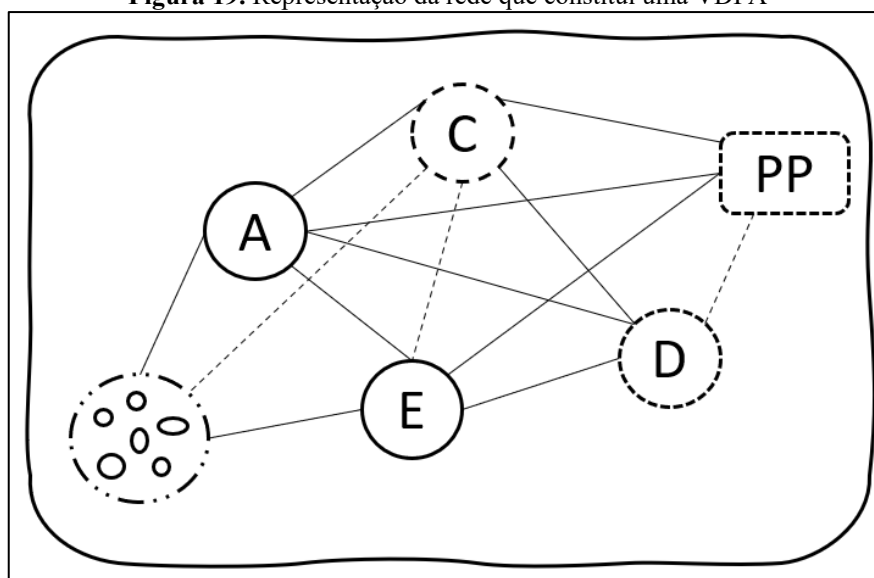
Reiteramos, também, que a organização de redes de cidadania agroalimentar é fruto de uma trajetória inovadora (ESCOSTEGUY, 2019; SOUZA *et al.*, 2021) ligada a grande parte dos grupos de agricultores e das entidades de apoio envolvidas nessa pesquisa. De acordo com as autoras, as redes estão processualmente incorporando novos atores sociais, em um processo articulado entre territórios rurais e urbanos, com o objetivo de promover o acesso a alimentos saudáveis e produzidos pela agricultura familiar local desenvolver a agroecologia, através do fortalecimento de sistemas agroalimentares saudáveis - evidenciados no Quadro 07 que demonstra a agrobiodiversidade produzida e consumida. A incorporação de novos atores sociais fica evidente através dos dados apresentados nos Quadro 08 e na Figura 16, que indicam a organização de consumidores em torno do abastecimento, a expansão do abastecimento junto a grupos e redes parceiras, e a irradiação do abastecimento para iniciativas em torno de doações.

Dessa forma, tomamos a noção de *rede* a partir de duas perspectivas (SCHMITT, 2011). Primeiramente, a *rede enquanto uma perspectiva analítica relacional*, desde onde os processos e campos de relações são eles mesmos parte do quadro de referência da pesquisa.

Aqui, investigação irá enfatizar os espaços criados entre os marcadores ‘produção’ e ‘consumo’, dentro de uma agenda de pesquisa mais sensível à heterogeneidade e particularidade das experiências de CCC/ VDPA e, de acordo com Schmitt (2011), em boa medida mais fortemente comprometida com uma análise voltada à perspectiva dos atores. Também mobilizamos a noção de *rede como estrutura ou mecanismo de governança*, capaz de integrar múltiplos atores sociais interessados (*stakeholders*). Esse campo envolve a *coordenação* de processos organizativos e de gestão, a partir de conjuntos articulados ‘em forma de rede’, desde onde são conferidos a priori um conjunto de atributos como flexibilidade, horizontalidade, cultura democrática, entre outros (SCHMITT, 2011). Ao analisar a articulação de redes a partir de uma perspectiva de governança, indicamos que o estudo levou a perceber a existência de uma orientação de projetos organizados em torno de objetivos e agendas em comum entre os atores sociais que transbordam o campo de ação específico de cada arranjo organizativo.

Buscando exemplificar a relação das VDPA com a perspectiva de análise através da ideia de redes, esboçamos uma representação de uma das experiências estudadas, a partir dos dois componentes-chave das redes (os *nós* e os *vínculos*).

Figura 19. Representação da rede que constitui uma VDPA



Fonte: Elaboração da autora, 2022.

Cada *nó* representado corresponde a um ator social (coletivo) que compõe a experiência. Dessa forma, (A) representa um grupo de agricultores, (C) representa um grupo de consumidores, (E) representa as entidades de apoio envolvidas com a experiência, (D)

representa os atores sociais envolvidos com as doações e o nó com diversas pequenas esferas (°°°) representa o conjunto de atores (grupos e redes) mobilizados para a complementação da oferta. Os Pontos de Partilha foram representados por um quadrado [PP], um espaço de relação fundamental na logística das experiências. As linhas e pontilhados em torno dos atores e do PP representam a consolidação desses atores enquanto grupos constituídos.

Os *vínculos* (relações) foram representados pelas linhas que conectam os nós. A partir de cada ator (ou espaço), se estabelecem relações com os demais atores pertencentes ao conjunto. A intensidade desses vínculos tentou ser representada pelas linhas cheias (relações diretas) e pontilhadas (relações indiretas). Representamos os vínculos a partir das evidências encontradas na pesquisa, referenciadas na Figura 17, que indica as atribuições. Identificamos as atribuições em comum para poder mensurar a representação dos vínculos. Assim, a qualidade desses vínculos corresponde a: relações de *abastecimento e parceria* entre (A) e (°°°); e relações de assistência técnica entre (E) e (°°°), bem como entre (E) e (A); E assim sucessivamente, até chegarmos a essa representação de uma rede que se forma entre os nós (atores sociais e espaço de relação) através de vínculos (relações).

Como nossa análise se refere às articulações em rede *a partir* das VDPA, e não às redes internas às VDPA, tomamos essa representação gráfica apenas como um elemento facilitador para pensar nos vínculos que as VDPA (cada uma delas e, também, o seu conjunto) estabelecem ‘para fora’ delas mesmas. Para tanto, é importante entender que cada elemento representado nessa Figura 19 intersecciona com o ‘ambiente externo’ às VDPA, estabelecendo contatos, relações e vínculos com outros atores sociais, organizações, redes e agentes. Dessa forma, podemos perceber o extravasamento das dinâmicas para além das estruturas organizacionais, chegando em outras redes ampliando o impacto social (e socioambiental, considerando a indissociabilidade entre o social e o ambiental que o tema da Agroecologia envolve).

O que caracteriza uma rede é a presença de um conjunto de vínculos em conexões recíprocas, que se ‘retroalimentam’. *Percebemos diversas redes se formando e interseccionando nas dinâmicas organizativas das diversas cestas*, através de vínculos relacionais e logísticos.

Analisando *as articulações em rede que se impulsionam em torno (e a partir) desse conjunto de experiências*, evidenciamos que um conjunto de vínculos relacionais e logísticos conecta as VDPA a redes mais amplas. Identificamos que as articulações em rede -

distribuição de benefícios entre um conjunto (mais ou menos) específico de atores - se estabelecem através dos seguintes fatores:

- O conjunto das VDPA mobiliza toda uma série grupos de produção e suas organizações para a ampliação da oferta. Além da produção dos grupos de agricultores, que sustenta grande parte do abastecimento semanal de alimentos, gera movimento comercialização para outros atores com vínculos em comum: sejam atributos de qualidade, redes em comum, possibilidade logística. Apontamos para (a possibilidade da existência de) uma rede territorial de abastecimento, no sentido de uma rede de governança, articulada por redes de relação entre os atores sociais. Sentimos falta de fazer uma leitura sobre as conexões entre as organizações sociais e a 'rede de apoio ao abastecimento', pois seria interessante para compreender melhor essa ação coordenada de produção e consumo territorial, que não se encerra em si.

- A gestão horizontalizada e os espaços de relação, que são diversos, permitem e impulsionam que os atores sociais *conversem*. A possibilidade de os coletivos de atores sociais estabelecerem relações diretas e acordos coletivos em comum dá autonomia a essas organizações, especialmente às organizações dos agricultores, em relação aos acordos de compra e venda de alimentos nos mercados convencionais. A partir de um campo de ação em comum, a agroecologia, grupos de agricultores e de consumidores, com diversas formas e graus de mediação de entidades de apoio, estabelecem contatos diretos e entram em acordo quanto ao conteúdo, quantidade, periodicidade e preço, de uma cesta de alimentos. Para os agricultores, garante e viabiliza escoamento e produção. Para os consumidores, viabiliza o acesso e embasa a alimentação cotidiana. Para o território, gera uma economia local que fortalece a produção agroecológica, com todas as suas consequências ambientais benéficas, e circula *valores* relacionados à valorização da produção local, de alimentos saudáveis de produtos de qualidade.

- A articulação em rede acontece através do contato e das trocas que se estabelecem entre a diversidade de atores sociais vinculados às VDPA. É um entrelaçamento entre atores sociais históricos e novos.

O engajamento de novos atores sociais na gestão do abastecimento agroalimentar, através da participação e organização de experiências de produção e consumo, fortalece principalmente os atores diretamente relacionados à produção, o planejamento da produção, a garantia de venda e a logística economicamente viável. Fortalece também o trabalho das organizações sociais e das entidades de apoio através da participação e como base para o

fortalecimento de práticas em torno da agroecologia e da construção social de mercados (tomados aqui como temas transversais às entidades de apoio), bem como ao conjunto dos atores sociais *históricos* – entendidos aqui como aqueles das bases da organização do *movimento social agroecológico*.

Apesar de estarmos cientes da importância da análise sobre o campo das Entidades de Apoio, não alcançamos, no fôlego da pesquisa, investigá-las de forma mais aprofundada. Ficam abertas questões, para futuras investigações, sobre esse conjunto de atores estruturantes das experiências de VDPA estudadas (e de um campo mais amplo de ações no território).

Além da gestão horizontalizada, ao analisarmos as atribuições dos atores no funcionamento das experiências, identificamos a existência de atribuições organizativas realizadas em rede. Dessa forma, as doações de alimentos principalmente a grupos, organizações que organizam a distribuição de alimentos e refeições a pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade(s), a divulgação das experiências para fomentar a ampliação da *oferta* – uma vez que essa forma de comercialização viabiliza o planejamento e facilita a produção, são atribuições relacionadas ao conjunto de atores sociais envolvidos nas experiências: grupos de agricultores, grupos consumidores e entidades de apoio (e ainda, as novas organizações sociais que surgem entre e a partir desses atores). A articulação de redes de apoio, a difusão das experiências e de metodologias participativas para o fomento da agroecologia e a organização e manutenção de projetos que viabilizem a assistência técnica e a extensão são ações também organizadas em rede, ainda que com uma centralidade em torno das entidades de apoio.

* * *

À luz desse conjunto de questões, análises e discussões, buscamos trazer evidências sobre as redes que se formam, se interseccionam, dão suporte e são suportadas pelos CCC em questão. A ação fundamental dos atores sociais no campo do consumo, que se mostrou interseccional a essas redes, reforça a característica da *cidadania agroalimentar* que se estabelece. Fica também evidente a capacidade desses circuitos e redes de ampliar e viabilizar o acesso a alimentos saudáveis a grupos sociais cada vez mais amplos, a exemplo dos consumidores indiretos, doações e as redes mobilizadas para o abastecimento. Talvez o desdobramento da articulação desses circuitos em redes possa ser a solidez, permanência e continuidade de um conjunto, ou de conjuntos de iniciativas, experiências e mercados.

Ora, a abordagem das *inovações sociais*, mobilizada em estudos anteriores, sugere que o amadurecimento das inovações no território pode se desdobrar em continuidades e novos processos de inovação, e de uma abrangência social mais ampla. Podemos sugerir que o conjunto das VDPAs, observado analiticamente como uma rede em torno da cidadania agroalimentar, conforma uma *rede de governança* – formada por diversas outras redes e conjuntos de interações articuladas entre *os atores sociais do território* - que sustenta e irradia a formação de novos e diversos circuitos curtos de comercialização.

Existem, claro, fragilidades e pontos críticos nesse processo. É necessário pontuá-los, para que a leitura sobre o conjunto do trabalho apresentado considere que:

- não aprofundamos a análise sobre a *perenidade* das experiências, ou sua sustentação no tempo. Nos concentramos em contextualizar um fenômeno social relevante, no campo agroalimentar, em torno do abastecimento da agroecologia. Estamos cientes que a manutenção do abastecimento em redes é um desafio tanto para os grupos de agricultores, pois prescinde de tempo, disponibilidade, quanto para os grupos de consumidores – por esses mesmos fatores e pela novidade na articulação de consumidores em coletivos para viabilizar o consumo cotidiano.

- diversos fatores estruturais incidem sobre a viabilidade da produção agroecológica, como a existência, a ausência ou o estrangulamento de políticas públicas (contexto vivenciado pelo Brasil nos anos recentes de nossa história), o estrangulamento da Agricultura Familiar pela especialização e pelo avanço do agronegócio em torno de commodities (recentemente, vemos a expansão do cultivo da soja em Santa Catarina), o aumento massivo de agrotóxicos no Brasil, a contaminação das águas. Ainda que vejamos um movimento virtuoso em franca expansão, expresso pela pesquisa que se apresenta, é necessário vê-lo à luz de seu contexto, e apontar para a necessidade de políticas públicas em torno da inclusão produtiva agroecológica, do fomento à transição agroecológica, de assistência técnica e inclusão rural.

- a inclusão social massiva no consumo de alimentos saudáveis, da agricultura familiar agroecológica, mesmo com a evidente capacidade de democratização agroalimentar encontrado nesse estudo, segue sendo um desafio. Sabemos que a garantia de Segurança Alimentar e Nutricional seja uma responsabilidade e uma atribuição do Estado, através de políticas públicas que garantam o direito humano à alimentação adequada, e que os mecanismos da sociedade civil e dos mercados, mesmo que socialmente construídos, não dão conta de contornar esse problema estrutural de nossa sociedade. Tampouco acreditamos que seja da alçada desse campo de iniciativas ‘dar conta’ da garantia de SSAN, mesmo que local

ou territorialmente. Ainda assim, entendemos que a transição para sistemas agroalimentares agroecológicos e as dinâmicas agroalimentares territoriais são promotores da difusão de alimentos saudáveis a um crescente estrato social.

6 CONCLUSÕES

Na trajetória dessa pesquisa, demonstramos que os sistemas agroalimentares são um campo em disputa histórica, desde a convencionalização da agricultura e da alimentação em torno de um sistema agroalimentar corporativo carrega os traços de uma colonialidade do poder e do saber. Demonstramos também que as contestações de grupos, organizações, pesquisadores/as, ativistas e diversos outros atores sociais mundiais, em torno de ‘alternativas’ à agricultura industrial, vem acompanhando a expansão do sistema corporativo, fazendo frente e representando uma contracorrente na difusão de práticas (no plural) científicas e populares em torno de sistemas agroalimentares saudáveis. No decorrer do texto, sugerimos que esse grande movimento social é a Agroecologia, uma expressão mundial que articula conjuntos de saberes científicos e práticos a partir das bases sociais e dos territórios. Assim, Agroecologia, ao mesmo tempo que se refere a *um movimento social*, indica também a existência de diversidades de práticas, agriculturas e agricultores.

Os movimentos sociais extrapolam os limites das organizações que mobilizam a pauta política. O movimento social agroecológico, em sua dinamicidade, tem envolvido novos atores sociais em torno de suas agendas, na mobilização de pautas políticas e na ação prática em torno da viabilidade social e econômica da produção agroecológica. Assim, a produção agroalimentar atrelada à restauração ambiental, o fomento a agriculturas de baixo carbono, a ampliação da consciência crítica em relação aos padrões e escolhas no consumo, a necessidade social e planetária da manutenção de padrões de alimentação saudáveis – e a relação do *saudável* com produção de alimentos com agrotóxicos - são temas que tem alcançado com força uma gama cada vez mais ampla de pessoas, especialmente nos centros urbanos.

No campo da comercialização da produção agroecológica, estudamos em profundidade uma forma específica de *circuito curto de comercialização*, as quais nominamos *vendas diretas por pedido antecipado*. A expressão dessas VDPAs são as cestas de alimentos agroecológicos, uma modalidade de venda direta e consumo cotidiano de alimentos frescos, locais e artesanais.

A pesquisa em tela foi realizada em torno de um conjunto de experiências de comercialização coletiva da agroecologia em Florianópolis e em seu entorno produtivo. Com

base na problematização sobre os sistemas agroalimentares e a partir de estudos anteriores que apontam para a existência de um contexto inovador no território em torno de circuitos curtos de comercialização e redes de cidadania agroalimentar, nos questionamos sobre a existência, e sobre a forma como se dá, a formação de novas organizações sociais e sobre a articulação em redes a partir de experiências de VDPA.

Entendemos que as trajetórias das organizações e atores sociais coletivos em torno da agroecologia criam condições para a construção social de mercados e para o envolvimento de novos atores sociais. O caminho trilhado pelo conjunto das organizações sociais envolvidas com o movimento social agroecológico e a experiência de uma miríade de grupos de agricultores que praticam a agroecologia e de processos de organização produtiva foram condicionantes para a formação de solos saudáveis onde foi possível a germinação das experiências de VDPA estudadas.

Identificamos que a partir de experiências coletivas de comercialização agroecológicas se organizam novos agrupamentos e coletivos. As *novas organizações* estão centradas principalmente no campo da organização para o consumo, revelando uma novidade no território frente aos estudos anteriormente realizados. A organização da produção e da comercialização é formada em grande parte por grupos e associações consolidadas. Ainda assim, e mesmo que em menor dimensão do que no campo do consumo, também se percebem novos agrupamentos e conexões entre grupos de agricultores em torno da organização da produção e da comercialização.

As VDPA foram entendidas, desde o princípio da pesquisa, como circuitos ‘muito’ curtos de comercialização, que radicalizam a proximidade entre produção e consumo e a aproximação entre agricultores e consumidores. Percebemos que, ao mesmo tempo que as VDPA efetivamente acentuam a proximidade geográfica e relacional, a expansão do abastecimento para grupos e redes espacialmente mais amplas são parte constituinte das experiências. Ainda assim, o abastecimento territorial dentro dos parâmetros de proximidade que circunscrevem à distância de cerca de 200 km entre produção e consumo (quem vem sendo consolidado na literatura como um parâmetro de proximidade geográfica nos CCC) vem sendo garantido pela maior parte das experiências estudadas. Isso demonstra a capacidade territorial de abastecimento que se gera a partir dos (e estimulado pelos) VDPA.

Percebemos também que as dinâmicas territoriais de abastecimento em torno da proximidade geográfica impulsionam diversas formas de aproximação entre os atores sociais, especialmente através de espaços de relação que estão no centro das dinâmicas organizativas.

Identificamos também que as dinâmicas organizativas são compartilhadas pelos atores sociais no campo da produção, do consumo e da mediação social. As dinâmicas organizativas se caracterizam pela necessidade da organização coletiva para a inserção nas experiências (novamente, provocando especialmente os consumidores a se organizarem coletivamente) e pela abertura de espaços para novos atores sociais e coletivos atuarem na gestão das experiências.

As atribuições no campo organizacional, para o funcionamento das experiências de comercialização, são compartilhadas pelos atores sociais: grupos de agricultores, grupos de consumidores, e pelas organizações sociais e entidades de apoio nas quais atuam os mediadores sociais. A gestão das experiências acontece em três níveis organizacionais: individual, coletivo e em rede, ou seja, entre os diferentes atores sociais. Vamos percebendo uma irradiação das VDPA tanto em um nível territorial, a partir da articulação da rede de abastecimento, e também relacional, em função da ampliação dos vínculos que acontecem a partir da organização da comercialização em forma de VDPA.

Em um movimento de retroalimentação, que de acordo com a literatura, caracteriza as organizações sociais em redes, percebemos que desde a organização de CCCs em VDPA derivam relações em torno de redes de cidadania agroalimentar que, por sua vez, apoiam a formação de novas CCCs e VDPA. A trajetória desse conjunto de atores sociais ligados ao movimento agroecológico do território produziu, nos anos recentes, diversas inovações ligadas à formação de CCC, dentro dos quais as VDPA estudadas. As redes de cidadania agroalimentar, formadas por atores sociais com trajetória na agroecologia e por novos atores sociais, dão um suporte social e organizacional significativo às agriculturas *agro-eco-lógicas*, bem como na formação e apoio à sustentação de uma miríade de iniciativas – nós e elos constituintes dessas redes. Perguntamos se e como os CCC são fatores estimuladores da formação de novas organizações e articulações em e redes. O conjunto das informações e análises nos leva a concluir que os CCC analisados da RGF são resultado da trajetória histórica de organizações sociais em torno da agroecologia, ao mesmo tempo que ao construí-los se configuram novas relações, organizações e redes.

Esse estudo evidencia que as dinâmicas organizativas para a comercialização implicam na coletivização do consumo em torno da agroecologia, mobilizando o engajamento de atores sociais distintos, instigando o surgimento de novas organizações. Através dos processos e dinâmicas organizativas entre P/C, se abrem espaços de relação *cotidiana* que são

capazes de aproximar os sujeitos sociais agentes do processo de produção e consumo, *estimulando o fortalecimento* das relações entre os atores sociais e da organização coletiva.

Trata-se de pensar a aproximação e abastecimento agroalimentar de forma *efetiva* e também *afetiva*. Efetiva no que diz respeito ao funcionamento das experiências, dos circuitos, na sua gestão, na irradiação e capacidade de formar redes, em termos de inovação social conforme as referências desse estudo, que direcionam suas ações em torno de pautas e agendas socioambientais mais amplas. São circuitos, portanto, que fomentam e fortalecem agriculturas e agricultores. A forma afetiva se refere aos vínculos que se desenvolvem, já que os espaços de relação são fundamentados em perspectivas de conhecimento, reconhecimento, reciprocidade, participação, envolvimento, engajamento, de experiências e de ‘mundos de vida’ plurais e diversos.

REFERÊNCIAS

ALÉSSIO, B.C.; ROVER, O.J. **O desenvolvimento regional como processo de encadeamento de dinâmicas organizativas e trajetórias tecnológicas: o caso da Região Oeste Catarinense.** *Redes* 19, 113–129, 2014.. <https://doi.org/10.17058/redes.v19i3.3184>.

ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para o sistema alimentar global. **Ciência e Cultura**, [s. l.], v. 73, n. 1, p. 53–57, 2021.

ALLAIN, Juliana; GUIVANT, Julia S. Confiança na Alimentação. **Bib**, [s. l.], p. 79–96, 2010.

ALTIERI, Miguel *et al.* **AGROECOLOGIA Bases científicas para una agricultura sustentable.** Monevideo: [s. n.], 1999-. ISSN 1939-5256.v. 7 Disponível em: <http://www.leisa-al.org/web/images/stories/revistapdf/vol22n2.pdf#page=30>.

ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara. Agroecología: única esperanza para la soberanía alimentaria y la resiliencia socioecológica. **Agroecología**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 65–83, 2012.

ALTIERI, Miguel A.; NICHOLLS, Clara Inés. Do modelo agroquímico à agroecologia: a busca por sistemas alimentares saudáveis e resilientes em tempos de COVID-19. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s. l.], v. 57, p. 245–257, 2021.

ASSIS, Renato Linhares de; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. O processo de conversão de sistemas de produção de hortaliças convencionais para orgânicos. **Revista de Administração Pública**, [s. l.], v. 41, n. 5, p. 863–885, 2007.

AZEVEDO DA SILVA, Clecio. La configuración de los circuitos «de proximidad» en el sistema alimentario: tendencias evolutivas. **Doc. Anàl. Geogr.**, [s. l.], p. 11–32, 2009.

BECKER, Cláudio; SILVA, Simone Rossetto da. Revisitando Os Conceitos De Transição Agroecológica E Sistemas Agroalimentares Sustentáveis. [s. l.], p. 274–285, 2021.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. Informe de la Comisión Mundial sobre Medio Ambiente y el Desarrollo: Nuestro futuro común. **Documentos de las Naciones, Recolección de un ...**, [s. l.], p. 416, 1987. Disponível em: <http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Informe+de+la+comision+mundial+sobre+el+medio+ambiente+y+el+desarrollo.+nuestro+futuro+comun#5>.

BURIGO, André Campos; PORTO, Marcelo Firpo. Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de pandemia: da vulnerabilização à transformação necessária 2030. **Ciencia e Saude Coletiva**, [s. l.], v. 26, n. 10, p. 4411–4424, 2021.

CALLE COLLADO, Ángel; SOLER MONTIEL, Marta; RIVERA FERRÉ, Marta. Soberanía alimentaria y Agroecología Emergente: la democracia alimentaria. **Aproximaciones a la Democracia Radical**, [s. l.], p. 213–238, 2010.

CRUZ, Fabiana Thomé Da; SCHNEIDER, Sérgio. Qualidade dos alimentos , escalas

de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 22–38, 2010.

DAROLD, Moacir R.; LAMINE, Claire; BRANDENBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Agriculturas**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 8–13, 2016.

DAROLT, Moacir Roberto *et al.* REDES ALIMENTARES ALTERNATIVAS E NOVAS RELAÇÕES PRODUÇÃO-CONSUMO NA FRANÇA E NO BRASIL 1. **Ambiente & Sociedade - v. XIX, n. 2**, São Paulo, p. 1–22, 2016.

DAROLT, Moacir; LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos. **Agriculturas. Experiências em agroecologia**, [s. l.], v. 10, n. 2, p. 8–13, 2013.

DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. **CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO, E INOVAÇÃO SOCIAL**. 1a.ed. Florianópolis: Estudio Semprelo, 2021. *E-book*. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229738>.

DO NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Trajetória da sustentabilidade: Do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avancados**, [s. l.], v. 26, n. 74, p. 51–64, 2012.

ESCOSTEGUY, Isadora Leite *et al.* **COMO CRIAR E GERIR UMA CÉLULA DE CONSUMIDORES RESPONSÁVEIS (CCR) DE ALIMENTOS ORGÂNICOS/AGROECOLÓGICOS ?**. Florianópolis: LACAF UFSC, 2019. Disponível em: https://celulasconsumo.ufsc.br/static/pdf/cartilha_consumidor.pdf.

ESCOSTEGUY, Isadora Leite. **INOVAÇÕES SOCIAIS NA PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA E DE REDES DE CIVISMO AGROALIMENTAR EM FLORIANÓPOLIS-SC**. 2019. 131 f. - Universidade Federal de Santa Catarina, [s. l.], 2019.

FAO. **Food and Agriculture Organization of the United Nations. International Fund for Agricultural Development. World Food Programme. The State of Food Insecurity in the World. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition**. [S. l.: s. n.], 2014.

FONTE, Maria. Knowledge, food and place. A way of producing, a way of knowing. **Sociologia Ruralis**, [s. l.], v. 48, n. 3, p. 200–222, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GALLARDO-LÓPEZ, Felipe *et al.* **Development of the concept of agroecology in Europe: A review**. [S. l.: s. n.], 2018.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: Negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora ds UFRGS, 2017.

GELBCKE, Daniele Lima *et al.* A “proximidade” nos circuitos de abastecimento de

alimentos orgânicos da Grande Florianópolis – SC – Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [s. l.], v. 26, n. 3, p. 539–560, 2018a. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-3_a_proximidade.

GELBCKE, Daniele Lima *et al.* A “proximidade” nos circuitos de abastecimento de alimentos orgânicos da Grande Florianópolis – SC – Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [s. l.], 2018b.

GELBCKE, Daniele Lima. **ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS EM CIRCUITOS DE PROXIMIDADE: O CASO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS**. 2018. 37–39 f. - Universidade Federal de Santa Catarina, [s. l.], 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193367>.

GLIESSMAN, Stephen R. Transforming food and agriculture systems with agroecology. **Agriculture and Human Values**, [s. l.], n. 0123456789, p. 0–1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10460-020-10058-0>.

GOODMAN, David. Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas. *In*: GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio (org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GOODMAN, David. The quality ‘turn’ and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 1–7, 2003.

GRISA, Catia *et al.* **A desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll; Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura, 2022.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro; BARROS, Ilena Felipe. **OS MOVIMENTOS SOCIAIS COMO OBJETO DE ESTUDO: dilemas e desafios para a pesquisa neste campo temático** VI Jornada Internacio al de Políticas Públicas. São Luis do Maranhão: [s. n.], 2013.

JESUS, Lino. Diferentes Abordagens de Agricultura Não-Convencional: História e Filosofia. *In*: ADRIANA MARIA DE AQUINO; ASSIS, Renato Linhares de (org.). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. p. 23–48.

KNEAFSEY, M *et al.* Short Food Supply Chains and Local Food Systems in the EU . A State of Play of their Socio-Economic Characteristics. **JRC Scientific and Policy Reports**, [s. l.], n. August 2014, p. 123, 2013. Disponível em: http://agriflife.jrc.ec.europa.eu/documents/SFSCchainFinaleditedreport_001.pdf.

LAMINE, Claire; DAROLT, Moacir; BRANDENBURG, Alfio. The Civic and Social Dimensions of Food Production and Distribution in Alternative Food Networks in France and Southern Brazil. **International Journal of Sociology of Agriculture & Food**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 383–401, 2012.

LANG, Tim. Food control or food democracy? Re-engaging nutrition with society and the environment. **Public Health Nutrition**, [s. l.], v. 8, n. 6a, p. 730–737, 2005.

LOCONTO, Allison; FOUILLEUX, Eve. Defining agroecology: Exploring the circulation of knowledge in FAO's Global Dialogue. **Jrnl. of Soc. of Agr. & Food**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 116–137, 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/director-general/my-statements/detail/en/c/1113703/>.

LOVATTO, Amanda Biesek *et al.* Relacionamento e fidelização entre agricultores e consumidores em grupos de venda direta de alimentos agroecológicos em Florianópolis-SC. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 59, n. 3, p. 1–14, 2021.

MAGNANTI, Natal. **Construção social dos mercados no Sul do Brasil: aproximando produtores(as) e consumidores(as) de alimentos agroecológicos**. Lages: [s. n.], 2021.

MALUF, Renato S. Decentralized food systems and eating in localities: a multiscale approach. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 59, n. 4, p. 1–19, 2021.

MARSDEN, Terry; BANKS, Jo; BRISTOW, Gillian. Food supply chain approaches: Exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, [s. l.], v. 40, n. 4, p. 424–438, 2000.

MARTINS, Felipe *et al.* Mata Atlântica: Da formação original à fragmentação e o atual estado de conservação em Santa Catarina. **Estrabão**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 188–191, 2021.

MELUCCI, Alberto. Teoría de la acción colectiva. *In*: ACCIÓN COLECTIVA, VIDA COTIDIANA Y DEMOCRACIA. [S. l.: s. n.], 1999. p. 25–54.

MENASCHE, Renata. Tendências da alimentação contemporânea: percurso e elementos para uma agenda de pesquisa. **Campos - Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 19, n. 2, 2019.

MENASCHE, Renata; MARQUES, Flávia Charão; ZANETTI, Cândida. Autoconsumo e segurança alimentar: A agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de Nutricao**, [s. l.], v. 21, n. SUPPL., p. 145–158, 2008.

MIRANDA, Dayana Lilian Rosa. **Redes de cidadania agroalimentar e a construção social do mercado de orgânicos/agroecológicos em Florianópolis - SC**. 2020. 138 f. - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/70824?show=full>.

MORO, Eduardo João. Entre a agricultura convencional e a agroecologia: alianças e interfaces na pesquisa agrícola e na extensão rural de Santa Catarina. [s. l.], p. 274, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100984>.

MUÑOZ, Estevan; NIEDERLE, Paulo. Críticas Cívicas Ao Regime Alimentar Corporativo: Mercados Da Reforma Agrária Em Porto Alegre, Rs / Civic Criticism To the Corporate Food Regime: Markets of Agrarian Reform in Porto Alegre, Rs. **Geo UERJ**, [s. l.], n. 33, p. e33779, 2018.

NANNI, Arthur. **Ensinando permacultura**. [S. l.: s. n.], 2020.

NEUMEIER, Stefan. Social innovation in rural development: identifying the key factors of success. **Geographical Journal**, [s. l.], v. 183, n. 1, p. 34–46, 2017.

NEUMEIER, Stefan. Why do Social Innovations in Rural Development Matter and Should They be Considered More Seriously in Rural Development Research ? – Proposal for a Stronger Focus on Social Innovations in Rural Development Research. [s. l.], v. 52, n. 1, 2012.

NODARI, ES; ESPÍNDOLA, MA. Relações complexas: as estiagens no Oeste de Santa Catarina. **Migrações e natureza. São Leopoldo:**, [s. l.], n. January 2013, p. 165–184, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Eunice_Nodari2/publication/262523983_Relacoes_complexas_as_estiagens_no_Oeste_de_Santa_Catarina_In_Migracoes_e_Natureza_Editora_Oikos_2013_pp_165-184/links/004635383713a2eecf000000.pdf.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2000.

PAULA, Márcia Maria de; OLIVEIRA, Adriana Leonidas de; SILVA, José Luís Gomes da. Promoção Da Saúde E Produção De Alimentos Na Agricultura Familiar. **Revista Interação Interdisciplinar**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 50–67, 2017. Disponível em: <http://fimes.edu.br/ojs/index.php/interacao/article/view/145>.

PEREIRA LEITE, Sergio; SABOURIN, Eric. **Introdução à seção temática: Entre continuidades e discontinuidades das políticas públicas para a agricultura brasileira**. [S. l.: s. n.], 2021.

PEREZ-CASSARINO, Julian. Agricultura , campesinato e sistemas agroalimentares : uma proposta de abordagem para a transição agroecológica. **Cronos**, [s. l.], v. 14, p. 129–152, 2013. Disponível em: <file:///E:/Downloads/6083-21450-1-PB.pdf>.

PORTILHO, Fátima. New actors in the market: economic social movements and politicized consumers [Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicose consumidores politizados]. **Revista Política & Sociedade**, [s. l.], v. 8, n. 15, p. 199–224, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/11799>.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ECOLOGIA POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA: REAPROPRIAÇÃO SOCIAL DA NATUREZA E REINVENÇÃO DOS TERRITÓRIOS. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, [s. l.], v. 09, n. 1, p. 16–50, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/1807-1384.2012v9n1p16>.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalizacao da natureza e a natureza da globalização.pdf**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.

PREISS, Potira Viegas. **As alianças alimentares colaborativas em uma perspectiva internacional: Afetos, conhecimento incorporado e ativismo político**. 2017. 239 f. [s. l.], 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalh>

oConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5295169.

PREISS, Potira V; SCHNEIDER. **Sistemas alimentares no século 21: debates contemporâneos**. [S. l.: s. n.], 2020.

PUGAS, Adevan da Silva. **AGROECOLOGIA E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS: QUAL AGROBIODIVERSIDADE E QUAL AUTONOMIA AOS AGRICULTORES?** 2018. 1–137 f. - Universidade Federal de Santa Catarina, [s. l.], 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/193113>.

RAMOS, Mariana Oliveira *et al.* Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade no Sul do Brasil: Valorização de Frutas Nativas da Mata Atlântica no Contexto do Trabalho com Agroecologia. **Amazônica - Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 98, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/rt/prinFRIENDLY/5485/0>.

RECINE, Elisabetta *et al.* The Indispensable Territorial Dimension of Food Supply: A View from Brazil During the COVID-19 Pandemic. **Development (Basingstoke)**, [s. l.], v. 64, n. 3–4, p. 282–287, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1057/s41301-021-00308-x>.

RECINE, Elisabetta; FRANCO, Ana Maria Suárez; GONSALVES, Colin. O surgimento do discurso dos “sistemas alimentares” e as soluções corporativas para a fome e a desnutrição. **Observatório do direito à alimentação e à nutrição**, [s. l.], p. 06–13, 2021.

RENTING, Henk; MARSDEN, Terry K.; BANKS, Jo. Understanding alternative food networks: Exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**, [s. l.], v. 35, n. 3, p. 393–411, 2003.

RENTING, Henk; SCHERMER, Markis; ROSSI, Adanella. Building Food Democracy: Exploring Civic Food Networks and Newly Emerging Forms of Food Citizenship. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 289–307, 2012.

ROVER, Oscar José. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecológica de Agroecologia. [s. l.], v. 47, n. 1, p. 56–63, 2011.

ROVER, Oscar José; GENNARO, Bernardo Corrado De; ROSELLI, Luigi. Social Innovation and Sustainable Rural Development: The Case of a Brazilian Agroecology Network. [s. l.], 2017.

ROVER, Oscar José; PUGAS, Adevan da Silva; SOUZA, Marina Carrieri de. Circuitos curtos de comercialização e mecanismos de controle na agricultura orgânica: analisando o potencial de formação de cinturões verdes agroecológicos. **Campo - Território: Revista De Geografia Agrária**, [s. l.], v. 16, n. 43, p. 378–399, 2021.

ROVER, Oscar José; RIEPE, Ademir De Jesus. A relação entre comercialização de alimentos e princípios agroecológicos na rede de cooperativas de reforma agrária do Paraná/Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [s. l.], v. 38, p. 663–682, 2016.

SARAVIA, Pablo. Circuitos Cortos de Comercialización alimentaria: Análisis de experiencias de la región de Valparaíso, Chile. **Psicoperspectivas. Individuo y Sociedad**, [s.

l.], v. 19, n. 2, 2020.

SARAVIA, Pablo; CARROZA, Nelson; CID, Beatriz. Heterogeneidades económicas en territorios de la Región de Valparaíso-Chile: aproximaciones y emergencias de otras formas económicas. **Población y sociedad**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 103–131, 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1852-85622018000100004&lng=es&nrm=iso&tlng=.

SCHMITT, Claudia Job. A transformação das “Ideias Agroecológicas” em instrumentos de políticas públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar. **Política & Sociedade**, [s. l.], v. 15, p. 16, 2017.

SCHMITT, Claudia Job. Redes, atores e desenvolvimento rural: Perspectivas na construção. **Sociologias**, [s. l.], n. 27, p. 82–112, 2011.

SCHNEIDER, Sergio. Mercados e agricultura familiar. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**, [s. l.], n. October, p. 93–140, 2016.

SCHNEIDER, Sérgio; FERRARI, Dilvan Luiz. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na Agricultura Familiar – o Processo de Relocalização da Produção Agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 56–71, 2015.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. DIA INTERNACIONAL DA MULHER NO CAMPO BRASILEIRO: NOVAS FORMAS DE PROTESTO POLÍTICO E DE RESISTÊNCIA. **Revista da Faculdade de Direito da FGV**, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 50–80, 2014.

SIMANDAN, Dragos. Proximity, subjectivity, and space: Rethinking distance in human geography. **Geoforum**, [s. l.], v. 75, p. 249–252, 2016.

SOUZA, Julia Coelho de. **Comércio solidário na prática: o Núcleo Litoral Solidário da Rede Ecovida de Agroecologia**. 2008. 121 f. - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [s. l.], 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/15362>.

SOUZA, Julia Coelho de; ROVER, Oscar José; NODARI, Eunice Sueli. Agricultores e consumidores em torno do acesso a alimentos agroecológicos: estudo de caso sobre as Células de Consumidores Responsáveis, SC, Brasil. In: EDUEPB (org.). **Extensão e Desenvolvimento Regional: da Teoria à Prática**. Campina Grande: [s. n.], 2021. p. 406.

TITTONELL, P. *et al.* Emerging responses to the COVID-19 crisis from family farming and the agroecology movement in Latin America – A rediscovery of food, farmers and collective action. **Agricultural Systems**, [s. l.], v. 190, n. March, 2021.

VALADÃO, Adriano da Costa; MOREIRA, Silvana dos Santos. Movimento agroecológico. In: DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação Popular**. 1. ed. São Paulo/ Rio de Janeiro: Expressão Popular/ Escola Técnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. p. 508–512. *E-book*. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30805.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe *et al.* The economic potential of agroecology: Empirical evidence from Europe. **Journal of Rural Studies**, [s. l.], v. 71, 2019.

VERDEJO, Miguel Expósito. Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP. **Journal of Chemical Information and Modeling**, [s. l.], v. 1, p. 62, 2010.

VIEGAS, Maurício da Trindade. Agroecologia E Circuitos Curtos De Comercialização Num Contexto De Convencionalização Da Agricultura Orgânica. [s. l.], p. 161, 2016. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PAGR0363-D.pdf>.

WEZEL, Alexander *et al.* Agroecology as a Science, a Movement and a Practice. **Agronomy for Sustainable Development**, [s. l.], v. 2, n. December, 2009.

WIJERATNA, Alex. Agroecology: Scaling-up, scaling-out. p.23, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/328290427_Agroecology_Scaling-up_scaling-out?channel=doi&linkId=5bc4f54492851cae21a7e0bd&showFulltext=true.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 2. ed. Porto Alegre: [s. n.], 2001.

ZOLDAN, Paulo Cesar; MIOR, Luiz Carlos. **Produção orgânica na agricultura familiar de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2012. 95 p. Documentos, 239.